

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO

ANA HELENA DREISSIG

TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM PORTO ALEGRE:
O PARQUE MOINHOS DE VENTO

PORTO ALEGRE

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Dreissig, Ana Helena
TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM PORTO ALEGRE: O Parque
Moinhos de Vento / Ana Helena Dreissig. -- 2019.
195 f.
Orientadora: Prof. Dra. Maria Soares de Almeida.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa
de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. planejamento urbano. 2. urbanismo. 3. história
da cidade. 4. patrimônio histórico. 5. paisagem
urbana. I. Soares de Almeida, Prof. Dra. Maria,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ana Helena Dreissig

**TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM PORTO ALEGRE:
O Parque Moinhos de Vento**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de título de mestre – etapa final de defesa. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORIENTADOR:

Prof. Dra. Maria Soares de Almeida

Porto Alegre

2019

Ana Helena Dreissig

**TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM PORTO ALEGRE:
O Parque Moinhos de Vento**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de título de mestre – etapa final de defesa. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Avaliada em 16 de Outubro de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Doutor. Gilberto Flores Cabral

Doutor Lineu Castello

Professora Dra. Inês Martina Lersch (PROPUR)

Professora Dra. Livia Salomão Piccinini (PROPUR)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Ana Rosa Sulzbach Cé, minha professora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, quem me incentivou a iniciar a pesquisa sobre o Parque Moinhos de Vento no ano de 2013, e idealizou o projeto inicial.

Agradeço também a minha orientadora, Professora Doutora Maria Soares de Almeida, que acompanhou minha trajetória desde o processo seletivo do curso de Mestrado Acadêmico do PROPUR, e acreditou desde sempre no projeto que desenvolvi e na pertinência de meu trabalho.

À banca de seleção do PROPUR, pelo voto de confiança a mim depositado no ano de 2016, os professores Inês Martina Lersch, Daniela Marzola Fialho e Eber Pires Marzulo. Também aos demais professores e funcionários do programa.

Aos servidores dos museus, bibliotecas, fototecas e demais acervos visitados, pelo bom atendimento e empenho em ajudar a conseguir acesso aos materiais.

Não poderia deixar de agradecer à minha família, especialmente à minha mãe, Angela Dreissig, por me incentivar a investir na carreira acadêmica e não medir esforços para que eu pudesse realizar o curso. A meus amigos próximos, os quais têm a boa vontade de entender a pouca atenção dispensada durante o período de conclusão deste trabalho.

RESUMO

Na década de 1960 a cidade de Porto Alegre ganhou mais um parque de considerável dimensão, intitulado Parque Moinhos de Vento. O terreno no qual o parque foi inserido teve outras ocupações importantes ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, passando por diversas transformações urbanas as quais modificaram o uso do terreno e tornaram-se atrativo para diferentes públicos. Este trabalho estuda o processo de consolidação desta área verde, passando por etapas históricas ao longo das décadas e analisando cautelosamente os acontecimentos que deram à ocupação que a área recebe hoje.

É estudada a importância do parque como um lugar dentro da cidade, e como se desenrolou a legalização do logradouro como área verde pública. Sob as questões teóricas de lugar, a premissa desta pesquisa ganha estruturação para justificar a importância da coleta e compilação dos dados históricos que caracterizam o parque.

Palavras-chave: planejamento urbano; urbanismo; história da cidade; patrimônio histórico; paisagem urbana.

ABSTRACT

In the 1960s, the city of Porto Alegre has gained another park of considerable size, named Moinhos de Vento Park. The place in which the park was inserted had other important occupations throughout the eighteenth, nineteenth and twentieth centuries, undergoing various urban transformations which changed the use of the land and became interesting for different audiences. This paper studies the process of consolidation of this green area, going through historical stages over the decades and carefully analyzing the events that gave rise to the occupation that the area receives today.

The importance of the park as a place within the city is studied, as well as the legalization of the public place as a public green area. Under the theoretical questions of place, the premise of this research is structured to justify the importance of collecting and compiling the historical data that characterize the park.

Key words: urban planning; urbanismo; city history; historical heritage; urban landscape.

LISTA DE FIGURAS

Fig. i.1: Mapa com a delimitação da área estudada	18
Fig.1.1: Vista aérea do Parque Moinhos de Vento	26
Fig.1.2.: Praça de Mercado em Atenas, na atualidade	28
Fig 2.1: Mapa Geral.....	45
Fig 2.2: Jardins da Hidráulica dos Moinhos de Vento Atualmente	46
Fig 2.3: Rua Padre Chagas	47
Fig 2.4: Rua Padre Chagas	47
Fig 2.5: Rua Padre Chagas atualmente.....	47
Fig 2.6: Rua Hilário Ribeiro próximo ao encontro com a Padre Chagas	48
Fig 2.7: Rua Padre Chagas	48
Fig 2.8: Hotel Sheraton Porto Alegre e entrada do Shopping Moinhos de Vento	49
Fig 2.9: Casario Tombado na Rua Félix da Cunha	50
Fig 2.10: Praça Doutor Maurício Cardoso.....	50
Fig 2.11: Mapa com os limites do bairro Moinhos de Vento e os principais equipamentos	51
Fig 2.12: Rua Dinarte Ribeiro próximo à Praça Maurício Cardoso.....	51
Fig 2.13: Vista aérea do Bairro Moinhos de Vento.....	52
Fig 2.14: Planta de Porto Alegre do ano de 1888.	54
Fig 2.15: Planta de Porto Alegre do ano de 1881.	56
Fig 2.16: Graficação sobre Planta de Porto Alegre do ano de 1881.	57
Fig 2.17: Planta de Porto Alegre do ano de 1839	60
Fig 2.18: Graficação sobre setor da planta de Porto Alegre do ano de 1839.	61
Fig 2.19: Graficação da autora sobre planta baixa da cidade de Porto Alegre de 1906.....	63
Fig 2.20: Chácara Mostardeiro em 1875.....	63
Fig 2.21: Casa sede da Chácara Mostardeiro, 1918.....	64
Fig 2.22: Rua Florência Ygartua esquina Mostardeiro.	64
Fig 2.23: Planta de Porto Alegre do ano de 1896.	65
Fig 2.24: Graficação da autora sobre planta baixa de Porto Alegre.	66
Fig 2.25: Planta baixa de Porto Alegre de 1906.....	66
Fig 2.26: Graficação sobre planta baixa de Porto Alegre de 1932.	67
Fig 2.27: Jardim no Moinhos de Vento.	69
Fig 2.28: Hidráulica Guaibense em 1890.....	70
Fig 2.29: Tanques da Hidráulica Guaibense, 1906.	70

Fig 2.30: Obra da abertura da Rua 24 de Outubro, 1907.....	71
Fig 2.31: Palacetes da Av. Independência, 1953.....	71
Fig 2.32: Rua Barão de Santo Ângelo esq. Com Rua Hilário Ribeiro, 1953...	71
Fig 2.33: Planta Baixa da Cidade de Porto Alegre, 1916.	72
Fig 2.34: Construção do Estádio da Baixada do Grêmio, 1904.....	73
Fig 2.35: Baixada e Clube dos Atiradores, 1904.....	73
Fig 2.36: Herma em homenagem ao Coronel Caminha.....	74
Fig 2.37: Hidráulica dos Moinhos de Vento, década de 20.	75
Fig 2.38: Hidráulica dos Moinhos de Vento, década de 20.	75
Fig 2.39: Rua Fernando Gomes, década de 1920.	76
Fig 2.40: Avenida Independência, década de 1910.	77
Fig 2.41: Avenida Independência, década de 1910.	77
Fig 2.42: Morro Ricaldone, década de 1950.	78
Fig 2.43: Rua Doutor Vale, década de 1920.....	79
Fig 2.44: Vista do Bairro Floresta, década de 1920.....	81
Fig 2.45: Vista do Bairro Floresta, década de 1920.....	81
Fig 2.46: Corrida no Hipódromo Moinhos de Vento.	82
Fig 2.47: Linha do Bonde na Rua 24 de Outubro, década de 1950.	83
Fig 2.48: Hipódromo dos Moinhos de Vento, década de 1950.....	83
Fig 2.49: Hipódromo dos Moinhos de Vento, década de 1950.....	83
Fig 2.50: Hipódromo dos Moinhos de Vento, década de 1950.....	84
Fig 2.51: Hipódromo dos Moinhos de Vento, década de 1950.....	84
Fig 2.52: Cocheiras do Hipódromo dos Moinhos de Vento.	85
Fig 2.53: Cocheiras do Hipódromo dos Moinhos de Vento.	85
Fig 2.54: Plano Gladosch, 1943.	86
Fig 2.55: Plano Gladosch, 1943.	86
Fig 2.56: Imagens de Um Plano de Urbanização, 1943.....	88
Fig. 3. 1: Plano de Melhoramentos por Moreira Maciel, de 1914.....	92
Fig. 3. 2: Plano Gladosch, 1943.	95
Fig. 3. 3: Moinhos de Vento, década de 1950.	96
Fig. 3. 4: Plano Gladosch, 1943.	97
Fig. 3. 5: Ampliação do Porto com novas docas, 1943.....	101
Fig. 3. 6: Ampliação do Porto com novas docas, 1943.....	101
Fig. 3. 7: Verticalização em Porto Alegre na década de 1940.	103
Fig. 3. 8: Planta Baixa da Cidade de Porto Alegre de 1954.....	106
Fig. 3. 9: Planta Baixa da Cidade de Porto Alegre de 1977.....	106
Fig. 3. 10: Moinhos de Vento, 1967.....	107

Fig. 3. 11: Moinhos de Vento, 1972.....	107
Fig.4. 1: Prado Independência, 1904.....	110
Fig.4. 2: Prado Independência, 1922.....	110
Fig.4. 3: Prado Independência, década de 1900.	111
Fig.4. 4: Prado Independência, década de 1920.	111
Fig.4. 5: Prado Independência, década de 1920.	111
Fig.4. 6: Prado Independência, década de 1920.	112
Fig.4. 7: Prado Independência, década de 1930.	112
Fig.4. 8: Prado Independência, década de 1930.	113
Fig.4. 9: Chácara da família Mostardeiro, 1900.....	114
Fig.4. 10: Chácara da família Mostardeiro, 1900.	114
Fig.4. 11: Rua Mostardeiro, década de 1920.....	115
Fig.4. 12: Planta baixa da cidade de Porto Alegre, 1929.....	115
Fig.4. 13: Baixada do Grêmio, década de 1910.	116
Fig.4. 14: Baixada do Grêmio, década de 1910. Jogo na Baixada do Grêmio na década de 1910	116
Fig.4. 15: Baixada do Grêmio, década de 1910.	116
Fig.4. 16: Baixada do Grêmio, década de 1940.	117
Fig.4. 17: Moinhos de Vento, década de 1950.	118
Fig.4. 18: Moinhos de Vento, década de 1950.	118
Fig.4. 19: Hipódromo dos Moinhos de Vento, década de 1950.	119
Fig.4. 20: Cristal, década de 1950.....	120
Fig.4. 21: Cristal, década de 1950.....	120
Fig.4. 22: Planta baixa da cidade de Porto Alegre, 1954.....	122
Fig.4. 23: Vista aérea do Parque Farroupilha.....	123
Fig.4. 24: Planta baixa da cidade de Porto Alegre, 1954.....	124
Fig.4. 25: Hipódromo dos Moinhos de Vento, década de 1950.	125
Fig.4. 26: Hipódromo dos Moinhos de Vento, 1959.....	126
Fig.4. 27: Moinhos de Vento, década de 1960.	127
Fig.4. 28: Diário de Notícias, 1960.	128
Fig.4. 29: Moinhos de Vento, década de 1940.	134
Fig.4. 30: Moinhos de Vento, década de 1940.	134
Fig.4. 31: Área do Parque Moinhos de Vento.....	142
Fig.4. 32: Croqui do Parque Moinhos de Vento.....	144
Fig.4. 33: Planta de Situação do Projeto do Parque, 1971.	144
Fig.4. 34: Planta Baixa do Projeto do Parque Moinhos de Vento, 1971.....	145
Fig.4. 35: Planta Baixa de Localização do Moinho, 1982.	146

Fig.4. 36: Croqui do projeto do moinho, 1971.....	147
Fig.4. 37: Croqui do projeto do moinho, 1971.....	147
Fig.4. 38: Planta Baixa do projeto do moinho, 1971.	148
Fig.4. 39: Estado atual do moinho, 2017.	149
Fig.4. 40: Monumento ao ex-presidente da república Castello Branco	150
Fig.4. 41: Parque Moinhos de Vento, década de 1980.....	151
Fig.4. 42: Parque Moinhos de Vento, década de 1980.....	151
Fig.4. 43: Planta de localização do Monumento a Artigas.	152
Fig.4. 44: Esquema de estrutura para o Monumento à Artigas.....	152
Fig.4. 45: Intervenções na área esportiva do parque, 2001.....	153
Fig.4. 46: Legenda da vegetação do parque.	154
Fig.4. 47: Parque Moinhos de Vento, década de 2010.....	155
Fig.4. 48: O Parque Moinhos de Vento Atualmente.....	155
Fig.4. 49: O Parque Moinhos de Vento Atualmente.....	156
Fig.4. 50: O Parque Moinhos de Vento Atualmente.....	156
Fig.4. 51: O Parque Moinhos de Vento Atualmente.....	157
Fig.4. 52: O Parque Moinhos de Vento Atualmente.....	157
Fig.4. 53: Localização dos estacionamentos do parque.	158
Fig.4. 54: Evento no interior do parque, Abril de 2017.....	159
Fig.4. 55: Evento no Estacionamento da Rua Mostardeiro, 2017.	159
Fig.4. 56: Feira no Estacionamento da Rua Comendador Caminha, 2018. .	160
Fig.4. 57: O Parque Moinhos de Vento Atualmente.....	160
Fig.4. 58: Parque Moinhos de Vento, década de 2010.....	161
Fig.4. 59: Evento no Parque Moinhos de Vento, 2018.....	161

LISTA DE SIGLAS

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

ANPUH – Associação Nacional de História

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

GEDURB - Grupo de Estudos e Documentação em Urbanismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
OBJETO DE ESTUDO	20
O PROBLEMA DE PESQUISA.....	21
AS HIPÓTESES.....	22
A METODOLOGIA DE PESQUISA	23
O QUE SE SABE ATÉ HOJE	24
1. UM PARQUE, UM LUGAR:	26
1.1. SOBRE A IMPORTÂNCIA DE UM LUGAR.....	26
1.2. UM LUGAR NA CIDADE	32
2. MOINHOS DE VENTO: UM BAIRRO DE HISTÓRIA	45
2.1. O MOINHOS DE VENTO HOJE	45
2.2. A FORMAÇÃO DO BAIRRO NO CONTEXTO DA CIDADE.....	53
2.3. O MOINHOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	72
3. CONTEXTUALIZANDO: PORTO ALEGRE NO SÉCULO XX.....	90
3.1. A SITUAÇÃO POLÍTICA E O CONTEXTO SOCIAL	90
4. O PARQUE MOINHOS DE VENTO.....	108
4.1. A SAÍDA DO HIPÓDROMO E O INÍCIO DA TRANSFORMAÇÃO	108
4.2. UMA DÉCADA DE ABANDONO.....	126
4.3. A CONSOLIDAÇÃO DA ÁREA VERDE	133
4.4. O PROJETO DO PARQUE.....	142
4.5. O PARQUE HOJE	154
5. CONCLUSÃO	162
5.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	168
SÍTIOS.....	174
ARQUIVOS HISTÓRICOS, BIBLIOTECAS, MAPOTECAS E MUSEUS.....	175
ANEXO A – Exposição de Motivos de Say Marques:	177
ANEXO B – Atas da Câmara Municipal sobre o Parque Moinhos de Vento	181
ANEXO C - Autorização da Passarela CORPA:	186
ANEXO D – Projeto de Lei Declaração de Utilidade Pública:.....	187
ANEXO E – Declaração de Utilidade Pública da Gleba:	189
ANEXO F – Projeto de Lei Parque Moinhos de Vento:.....	193

INTRODUÇÃO

Há quase 250 anos, a cidade de Porto Alegre sedia a capital do estado do Rio Grande do Sul, em substituição aos antigos centros de concentração política da Província, por sua estratégica localização geográfica. A costa rio-grandense - considerada uma costa retilínea - não é propícia à concentração das populações: *sem ancoradouros, sem enseadas, sem portos, baixa e por isso mesmo, alagadiça e desabrigada, jamais ofereceu aos colonizadores, sólidas garantias de êxito*. Goulart¹ define que o único porto que, apesar das dificuldades com que as embarcações venciam a barra, apresentava boas condições de abrigo para a navegação seria o de Rio Grande, e então este torna-se, desde o início, o grande centro de atividades dos nossos primitivos colonizadores. A instalação de um pequeno porto lagoa adentro ocasionou a mudança da capital para este local que estava protegido dos ataques hispânicos e recebia imigrantes açorianos, dando origem à cidade, inicialmente conhecida como Porto dos Casais.

Macedo² descreve em sua obra sobre a história de Porto Alegre, o Porto dos Casais como a “esquina do Rio Grande”. Ainda em meados dos anos 1700, o então governador José Custódio de Sá e Faria já pensava em transferir a administração para as margens do Guaíba, mas foi José Marcelino de Figueiredo quem realizou o feito, criando inicialmente a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, [...] *onde antes havia apenas uma capela filial, e isso aconteceu por provisão régia de 26 de Março de 1772. No mês de julho, já eram marcadas as primeiras ruas da vila, na ponta da península deitada sobre o Guaíba*.

Após tornar-se a capital da província, Porto Alegre passa a concentrar o poder e as forças administrativas do estado, acelerando seu crescimento e expandindo-se para várias direções. O principal eixo de expansão urbana se dá na direção centro-leste da cidade, onde a população se instala ocupando o território ao longo da atual Avenida Independência, que ao seu final, bifurca nas ruas 24 de Outubro e Mostardeiro. O Bairro Moinhos de Vento é estudado neste trabalho e encontra-se em meio a esta linha de crescimento e ocupação territorial, recebendo ao longo de sua evolução, equipamentos urbanos de dos mais variados, contribuindo para o funcionamento da cidade. Alguns dos terrenos do bairro que hoje são áreas de uso livre e coletivo têm por trás de sua história gestos de apelo por parte da população local, seja por meio de reivindicações ou outros acontecimentos importantes.

¹ GOULART, Jorge Salis. *A Formação do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985, p. 24.

² MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993, p. 214.

Neste trabalho foi estudado o processo de urbanização do Bairro Moinhos de Vento, que presenteou a cidade com o que é, hoje, um dos seus maiores e mais frequentados parques urbanos: o Parque Moinhos de Vento. É válido aqui informar, ainda que brevemente, que o processo de urbanização é definido por Reis Filho³ como um processo social, que origina o aparecimento e a transformação de núcleos, ocorrendo quando em uma sociedade existe a divisão do trabalho, onde uma parcela ponderável da população deixa de se dedicar à produção de alimentos e passa a depender dos produtos do trabalho da outra parcela. O que Weber⁴ já definia como o estabelecimento do *mercado urbano*. Este processo dá base à história do bairro estudado nesta pesquisa.

A cidade de Porto Alegre passou por grandes mudanças em sua malha urbana a partir das primeiras décadas do século XX. Isto pode se explicar visto que desde meados do século XIX, os efeitos da Revolução Industrial afetaram a evolução das cidades brasileiras com significativas transformações no contexto urbano, especialmente nas capitais e grandes núcleos, enfrentando as modificações que a incessante busca pela modernidade vinha implicando. Segundo Souza⁵, o advento da República trouxe ao Rio Grande do Sul o Urbanismo como um conhecimento específico e, assim começou se tornar frequente a preocupação com como se daria a configuração das cidades – especialmente a capital gaúcha - e sua necessidade por equipamentos urbanos.

A formação do Bairro Moinhos de Vento originou o que se caracteriza hoje em dia como um dos locais mais conhecidos e importantes na cidade de Porto Alegre. Podemos classificá-lo como um núcleo urbano, que segundo Villaça⁶, *consiste em um aglomerado populacional que apresenta um mínimo de atividades centrais, ou seja, que tem vida própria - por menor que seja - e organiza-se em torno de um centro polarizador*. Este bairro concentra atividades e serviços variados, tornando a rotina cotidiana prática e confortável para quem habita o bairro e suas proximidades. Atualmente este espaço passa por um processo de integração com os bairros vizinhos, tornando-se mais acessível à populações residentes de outras localidades da cidade, bem como outros níveis socioeconômicos, as quais são atraídas pelos equipamentos urbanos ali instalados, em especial o espaço verde aberto de uso coletivo, conhecido como Parque Moinhos de Vento.

Atualmente não há conhecimento público de como o terreno localizado entre as ruas Mostardeiro, Comendador Caminha, 24 de Outubro e Av. Goethe veio a se tornar um equipamento urbano importante, especialmente por parte da população que agora habita o bairro, população esta, notavelmente

³ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana no Brasil*. São Paulo: Ed. Ibi Pini, 1968, p. 20.

⁴ WEBER, Max. A Cidade apud REIS FILHO, 1968, p. 20.

⁵ SOUZA, Célia Ferraz de. In: LEME, Maria Cristina. *Urbanismo no Brasil: 1895 – 1965 – Trajetórias do Urbanismo em Porto Alegre – 1900 – 1945*. São Paulo: FUPAM/FAUUSP, 1999, p. 83.

⁶ VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Estúdio Nobel, FAPESP, Lincoln Inst, 2001, p. 53.

diferente da que ali residia em meados do século XX. Como define Huyer⁷, *as cidades não crescem ao acaso. O crescimento segue alguns parâmetros*. Sendo assim, podemos aqui questionar: Por que Porto Alegre se expandiu na direção centro-leste? Quais eram as antigas instalações que ocupavam este espaço? Por que o antigo hipódromo veio a tornar-se um parque? Em que época exatamente esta transformação urbana ocorreu? Por que o poder público investiu em uma área verde naquela região?

Alguns destes questionamentos podem parecer aleatórios, porém surgem no decorrer da pesquisa, ao passo em que se vai conhecendo a história do bairro, que até hoje é contada em breves relatos contidos em tons românticos, os quais descrevem o Moinhos de Vento como o ápice da aristocracia Porto-Alegrense, o que não embasa uma pesquisa como esta. Os poucos autores que escreveram sobre o bairro, ou ainda especificamente sobre o parque, os relacionam diretamente a pessoas de alto poder aquisitivo, direcionando a leitura para a alta sociedade, sem fazer interface com o meio urbano onde estes se situam, deixando no desconhecimento, certos períodos e acontecimentos históricos que para o presente trabalho, considera-se de alta relevância.

Situado próximo de onde ainda no século XIX havia o antigo Arraial São Manoel, fora dos limites do muro, construído em 1773, que delimitava o perímetro oficial da cidade – logo após se tornar a sede administrativa do estado, em 1772 - o terreno em questão sediou outros equipamentos. Posteriormente chegou até a ser abandonado durante um longo período, no decorrer do século XIX, configurando um vazio urbano, até então finalmente se tornar o que contemplamos hoje: um parque. Entender o processo de urbanização e formação da cidade que abriga este parque é essencial para que se possa traçar a história que ainda se encontra perdida em fatos, documentos e relatos os quais se objetiva aqui reunir.

As primeiras construções além-muros desta região consistiam todas em pequenos arraiais.

Um arraial é um aglomerado populacional, um conjunto de casas em torno de uma capela ou arrabalde de um centro maior que com o tempo, em função de seu aumento populacional, adquiriu o direito de aspirar e efetivamente pleitear o reconhecimento institucional de sua importância crescente⁸.

No pequeno arraial São Manoel, colonos açorianos instalavam-se para a monocultura concentrada na moagem de trigo, uma vez que o vento passara

⁷ HUYER, André. *A Ferrovia do Riacho: um caminho para a urbanização da zona sul de Porto Alegre*. 2010. 242 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, p. 23.

⁸ MARX, Murilo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Livraria Nobel S.A., 1991, p. 26.

a ser o maior aliado neste tipo de produção, em função de sua localização de colina.⁹

As lacunas ainda são muitas, e o viés poético dos autores que discorrem sobre a área não nos ajuda o suficiente, uma vez que não são abordados a fundo fatos históricos importantes, os elementos chave para a formação do bairro que hoje, pode-se afirmar que se tornou um dos locais mais procurados e frequentados da cidade. Ainda que a cidade de Porto Alegre como um todo já tenha sido - por outros pesquisadores - estudada, o eixo de crescimento urbano centro-independência ainda carece de estudos aprofundados que contemplem sua ocupação e expansão, bem como especificamente a região escolhida para esta pesquisa. Objetiva-se aqui compilar informações ao longo da história, especialmente acontecimentos que ocorreram entre as décadas de 1940-1970, trazendo à tona, de forma mais consistente, a história desta região.

O recorte temporal determinado neste trabalho não poderia contemplar apenas estas quatro décadas, pois esta análise não bastaria para entender como o coração do Bairro Moinhos de Vento é o que é hoje em dia. Aqui será abordada a história da formação do bairro como um todo e, posteriormente os acontecimentos que envolvem o terreno em questão, na tentativa de contar ao leitor, uma história de maneira clara, a partir dos dados coletados, deixando claro que temos aqui, um trabalho de cunho historiográfico.

⁹ SANHUDO, Ary. *Porto Alegre: crônicas da minha cidade*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Livraria Sulina, 1961, p. 256

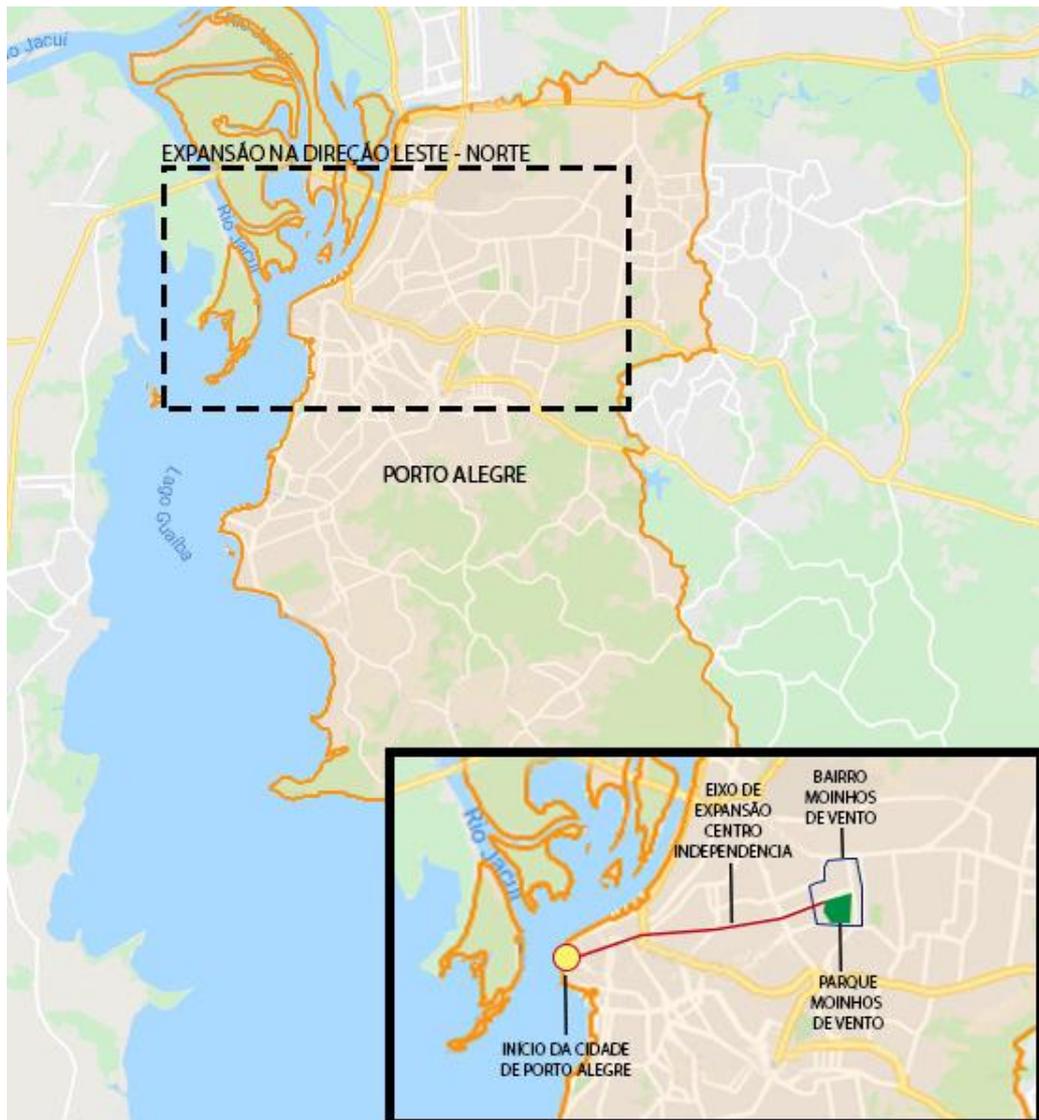


Fig. i.1: Mapa com a delimitação da área estudada
Fonte: Graficação da autora com sobreposição de imagens do GoogleMaps.

Ainda em fins do século XIX, os problemas da cidade tornam-se objetos propícios para formulações teóricas. No século seguinte a paisagem e a malha urbana de Porto Alegre passaram por alterações que modificaram seu desenho, trazendo melhorias para o funcionamento da cidade como mecanismo urbano. O ideário moderno que chegara ao Brasil como influência nos planos de urbanização - oriundos de grandes intervenções urbanas nos Estados Unidos e em alguns países da Europa - ainda nas primeiras décadas do século XX, traz novos padrões de desenho urbano como a abertura de grandes vias, construção de viadutos, instauração de áreas abertas para uso livre da população, entre outras.

Em tempos os quais o rompimento com o passado colonial e a busca por uma renovação que caminhava para intitular-se uma “cidade moderna”, o mapa de Porto Alegre começa a efetivamente a ganhar outras formas, em sua maioria baseadas em modelos europeus já consolidados.

A cidade de Porto Alegre, por estar inserida num contexto de periferia em relação a grandes centros urbanos do capitalismo europeu como também do território nacional, teve como modelos de cidade, além de grandes metrópoles, como Paris e Nova York, as capitais nacionais, como o Rio de Janeiro e São Paulo¹⁰.

Novos equipamentos urbanos entram em voga e com eles novas atividades começam a ser desenvolvidas nas cidades. No caso da cidade de Porto Alegre, a instalação de um hipódromo na região do atual parque trouxe ao bairro um novo público morador e frequentador. A prática do turfe havia se instaurado no território porto-alegrense, e os prados locais existiam desde meados dos anos 1800, espalhados pela cidade. O Prado localizado no bairro Moinhos de Vento é o objeto de estudo deste trabalho, este situava-se em um terreno alagadiço, composto por um antigo chapadão no miolo do bairro, o qual perdurou do ano de 1894 até o final do ano de 1959, passando por diferentes administrações até ser realocado para outra região da cidade. Este processo carrega modificações territoriais importantes para a formação do Moinhos de Vento que temos hoje, e o recorte temporal aqui estudado caracteriza a época mais expressiva nas transformações do bairro.

Trata-se de meados do século XX, quando a capital gaúcha passa, entre outras, por esta transformação urbana de grande importância para sua configuração espacial, onde no bairro Moinhos de Vento, o terreno de propriedade do Jockey Club do Rio Grande do Sul é desocupado aos fins da década de 1950, iniciando um processo de negociação com a prefeitura, envolvendo diretamente a população, que enfrentou as tentativas de ação imediata por parte da especulação imobiliária. Tendo em vista estes acontecimentos, esta pesquisa estuda os fatos específicos decorrentes do período que se inicia já nos anos 1940, onde a configuração morfológica do bairro se altera, ocasionando a consolidação do Parque Moinhos de Vento – nos primeiros anos da década de 1970 – o qual nos dias de hoje costumamos chamar de Parcão.

Em meio a uma onda de acelerado crescimento urbano, a necessidade de áreas verdes tornava-se um assunto de grande interesse, em especial por parte da população, uma vez que em termos de planejamento e modernização da cidade pensava-se primeiramente em rasgar o tecido urbano com vias de gabaritos monumentais. A necessidade de locais para o lazer coletivo dos moradores torna-se gritante, implicando em protestos que aconteceram aos finais da década de 1950, quando os ainda proprietários das terras do Parcão, empresários turfistas do Jockey Club Porto Alegre, desocupam a área devido a questões espaciais e sanitárias, deixando o terreno vulnerável aos interesses do rápido e ágil mercado imobiliário.

A área em estudo, após deixar de sediar um Hipódromo – com a transferência do mesmo para o bairro Cristal aos fins do ano de 1959 -, torna-

¹⁰ ALMEIDA, M. S. de; *Transformações Urbanas: Atos, Normas, Decretos, Leis na Administração da Cidade – Porto Alegre 1937/1961*. 2004. 301 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação – Estruturas Ambientais e Urbanas), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 49.

se objeto de preocupação para importantes nomes da sociedade elitizada que habitava suas adjacências. Os rumores de que ali não demorariam, seriam erguidos edifícios para condomínios residenciais causaram instantânea revolta na população local, levando ao protesto cerca de 200.000 habitantes moradores deste bairro e de outras comunidades vizinhas. É neste momento que se inicia um período de importantes decisões de cunho político a serem tomadas durante a década de 1960, decisões estas que esta pesquisa tem como principal objetivo esclarecer.

OBJETO DE ESTUDO

O Parque Moinhos de Vento consolidou-se como área verde pública através de um processo que envolve acontecimentos dentro de um período de mais de duas décadas. Não se pode afirmar que o parque surgiu apenas de um projeto desenhado e aplicado por previsão de um plano diretor para a cidade e, por esta razão, o tema da pesquisa aqui presente denomina-se pelo estudo historiográfico do conjunto de fatos que levaram ao processo de formação e consolidação desta área como espaço de uso coletivo em Porto Alegre. Este estudo envolve também o entendimento das razões que levaram este terreno a ser valorizado pela população e visto como área significativa pelas frentes governamentais da época.

A coleta de dados historiográficos e a organização dos mesmos traz ao leitor deste trabalho, uma versão mais clara de como se deu este processo, buscando compreender os motivos de maior relevância levados em conta na época que corresponde ao recorte temporal selecionado. O interesse por este estudo partiu da notável importância que o parque tem, não apenas para a população local, mas também para a relevância turística da cidade, pois neste está presente parte importante da história urbana de Porto Alegre no século XX.

Outros parques de grande relevância no contexto urbano da cidade já foram tema de estudos que investigaram sua formação e seu planejamento, como por exemplo, o Parque Farroupilha - conhecido como Parque da Redenção - e o Parque Marinha do Brasil, tendo sido estudados para um maior esclarecimento dos fatos que levaram à sua existência na cidade e a apropriação destes espaços pelos moradores. Relativo ao Parque Moinhos de Vento, ainda não há registros de uma compilação de dados historiográficos no tocante à sua história, ou mesmo em um viés que não tenha preocupações em desenvolver crônicas ou romances ou apenas expor informações superficiais sobre o bairro e o parque.

Uma vez que atualmente é visível o uso do Parque Moinhos de Vento como sede de diversos eventos abertos a variados públicos - como feiras, shows, atrações esportivas, aulas públicas de ioga e piqueniques coletivos - parece autoexplicativa a boa fama do local, a qual ocasiona o interesse em saber mais sobre sua história. Por meio da coleta de dados e de estudos sobre

seu processo de formação e consolidação, pode-se afirmar que esta frequente utilização do espaço do parque não é notícia recente, sendo o mesmo apropriado pela população em grande escala desde as últimas décadas.

O objeto desta pesquisa, em sua empiria tem um significado enquanto um lugar na cidade de Porto Alegre, o que desperta como premissa para esta pesquisa, levando à busca pelas informações, mapas, notícias antigas, fotos antigas, depoimentos de pessoas que vivenciaram a transformação, entre outros para que se possa contar uma história sobre este importante espaço.

Dado à situação política em que Porto Alegre se encontrava durante as décadas de 1950 e 1960, é notável que se trate de uma época de forte preocupação quanto à expansão e crescimento de centros urbanos no Brasil, devido ao influente ideário urbanístico ainda em vigor em diversos países. Uma vez que o Brasil espelhava-se nos modelos europeus e norte-americanos que vinham se expandindo cada vez mais desde a segunda metade do século XIX e os ideais do Urbanismo Moderno, trazendo a criação deliberada de espaços, reformulando as cidades existentes e modificando o grão do tecido urbano.

O Parque Moinhos de Vento é resultado de peculiares e isolados acontecimentos, incluindo a tentativa de venda do terreno, seu posterior abandono, protestos, reivindicações por parte da população local e também de alguns líderes políticos da época, fazendo assim importante papel em um momento especial da história da cidade. A atual limitação de informações e a falta de organização e compilação dos inúmeros dados que podem vir a ser coletados configura a lacuna de conhecimento, que justifica a relevância da pesquisa aqui presente.

Para que se possa reunir os dados existentes e organizá-los de forma que seja possível contar uma história sobre o parque, faz-se necessária a revisão bibliográfica e a análise do estado da arte, baseando-se em autores que já escreveram ou discursaram sobre o bairro Moinhos de Vento, sobre o Jockey Club de Porto Alegre, sobre o projeto para o parque ou mesmo sobre o período em que o terreno ficara desocupado.

O PROBLEMA DE PESQUISA

Através de investigação de fatos por meio de coleta de dados, surgem as indagações que levam esta pesquisa a uma questão central que compreende: De que maneira ocorreu pode ser descrito e analisado o processo de transformação urbana que ocasionou a consolidação e incorporação do Parque Moinhos de Vento como área verde pública?

E como questões específicas pode-se perguntar: Quais foram os principais agentes nas decisões que levaram as frentes públicas a optar pela implementação do parque? Como ocorreu o desenvolvimento do bairro

Moinhos de Vento no contexto urbano, ocasionando na formação da gleba que deu origem ao parque?

Analisa-se neste trabalho, o Bairro Moinhos de Vento como elemento urbano, o qual abriga um dos parques existentes na cidade de Porto Alegre até os dias de hoje. Para a base desta pesquisa foi realizado o levantamento e organização de dados referentes à história desde a origem do bairro até a formação do Parque Moinhos de Vento, na tentativa de entender o contexto político e social em que se encontrava a cidade de Porto Alegre durante meados do século XX, em especial nas décadas de 1960 e 1970.

Conforme os poucos dados já publicados, entende-se que a população local pode ter tido um papel significativo na conquista do terreno para a instalação de uma área verde pública, com o consequente planejamento e implantação do projeto do parque. Busca-se ir além do pouco que se sabe e, aprofundando este conhecimento, entender o contexto urbano em que se encontrava a Porto Alegre do século XX, e quais razões levaram expressiva população à tomada de iniciativa frente à prefeitura para a aquisição da área como espaço verde público.

Para que se possa esclarecer melhor os fatos, problematiza-se neste trabalho o entendimento dos espaços verdes de uso coletivo e sua importância como lugares em meio ao contexto urbano das grandes cidades, interpretando a visão de diversos autores sobre o conceito de lugar, a ideia de território e de espaço, bem como pondo em discussão o conceito a importância de um lugar na cidade. A relação entre estas abordagens trará para esta pesquisa a base teórica necessária para que se tenha um maior aprofundamento sobre o espaço estudado e o recorte temporal escolhido.

AS HIPÓTESES

A ideia de pesquisar a transformação que resultou na existência do Parque Moinhos de Vento surgiu a partir da observação de que este é um dos lugares públicos mais frequentados da cidade atualmente. A premissa de que o parque é apropriado pela população como um lugar dentro da cidade, impulsiona a necessidade de desvendar os fatos ocorridos no século passado, na tentativa de esclarecer o surgimento do parque numa área da cidade que já estava consolidada no meio urbano em um período onde a industrialização e a construção civil reinavam como símbolos de progresso.

Devidos às diversas atividades e eventos que o parque recebe, é razoável afirmar que o mesmo tem sido bem sucedido quanto ao uso por parte da população, levando também em conta a sua constante utilização para exercícios físicos diários. Certamente este sucesso deve-se a fatos que desconhecemos, pois a bibliografia existente apenas relata a saída do Jockey Club, e a instalação dos equipamentos do parque posteriormente, como se o mesmo houvesse surgido aleatoriamente no local. Há uma ou mais razões

para o parque ser um local atrativo de grandes públicos, e é deste pressuposto – de que o parque é um lugar! – que se desenrola este trabalho de pesquisa.

A pesar de alguns dados coletados apontarem a evidência de um papel da população na história da formação do parque, pretende-se aqui confirmar algumas hipóteses:

1. O clamor por mais áreas verdes na cidade por parte da população local foi essencial para a consolidação do Parque Moinhos de Vento como área verde pública;
2. O tradicional Bairro Moinhos de Vento passou a comportar mais equipamentos de comércio e serviços, bem como a tornar-se receptivo para maior diversidade de pessoas em função do surgimento do parque e de sua importância como lugar na cidade;
3. A instalação do Parque Moinhos de Vento contribuiu significativamente no aumento da proporção de áreas verdes em Porto Alegre.

A METODOLOGIA DE PESQUISA

Para um claro entendimento sobre a transformação urbana aqui estudada, foi necessário iniciar esta pesquisa com ênfase na base teórica da investigação, trazendo referências bibliográficas que possam tornar claro o entendimento da premissa da qual estamos partindo. Sendo assim, fez-se imprescindível iniciar revisando o estado da arte, e posteriormente conceituar o espaço físico no sentido de *lugar* dentro do contexto urbano, percorrendo também – mesmo que brevemente - sobre a situação econômica e social do município, contextualizando o período em que se passaram os fatos.

Como base teórica, fez-se a opção de dialogar com diversos autores que dissertam sobre o tema *lugar*, bem como aqueles que abordam a importância dos espaços verdes abertos nas cidades e os espaços de uso coletivo em relação ao meio urbano onde estão inseridos. Busca-se aqui entender a importância do espaço enquanto ambiente aberto, de uso coletivo, frequentemente utilizado por uma determinada população, levando assim, a também interpretar as diferentes formas de apropriação dos espaços abertos da cidade pelo usuário. Interpretar o significado que um determinado espaço passa a ter para seus usuários dentro da cidade como um todo, justificando a importância do *conceito de lugar*. Configura-se assim o fechamento desta primeira etapa da pesquisa.

Em um segundo momento, inicia-se uma pesquisa de caráter historiográfico, onde são coletados documentos que abordam fatos históricos sobre o terreno estudado, apresentando de forma escrita e ilustrativa, a história deste espaço. Primeiramente contextualizando a formação e o crescimento do Bairro Moinhos de Vento como parte de um eixo de que é reconhecido como

uma linha de segregação urbana¹¹ na cidade de Porto Alegre. Em seguida é preciso analisar a situação política e econômica da cidade de Porto Alegre na época em questão, partindo em seguida para uma pesquisa documental, a qual consiste em identificar documentos em fontes primárias (leis, decretos, normas, escrituras, fotos, mapas da cidade ao longo dos séculos, possíveis relatos da população local, revistas e jornais da época), e sua posterior organização.

As informações foram analisadas e relacionadas com a premissa de pesquisa, buscando entender o sentido dos acontecimentos desde a saída do hipódromo até a consolidação do parque. A identificação da interlocução entre representantes do poder público - vereadores, prefeito, entidades privadas e a sociedade civil – e a população que possivelmente teve participação na conquista deste espaço verde de uso público.

O QUE SE SABE ATÉ HOJE

Não são numerosas as referências bibliográficas e demais fontes documentais das quais se tem conhecimento sobre o espaço estudado, seja a partir do parque em específico ou do bairro como um todo. Em sua maioria, são pequenas e sucintas histórias da sociedade porto-alegrense. Muitas destas foram escritas em forma de crônica, as quais não contemplam os fatos históricos que levaram à existência deste espaço, abraçando apenas os contos populares. O cenário que ilustra atualmente a área verde mais imponente do Bairro Moinhos de Vento, oficialmente a partir da década de 1970, passou por um período de abandono durante a década anterior, tornando-se não mais que um espaço residual no meio urbano, onde habitavam moradores de rua, mosquitos transmissores de doenças, e alguns animais silvestres, em péssimas condições.

A ideia de um jardim público para esta região já havia sido cogitada – e até mesmo estudada – desde a década de 1940, quando o então intendente José Loureiro da Silva – em seu primeiro mandato nomeado por Getúlio Vargas - contrata o arquiteto Arnaldo Gladosch para elaborar o que seria um plano de recuperação para a cidade, e conseqüentemente a definição de um plano diretor.

Gladosch propõe, em seu anteprojeto, a execução de um novo logradouro, o que hoje é a Avenida Goethe. Esta importante avenida, de largo gabarito, foi aberta ainda na época da atuação de Loureiro da Silva na prefeitura, e no terreno que ainda sediava eventos da hípica, o arquiteto contratado já planejava um espaço verde para o uso de todos. A cidade já havia sido dividida em distritos, e a necessidade de uma área verde de recreação teoricamente não existia para uma população na época considerada de elite – a qual já frequentava seus clubes de luxo – e sim, para a população

¹¹ Segregação urbana: Ver capítulo 3.

geral da região, incluindo o proletariado que habitava o bairro ao lado – Floresta – e trabalhava na região em expansão industrial do 4º Distrito.

Como já foi assinalado anteriormente, através da literatura, pouco se conhece sobre a história de como se consolidou o parque, bem como são raras as abordagens no tocante ao longo processo que o trouxe como solução para a ocupação do terreno. A escassez de dados encontrados justifica a importância da pesquisa documental aqui proposta, visto que poucos autores que abordam o tema, quase sempre o fazem com um olhar poético, contando estórias, descrevendo paisagens ou ainda colocando-o como o cenário do lazer para as elites locais. Lança-se mão de mencionar que entre a saída do Jockey Club (1959) e a oficialização da área como parque (1972), houve um período de aproximadamente treze anos em que esta gleba manteve-se abandonada.

As publicações sobre o parque trazem com fatos isolados, sem grande relevância, onde apenas é ressaltado que o Parque Moinhos de Vento guarda a história de um antigo hipódromo, descrevendo-o como um presente que a prefeitura teria aleatoriamente concedido para a população. Como se nada tivesse acontecido entre o final da década de 1950 e os primeiros anos da década de 1970, fase em que o terreno passou na sombria frieza do abandono. Sobre este período quase nada se conta, deixando de lado a situação recorrente durante mais de uma década, sobre o que então tornou-se um resíduo urbano, sem investimentos por parte da prefeitura ou mesmo preocupação advinda da população local. A antiga gleba que hoje compõe o parque passou anos no esquecimento por parte do governo local, e mesmo por aqueles que tanto por ela protestaram, impedindo a venda para loteamento no mercado imobiliário.

Temos aqui que o acervo documental sobre esta história não pode ser considerado rico o suficiente em informação, uma vez que não há registros de autores que pesquisem a fundo, dissecando fatos e relatos para que haja um esclarecimento do processo histórico que deu origem ao Parcão.

1. UM PARQUE, UM LUGAR:

1.1. SOBRE A IMPORTÂNCIA DE UM LUGAR

Espaços importantes em uma cidade são aqueles que fazem sucesso quanto ao uso por parte da população. Queremos frequentar os lugares onde encontramos conforto ou onde nos remetemos a boas memórias. A ideia de pesquisar o Parque Moinhos de Vento partiu deste pressuposto, a partir da observação e contemplação do objeto empírico: o parque faz sucesso, pois está sempre ocupado pelas pessoas. Ou seja, este parque provavelmente contempla a imagem e a importância conceitual de um lugar.

O Parque Moinhos de Vento atrai constantemente um público notável de pessoas que, por diversas razões o frequentam. Apesar de suas dimensões não relativamente diminutas, este equipamento urbano pode comportar um número elevado de pessoas, que em eventos específicos, chegam a encher o local. Durante a maior parte do tempo o Parque Moinhos tem a atividade diária de um parque de bairro, atendendo essencialmente às necessidades de circulação e recreação corriqueiras da população local.



Fig.1.1: Vista aérea do Parque Moinhos de Vento

Fonte: Fotografia do livro *Parques Urbanos no Brasil*, de Macedo & Sakata, publicado em 2003, p. 131.

Parques de Bairro é um termo definido por Jane Jacobs¹² em 1961, e seu argumento é de que não basta um parque existir para garantir vitalidade¹³ para si mesmo e para o seu entorno, pois não é possível obter valorização de um bairro simplesmente adicionando-se áreas verdes sem nenhum critério. Segundo Lynch¹⁴, para que um parque de bairro funcione ele precisa ter 4

¹² JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. 3. ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2011, p. 97.

¹³ Vitalidade: refere-se à vida nas ruas, praças, passeios e demais espaços públicos abertos.

¹⁴ LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., 1997, p. 97.

elementos: complexidade, centralidade, insolação e delimitação espacial. Estes vêm sendo objetos de preocupação também por parte de outros autores desde meados do século XX. A exemplo desta situação questiona-se seu uso – ou não uso – por parte do morador vizinho ou mesmo do público em geral, podendo leva-lo ao sucesso ou condena-lo ao fracasso.

Apesar das dimensões não muito extensas, o Parque Moinhos de Vento possui características que o apontam como um equipamento destinado preferencialmente ao uso de moradores locais, visto que a presença predominante é de pessoas que habitam suas proximidades, ou trabalham próximo ao local. Mesmo comportando um elevado número de pedestres, este possui algumas definições em sua configuração que levam o usuário a explorá-lo como faria em qualquer praça destinada a um determinado bairro ou região da cidade. Entender primeiramente o parque como *lugar* dentro da cidade é imprescindível para que se tenha um melhor esclarecimento quanto à participação da população na aquisição da gleba por parte da prefeitura, em busca da preservação desta área aberta.

Certamente este local já era de grande importância para estas pessoas desde as antigas instalações do Prado Independência - como era chamado antes de ser comprado pelo Jockey Club. Assim, leva-se em conta a abordagem perceptiva e cognitiva, que segundo Reis e Lay¹⁵ *tem por objetivo investigar as relações entre as características físico-espaciais do ambiente construído e o comportamento dos indivíduos*. É preciso aqui, iniciar uma discussão sobre o sentimento do usuário em relação aos espaços abertos que compõem a cidade, trazendo base teórica para sustentar a premissa da qual esta pesquisa se vale. O entendimento da relação que se estabelece entre o cidadão e os locais projetados para uso coletivo dentro do perímetro urbano faz-se essencial para o sucesso deste trabalho.

Espaços públicos planejados e cuidadosamente inseridos na malha urbana já aparecem desde as primeiras *praças do mercado* nas principais cidades da Grécia antiga¹⁶. Tratava-se de um padrão de espaço público projetado especialmente para reuniões da população e uso recreativo nas demais horas. Estes espaços sempre tiveram destaque no desenho urbano e em muitos países o padrão “praça do mercado” existe até a atualidade. As áreas públicas de uso coletivo costumam exercer um papel relevante na vida social do ser humano, sendo o elemento que une as pessoas.

O geógrafo Milton Santos¹⁷ define que *o espaço inclui uma conexão definida como materialista de um homem com o outro, e esta está sempre se modificando*. Podem estes espaços imprimir os mais variados tipos de função, e por sua vez, tornarem-se respeitáveis para seus usuários, sejam como locais de trabalho, de lazer, de convívio da sociedade, ou simplesmente espaços de passagem.

¹⁵ REIS, A. T. da L.; LAY, M. C. D. *Avaliação da Qualidade de Projetos: uma abordagem perceptiva e cognitiva*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2006, p. 08.

¹⁶ BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 44.

¹⁷ SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006, p. 67.



Fig.1.2.: Praça de Mercado em Atenas, na atualidade
Fonte: Acervo pessoal PROKOS, disponível em andrewprokos.com.

Muitos autores que estudam o conceito de lugar, consideram que as *relações entre as pessoas e os espaços costumam envolver uma grande correspondência física, e além desta, envolvem um fator psicológico*¹⁸. O lugar é um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, onde cooperação e conflito são a base da vida em sociedade estabelecida a partir da ação própria de cada um. Sendo assim, a compreensão do significado destes espaços ao longo dos séculos é relevante para que possam ser estudados aqui alguns conceitos sobre a percepção de *lugar*.

Para conceituarmos um espaço quanto à sua validade como lugar, é importante ressaltar que *certos lugares se distinguem dentro do espaço maior onde se situam as pessoas e, ao se distinguirem, se tornam percebidos de maneira diferente*¹⁹. Os espaços de uso público já aparecem como equipamentos diferenciados nas aglomerações urbanas desde as primeiras civilizações de que se tem registro, destacando-se no contexto urbano e assim representando áreas imponentes no desenho da cidade. Visto que esta situação já ocorre desde o início na história das cidades, Santos²⁰ afirma que *no passado distante, uma região fora um sinônimo de territorialidade absoluta de um grupo e a diferença entre áreas se devia a uma relação direta com seu entorno*. Pode este ser o caso do usuário em relação ao espaço urbano que hoje comporta o Parque Moinhos de Vento, pois pode a população local ter desenvolvido uma relação afetuosa com o espaço ali presente, talvez em prol de sua ocupação anterior, ou talvez no repúdio ao possível bloqueio da paisagem por meio da construção massiva de edificações.

¹⁸ CASTELLO, Lineu. *A Percepção de Lugar: repensando o conceito de lugar em Arquitetura-Urbanismo*. 2007. 435 f. Tese de Doutorado (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 127.

¹⁹ *Ibidem*, p. 117.

²⁰ SANTOS, Milton. *O Lugar: encontrando o futuro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, p. 35.

A importância de um espaço onde o ser humano possa se reunir pelas mais diversas razões leva áreas deste tipo a serem destinados especialmente ao convívio público de uso coletivo, onde a principal intenção é a confraternização de cidadãos, sendo ou não específicos para determinadas classes sociais. Relph²¹ postula que a essência do lugar seria o seu poder de estabelecer relações espaciais com as experiências existenciais humanas. Ou seja, uma qualidade essencial do lugar seria sua força de interagir com o modo espacial que tomam as intenções, experiências e comportamentos dos usuários.

Um dos pontos mais relevantes aqui é o de que o lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, ao qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também *o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade*²². Se alguém se sente dentro do lugar, envolvido pelo lugar, no interior de um lugar, isto quer dizer que este alguém está seguro, abrigado e à vontade, e *quanto mais profundamente a pessoa se sentir inserida no lugar, mais forte será sua identidade com aquele lugar*²³.

Temos claro o que aqui consideramos como lugares: aqueles espaços que sempre estiveram presentes na vida das pessoas, e que o Parque escolhido para ser objeto deste estudo faz parte deste repertório. Enquanto há determinados espaços em que as pessoas se sentem melhor, podendo desenvolver memórias, marcar lembranças ou apenas representar um ambiente seguro e confortável, faz-se possível adotarmos a definição do Parque Moinhos de Vento como *lugar* - de sucesso - e sua importância cognitiva para a vida cotidiana de quem o frequenta, na tentativa de compreender a estima deste espaço, dotando-o de valor para o usuário.

Lugares são espaços urbanos cuidadosamente localizados, qualificados e definidos, destinados basicamente ao desempenho de funções de cunho social, ou seja, espaços nos quais as pessoas irão se encontrar para realizar seus contatos sociais, e poderão sociabilizar comunitariamente ao exercitar seus relacionamentos interpessoais²⁴.

São as pessoas que dão aos parques utilidade e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso. Com esta frase, Jane Jacobs, em sua obra *Morte e Vida de Grandes Cidades*, de 1961, ressalta a importância dos agentes externos de produção do espaço, e coloca o usuário como o principal agente de construção e manutenção do espaço criado. Visto que os parques urbanos são o tipo de espaço que comumente se tornam pontos de referência para a localização dos usuários (no caso de fazerem sucesso), sejam eles os moradores locais, moradores de regiões próximas ou,

²¹ RELPH, Edward. *Placeness and Placelessness*. Londres: Ed. Pion, 1976, p. 113.

²² SANTOS, 2006, p. 66.

²³ RELPH, op. cit., p. 113-114.

²⁴ CASTELLO, 2007, p. 106.

em casos de cidades mundialmente conhecidas, visitantes a turismo. Esta é uma das formas pelas quais as pessoas passam a se apropriar de um espaço à medida que este se torna interessante para seu uso e, nestes lugares, praticam-se usos, podendo ou não ser impostos pela cultura dos grupos sociais que ali frequentam. Ainda para Jacobs²⁵, a essência de um parque é fruto de sua vizinhança e da maneira como a vizinhança gera uma sustentação mútua por meio de usos diferentes ou deixa de gerar essa sustentação.

[...] um parque de bairro genérico, que esteja preso a qualquer tipo de inércia funcional de seu entorno, fica inexoravelmente vazio por boa parte do dia. E aí se estabelece um círculo vicioso. [...] ele exerce pouca atração devido ao número restrito de frequentadores potenciais²⁶.

Quanto maior a cidade, provavelmente maior a diversidade de culturas encontradas dentro dela, possibilitando as mais diversas formas de ocupar ou apropriar-se de um espaço para uso cotidiano. O Parque Moinhos de Vento, como um dos mais utilizados de Porto Alegre, está propício a diversos tipos de ocupação, pois basta uma caminhada pelas ruas que configuram seu entorno imediato e logo se entra em contato com uma diversidade de personagens, comportamentos, hábitos, crenças e valores.

Uma vez que aqui está sendo estudado um espaço localizado na metrópole, é importante ressaltar que dentro das grandes cidades, as definições de conceito e percepção de lugar são indicadores do significado de um determinado espaço para um indivíduo ou para uma população. Os espaços ganham importância na vida das pessoas conforme ficam guardados na memória, adquirindo assim valor sentimental para quem os frequenta, ou costumava frequentá-los. Tuan²⁷ define como *Topofilia*, o elo afetivo que se estabelece entre a pessoa e o ambiente físico. *O que começa como espaço indiferenciado torna-se lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado.*

No caso dos parques, apontemo-los como áreas abertas nas cidades, as pessoas não utilizam estas áreas só porque elas estão lá, e porque os planejadores urbanos gostariam que utilizassem²⁸. Um parque impopular preocupa não apenas pelo desperdício físico e pelos espaços ociosos que implica, mas também pelos efeitos negativos constantes. Assim, dá-se aqui ênfase à importância do notável apego afetivo que determinada zona de Porto Alegre desenvolveu por uma área que mesmo abandonada por cerca de uma década, veio a ser conquistada com a ajuda da população. Lutou-se por um parque para que a gleba até então residual não se tornasse mais um terreno público loteado e comercializado no mercado imobiliário. Embora se espere muito dos parques urbanos, os mesmos estão longe de transformar qualquer

²⁵ JACOBS, 2011, p. 98.

²⁶ Ibidem, p. 99.

²⁷ TUAN, Yi-Fu. *Topophilia: a study of environmental perceptions, attitudes, and values*. New Jersey: Ed. Prentice-Hal, 1983, p. 3, 6 e 151.

²⁸ JACOBS, op. cit., p. 97.

virtude inerente ao entorno, estando também longe de promover as vizinhanças automaticamente, os próprios parques é que são direta e drasticamente afetados pela maneira como a vizinhança neles interfere²⁹.

Fatores como localização dentro da cidade, topografia e demais condições físicas podem ter despertado o interesse da população em transformar as terras deixadas pelo Jockey Club em um parque urbano. Ocorreu que as pessoas se sentiram de alguma maneira, ainda que peculiar, acolhidas, confortáveis e seguras neste então inóspito – porém cheio de lembranças - ambiente. Por localizar-se no miolo do bairro Moinhos de Vento, o terreno em questão possui história, muitas décadas de ocupação, em que uma população desenvolveu apego a este espaço, e passaram a vê-lo, senti-lo e guarda-lo carinhosamente na memória como um *lugar*.

O fator psicológico é decisivo dentro deste processo, pois este é o responsável pela condição emocional que leva a mente humana ao fomento da criação de lembranças a partir do que se viveu nos lugares, tornando-os o que Castello³⁰ define como *lugares da memória*. Aqueles cujo significado histórico confere importância aos elementos em função de seu papel na história e nas tradições da cidade, privilegiando a permanência dos elementos como referenciais urbanos de expressivo significado na memória da cidade, transformando-se em ícones que simbolizam a cultura dominante na região.

O espaço do Parque Moinhos de Vento foi conquistado por meio da insistência de agentes específicos com a ajuda da população frente à Câmara Municipal e a empresa Jockey Club, a qual na época teria outros planos para o terreno que ali se encontrava como resíduo urbano devido à saída de seu único hipódromo para a zona sul da cidade, no Bairro Cristal. Trata-se aqui de uma época em que os espaços destinados ao convívio coletivo de pessoas passam a ser vistos como uma das mais importantes preocupações das frentes responsáveis pelo planejamento e a evolução urbana das cidades.

O tramite destes acontecimentos inicia-se já nas primeiras décadas do século XX, com o aparecimento de notícias sobre o Jockey Club deixar a área, ainda no início da década de 1940. Este equipamento, instalado no local desde o final dos anos 1800, já havia se tornado assunto polêmico por estar em local mal inserido desde o início do século XX. A partir de então, o movimento modernista passa a ganhar espaço no Brasil e os adventos deste período podem ter influenciado na tomada de certas decisões por parte do governo. Transformar a gleba em Jardim de uso Público e, posteriormente, projetar e implantar um parque pode ter decorrido de influências do ideário estabelecido pelo modernista, onde a valorização dos espaços abertos ganhava ênfase. As décadas de 1940 até 1970 representam, de fato, o período em que mais há acontecimentos relativos à consolidação do parque, e em parte, o auge do modernismo no Brasil. *No âmbito do Urbanismo Modernista, lugares são áreas*

²⁹ JACOBS, 2011, p. 72.

³⁰ CASTELLO, 2007, p. 164.

*funcionais destinadas ao exercício da sociabilização, isto é, áreas destinadas a funcionar como espaços de convívio*³¹.

Visto que parques são espaços públicos de uso coletivo que podem se tornar referência na memória das pessoas que os frequentam, neste caso, o Parque Moinhos de Vento é peça importante da história de Porto Alegre em função da transformação urbana que demandou até sua criação.

Jan Gehl³² ressalta a importância dos espaços abertos de uso comum nas cidades contemporâneas, afirmando que como resultado das inúmeras mudanças na maneira em que a sociedade e a economia são organizadas, *muitas pessoas agora vivem uma vida cada vez mais privada com residências particulares, carros particulares, equipamentos domésticos particulares e escritórios particulares*. Com essa situação percebe-se um sólido aumento no interesse em reforçar os contatos com a sociedade civil em geral, e isto pode ser feito através da criação deliberada de espaços que possam ser utilizados por todos e a qualquer hora do dia ou da noite, e imprescindivelmente, estejam próximos das moradias.

1.2. UM LUGAR NA CIDADE

O crescimento urbano muitas vezes ocorre de forma acelerada a ponto de atingir o descontrole - especialmente nas grandes cidades - e com ele os espaços públicos de uso comum passam a fazer falta na composição do meio urbano, influenciando diretamente em alguns fatores de utilização do espaço. A vida das pessoas no contexto urbano onde se inserem requer mais do que apenas onde habitar, circular ou trabalhar, fazendo necessária a existência de lugares onde possa haver momentos de lazer, recreação ou mesmo lugares que deem à paisagem urbana mais leveza e beleza, quebrando a massa cinza da cidade construída e verticalizada.

Um espaço onde a população de um determinado bairro ou região possa frequentar, recreando e socializando de maneira segura e harmoniosa – podendo desfrutar do privilegiado contato com a natureza – faz-se indiscutivelmente necessário no movimentado dia-a-dia urbano que vivemos. A importância que um determinado ponto da cidade ganha para sua população é construída ao longo de sua existência e permanente ou esporádica utilização. Este significado pode estar atrelado a fatores de afeição ou cognição, e de qualquer maneira torna o espaço lembrado digno de ser descrito como o que foi abordado no capítulo anterior: um lugar.

Segundo Serpa³³, um lugar pode ser identificado a partir de três componentes que se inter-relacionam: *traços físicos, atividades e funções*

³¹ CASTELLO, 2007, p. 118.

³² GEHL, Jan. *Cidade para pessoas*. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013, p. 98.

³³ SERPA, Angelo. *A produção do Espaço Urbano*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018, p. 100.

observáveis, bem como o significado ou símbolos. Estudar lugares dentro das cidades significa examinar fenômenos específicos do mundo vivido, elucidando a diversidade e a intensidade de nossas experiências dentro do recorte estudado. Lynch³⁴ define que “para um espaço ser definido como um lugar devem haver *características de caráter histórico, relacional e identitário*, e um espaço que não possua estes itens, a ponto de não se pode definir de tal modo deve então ser encarado como um não-lugar, assunto que esta pesquisa não se propôs a aprofundar.

Este trabalho consiste, em parte, na análise da importância do lugar na vida do ser humano, estudando a influência do Parque Moinhos de Vento para a população em função de sua singularidade dentro do tecido urbano de Porto Alegre. A relevância de um lugar na vida de seus habitantes pode atingir diversos níveis e dimensões, e o embasamento teórico desta pesquisa busca encontrar respostas, ou ao menos elaborar questões específicas sobre o significado dos lugares abertos e de uso público dentro da cidade. A relação do homem com o meio onde vive traduz em forma de ações cotidianas, costumes adquiridos ao longo do tempo e tradições mantidas, a memória afetiva e cognitiva que se estabelece no processo histórico dos lugares na cidade.

Já foi abordada aqui a questão que contempla o conceito de lugar, sabe-se que um lugar é onde nos sentimos bem, onde queremos estar, para onde queremos voltar, ou lembrar. Enfim, é onde a vida acontece. Na perspectiva deste trabalho, a cidade é o sítio do lugar, é nela que o lugar surgiu, e é dentro dela que se constrói um significado na paisagem urbana³⁵. A cidade transborda tudo, inclusive a matéria inerte, em elementos de cultura, ou seja, na forma de comunicação do indivíduo e do grupo com aquele universo, onde a história deixa uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio³⁶.

O terreno escolhido para este estudo passou por diversas etapas em momentos históricos, sendo um espaço que dentro da formação da cidade, comportou diferentes usos ao longo dos últimos séculos, bem como acolheu diferentes públicos e culminou em um elemento urbano diferenciado, um espaço público. A consciência de que no lugar *estamos condenados a conhecer o mundo, pelo que ele já é, mas, também, pelo que ainda não é*³⁷, leva esta abordagem filosófica ao espaço em questão, um objeto empírico, a procurar explicar o seu sucesso ao longo das últimas décadas, como parque dentro da cidade.

Um parque certamente é um espaço capaz de criar no ambiente da cidade mais do que uma percepção individual de cada ser humano, mas uma imagem pública, podendo tornar-se referência para uma determinada

³⁴ LYNCH, 1997, p. 31.

³⁵ Paisagem Urbana: é um conceito que exprime a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o espaço urbano (CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. 1971, p. 09).

³⁶ SANTOS, 2006, p. 221.

³⁷ Idem, 2008, p. 38.

população. Lynch³⁸ explica que para haver uma imagem pública de qualquer elemento urbano, deve haver a sobreposição de muitas imagens individuais - ou talvez exista uma série de imagens públicas, e cada uma é criada por um número significativo de cidadãos. As imagens individuais que criamos são únicas e possuem todas algum conteúdo que nunca ou raramente é comunicado, mas ainda assim se aproximam da grande imagem pública que, *em ambientes diferentes, é mais ou menos impositiva, mais ou menos abrangente.*

A importância de um espaço aberto de uso público dentro de uma cidade, mais especificamente de um parque, leva ao questionamento inicial: o por que o Parque Moinhos de Vento foi selecionado como objeto empírico para este estudo. Além dos objetos físicos perceptíveis, devemos levar em conta que existem outras influências atuantes sobre a *imaginabilidade*³⁹ do usuário, como o significado social de uma área, sua função, sua história ou mesmo o seu nome.

As conotações sociais são muito importantes em locais que atraem um determinado público, locais que constroem uma imagem ao longo das décadas e mesmo os que só são acessíveis a determinados grupos sociais. Os *observadores que conhecem bem o espaço em que vivem podem armazenar uma grande quantidade de imagens pontuais e organizadas em sequências*⁴⁰ que ao longo do tempo podem ou não se modificar.

Não foi simples o processo que deu ao Parque Moinhos de Vento a imponência que este tem atualmente no contexto da cidade, bem como este provavelmente não existiria se o antigo chapadão ocupado pela hípica não tivesse estabelecido, já em meados do século XX, grande significado afetivo para a população do bairro e da região. Sendo assim, a valorização do passado, ou do que sobrou dele na paisagem que contemplamos atualmente, dá-se hoje da mesma maneira que se generaliza no mundo, refletindo a *emergência de uma nova formação indentitária entre os homens do final do século XX e os conjuntos espaciais que lhes dão ancoragem no planeta, sejam eles regiões ou lugares*⁴¹.

O significado do lugar passou a se constituir, afirma Le Goff apud Abreu⁴², com o *fim da era de otimismo ilimitado no futuro, iniciada com o movimento medieval do Iluminismo*. Foi a partir deste momento histórico que as sociedades ocidentais começaram a redirecionar a sua visão de mundo - que antes era orientada para a grandeza religiosa e a divindade, onde se respeitava cegamente o passado - transferindo seu foco de atenção para o futuro e o progresso de suas cidades. A recorrência de grandes reformas urbanas trouxe uma nova ênfase aos espaços de uso comum, formando uma

³⁸ LYNCH, ,1997, p. 51.

³⁹ Imaginabilidade: está ligado ao conceito de legibilidade, uma vez que as imagens fortes aumentam a probabilidade de construir uma visão clara e estruturada da cidade (LYNCH, 1997, p. 11).

⁴⁰ LYNCH, op. cit., p. 76.

⁴¹ ABREU, Maurício. *A Produção do Espaço Urbano*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018, p. 19.

⁴² LE GOFF, 1990, p. 14 apud ABREU, 2018, p. 20.

associação de ideias relativas ao lugar que ali se afirmou, que só tendeu a ampliar o seu escopo com o tempo.

As reformas urbanas em grande escala que ocorreram nas cidades ao longo dos últimos séculos passaram a priorizar a criação de espaços recreativos abertos às populações como conjunto, e assim os parques urbanos ganharam um novo e melhorado papel dentro da cidade. Traz-se aqui a abordagem de Santos, onde embora a paisagem se dê como um conjunto de objetos reais-concretos, ela é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, onde o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objeto. Por isso, *esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico.*⁴³

O objeto de estudo desta pesquisa exemplifica a situação, pois o terreno do atual Parque Moinhos de Vento mudou de função mais de uma vez entre os séculos XVIII e XX, e especificamente em meados do século XX, passou por períodos de diferentes usos, atraindo diferentes públicos e sendo apropriado direta ou indiretamente por diferentes classes sociais, até se tornar um local de uso disponível a toda a população. Os fatos a serem aqui estudados condizem exatamente aos momentos em que o terreno mudou de ocupação ou de função, onde ocorreram as transformações urbanas do local, onde estão as memórias deste espaço como parte de uma paisagem modificada ao longo das décadas, que leva consigo as alterações do traçado urbano adjacente ao mesmo. *É nos momentos de ruptura da continuidade histórica que as atenções tendem a se direcionar mais para a memória*⁴⁴.

A mudança de uso do terreno em questão ocasionou acontecimentos pontuais que modificando a malha urbana da região da cidade de Porto Alegre, e acomodando novos grupos sociais em seu entorno. As novas instalações das elites que, nas primeiras décadas do século XX deslocavam-se do centro em direção aos altos da independência, chegaram rapidamente à região do Bairro Moinhos de Vento, trazendo para o local uma nova cultura, cheia de costumes refinados e equipamentos de luxo, erguendo palacetes e mansões em meio a uma antiga zona agrícola e arrastando os antigos moradores remanescentes para os bairros vizinhos ainda não edificadas. Criaram assim, novas memórias, memórias de um bairro agora em expansão, dando vida ao terreno do parque, um local antes abandonado ou com pouco uso.

De um antigo chapadão colonizado por famílias alemãs para a produção e moagem do trigo, para um local evacuado durante boa parte do período imperial, a instalação de um prado no final do século XIX trouxe para a área mais do que uma mudança de uso, uma mudança cultural, um equipamento direcionado para outra classe social, uma classe nova no local, de maior poder aquisitivo do que as que antes habitavam ou frequentavam a região. Esta mudança de uso deu início a uma fase de transformações urbanas que modificaram sistematicamente o mapa desta área da cidade até finais da

⁴³ SANTOS, 2006, p. 67.

⁴⁴ ABREU, 2018, p. 20.

década de 1960, resultando na instalação do projeto do parque cerca de duas décadas depois.

A paisagem, para Santos⁴⁵, é descrita como “história congelada” e são as suas formas que realizam no espaço as funções sociais, caminhando junto com a evolução urbana do local e encaixando-se em uma mudança de escala, passando então a criar novas memórias, memórias estas de um passado já morto. As memórias transformam continuamente a paisagem em precioso instrumento de trabalho, pois *essa imagem imobilizada de uma vez por todas permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto*.

O ambiente o qual o ser humano explora ganha processualmente um significado, que segundo Lynch⁴⁶, faz parte de uma imagem ambiental, onde sua identidade implica em primeiro lugar no que tange à identificação de um objeto no seu sentido empírico, ou seja, sua diferenciação de outras coisas, seu reconhecimento enquanto entidade separável. A relação paradigmática do objeto com o observador, seja ela prática ou emocional, determina uma relação de singularidade que o espaço físico ganha, tornando-se indispensável para que ali se construa a ideia de um lugar.

Construímos uma relação com o espaço no qual vivemos ou circulamos, elaboramos automaticamente uma imagem mental sobre este espaço, a qual pode envolver lembranças, sensações boas, ruins, e outros tipos de reação. Este espaço se torna importante para nós, ganha involuntariamente a nossa atenção e passa a fazer parte – mesmo que muito remota – de nossas histórias. À primeira vista, a imagem óbvia de um espaço no meio urbano logo se torna capaz de chamar a atenção para um número limitado de características do espaço vital.⁴⁷

A singularidade que um espaço adquire está onde o passado se materializa na paisagem, preservado na memória através de equipamentos urbanos simbólicos (como obeliscos, monumentos em homenagem a algo, alguém ou algum fato histórico) ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos frequentadores desses lugares. Abreu⁴⁸ coloca que: *A busca da identidade dos lugares tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado*. A premissa desta pesquisa está no tocante à história de um lugar e ao que esta representa para a sua população, está no entendimento de um espaço na cidade ter criado história e está na memória de um bairro e nos acontecimentos dos quais até hoje ainda não foram encontrados registros oficiais.

O passado sempre fez parte do cotidiano de diversas cidades contemporâneas. [...] o presente se desenrolou e o futuro se construiu a partir de uma sólida base material e espiritual herdada do passado. Em outras palavras, o passado acompanhou pari passu o processo

⁴⁵ SANTOS, 2006, p. 69.

⁴⁶ LYNCH, 1997, p. 09.

⁴⁷ Ibidem, p. 12.

⁴⁸ ABREU, 2018, p. 21.

de desenvolvimento da sociedade; ele sempre fez parte do presente e da ideia do futuro.⁴⁹

A memória é uma categoria biológica/psicológica que diz respeito à capacidade de armazenamento e conservação de informações.⁵⁰ O objetivo aqui é discutir a memória como um elemento essencial da identidade de um lugar. Para Santos⁵¹, o lugar é a extensão do acontecer solidário, entendendo-se por solidariedade a obrigação de se viver junto, ou seja, a criação inevitável de uma memória coletiva. O lugar é então o lócus do coletivo, do intersubjetivo, e sendo assim, memória de um lugar, a memória de uma cidade é, portanto, a memória coletiva. A memória coletiva é um *conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um grupo que transcende o indivíduo*.

É através das imagens que registramos mentalmente os lugares que se criam, com maior ou menor precisão as memórias; *são os lugares que oferecem precisão às imagens [...] imagens, que nos fornecem o suporte necessário, graças ao qual podemos atribuir-lhes um lugar em nosso espaço mental, sonhar com eles e deles nos lembrarmos*⁵².

Fundamental nesse sentido é a relação inextrincável que se estabelece entre espaço e tempo no campo da memória individual. “Graças à memória, o tempo não está perdido, e, se não está perdido, também o espaço não está”. Ao lado do tempo reencontrado, está o espaço reencontrado⁵³.

A produção da história das cidades dá importante papel aos lugares. Para Santos⁵⁴, o grande papel do lugar na produção da história, é a sua possibilidade de construir uma história das ações que seja singular quanto à importância que este espaço teve para os que o frequentam. No caso dos parques urbanos, o século XIX é o período onde emerge a ideia do parque como um espaço público urbano. Atribui-se então a esse espaço um conjunto de qualidades que deveriam resolver os males da nascente civilização industrial. O parque público é visto desde então como instrumento útil para os reformadores do momento, que vão agir de acordo com o lema: *faz-se necessário tornar a cidade bela e boa de viver para seus habitantes*⁵⁵.

Nesse momento histórico, a questão central colocada é a ênfase nos aspectos funcionais em detrimento dos aspectos estéticos, que corresponde a mudanças relativas ao público frequentador dos parques urbanos. O antigo observador assume agora condição de usuário dos espaços que agora são organizados para satisfazer as suas necessidades. Essas necessidades se articulam em torno da ideia de que *a cidade, seus miasmas e dejetos precisam*

⁴⁹ Ibidem, p. 22.

⁵⁰ ABREU, 2018, p. 24.

⁵¹ Ibidem, p. 25.

⁵² POULET, 1992, p. 28 e 31 apud ABREU, 2018, p. 28.

⁵³ ABREU, op. cit., p. 29.

⁵⁴ SANTOS, 2008, p. 39.

⁵⁵ SERPA, Angelo. *O Espaço Público na Cidade Contemporânea*. São Paulo: Editora Contexto, 2018, p. 80.

de um antídoto, de aeração e circulação⁵⁶. Estes são fatores essenciais que deram maior ênfase à questão da inserção de manchas verdes nos mapas urbanos das grandes cidades.

As requalificações urbanas em grande escala têm recebido crescente atenção nas grandes cidades do mundo ocidental desde o período industrial. De certa forma, a comercialização do espaço por meio da ação imobiliária, traz consigo a necessidade de espaços não comercializáveis que completam de forma única e insubstituível a paisagem da cidade. O espaço é, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, um conjunto de mercadorias cujo valor individual é *função do valor que a sociedade, em um determinado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração desta paisagem*⁵⁷.

O século XX marcou a história urbana da cidade de Porto Alegre através das reformas urbanas que se sucederam ao longo das décadas em seu território, evidentemente seguindo um padrão de aplicação das vertentes do urbanismo moderno que iniciara na França, ainda no século anterior. Planos de requalificação do espaço já construído foram elaborados desde as primeiras décadas dos anos mil e novecentos, onde o objetivo de higienizar, melhorar e conservar as áreas onde as burguesias locais habitavam e circulavam, transformando para melhor a paisagem urbana de em determinadas regiões da cidade, agiam como resposta as necessidades recorrentes da sociedade nesta época. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade⁵⁸.

A história da cidade como um todo ancora, mesmo que indiretamente, a história de seus lugares em particular, sendo esta uma das aderências que ligam os indivíduos que a frequentam ou habitam. A cidade por si só, é uma das resistências que não permitem que as memórias individuais ou coletivas fiquem perdidas no tempo. A cidade não é apenas um coletivo de vivências homogêneas, pois o que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a um lugar é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações sociais que variam tanto no tempo como no espaço. Consequentemente, a vivência na cidade dá origem a inúmeras *memórias coletivas, que podem ser bastante distintas umas das outras, mas que têm como ponto comum a aderência à um mesmo lugar*⁵⁹.

Serpa⁶⁰ aponta ainda que o significado de lugar vem sendo trabalhado também pelos geógrafos, estes pensando os lugares como as distintas versões do processo de reprodução do capital ao redor do mundo, ora associado a uma análise fenomenológica e humanista, entendendo o lugar como o *locus da reprodução da vida cotidiana, permeada por diferentes visões de mundo e diferenciadas ideias de "cultura"*. Atualmente, o papel dos lugares nas cidades

⁵⁶ Ibidem, p. 81.

⁵⁷ SANTOS, 2006, p. 67.

⁵⁸ SANTOS, loc. cit.

⁵⁹ ABREU, 2018, p. 28.

⁶⁰ SERPA, 2018, p. 97.

contemporâneas - em um contexto de metropolização, fragmentação e homogeneização⁶¹ - vai conformando cada vez mais e de modo mais profundo, a hierarquização dos espaços por lógicas econômicas e culturais, em geral de caráter social por meio de segregação das classes.

Importante ponto para esta pesquisa é entender o perfil da população que se instalou na região do bairro, incluindo os terrenos do atual parque, uma vez que Serpa⁶² afirma que *os verdadeiros agentes de transformação do espaço são os moradores*, uma vez que a articulação destes configura o perfil da população que certo lugar recebe ou comporta. Nesse sentido, o lugar pode ser entendido como um fenômeno da experiência humana, clamando por nossas afeições e obrigações, pois conhecemos o mundo através daqueles nos quais vivemos. *Lugares são existenciais e uma fonte de autoconhecimento e responsabilidade social*⁶³.

O Parque Moinhos de Vento tem além de nítida importância de um lugar para uma significativa população, a condição espacial de acomodar histórias de um variado público, pois nele aconteceram e ainda acontecem diversos tipos de relações interpessoais e relações entre o homem e o espaço, e é no lugar que as diversas experiências de espaços podem relacionar-se de um modo particular. A condição humana supõe um espaço, um conjunto de relações e de trocas, de direções e distâncias, que vão condicionar de algum modo o lugar de sua existência⁶⁴.

Local onde normalmente um expressivo número de cidadãos circula todos os dias, um parque urbano é como um fenômeno da experiência humana, um lugar que também expressa e condiciona uma rotina, com possíveis confrontos, corriqueiros conflitos e dissonâncias, possibilitando uma leitura da vida cotidiana, com seus ritmos e contradições. Segundo Tuan⁶⁵, *cada lugar representa o reflexo e condição para a reprodução das relações sociais, políticas, culturais e econômicas nas mais diversas escalas de análise*.

As metrópoles contemporâneas se apresentam como aglomerados de muitos lugares, como multiplicidade de centros e centralidades. Grandes espaços ajudam a compor a imagem geral de uma cidade, como é o caso do parque aqui estudado. Para Lynch⁶⁶, o esqueleto da imagem de uma cidade se constitui em uma hierarquia funcional, o que seria uma escolha sensorial dos canais principais e sua unificação como elementos perceptivos contínuos. Sendo assim, manchas verdes com formas singulares que enfeitam o mapa da cidade, circundadas por avenidas de grande porte, certamente se encaixam neste padrão de referência. A singularidade da forma inclui o contraste que se pode dar daquele espaço enfatizado em relação ao entorno imediatamente visível, este contraste pode estar também relacionado à experiência de cada observador. Quando aumenta o conhecimento do espaço, os observadores

⁶¹ Ibidem, p. 98.

⁶² SERPA, 2018, p. 98.

⁶³ TUAN, 1974, p. 216.

⁶⁴ DARDEL, Eric. O Homem e a Terra apud SERPA, 2018, p. 100.

⁶⁵ TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983, p. 56.

⁶⁶ LYNCH, 1997, p. 107.

parecem depender cada vez menos de continuidades físicas volumosas para a organização do todo e deleitar-se cada vez mais com o contraste e a originalidade que dão vida à cena⁶⁷.

O Parque Moinhos de Vento constitui aqui, neste trabalho, o elemento de originalidade, história e peculiaridades que protagoniza o imaginário⁶⁸ urbano no qual ocorreram e ainda ocorrem acontecimentos relevantes para a população local. Sua importância dentro do contexto urbano é indispensável para o sucesso deste trabalho, pois este espaço urbano já teve diversos usos e sediou episódios relevantes para um número alto de pessoas, e por mais de um século fez-se importante na história da cidade de Porto Alegre.

A área urbana contemporânea tem características feitas pelo homem e problemas que frequentemente extrapolam as especificidades do lugar. Ou talvez fosse mais exato dizer que a natureza específica de um lugar pode ser vista, em nossos dias, como resultado das ações e dos desejos humanos, seja da estrutura geológica original. A cidade não é construída para uma pessoa, mas para um grande número delas, todas com grande diversidade de formação, temperamento, ocupação e classe social⁶⁹.

A imagem de um lugar de uso público deve ser adaptável aos hábitos perceptivos de boa quantidade de cidadãos, aberta a mudanças de função e significado, receptiva à formação de novas imagens através da capacidade cognitiva de cada usuário, e ao mesmo tempo deve convidar seu observador a explorá-la cada vez mais a fundo. É evidente que a forma de uma cidade ou de uma metrópole não apresentará um modelo complexo, contínuo e integral, apesar de intrincado e móvel⁷⁰.

Ainda aqui se pretende discutir o espaço público como um espaço-palco de ações políticas, tanto ao longo do tempo, contando a sua história, quanto possivelmente na contemporaneidade. A perspectiva crítica da incorporação de um parque em determinada área da cidade, que teoricamente teria uso público, porém por alguns autores é encarado como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista no contexto da cidade. Ou seja, ainda que o espaço seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos⁷¹.

A busca pela compreensão de quais as qualidades que norteiam a apropriação social do espaço público na cidade contemporânea é peça chave deste trabalho, buscando explicar como espaços que, em tese, seriam – ou

⁶⁷ LYNCH, 1997, p. 117.

⁶⁸ Imaginário: Entende-se o imaginário como um sistema de ideias e imagens de representação coletiva (PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Imaginando o Imaginário*. Artigo disponível em acervo digital da ANPUH – Associação Nacional de História. São Paulo, 1995, p. 09).

⁶⁹ LYNCH, op. cit., p. 123.

⁷⁰ Ibidem, p. 134.

⁷¹ SERPA, 2018, p. 09.

deveriam ser – acessíveis para todos vão sendo apropriados de modo seletivo e diferenciado pelos diferentes agentes e grupos⁷².

Na cidade contemporânea, o parque público visto por autores como Serpa como um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias, o que leva este trabalho mais uma vez a desenvolver o foco na importância de um lugar de uso público – e que tenha, efetivamente, acesso universal - dentro de uma grande cidade. O cidadão portalegrense faz hoje uso de um espaço que fora implantado na cidade a fim de transformar uma antiga área residual em um lugar destinado à recreação coletiva de um público bastante abrangente, impedindo a ação de uma especulação imobiliária que iria suprir a qualidade do espaço, tolhendo-o de áreas verdes e de uso comum.

Nas grandes cidades do Brasil e do mundo ocidental, a palavra de ordem é, portanto, investir em espaços públicos “visíveis”, sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas. Certamente o parque aqui estudado é, nos dias de hoje, um dos maiores pontos turísticos da cidade de Porto Alegre, e por algum motivo recebeu grande investimento na década de 1970, e de certa forma ainda vem recebendo⁷³.

Projetos como o do Parque Moinhos de Vento sugerem uma ligação clara entre o que Serpa define como “visibilidade completa” e espetacular, comprovam também a boa aceitação do “espetacular” em matéria de arquitetura e urbanismo, transformando um local abandonado em uma nova experiência, esta mais aberta para o mundo urbano exterior, trazendo ao seu usuário a sensação de estar livre em um local delimitado.

Os espaços verdes planejados na cidade podem também atuar como importante instrumento de valorização fundiária, mais um fator que pode ter ocorrido no caso do parque estudado. Projetados e implantados por arquitetos e paisagistas ligados a diferentes instâncias do poder local, os novos parques urbanos são apontados por Serpa⁷⁴ como *verdadeiras “grifes” do mercado imobiliário*. Esta afirmação auxilia no entendimento de que o parque estar inserido em um contexto teoricamente elitizado da cidade de Porto Alegre, - dentro do eixo de segregação urbana e cercado pelas elites locais – provavelmente influenciou na valorização dos terrenos ao seu redor, reforçando o caráter elitista do bairro. Trabalha-se aqui com a hipótese de que possivelmente o Parque Moinhos de Vento tenha sido implantado não apenas para suprir necessidades de áreas verdes no mapa da cidade, mas também para incentivar a valorização dos terrenos ao seu redor, atraindo novas classes sociais de maior poder aquisitivo.

A obediência e a submissão às normas sociais, graças à frequência dos parques urbanos, nunca esteve muito distante de preocupações

⁷² Ibidem, p. 10.

⁷³ O Parque Moinhos de Vento é adotado por instituições privadas desde 2001, atualmente há uma parceria entre quatro empresas que patrocinam eventos e cuidam da manutenção do parque. São elas, Melnik Even, Cia. Zaffari Bourbon, Hospital Moinhos de Vento e Panvel.

⁷⁴ SERPA, 2018, p. 26.

de ordem econômica. Em Londres, John Nash e Humphry Repton vão conceber o Regent's Park pensando também na construção de imóveis residenciais a fim de valorizar o solo urbano e aquecer o mercado imobiliário da época. O mesmo acontece em Paris sob a ação de Haussman, onde os grandes projetos de parques públicos estão sempre associados a operações imobiliárias de monta. A população dos arredores de alguns dos parques viu os preços de seus imóveis triplicarem em alguns poucos anos, seguindo o exemplo do Central Park, em New York⁷⁵.

As transformações urbanas que ocorreram em Porto Alegre em meados do século XX envolveram fatores econômicos como a *crise da modernidade, que acontece tanto nos domínios público quanto privado, onde há a erosão do equilíbrio entre a vida pública e vida privada*.⁷⁶ Neste processo, os locais de uso público passam a ganhar ainda mais importância para a vida na cidade, tornando-se mais do que apenas os lugares do lazer, mas os pontos de encontro e possível geração de conflitos entre as diversas classes sociais. Este possivelmente foi um dos fatores que teria levando as frentes governamentais a se verem obrigadas à tomada de decisões sobre a aquisição ou não, de mais um parque na cidade. Em um momento no qual caminhava-se para a *consagração do individualismo como o modo de vida ideal, em detrimento de um coletivo cada vez mais decadente*⁷⁷, a valorização do convívio público poderia ser considerada um fator de contenção em prol da manutenção de uma sociedade mais coletiva e menos individualista.

O poder aquisitivo de certa parcela da população que se instala em determinadas regiões da cidade, certamente afeta o uso dos espaços abertos contidos na área e em suas proximidades. Especialmente os espaços que proporcionam a permanência do usuário, ou seja, os que não servem apenas com mais um corredor de passagem dentro da malha urbana, são os mais afetados pela população que dali se apropriou. Os lugares usufruídos pelas pessoas, embora disponíveis a todos, são, ainda segundo Serpa⁷⁸, [...] *afetados pelas reestruturações econômicas no contexto social do espaço, as quais podem também contribuir para mudar seu conteúdo social*. O papel do parque público dentro da cidade é ainda um meio de controle social, sobretudo nas novas classes médias, as quais são vistas como o *destino final das políticas públicas, que, em uma instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas*⁷⁹.

Os jardins e parques públicos são espaços frágeis e preciosos e sua implantação, em muitos casos, como o exemplo do parque aqui estudado, faz eco a reivindicações generalizadas por áreas verdes e naturais no contexto das grandes cidades. Produz-se o consenso de que o parque urbano contribui para melhorar a qualidade da vida urbana e oferece aos habitantes das cidades espaços recreativos de lazer coletivo. Talvez a necessidade de contato

⁷⁵ SERPA, 2018, p. 81.

⁷⁶ Ibidem, p. 35.

⁷⁷ SERPA, 2018, p. 35.

⁷⁸ Ibidem, p. 57.

⁷⁹ Ibidem, p. 45

com a natureza nunca tenha sido tão evidente, colocando os parques públicos no centro das novas problemáticas urbanas e tornando a disponibilidade de acesso a áreas verdes um direito de todos os cidadãos. Em seu aspecto material, o parque público é mais do que nunca um “espaço de natureza” em ruptura com os “espaços minerais”, o ambiente construído e os ritmos urbanos⁸⁰.

Atualmente, o viés social na justificativa pela falta de áreas verdes não se baseia mais em “*curar as doenças da classe operária*”⁸¹, conforme os discursos recorrentes das primeiras décadas do século XX, os quais impunham novos planos de melhoramentos para as grandes cidades. Se as preocupações higienistas perduram, elas assumem agora novas formas, aquelas que buscam qualidade de vida através do “bem-estar” e do “se sentir bem”.

A visita ao parque urbano representa atualmente a possibilidade de respirar ar puro, de caminhar de pés descalços nas superfícies gramadas, ou, simplesmente, de levar as crianças para passear e brincar ao ar livre. Esses espaços de natureza cada vez mais rara representam o antídoto para os ritmos urbanos, o stress e a poluição. Por isso, os investimentos para a implantação de áreas verdes nas cidades ao redor do mundo são crescentes⁸².

O parque público confere qualidade estética ao ambiente urbano dele circundante, qualificando melhor a paisagem da cidade em meio ao crescimento urbano em rápida proliferação. Ao interesse crescente pela preservação da natureza e pela ecologia, é acrescida uma preocupação onipresente no tocante ao “patrimônio” da cidade contemporânea⁸³.

Os parques são objetos socioculturais que podem originar efeitos em termos de apropriação. Podem ser estes efeitos de classe, em função da segmentação urbana e divisão das cidades em setores de classes sociais, as quais selecionam espaços e começam a utilizá-los, causando a impressão de que aquele lugar é de uso exclusivo para os mesmos. Já os efeitos de massa ocorrem onde as diferenças individuais são ocultadas, minimizadas pela imposição de um modo de ser dominante, reafirmando a máxima de Le Corbusier, de que o código cria a norma⁸⁴. A questão fundamental desta premissa é conseguir elaborar a questão central e descobrir através da história, se possivelmente a segmentação ou a transversalidade atuam com mais intensidade, produzindo ou destruindo “identidades”.

A situação das cidades de hoje é diferente das mesmas em um passado relativamente recente. O passado das cidades brasileiras está sendo cada vez mais revalorizado, e a preservação, recuperação ou a restauração do que sobrou das paisagens urbanas anteriores é um objetivo que vem sendo

⁸⁰ SERPA, 2018, p. 82.

⁸¹ SERPA, loc. cit.

⁸² SERPA, loc. cit.

⁸³ SERPA, 2018, p. 09.

⁸⁴ Ibidem, p. 115.

perseguido por inúmeros agentes, destacando-se aí os governos municipais⁸⁵. Mesmo em cidades relativamente novas como Porto Alegre, já se adota a prática de preservar os vestígios mais significativos de sua história e, mesmo naqueles onde a herança física tenha sido devastada pela nova utilização do espaço, grandes têm sido os esforços para salvar e valorizar o que restou, ainda que apenas vestígios em imagens e histórias.

Ao passo em que se busca a valorização do passado nas cidades, a instantaneidade das comunicações vem permitindo a homogeneização do espaço global, o que segundo Abreu⁸⁶, aparentemente está contribuindo para que todos os lugares sejam hoje bastante parecidos, e se essa valorização vem fazendo com que *o lugar esteja hoje em todo o lugar*, ela também vem dando estímulos para que cada lugar procure se diferenciar o mais possível dos demais. Em outras palavras, *a tendência à abolição do lugar como singularidade reforça justamente a busca dessa última*.⁸⁷

Levando em conta a produção do espaço dentro das cidades, devem-se considerar aqui quais os agentes sociais que estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação urbana. As necessidades da população são definidas por esses agentes, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram e são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja uma rede urbana ou seja um espaço intraurbano - como é o caso deste estudo.

Entre os agentes sociais da produção do espaço, os proprietários fundiários, os agentes imobiliários e o Estado são as maiores fontes de influência, e segundo Correa é partir de sua ação, que o espaço é produzido, impregnado de materialidades e também *pleno de significados diversos, como aqueles relacionados à estética, status, etnicidade e sacralidade*⁸⁸. O Estado ainda é considerado pelo autor como o maior dos agentes na produção de espaços públicos dentro da cidade, pois desempenha múltiplos papéis por constituir uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam.

No Brasil, o peso material simbólico das formas urbanas herdadas de tempos anteriores foi muito menos paralisante do que na Europa. A partir do período republicano, a “fé no país do futuro” se tornou uma ideologia avassaladora, e isso explica porque foram tão bem-sucedidas, no século XX, as reformas urbanísticas radicais que tanto transformaram a face de diversas cidades brasileiras. Viabilizadoras desse futuro, essas reformas tiveram grande acolhida entre as elites modernizadoras do país, que jamais hesitaram em enfrentar qualquer apego a antigos valores, antigas “usanças” urbanas, taxando sempre esse comportamento com um indicador de conservadorismo, de atraso e de subdesenvolvimento⁸⁹.

⁸⁵ ABREU, 2018, p. 23.

⁸⁶ SANTOS, 2006, p. 178.

⁸⁷ ABREU, 2018, p. 21.

⁸⁸ CORRÊA, Roberto Lobato. *A Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Contexto, 2018, p. 44.

⁸⁹ ABREU, op. cit., p. 22.

2. MOINHOS DE VENTO: UM BAIRRO DE HISTÓRIA

2.1. O MOINHOS DE VENTO HOJE

Partindo do centro histórico, local onde se originou a cidade de Porto Alegre - a capital do Rio Grande do Sul, a terra dos pampas, o *estado mais meridional do Brasil*⁹⁰ - seguindo a atual Rua dos Andradas, antiga Rua da Praia, passando pela Praça Dom Feliciano em direção à Santa Casa de Misericórdia - antigo limite da cidade murada – inicia-se o eixo longilíneo da Av. Independência – a antiga Estrada dos Moinhos de Vento.

Aproximadamente um quilômetro à frente, chega-se ao final da avenida, coroado pela obra modernista de Roman Fresnedo Siri à esquerda, o emblemático Residencial Esplanada, no encontro com a Rua Ramiro Barcelos. Olhando para frente está a Praça Júlio de Castilhos, marco divisor da avenida em duas importantes ruas: Mostardeiro e 24 de Outubro. Deste ponto abrem-se dois caminhos, caminhos estes que ambos desembocam no mesmo terreno poucos quarteirões a frente.



Fig 2.1: Mapa Geral

Mapa com o trecho citado no texto desde o centro histórico até chegar ao Bairro Moinhos de Vento

Fonte: Graficação da autora sobre dados cartográficos 2019 do Google.

Tomando a direção em linha reta da Rua Mostardeiro, à direita da praça Júlio de Castilhos, andando quatro quarteirões à frente, encontra-se do lado

⁹⁰ HUYER, 2010, p. 23.

esquerdo um parque – Parque Moinhos de Vento, o Parcão – o coração do Bairro Moinhos de Vento. Optando-se pelo trajeto à esquerda da praça, segue-se em frente na Rua 24 de Outubro, por onde também em poucos quarteirões se chega ao parque, porém, nesta rota, passando pela Hidráulica dos Moinhos de Vento, com seus jardins floridos e conservados, oriundos de um paisagismo rico e ornamentado do início do século XX. Ao chegar no parque, que neste sentido encontra-se à direita do observador, o ponto é novamente o centro do bairro, onde seguindo um quarteirão da direção norte, chega-se à Rua Padre Chagas.



Fig 2.2: Jardins da Hidráulica dos Moinhos de Vento Atualmente
Fonte: Foto da Autora de Novembro de 2019.

Importante via do bairro, apesar de pouco extensa, a Rua Padre Chagas é atualmente o ponto mais procurado do Moinhos de Vento para atividades de lazer noturno, especialmente com relação à gastronomia e casas noturnas. A “calçada da fama”, como já foi conhecida, originalmente chamada Rua Fernando Gomes é a travessa que vem da 24 de Outubro e dá início ao trecho da Rua Padre Chagas, diretamente de costas para a lateral dos jardins da hidráulica. São quatro ruas que cortam ou chegam à Padra Chagas, todas elas dotadas de bares, restaurantes, lojas e boutiques de alta costura direcionadas a uma população específica de grande poder aquisitivo. Assim a Rua Padre Chagas adquiriu a fama que leva até hoje.

Atualmente há diferentes tipos de estabelecimentos nesta rua, com diferentes faixas de custo e acessíveis a mais classes econômicas. Equipamentos populares como farmácias Panvel, Lojas Renner, pequenos mercados e estabelecimentos de conveniência dão ainda maior vitalidade ao local, proporcionando a passagem e a frequência de mais pessoas por este logradouro. Cafeterias e pubs já considerados tradicionais nesta zona da cidade ainda enchem o local de pessoas durante o dia e a noite, e outros equipamentos como hamburguerias, pizzarias, mercearias e restaurantes de alta gastronomia garantem a diversidade do perfil do usuário no local.



Fig 2.3: Rua Padre Chagas
Trecho da Rua Padre Chagas esquina com a Rua Félix da Cunha
Fonte: Foto da autora em Dezembro de 2019.



Fig 2.4: Rua Padre Chagas
Estabelecimentos comerciais ao longo da Rua Padre Chagas em seu estado atual
Fonte: Foto da autora em Dezembro de 2019.

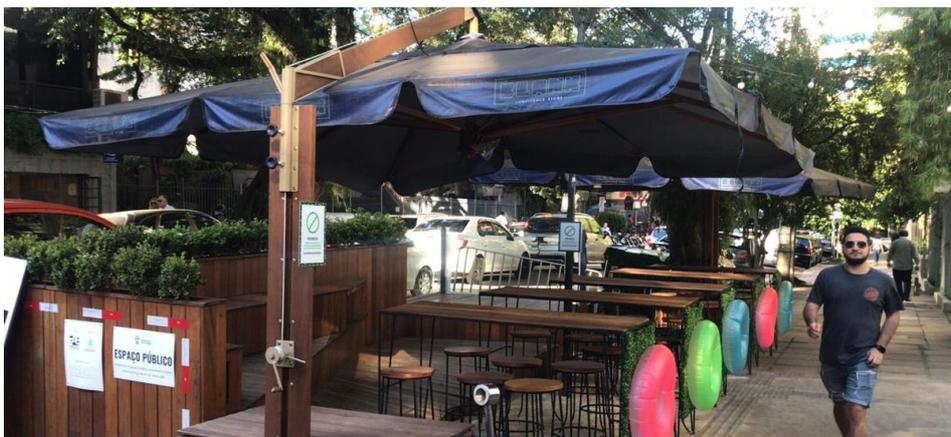


Fig 2.5: Rua Padre Chagas atualmente
Estabelecimentos comerciais instalados em antigas casas da Rua Padre Chagas
Fonte: Foto da autora em Dezembro de 2019.

Além da Rua Fernando Gomes, as Ruas Hilário Ribeiro e Luciana de Abreu cortam na transversal a Padre Chagas, e são também dotadas de bares e outros serviços, aumentando a área de permanência de pessoas no local. Estas duas ruas seguem ainda três quarteirões adiante, até alcançarem a rua Eng. Álvares Nunes Pereira, que ladeia o Morro Ricaldone. Nesta região, fronteira com o Bairro Floresta, estão localizados os condomínios edifícios residenciais mais luxuosos do bairro, e entre eles, algumas antigas mansões preservadas.

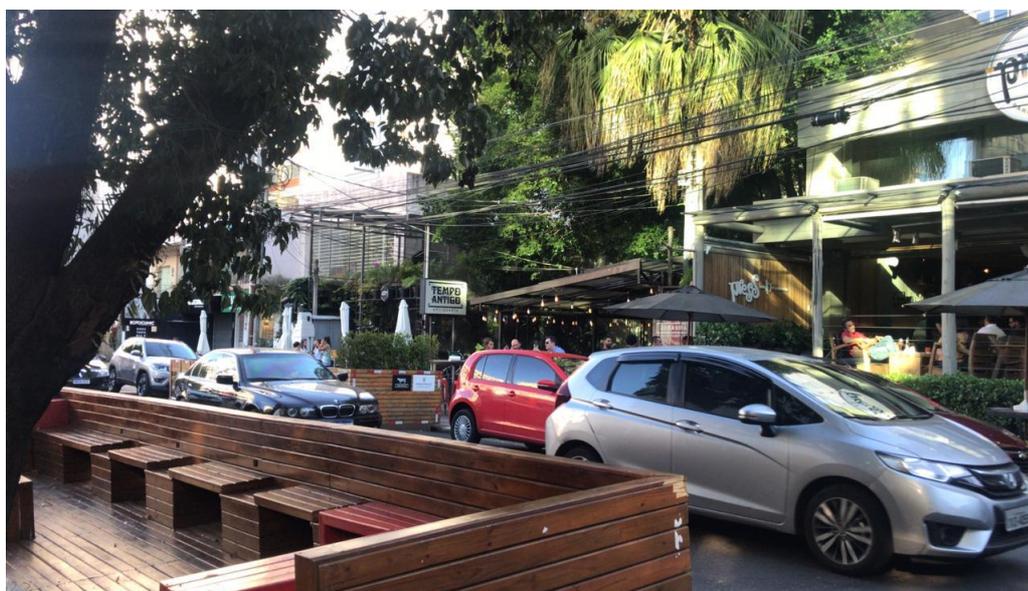


Fig 2.6: Rua Hilário Ribeiro próximo ao encontro com a Padre Chagas
Fonte: Foto da Autora em Dezembro de 2019.



Fig 2.7: Rua Padre Chagas
Encontro das Ruas Padre Chagas e Luciana de Abreu
Fonte: Foto da Autora em Dezembro de 2019.

Nas ruas Santo Inácio e Barão de Santo Ângelo, que ficam entre a Padre Chagas e o Morro Ricaldone – são cruzadas pelas mesmas travessas da Padre Chagas – encontram-se equipamentos de serviços e comércio, em

menor quantidade, porém mantendo o mesmo perfil de alto escalão do bairro. Esta é a região mais residencial do Moinhos de Vento, incluindo as ruas Félix da Cunha e Doutor Timóteo, paralelas a estas travessas. A Rua Félix da Cunha é o limite da Padre Chagas, e coroa a avenida com o Shopping Moinhos de Vento, equipamento comercial que ocupa a parte térrea do Hotel Sheraton Porto Alegre.



Fig 2.8: Hotel Sheraton Porto Alegre e entrada do Shopping Moinhos de Vento
Fonte: Foto da Autora em Dezembro de 2019.

Prolongamento da Av. Goethe, trecho que corresponde à Segunda Perimetral, as ruas Félix da Cunha e Doutor Timóteo funcionam como escoadouro do trânsito que vêm dos bairros vizinhos e dos intensos fluxos da Av. Ipiranga, localizada ao sul do bairro. A Rua Félix da Cunha possui um conjunto de casas tombadas que fazem esquina com a Rua Padre Chagas, e estas antigas residências, em seu pavimento térreo – onde haviam as garagens – hoje em dia são ocupadas por estabelecimentos comerciais, configurando um trecho de vitalidade no bairro, que liga o final da Padre Chagas à Praça Maurício Cardoso.



Fig 2.9: Casario Tombado na Rua Félix da Cunha
Conjunto de Casas da Rua Félix da Cunha, com estabelecimentos comerciais instalados nas antigas garagens.
Fonte: Foto da autora em Novembro de 2019.

Esta praça, a mais antiga do bairro, tem formato trapezoidal e é cercada em suas quatro faces por diferentes tipos de ocupação. Nas faces norte e oeste, predominam os edifícios residenciais de apartamentos, condomínios construídos em diferentes épocas. Pode-se identificar leves traços modernistas ainda provenientes das décadas de 1950 e 1960, como fachadas mais sérias e tímidas, características das décadas posteriores. A face sul é a mais diversificada: contém residências, cafeterias, lojas e a Galeria Casa Prado, com diversos serviços como salão de beleza, lojas de doces e restaurantes de diferentes comidas regionais.



Fig 2.10: Praça Doutor Maurício Cardoso
Fonte: Foto da Autora em Dezembro de 2019.

Da Praça Maurício Cardoso para a direção norte, a Rua Félix da Cunha segue ainda dois quarteirões dentro do bairro. Passando pelo tradicional clube Associação Leopoldina Juvenil à direita, dobra-se a esquina neste mesmo sentido na rua Marquês do Pombal, antigo túnel verde que contorna este limite do bairro com enormes tipuanas e edificações com usos e padrões variados. Há comércio, serviços e em maior parte residências, seguindo uma quadra na direção leste, chega-se à rua Doutor Timóteo, outra linha tênue do bairro.

A Rua Doutor Timóteo tem início na bifurcação da Av. Goethe rente ao limite do Parque Moinhos de Vento. Para quem vem da Rua Mostardeiro ou da própria perimetral, serve como escoadouro de trânsito, ligando o miolo do bairro à Rua Cristóvão Colombo e destinando o condutor ao quarto distrito ou ainda à saída da cidade. O parque é, de fato, o coração do bairro, sua maior área aberta e referência para quem precisa se localizar na região.

Pode-se dizer que o Bairro Moinhos de Vento ainda é considerado um bairro de classes altas, uma vez que segundo a Análise Socioeconômica da Cidade de Porto Alegre, publicada pela FEE em Fevereiro de 2017, o bairro se encontra na Região centro, a qual tem renda média do responsável por domicílio de 8,81 salários mínimos. Ainda segundo esta análise, o Moinhos de Vento está também inserido nas áreas chamadas de Tipo Superior, sendo um dos bairros que mais recebeu investimentos do setor imobiliário e de infraestrutura a partir dos anos 70 e 80⁹¹. Embora seus equipamentos de lazer e serviços já estejam diversificados e o bairro hoje em dia receba pessoas de diversos níveis econômicos e socioculturais, o local ainda é referência para a cidade no que tange à qualidade de vida. É considerado um bairro seguro, de maioria da população idosa e com renda média de 16,05 salários mínimos, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conforme o levantamento do censo de 2010. Possui 7.264 habitantes, representando 0,52% da população do município. Com área de 0,93 km², representa 0,20% da área do município.



Fig 2.13: Vista aérea do Bairro Moinhos de Vento.

Fonte: Acervo digital do blog Forma Grupo Kuhn, 16 de Maio de 2018.

⁹¹ FERREIRA, G. da S.; MENEZES, D. B. *Relatório de análise socioeconômica da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: FEE, 2017.

2.2. A FORMAÇÃO DO BAIRRO NO CONTEXTO DA CIDADE

Ao longo dos séculos, o processo de expansão de pequenos núcleos urbanos para a condição de grandes cidades envolve o surgimento de novos bairros, característicos de distintas culturas, conforme a ocupação territorial se desenvolve. As cidades se assemelham, e segundo Petersen Filho, são iguais em certos aspectos e problemas, com avenidas, ruas, casas e palácios. Mas para o autor, a diferença está neste conjunto de fatos que entra a história, onde o passado gera os *frutos da inteligência em que cada povo procura aprimorar e enriquecer o seu patrimônio cultural e artístico*⁹².

O Bairro Moinhos de Vento fica em uma região de Porto Alegre que é considerada como *tão antiga que é capaz de rivalizar com o aparecimento das Azenhas ao longo do sinuoso e sorrateiro Arroio Dilúvio*.⁹³ A maioria dos historiadores que estudam esta região de Porto Alegre afirma ser difícil definir a época do aparecimento do bairro, pois nesta zona, cuja expansão vem do eixo da Avenida Independência, afirma Sanhudo⁹⁴, que *como as azenhas, eram diversos os moinhos que pontilhavam o dorso da magnífica cordilheira que ficou famosa como a região dos moinhos de vento*. O autor define exageradamente a região como uma espécie de cordilheira, por ter uma das maiores altitudes da cidade.

Espalhados pelo território que abrange a Porto Alegre de hoje, além das instalações dos moinhos, existiam pequenos aglomerados habitacionais oriundos do patrimônio religioso que o antigo sistema de capitânicas ao longo do território brasileiro havia instaurado: os discretos e tímidos arraiais. Dos cinco arraiais distribuídos fora da antiga cidade muralhada, um deles era o Arraial São Manoel, que teve sua pedra fundamental lançada em fevereiro de 1878 e por certo período de tempo, deu nome ao bairro⁹⁵.

Compreendemos assim, que houveram ocupações paralelas no território que hoje compreende o Bairro Moinhos de Vento, porém, com base nas referências bibliográficas que dão suporte teórico ao presente trabalho, acredita-se que a primeira ocupação permanente da região se deu por uma estratégia inicial de sobrevivência de um grupo de casais açorianos que vinham trazendo a monocultura do trigo como seu único meio de subsistência.

⁹² PETERSEN FILHO, Germano. *Porto Alegre: história e urbanização*. 1. ed. Porto Alegre: Editora La Salle, 1982, p. 256.

⁹³ SANHUDO, Ary. *Porto Alegre: crônicas da minha cidade*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Livraria Sulina, 1961, p. 225.

⁹⁴ SANHUDO, loc. cit.

⁹⁵ SANHUDO, 1961, p. 227.

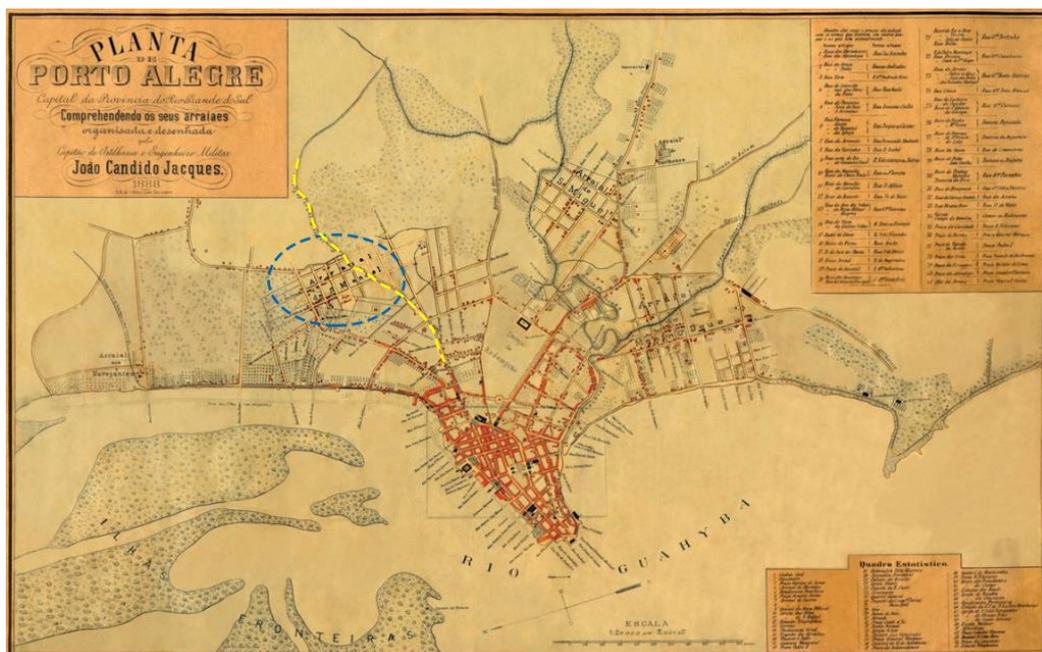


Fig 2.14: Planta de Porto Alegre do ano de 1888.

Esta planta contempla a demarcação dos arraiais existentes. Graficação da autora em azul – Arraial São Manoel, e em amarelo – estrada dos Moinhos de Vento. Autoria de João Cândido Jacques.

Fonte: Acervo do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL – IHGRGS.

Os açorianos eram agricultores em sua terra natal, e segundo Souza⁹⁶, se estabeleceram primeiramente no Vale do Jacuí, onde, trazendo os seus moinhos, dedicaram-se principalmente ao plantio de trigo, que chegou a ser produzido em grandes quantidades para exportação. Porto Alegre, além de ter sido o local de desembarque inicial, passou a ser o escoadouro natural daquela região através de seu porto, de onde a produção seguia em direção ao mercado nacional⁹⁷.

Com o poder da força motriz, durante um longo período, a água prendeu o homem às margens dos arroios, fazendo com que as cidades tivessem sua formação e expansão urbana a partir de pontos próximos aos cursos d'água, o que aconteceu com Porto Alegre. O vento, em qualquer colina ou mesmo em pequena elevação do terreno tornou-se com o domínio de novas técnicas, o servo permanente e incansável que fazia girar as mós, e com ele o homem atingiu mais um degrau de sua liberdade. O trabalhador da lavoura passou a estar mais independente do alto preço das terras próximas a cursos d'água, podendo movimentar a máquina pela força do vento, desprendendo-se da necessidade da força da água que movia as azenhas e podendo escolher habitar locais de colina, que na época ainda não expressavam valor imobiliário.

Moinhos de Vento, uma tradição de herança açoriana, os Moinhos que enfeitaram a paisagem da Avenida Independência, nos tempos

⁹⁶ SOUZA, Célia Ferraz de. *Contrastes Regionais e Formações Urbanas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p.44

⁹⁷ SOUZA, Célia Ferraz de. *Contrastes Regionais e Formações Urbanas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 44.

históricos da cidade e as decorativas pás rodando nos moinhos, nas longas tardes poéticas, de crepúsculo na jovem capital do Rio Grande do Sul. Os moinhos, uma lição de história econômica e sociológica. Lembrança principal do arquipélago dos Açores, repetida e plantada no cenário gaúcho da colônia portuguesa⁹⁸.

Dois dos bairros de Porto Alegre, o Moinhos de Vento e Azenha, levam estes nomes porque homenageiam sistemas utilizados até o início do século XIX, por questões de a terra e o clima propiciarem o plantio. Sanhudo⁹⁹ descreve que os trigais se espalhavam pela baixada, a qual “era conhecida como Vale do Sabão ao longo da Serra do Mar, nome dado ao alto da Independência e o Moinhos de Vento, que ficavam fora dos muros da cidadezinha”. Segundo Macedo¹⁰⁰, há plantas baixas desenhadas logo após a chegada dos açorianos em terras rio-grandenses, de moinhos mais antigos que os da capital, revelando a frequência e permanência daqueles engenhos durante um século, servindo à primitiva economia do estado, até o início de suas demolições, que ocorreu ainda na primeira metade do século XIX, das quais não ficaram de fora, os moinhos instalados na capital.

Para Sanhudo¹⁰¹, o Bairro Moinhos de Vento corresponde ao local que deixou tradição como região produtora de trigo localizada onde eram ainda os “arredores da capital”, e considera claro que a invocação abrangia campos e alturas bem mais extensas do que a que atualmente conhecemos. Aponta que desde os anos 1760, *uma boa meia dúzia de moinhos movidos pela força dos ventos* estariam instalados, provavelmente ao lado do atual Morro Ricaldone *com as suas toscas e longas pás, viradas para a nascente, recebendo os alísios da viração oceânica*, descreve o autor em *Porto Alegre: Crônicas da Minha Cidade*.

Após o período imperial, a monocultura deixa de ser um processo lucrativo e torna-se prejudicial para a economia e para o desenvolvimento da cidade - pois impedia a diversidade do zoneamento – e novas classes econômicas ali se instalaram em fase de expansão urbana. Segundo Villaça¹⁰², a posição costeira e a situação regional fizeram com que as principais vias de deslocamento intra-municipal se apresentassem concentradas em uma única direção da cidade – a norte – através da qual é possível atingir todo o país.

É quase certo que as primeiras penetrações na face norte de Porto Alegre tenham se dado depois da abertura do Caminho Novo – a nova estrada cuja função principal era facilitar o acesso de Porto Alegre à região norte do estado, atribuída a onde hoje começa a Av. Farrapos - ainda nas primeiras décadas do século XVIII. Mas até o início do século XIX, os poucos moradores da zona, distribuíam-se vagamente entre *lombas e vastos capões de mato em*

⁹⁸ LAYTANO, Dante de. *Moinhos de Vento: os 10 anos de um parque na história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A, 1982, p. 25.

⁹⁹ SANHUDO, 1961, p. 225.

¹⁰⁰ MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: História e Vida da Cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1973, p. 44.

¹⁰¹ SANHUDO, op. cit., p. 225.

¹⁰² VILLAÇA, 2001, p. 103.

toda a baixada do Morro do Carneiro¹⁰³. Segundo Sanhudo¹⁰⁴, a planta baixa da cidade de Porto Alegre do ano de 1835 estampa essa parte das vizinhanças da cidade entremuros, com três logradouros públicos, que atualmente são as ruas Cristóvão Colombo, Ramiro Barcelos e Barros Cassal, e *tanto dentro desse quadrilátero irregular, como em seu arredor, já se desenhavam algumas casas de moradia*. Foi dessa época em diante que os bairros desta região começaram a tomar vida, mesmo ainda sem aspectos específicos de bairros, sendo apenas algumas pequenas construções residenciais e raros becos. A planta mais antiga encontrada que ilustra o “quadrilátero irregular” ao qual Sanhudo se referia, foi do ano de 1881, de autoria de Henrique Breton, onde é claramente ilustrada a situação que o escritor descreveu em seu livro publicado em 1961, intitulado *Porto Alegre: Crônicas da Minha Cidade*.



Fig 2.15: Planta de Porto Alegre do ano de 1881.

Primeiro desenho encontrado contendo as ruas as quais Sanhudo cita e o “Quadrilátero Irregular” ao qual se refere em *Porto Alegre: Crônicas da Minha Cidade*, 1961. Autoria do desenho: Henrique Breton.

Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.

¹⁰³ SANHUDO, 1961, p. 219.

¹⁰⁴ SANHUDO, loc. cit.



Fig 2.16: Graficação sobre Planta de Porto Alegre do ano de 1881. Graficação da autora sobre setor de planta, demarcando as ruas as quais Sanhudo cita e o “Quadrilátero Irregular” ao qual se refere em Porto Alegre: Crônicas da Minha Cidade, publicado em 1961. Autoria do desenho: Henrique Breton. Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.

Villaça aponta que a estruturação espacial básica das metrópoles brasileiras tende a se realizar segundo setores de círculos, o que nos remete a um processo espacial urbano bastante conhecido: o de que os bairros residenciais de alta renda “andam” ou “deslocam-se” sempre na mesma direção. *O deslocamento das nossas burguesias decorre de suas diminutas dimensões e do enorme desequilíbrio entre as classes sociais existentes no Brasil*¹⁰⁵, o que nos leva ao entendimento de o Bairro Moinhos de Vento já ter sido, por muitos autores, considerado o berço da burguesia Porto-Alegrense. Relatos embevecidos a seu respeito são feitos oralmente ou em jornais e blogs por visitantes de fora do estado, que o comparam aos Jardins em São Paulo, ao Savassi em Belo Horizonte e a Recoleta e a Palermo em Buenos Aires¹⁰⁶.

Em meio ao processo de segregação urbana que estendeu a instalação da classe alta desde o centro até o Moinhos de Vento, a Avenida Independência é analisada como um divisor de águas da expansão territorial da cidade de Porto Alegre, cuja ocupação surge, segundo Sanhudo, ainda em fins do século XVIII, tendo iniciado entre a ponta sul da atual Av. Borges de Medeiros e o começo da Rua dos Andradas. Já em meados do século XIX a atual Avenida Independência ainda era conhecida por outro nome – Estrada dos Moinhos de Vento, nome que sucedia o ainda mais antigo nome, Estrada da Aldeia dos Anjos -, estendia-se até onde poucas décadas depois seria instalado o Prado Independência. Souza¹⁰⁷ discorre sobre a área caracterizando-a como *quarteirões de tamanhos irregulares com grandes*

¹⁰⁵ VILLAÇA, 2001, p. 153.

¹⁰⁶ BISSÓN, Carlos Augusto. *Moinhos de Vento: histórias de bairro de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2009, p. 11.

¹⁰⁷ SOUZA, C. F. de; MULLER, D. M. *Porto Alegre e Sua Evolução Urbana*. 1. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997, p. 37.

áreas, que futuramente darão lugar à abertura de novas ruas. Este bairro, em torno do Prado, era o Arraial São Manoel, que se estendia na direção da Cristóvão Colombo.

Sem dúvida, a colonização inicial deste local foi obra dos açorianos, e é provável que suas primeiras plantações de trigo, logo após a sua chegada às terras brasileiras, tenham funcionado como um escape para a fome. Assim como as azenhas, os moinhos eram trazidos prontos para a moagem do grão de trigo, - e não fabricados aqui - e a altitude da região desde a atual Av. Independência em seu eixo linear, trazia vantagens para o bom funcionamento da monocultura ali estabelecida. Ainda durante o século XVIII, no período em que as terras rio-grandenses levavam o nome de Continente de São Pedro do Rio Grande, esta região já fornecia uma *cota apreciável de volume do cereal, e era considerada verdadeiramente de boa qualidade, enquanto seus produtores não moravam permanentemente no local*¹⁰⁸.

A produção do trigo nesta região chegou ao seu auge em 1815, descreve Sanhudo¹⁰⁹ que, com a cota de 255 mil alqueires, enquanto no Brasil dos tempos coloniais, ainda reinava o sistema de capitânicas. Este provavelmente foi a razão maior que levou a área a tornar-se mais povoada nesta época de ascensão da economia do trigo. Nas décadas seguintes, apesar das severas leis de punição, o contrabando levou a balança do trigo a uma fase de grande oscilação, colocando este em desequilíbrio durante o fim do período colonial. *Porto Alegre, em 1822, com 11.000 habitantes, continuava a ter uma diminuta área urbana, mas crescia extramuros, pois “Moinho de Vento”, apesar de seus “moinhos”, já se tornara um pouco povoado.*

O nome Moinhos de Vento foi dado ao bairro em meados do século XIX, e sua origem ainda é discutida por autores locais. Bisson¹¹⁰ afirma que próximo à colina que abriga o prédio da atual Santa Casa de Misericórdia havia uma estrada que se dirigia à Freguesia da Aldeia dos Anjos (hoje o município de Gravataí). Em função disso, a rota era conhecida como Estrada da Aldeia, e por volta e 1818, Antônio Martins, conhecido como “Barbosa Mineiro”, instalou moinhos de vento nessa via, nas proximidades da atual Rua Barros Cassal, a duas quadras do Centro. Foi neste momento que a saída para Gravataí - a atual avenida independência – começou a ser chamada de Estrada dos Moinhos de Vento. Essas estruturas de moagem de trigo permaneceram ali até 1836, quando houve a determinação militar imperial de que fossem derrubados para não se prestarem como “ponto de tiro alto” sobre a cidade por ocasião do cerco dos farroupilhas. Segundo o autor, o fato é que os moinhos foram esquecidos, mas o nome ficou.

Para Sanhudo¹¹¹, que escreveu décadas antes sobre Porto Alegre - em meados do século XX (1961) - o nome se origina simplesmente do fato que

¹⁰⁸ SANHUDO, 1961, p. 226.

¹⁰⁹ LAYTANO, 1982, p. 13.

¹¹⁰ BISSÓN, 2009, p.18.

¹¹¹ SANHUDO, 1961, p.132.

antes do fim do século XVIII, o alto do chapadão foi definitivamente consagrado como Moinhos de Vento em prol das safras que eram ali realizadas, onde residentes de outras regiões da capital instalavam-se temporariamente nas imediações dos engenhos moedores para colher e triturar o trigo. Esta intensa ocupação, para o autor, perdurou até poucos anos antes da Revolução de 30, o que este considera o fim da era do trigo na região.

Independente de qual tenha sido o acontecimento que deu menção ao nome do bairro, o plantio e a moagem do trigo estiveram presentes nesta área até o início do século XIX, de fato. Porém, como a situação da monocultura do trigo era de alarmante insegurança, mesmo com sua produção estimulada pela altitude da metrópole. Sanhudo¹¹² aponta que no ano de 1835, pouco antes da Revolução Farroupilha, o local já se encontrava parcialmente abandonado, pois para conservar a Província Cisplatina, o povo gaúcho teve de enviar grandes contingentes militares a enfrentar os exércitos argentinos - que invadiram o território rio-grandense - para dar combate em nosso próprio chão.

O advento da revolução que assolou o território rio-grandense entre os anos de 1835 e 1845, provocou o isolamento de Porto Alegre das áreas produtivas mais distantes dentro da Província em decorrência de sua posição como sede do governo¹¹³. Essa situação intensificou o processo de produção nas colônias de imigrantes em função do abastecimento para a capital sitiada, via rio dos sinos, acelerando o desenvolvimento das mesmas e conseqüentemente evitando a volta da produção de trigo no chapadão então desocupado. Após o fim da revolução, a agricultura das colônias começou a se especializar, e Porto Alegre passou a ser apenas o centro escoador desta produção¹¹⁴.

Até o fim da Guerra dos Farrapos, Porto Alegre não se atrevia a se estender em grande escala para fora das fortificações ainda existentes, o que dificultava o caminho para canalizar os recursos dos poucos moradores instalados nos seus arredores. Sendo assim, toda a baixada do atual e urbanizadíssimo Bairro Floresta – vizinho do lado e grande influência para a formação do Bairro Moinhos de Vento - mal exibia alguns raros caminhos, então verdadeiros atalhos que a tradição continuava a consagrar como becos¹¹⁵.

¹¹² Ibidem, p. 226.

¹¹³ SOUZA, 2000, p. 38.

¹¹⁴ SOUZA, 2000, p. 38.

¹¹⁵ SANHUDO, 1961, p. 219.



Fig 2.17: Planta de Porto Alegre do ano de 1839

Planta de Porto Alegre elaborada por L. P. Dias durante a Revolução Farroupilha, com as vizinhanças extramuros e a definição dos pontos onde estavam os resquícios dos moinhos que haviam sido destruídos.

Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.

A indagação sobre por que se discorre aqui, brevemente, o processo de formação do que hoje conhecemos como Bairro Floresta não é surpreendente. Os referenciais teóricos consultados conduzem claramente ao desfecho de que o eixo de expansão industrial de Porto Alegre na direção norte foi fator de alta influência para determinar a linha de segregação urbana que conduziu as burguesias locais, partindo do centro da antiga cidade, em direção a Av. Independência. Em seu início, o Floresta não teria como progredir muito, pois não tinha ligação direta com a cidade, uma vez que a Rua São Rafael, hoje chamada Alberto Bins, só foi aberta definitivamente em 1877¹¹⁶.

A planta da cidade de 1835 estampa essa parte das vizinhanças da capital, com três logradouros públicos: uma radial maior, que partia do Beco do Barbosa, também conhecido como Lomba do Barbosa e perdia-se pela mata do Morro do Carneiro, era o Beco do Chico Pinto. Atualmente essa é a Rua Cristóvão Colombo. O Beco do Carneiro, em ter a moderna Cristóvão Colombo e o Caminho Novo, é a hodierna Rua Ramiro Barcelos. E finalmente a já invocada Lomba do Barbosa, que ligava um largo terreno baldio na boca do Chico Pinto com a velha Costa do Rio. Este último beco é a atual Rua Barros Cassal. E não havia mais nada!¹¹⁷

¹¹⁶ SANHUDO, 1961, p. 219.

¹¹⁷ SANHUDO, loc. cit.

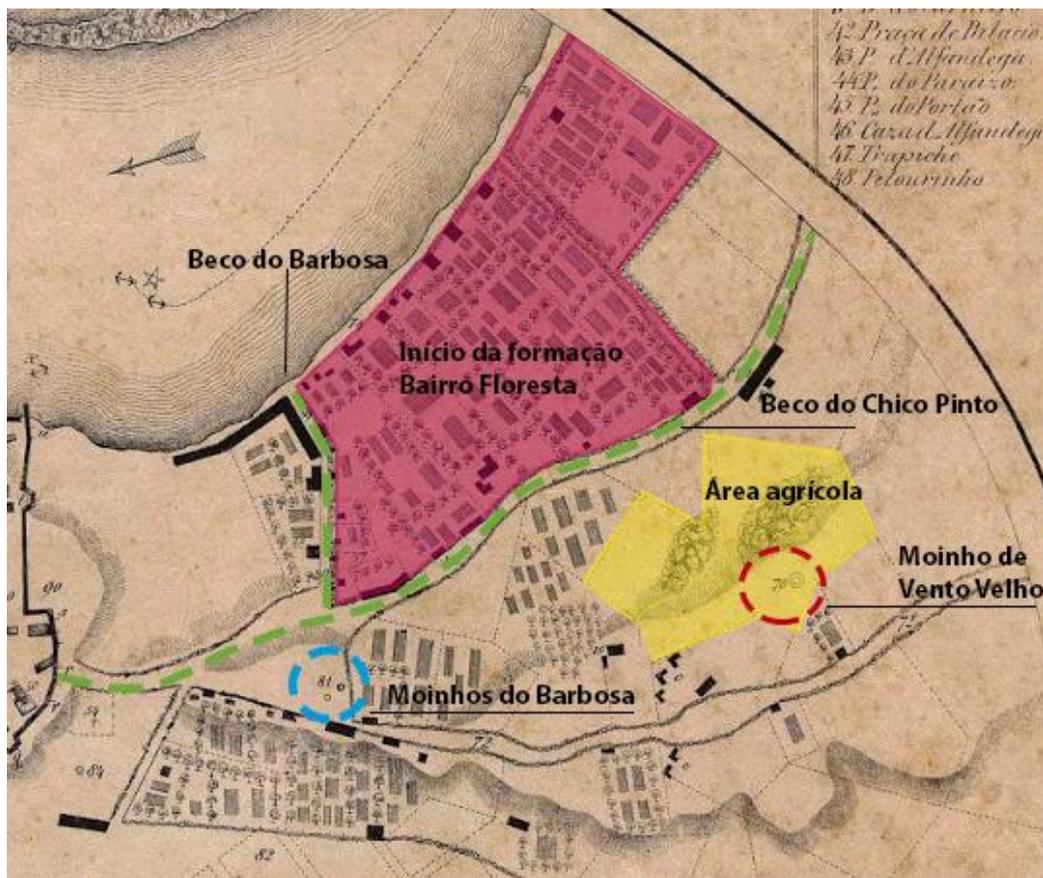


Fig 2.18: Graficação sobre setor da planta de Porto Alegre do ano de 1839
 Graficação de autora sobre setor de planta da elaborada por L. P. Dias após a Revolução Farroupilha com a localização dos antigos moinhos de vento – que já haviam sido demolidos – e características que Sanhudo descreve sobre a formação do Bairro Floresta.
 Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.

A ocupação do território pelas classes de alta renda em Porto Alegre acompanha paralelamente o seu crescimento de cunho industrial, e por esta razão, a formação do Bairro Floresta ocorre de maneira mista, abrigando inicialmente uma classe de baixa renda, referente ao proletariado das novas indústrias instaladas ali ainda em fins do século XIX indo até a encosta do morro Ricaldone, no qual a elite viria a se instalar na parte superior nesta mesma época. O Moinhos de Vento abriga a parte alta do morro, dispondo da melhor vista para as mansões que a classe rica ali construiria poucas décadas depois.

Após o abandono da área do chapadão durante o período da Guerra dos Farrapos, a região que compreende o Moinhos de Vento ainda recebia outras ocupações em seu diminuto território. Segundo as pesquisas de Bissón¹¹⁸ em sua obra sobre o Bairro Moinhos de Vento, a ocupação desta região se deu mais de 100 anos após a fundação oficial da cidade de Porto Alegre - ocorrida em 26 de Março de 1772. O autor se baseia em historiadores que afirmam que a região começou a ser ocupada ainda no tempo do império,

¹¹⁸ BISSÓN, 2009, p. 17-18.

quando Maurícia Cândida da Fontoura Freitas e Fernando de Freitas Travassos implantaram o arraial de São Manoel em terrenos de sua propriedade. Um dos mais importantes da época imperial, este arraial continha uma pequena capela aproximadamente onde hoje se localiza a galeria Casa Prado, rodeado por singelas casas e posicionado em frente à praça que hoje leva o nome de Doutor Maurício Cardoso. Este assentamento ligava a já citada Estrada dos Moinhos de Vento com a Estrada da Floresta, que hoje corresponde a Avenida Cristóvão Colombo e os eixos principais do novo loteamento eram as atuais ruas Félix da Cunha e Doutor Timóteo.

O Moinhos de Vento era, portanto, na virada do século XIX para o XX, uma área campestre, onde se buscava o refúgio da agitação de Porto Alegre. Provavelmente, a Rua Mostardeiro era a mais habitada do bairro por volta do ano de 1892: 23 prédios térreos e um sobrado¹¹⁹.

O antigo chapadão voltou a ser ocupado ainda no século XIX, quando Antônio José Gonçalves Mostardeiro, vindo das terras sulistas da região de Rio Grande, traz sua esposa Laura e seus filhos. A família chegara a Porto Alegre no ano de 1864 e instalou-se na região, onde foi construída a casa do comerciante. Este ficou conhecida como Chácara dos Mostardeiro e, segundo Bisson¹²⁰:

Em termos de largura ela ia da atual Rua 24 de Outubro (esquina com a Ramiro Barcelos) até a Castro Alves, e estendia-se - englobando as vias agora conhecidas como Miguel Tostes, Mariante e Florêncio Ygartua – até a Quintino Bocaiúva.

Ainda segundo o autor, a edificação ficava onde atualmente é o encontro das Ruas Mostardeiro e Florencio Ygartua. Posteriormente fora ampliada, e apesar das modificações a família permaneceu exatamente naquela esquina com o passar das décadas. Ainda no final do século XIX, um dos treze filhos de José e Laura, Hemeterio Mostardeiro, começa a negociar parcelas do terreno para diferentes interessados. Assim se dá o início da configuração daquela parte do bairro. A família Mostardeiro teve grande influência na formação do Bairro Moinhos de Vento, especialmente por ser proprietária de boa parte de suas terras. Segundo Bissón¹²¹, tanto a área do atual Parque Moinhos de Vento, quanto vários terrenos vizinhos era o espaço físico correspondente à chácara até o final dos anos 1880.

¹¹⁹ Ibidem, p. 20.

¹²⁰ Ibidem, p. 19.

¹²¹ BISSÓN, 2009, p. 19-20.



Fig 2.19: Graficação da autora sobre planta baixa da cidade de Porto Alegre de 1906.

Graficação da autora sobre redesenho da planta de Porto Alegre do ano de 1906, originalmente por Alexandre Ahrons Trebbi.

Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.



Fig 2.20: Chácara Mostardeiro em 1875.

Primeira construção na Chácara dos Mostardeiro, no ano de 1875, atualmente onde se encontra a esquina das ruas Dona Laura e Florêncio Ygartua.

Fonte: Blog Guasca Tur, Museu do Grêmio: Os Três Estádios, publicado em 4 de Maio de 2016.



Fig 2.21: Casa sede da Chácara Mostardeiro, 1918.
Publicado no Livro Moinhos de Vento: Memória e Reconhecimento.
Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, visitado em 2019.



Fig 2.22: Rua Florência Ygartua esquina Mostardeiro.
Atual Rua Florêncio Ygartua, esquina com a Rua Mostardeiro, década de 1920.
Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman, autor desconhecido.

Logo após o período da Revolução Farroupilha, entra em atividade nas terras porto-alegrenses o desporto que trouxe grande influência na estruturação do tecido urbano do bairro Moinhos de Vento. Em meio às mudanças do setor produtivo, Porto Alegre recebeu as singelas acomodações do que viria a ser seu primeiro prado, este com carreiras improvisadas, era definido como *mais ou menos fixo, e de indiscutível e assinalada afluência*, por

Sanhudo¹²². Segundo o autor, em poucos anos a atividade do hipismo foi ficando mais assídua e ainda nos anos 1860 as reuniões turfísticas já eram consideradas eventos movimentados e se realizavam em um gramado plano chamado de Farrapo Imperial, parte de uma chácara que pertencia à filha do General Manoel Ribeiro.

Na segunda metade do século XIX, surgiram os primeiros prados locais com pistas em formato específico para corrida de cavalos em Porto Alegre. A planta da cidade elaborada por João Cândido Jacques em 1888 já registrava dois destes, o Prado Rio-grandense no Menino Deus, e o Prado Boa Vista no arraial de São Miguel, entre as Ruas Boa Vista e Santana. A planta seguinte, de autoria de Alexandre Ahrons em 1896, registra mais dois, o Prado Navegantes e o Independência – o objeto deste estudo. O aparecimento dos prados se deu suscetivelmente nesta ordem: os Prados do Menino Deus, da Boa Vista, dos Navegantes e por fim, o mais aristocrático de todos: o Prado Moinhos de Vento¹²³.

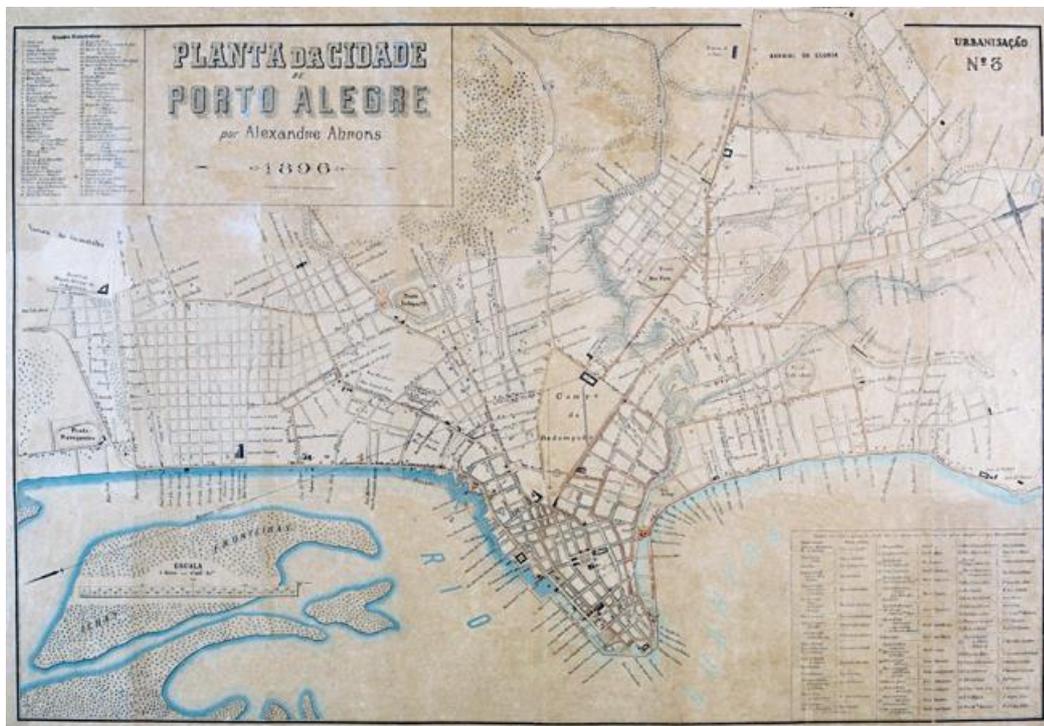


Fig 2.23: Planta de Porto Alegre do ano de 1896.

Planta baixa de Porto Alegre do ano de 1906, autoria de Alexandre Ahrons Trebbi – onde constam os quatro Prados: Navegantes, Independência, Boa Vista e Menino Deus.

Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.

¹²² SANHUDO, 1961, p. 271.

¹²³ MACEDO, 1973, p. 44.

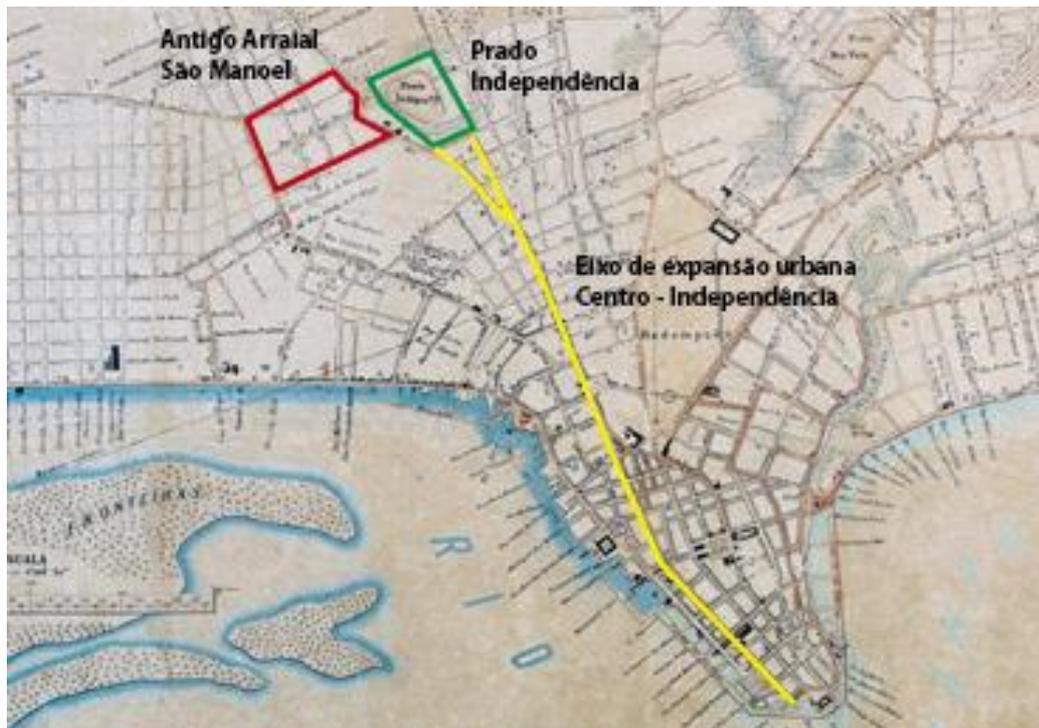


Fig 2.24: Graficação da autora sobre planta baixa de Porto Alegre. Graficação da autora sobre setor da planta de Porto Alegre elaborada por Alexandre Ahrons Trebbi no ano de 1896
 Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.



Fig 2.25: Planta baixa de Porto Alegre de 1906. Setor de Planta de Porto Alegre do ano de 1906 de Alexandre Ahrons, redesenhada por Atilio Alberto Trebbi
 Fonte: Acervo digital do IHGRGS.

Não se encontra dificuldade em entender porque o Prado Moinhos de Vento tornou-se rapidamente o preferido pela alta sociedade porto-alegrense. As primeiras pistas de corrida do Estado eram retas, porém com os avanços do esporte ao longo do século XIX, a elite passou a preferir as modernas pistas circulares, que admitiam mais competidores. Geralmente, os hipódromos construídos com esse novo formato estavam situados em amplas áreas verdes, e em função disso, seus frequentadores começaram a chamar estes locais de prados, pois todos eles se *situavam em meio a campinas planas, cobertas de pastagens*¹²⁴.

No ano de 1894, a instalação do Prado Independência, como era inicialmente chamado, impulsionou o crescimento do bairro em direção à virada de século, embora o turfe já existisse em Porto Alegre desde o ano de 1856. Foi nesta época em que o comércio central expandiu-se na direção do interior, avançando paralelamente ao espigão e a orla, e não perpendicularmente a esta, como ocorreu no Rio, segundo Villaça¹²⁵. Por isso a parte alta daquela rua preservou-se como área residencial das elites, a partir do alto do espigão, não só um dos eixos de expansão residencial das burguesias como também o que seria por elas, o preferido. A riqueza e a tradição se instalaram, inicialmente, na avenida que parte do centro da cidade e a partir dos anos 30 a fronteira entre a Av. Independência e o Bairro Moinhos de Vento tornou-se praticamente indistinguível.

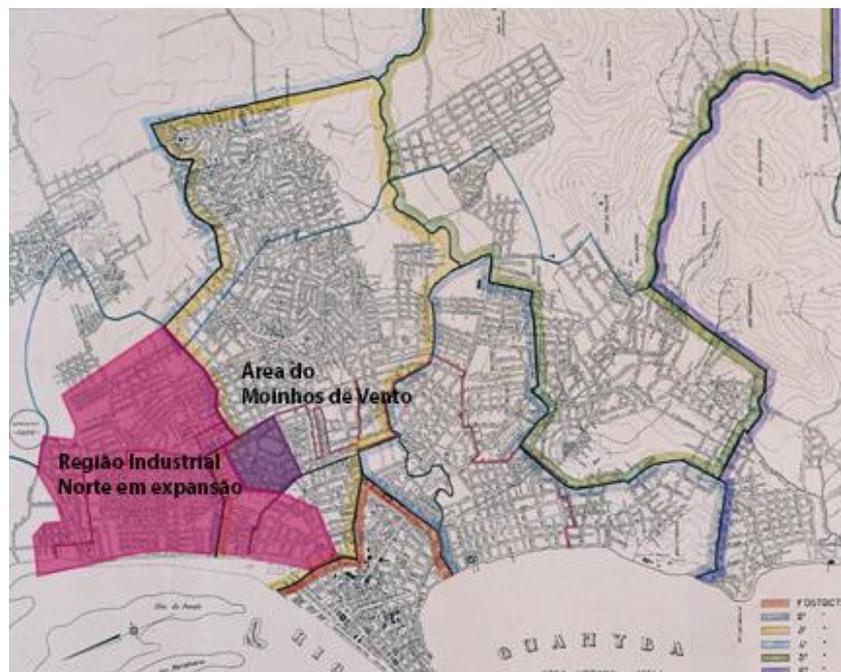


Fig 2.26: Graficação sobre planta baixa de Porto Alegre de 1932. Graficação da autora sobre setor de planta de Porto Alegre do ano de 1932 de Francisco Ballanca, com a divisão da cidade em distritos, onde não se identifica limites entre o Moinhos de Vento e a expansão da Floresta.

Fonte: Acervo Digital do Arquivo Histórico Moisés Vellinho. CD ROM. 01.

¹²⁴ BISSÓN, 2009, p. 21.

¹²⁵ VILLAÇA, 2001, p. 204.

Dentre os limites oficiais do bairro – fixados pela lei municipal 2022 de 07/12/1959, as primeiras ruas abertas tiveram origem na divisão da já citada Chácara Mostardeiro, originando as ruas que até os dias atuais conhecemos como Mostardeiro e Dona Laura. Segundo Laytano¹²⁶, pouco depois da criação destes novos logradouros, a região passa a ser habitada por tradicionais famílias porto-alegrenses, todas do alto comércio da capital e da indústria, tornando o Moinhos de Vento, um bairro aristocrático.

Desde sua definição oficial como bairro, o Moinhos de Vento recebeu influência do Turfe. Com a importação inglesa do cavalo Avon - primeiro de raça puro sangue a chegar na Província -, por iniciativa do veador José Ferreira Porto, foi iniciado o processo de criação de cavalos de corrida nesta região da cidade. Paralelamente ao desenvolvimento da malha urbana, o interesse pelas corridas aumentava gradativamente, já havendo disputas mesmo antes de surgir o primeiro hipódromo – o qual foi fundado ainda em meados do século XIX, pelo médico Ramiro Fortes Barcelos, na região da várzea, onde fica o atual Parque Farroupilha.

Nesta época, o terreno que hoje pertence ao Parque Moinhos de Vento estaria provavelmente vazio, tendo sido abandonado pela população. Em uma planta da cidade, a qual segundo Sanhudo (1961) teria sido confeccionada em 1835, por L. P. Dias, *já estava registrado para essa zona um vazio com um ponto vago, mais ou menos à altura do atual Colégio Bom Conselho com a indicação de “Moinho de Vento Velho”*. Embora o mapa onde consta esta informação – já analisado nesta pesquisa – date de 1839, na confecção de L. P. Dias, esta informação evidencia que já havia mais de meio século desde que se iniciara o esvaziamento da área, muito provavelmente em prol da necessidade que o estado vinha enfrentando em combater os invasores, culminando nas batalhas da Revolução Farroupilha.

[...] foi estabelecido, em princípios do século passado o Prado Porto-Alegrense, Jockey Club do Rio Grande do Sul, à Rua 24 de Outubro, antiga Moinhos de Vento, primitiva parte da “Estrada da Aldeia dos Anjos”¹²⁷.

Aos fins do século XIX, instalavam-se no antigo chapadão, as estruturas do Prado Independência, que com equipamentos de luxo, logo iria eliminar as concorrências. O pavilhão de grandes dimensões com espaços majestosos atraía as mais altas camadas da sociedade a irem apostar nas corridas, mantendo os domingos movimentados nesta região. Com quatro prados em funcionamento, o turfe atingiu seu auge em Porto Alegre na última década do século XIX, ocasionando a atratividade do local para instalações residenciais.

Bissón¹²⁸ afirma que os alemães e os teuto-brasileiros foram os primeiros grupos com uma identidade étnica e cultural definida a escolher o

¹²⁶ LAYTANO, 1982, p. 17.

¹²⁷ LAYTANO, loc. cit.

¹²⁸ BISSÓN, 2009, p. 25.

Moinhos de Vento como local de construção de suas residências. Provavelmente os fatores que fizeram com que eles viessem para o bairro foram os terrenos baratos, pois a região ainda era considerada distante do Centro de Porto Alegre e o gosto pelas áreas verdes, seguindo a tendência germânica do culto à natureza.

Ocupada a Independência, os capitalistas, os altos comerciantes e a classe média-alta, especialmente os de origem alemã, passaram a se instalar no Moinhos de Vento. O processo se acelerou durante e depois da construção da Hidráulica na região. Era até natural que isso ocorresse, considerando o processo natural de expansão da cidade. Pode-se dizer que, a partir do final do século XIX, a moradia das elites em Porto Alegre seguiu uma linha sinuosa e contínua no perímetro urbano. Começou na Rua Duque de Caxias, seguiu pela Independência e chegou até o Moinhos no final dos anos 20¹²⁹.



Fig 2.27: Jardim no Moinhos de Vento.

Jardim de uma das primeiras mansões construídas na região do Moinhos de Vento – próximo ao Morro Ricaldone, no final do século XIX.

Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman, doado por desconhecido.

¹²⁹ BISSÓN, 2009, p. 30-31.



Fig 2.28: Hidráulica Guaibense em 1890.

Obras de construção dos tanques da Hidráulica Guaibense, 1890

Fonte: Acervo pessoal de Virgílio Callegari, disponível em acervo digital da Fototeca Sioma Breitman.



Fig 2.29: Tanques da Hidráulica Guaibense, 1906.

Fonte: Acervo pessoal de Virgílio Callegari, disponível em acervo digital da Fototeca Sioma Breitman

Além da instalação da Hidráulica, a abertura da Rua 24 de Outubro já vinha acontecendo desde a primeira década do século XX. Com sua obra já em andamento nos anos 1900, o que se conhecia por Rua Moinhos de Vento – nome dado após o início da urbanização, deixando para trás a palavra “estrada” – o logradouro só teve sua nomenclatura oficializada no ano de 1933, por meio de Decreto Municipal. A abertura desta rua foi outro fator importante para a urbanização do Bairro Moinhos de Vento, facilitando o acesso à antiga Aldeia dos Anjos – atual município de Gravataí – e melhorando a circulação no bairro, o qual recebia grande demanda de construções, em sua maioria residências de famílias ricas.



Fig 2.30: Obra da abertura da Rua 24 de Outubro, 1907.

Fonte: Acervo pessoal de Virgílio Callegari, disponível em acervo digital da Fototeca Sioma Breitman.



Fig 2.31: Palacetes da Av. Independência, 1953.

Fonte: Acervo pessoal de Ricardo Eckert, Amigos do Patrimônio Histórico.



Fig 2.32: Rua Barão de Santo Ângelo esq. Com Rua Hilário Ribeiro, 1953.

Fonte: Fotografado do livro Moinhos de Vento: Memória e Reconhecimento.

2.3. O MOINHOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Uma vez que o foco deste trabalho é o estudo historiográfico do terreno o qual acomodava o Prado Independência no início do século XX, o primeiro ponto a ser aqui abordado é a existência dos Prados em Porto Alegre nesta época. Durante os anos 1900 e 1910 o Brasil enfrentava uma fase de enfraquecimento da prática do turfe, o que ocasionou o encerramento das atividades dos demais prados, concentrando as atividades do turfe no único hipódromo remanescente, o Prado Independência – como ainda era chamado.

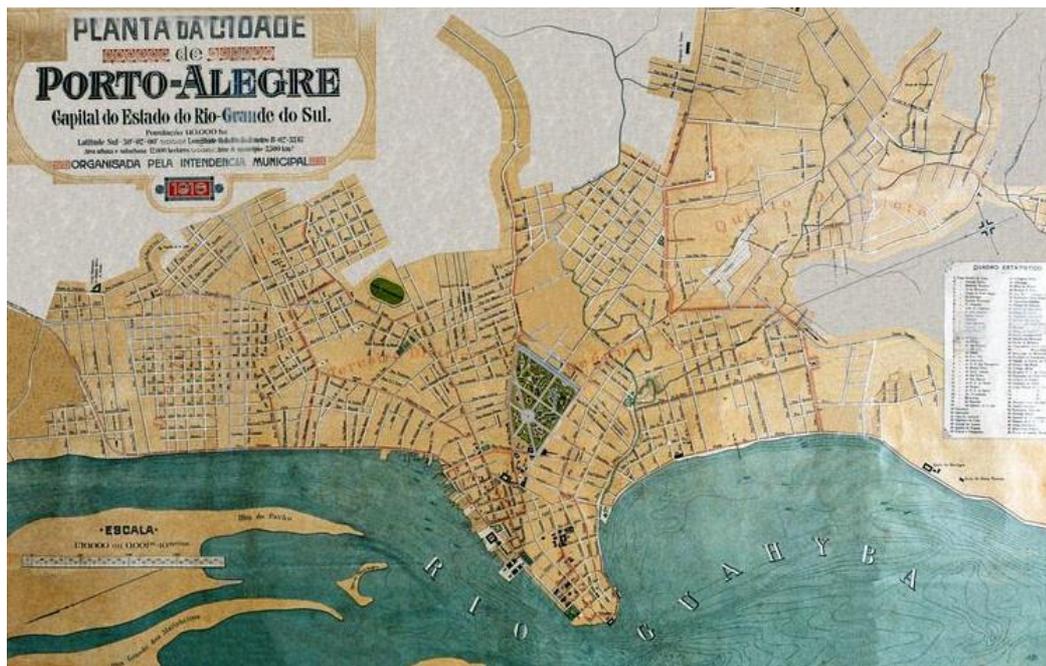


Fig 2.33: Planta Baixa da Cidade de Porto Alegre, 1916.

Primeira planta geral encontrada após o surgimento dos prados constando apenas um hipódromo, o do Prado Independência. Colorido posteriormente por edição digital.

Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.

Os alemães, que já habitavam a região, instalaram duas de suas especialidades, as sociedades recreativas e esportivas. Em 1903, homens de ascendência germânica haviam fundado o Grêmio Football Porto-Alegrense no Centro da cidade. No ano seguinte, eles tomaram um empréstimo no banco alemão e compraram um terreno de aproximadamente três hectares no "Bosque dos Moinhos de Vento", onde foi construído o primeiro campo do Grêmio¹³⁰.

¹³⁰ BISSÓN, 2009, p. 25.



Fig 2.34: Construção do Estádio da Baixada do Grêmio, 1904.
Fonte: Blog Grêmio Esportivo Olímpico, matéria sobre a Baixada Alví-Grená, público em 22 de Junho de 2010. Acessado pela autora em Agosto de 2019.

Posteriormente denominado de Estádio da Baixada, havia apenas um pequeno corte para as pessoas assistirem aos jogos. Como o interesse pelo futebol ainda era escasso, a Baixada dos Moinhos de Vento ali permaneceu até o ano de 1954, contribuindo para o crescimento da região. A baixada do Grêmio, também assim chamada era onde se encontrava a área do “Estádio”, localizada na vizinhança do Prado Velho.



Fig 2.35: Baixada e Clube dos Atiradores, 1904.
Fonte: Blog Grêmio Esportivo Olímpico, matéria sobre a Baixada Alví-Grená, público em 22 de Junho de 2010. Acessado pela autora em Agosto de 2019.

Já com a sede do clube de futebol como vizinho, em 7 de setembro de 1907 foi fundada a Associação Protetora do Turfe e o terreno localizado no chapadão, que daria origem ao Hipódromo dos Moinhos de Vento, foi comprado de Hemetério Mostardeiro, pelo homem que mais trabalhou em prol do Prado Independência em seus primeiros anos, o Coronel Pedro Antônio Caminha. Assumindo a presidência da Associação Protetora do Turfe num momento de crise dessa atividade, o Coronel Caminha dirigiu a entidade com

disciplina e eficiências militares, segundo Bissón¹³¹, criando a mais importante e duradoura disputa turfística do estado – o Grande Prêmio Bento Gonçalves - e dando incentivo às exposições de potros. Foi em sua gestão do clube, durante um de seus 4 mandatos consecutivos, que foram instaladas construções de madeira na travessa curvilínea que contorna a face leste do parque – e o comendador criava seus cavalos em um terreno ao lado, com entrada pela rua 24 de Outubro. Assim se originou a rua que posteriormente foi batizada com o nome Comendador Caminha – posto que o grande gestor da hípica atingira após o de Coronel -, esta travessa era justamente aquela em frente à linha de chegada dos páreos

Após a morte do Comendador Caminha, no ano de 1914, o turfe assumiu um novo modelo de gerenciamento, trazendo a consolidação definitiva do esporte e o nome da nova gerência, Associação Protetora do Turfe, permaneceu até dezembro de 1944, com a vinda do Jockey Club para o estado. Segundo Villaça¹³², o Jockey Club já estava no Brasil desde 1869, quando foi fundado no Rio de Janeiro.

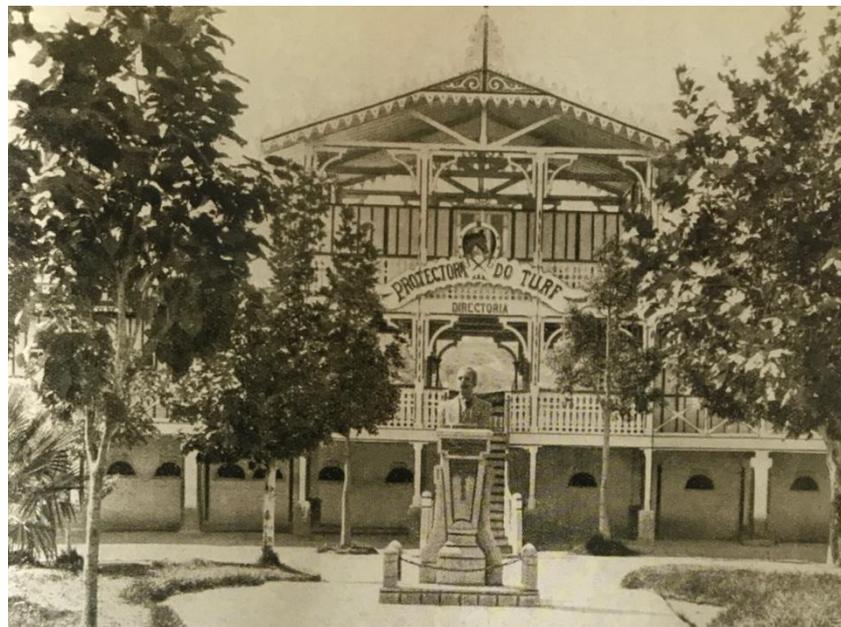


Fig 2.36: Herma em homenagem ao Coronel Caminha.

Fotografia de parte do livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre com ilustração do busto em Homenagem ao Coronel Caminha, que posteriormente foi levado para as novas dependências do Jockey Club no Cristal.

Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 45, em Agosto de 2018, em visita ao atual Jockey Club no Bairro Cristal.

Além das numerosas instalações que o bairro recebia, em sua maioria dentro das tendências higienistas que o urbanismo brasileiro havia absorvido nas primeiras décadas do século XX o requintado bairro recebia outros equipamentos importantes, como os reservatórios do Moinhos de Vento, cuja

¹³¹ BISSÓN, 2009, p. 22.

¹³² VILLAÇA, 2001, p. 321.

obra havia iniciado ainda no século anterior, pela Hydráulica Guahybense. O local foi adquirido pela prefeitura em 1904 e já chamado pela população de “caixa d’água”, quando a autoridade máxima da cidade começou a modernizar o abastecimento de água da região.



Fig 2.37: Hidráulica dos Moinhos de Vento, década de 20.
Hidráulica dos Moinhos de Vento no primeiro quartel do século XX, década de 1920, Doação de Condessa Gisela Bastian Pinto Ribeiro.
Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman.



Fig 2.38: Hidráulica dos Moinhos de Vento, década de 20.
Hidráulica dos Moinhos de Vento no primeiro quartel do século XX, década de 1920, Doação de Condessa Gisela Bastian Pinto Ribeiro.
Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman.



Fig 2.39: Rua Fernando Gomes, década de 1920.

Fonte: Acervo digital da www.prati.com – Fotos Antigas de Porto Alegre, p.14.

O Moinhos de Vento tornara-se um bairro atrativo, que além de conter belas áreas verdes, estava localizado numa área de altura elevada, inatingível pelas cheias do Guaíba, que nos anos de 1926 e 1928, haviam alagando cerca de 100 quadras, forçando a saída de milhares de pessoas, tendo estas de abandonarem seus lares. Aos fins da década de 1920, jornais locais, como o *Correio do Povo*, faziam menção à *febre de construções em Porto Alegre*, destacando o Moinhos como o *local preferido para a concepção de magníficos edifícios*¹³³. A ênfase era a de se tratar de um ponto alto do qual se descortinavam belos panoramas em todas as direções da cidade.

Nesta época, um conjunto impressionante de requintadas mansões que ostentavam o ecletismo arquitetônico em voga – que misturava elementos do rococó ao neoclássico - passou a dar novo e imponente tom ao sítio do antigo Arraial de São Manoel. Ainda que nenhuma região de Porto Alegre pudesse ser considerada como única e exclusiva das famílias abastadas, o Moinhos de Vento superava a Avenida Independência – a qual havia perdido o posto de sítio dos palacetes ainda na primeira metade do século XX provavelmente em consequência do esvaziamento do centro da cidade - e a Rua Duque de Caxias em termos de riqueza e, na metade dos anos 30, já não teria rival na sua posição de o “mais aristocrático da cidade”, onde predominavam as casas com misturas de estilos, fazendo menção às mais variadas escolas arquitetônicas¹³⁴.

¹³³ BISSÓN, 2009, p. 31.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 31-32.



Fig 2.40: Avenida Independência, década de 1910.
Palacetes da Avenida Independência no primeiro quartel do século XX, entre 1900 e 1910, autor desconhecido.
Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman. Doação de desconhecido.



Fig 2.41: Avenida Independência, década de 1910.
Cartão postal enviado à Itália no primeiro quartel do século XX, entre 1900 e 1910.
Fonte: Acervo pessoal de Ricardo Eckert, digitalizado e disponível na rede em Amigos do Patrimônio Histórico – Porto Alegre.

A Porto Alegre na qual o Moinhos de Vento emergiu como bairro de abonados era muito pequena e regiões que hoje abrigam famílias de renda alta como os bairros Bela Vista e Mont Serrat, eram naquela época semidesérticas e refúgio de populações pobres, constituídas pelos empregados dos ricos que habitavam o Moinhos. O perímetro da cidade ainda era consideravelmente diminuto em comparação à segunda metade do século e toda a região que envolve o Bairro Três Figueiras e as avenidas Carlos Gomes e Nilo Peçanha ainda era apenas um grande descampado. Bairros como Cidade Baixa e Menino Deus ainda eram a escolha de algumas famílias abastadas, nas proximidades da Av. Getúlio Vargas, limite urbano daquela outra parte da cidade.

Bissón afirma que os pecuaristas e fazendeiros de ascendência portuguesa foram outro grupo da alta sociedade que se instalou no Moinhos

ainda nas primeiras décadas do século XX¹³⁵. Eles começaram a chegar pouco antes da eclosão da Revolução de 30, num processo que se estenderia até o final dos anos 50. Estes eram então a classe dirigente do Rio Grande do Sul, cujos sobrenomes circulavam na sociedade gaúcha já havia quase um século, e muitos deles pertenciam a famílias cujos antepassados haviam enriquecido no início do império - anos 1820 -, enquanto outros alegavam descender dos primeiros açorianos estabelecidos no Rio Grande do Sul, ainda no século XVIII.

Estes dois grupos diferenciados em termos de origem, atividade e mentalidade tinham algo em comum: ambos possuíam alto poder aquisitivo. Enquanto na maioria das residências construídas nas já consolidadas Avenida Independência e na Rua Duque de Caxias não era possível instalar certos requintes como grandes garagens, piscinas e jardins frontais, nos amplos terrenos disponíveis no Moinhos de Vento, fazia-se possível o uso dos mesmos, diferenciando-o das outras duas vias que abrigavam a elite. Como os grandes industriais, comerciantes e fazendeiros possuíam um estilo de vida inacessível à maior parte da população, sua presença conjunta no Moinhos de Vento consolidou a mística “aristocracia” da região¹³⁶. Os abastados foram os responsáveis pela formação do que era considerado um “perfil europeu”, que pensavam eles, os diferenciava do resto do Brasil.



Fig 2.42: Morro Ricaldone, década de 1950.

Palacetes do Morro Ricaldone na década de 1950, na divisa do Moinhos com o Floresta – 1953. Autoria atribuída a Leo Guerreiro e Pedro Flores.

Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman, doação de desconhecido.

Durante esse período de crescente ocupação do bairro por famílias ricas e tradicionais, o Moinhos de Vento ainda conservava vestígios de miséria, muito provavelmente resquícios da época em que ali existia o antigo arraial. Na Rua Tobias da Silva, por exemplo, havia alguns casebres no trecho entre Félix da Cunha e Doutor Timóteo e a existência de moradores que ainda viviam em

¹³⁵ BISSÓN, 2009, p. 25.

¹³⁶ Ibidem, p. 31.

condições sanitárias consideradas “precaríssimas” por Bissón¹³⁷, uma vez que a falta de saneamento dessas moradias exigia a presença dos cubeiros no bairro, o que já não era mais comum em outras regiões urbanizadas na cidade. A função desses servidores municipais era recolher os cubos de madeira envernizada repletos de fezes e substituí-los nas latrinas por outros. Os caminhões trazendo os cubeiros só desapareceriam do Moinhos na década de 1940.

A década de 1930 marcou um período de ascensão do Moinhos de Vento como sendo o primeiro centro residencial das famílias abonadas na cidade e a contínua instalação de palacetes evidenciava cada vez mais este fato. Ainda inserido no contexto do bairro, na Rua Doutor Vale, havia um conjunto de belíssimas mansões onde residiam importantes nomes da alta sociedade da época, como um dos proprietários da Cervejaria Continental, Bernardo Sassen Jr. Enquanto a Continental, resultado na fusão de três empresas (Bopp, Sassen e Ritter) seria até os anos 1940, quando foi adquirida pela Brahma, a maior cervejaria do estado, a casa de seu dono era uma das que tinha estrebarias nos fundos, uma vez que ele criava cavalos - por lazer, não para competir. Volta e meia seus caminhões circulavam pelo Moinhos.¹³⁸



Fig 2.43: Rua Doutor Vale, década de 1920.

Casarões na Rua Dr. Vale entre os anos 1920 e 1930

Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.

A linha de expansão da burguesia que culminou na formação do Bairro Moinhos de Vento – vinda da Av. Independência - ainda se considerava uma região que abrigava a elite. O novo bairro estava então no auge de sua ocupação urbana, e o impacto causado no cenário urbano porto-alegrense devido àquela esplêndida passarela de mais de um quilômetro de mansões - que constituía a Avenida Independência, como define Bissón¹³⁹ - ainda estava

¹³⁷ BISSÓN, 2009, p. 43.

¹³⁸ Ibidem, p. 44.

¹³⁹ BISSÓN, 2009, p. 44.

muito presente no contexto geral da cidade, era vivo demais para se desvanecer de uma hora para outra.

Durante a primeira metade do século XX, foi rápida a evolução do Bairro Moinhos de Vento até tornar-se referência. Visto como um local excelente para se viver, era considerada a área mais segura da cidade, e nem se pensava que pudessem ocorrer assaltos ou crimes mais violentos em suas ruas¹⁴⁰. As famílias lá residentes dispunham de um contingente de criados, em uma época em que a lei não concedia ao trabalho doméstico, os mesmos direitos que o vínculo com empresas garantia, facilitando a contratação numerosa de empregados. Estes, em sua maioria, costumavam viver nas redondezas dessa zona e, quando tinham casa própria, era vantajoso para seus patrões que residissem na chamada “bacia” – a parte baixa do Morro do Mon’t Serrat, que se encontrava com a bairro Auxiliadora, região vizinha do Moinhos de Vento, que na época era habitada por uma população predominantemente negra.

O bairro não era constituído apenas de milionários que moravam em palacetes com artefatos importados da Europa, pois havia também uma numerosa classe média alta. Esta classe, já não tão abastada, ocupava o que na época se chamava de “corredores de casas”, constituído de um agrupamento de residências idênticas e grudadas umas nas outras, o que conhecemos por casas em fita. Quem tinha recursos investia na compra dessas moradias geminadas com o objetivo de aluga-las, e muitas delas ainda existem pelas ruas do atual Moinhos de Vento¹⁴¹.

O antigo Arraial São Manoel deixara erguida até os anos 1940, a igreja que lhe deu origem, e conseqüentemente configurou um dos núcleos iniciais do bairro. Localizada em frente à Praça Maurício Cardoso, a igreja foi sendo abandonada pela Cúria, e com o passar dos anos passou a ser usada por meninos para jogar futebol naquele terreno, usando a porta da igreja como goleira. Por fim, ela foi fechada.

Enquanto o bairro crescia e desenvolvia ao seu redor a instalação irregular de um contingente de populações menos abastadas, o principal esporte apreciado pela numerosa elite da região seguia sendo a prática do turfe. Com a aproximação das classes mais baixas que passavam a habitar em massa os bairros adjacentes como o Floresta, o qual receberia o proletariado que servia às indústrias que ali expandiam-se no eixo norte, a baixada do morro Mon’t Serrat, que abrigava uma numerosa população de afrodescendentes e ainda os novos bairros Rio Branco e Auxiliadora, onde construía aqueles que apreciavam a região e não possuíam recursos suficientes para comprar os terrenos de altos preços do Moinhos.

¹⁴⁰ BISSÓN, 2009, p. 66.

¹⁴¹ Ibidem, p. 74.

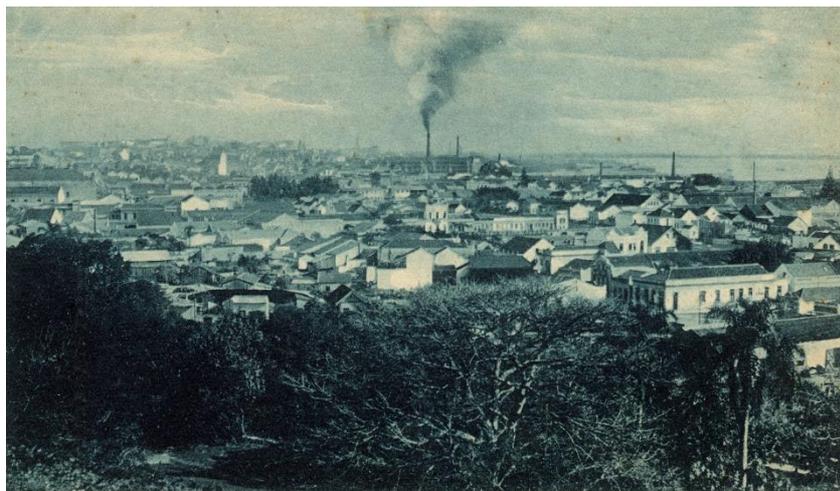


Fig 2.44: Vista do Bairro Floresta, década de 1920.
Bairro Floresta em expansão com a Cervejaria Bopp ao fundo,
fotografado do Morro Ricaldone, no Moinhos de Vento.
Fonte: Acervo Digital da Fototeca Sioma Breitman, Edição de José Regina.



Fig 2.45: Vista do Bairro Floresta, década de 1920.
Bairro Floresta em expansão na década de 1920, fotografado do
Morro Ricaldone, no Moinhos de Vento.
Fonte: Acervo Digital da Fototeca Sioma Breitman, Edição de José Regina.

A vinda de novas classes popularizou o desporto do turfe na região, e a prática da aposta no cavalo vencedor passou a ser o sonho de muitos que necessitavam dinheiro extra. Nos finais de semana dos anos 50, acontecia uma enorme e incomum circulação de pessoas pelo bairro, muitas delas chegando de carro ou de bonde e dirigindo-se apressadamente para a 24 de Outubro. O motivo dessa agitação eram as corridas de cavalos no Hipódromo do Moinhos de Vento. Todo esse interesse popular, porém, não era motivado por questões puramente esportivas, e sim pelo almejo ao ganho de dinheiro fácil e na base da sorte.



Fig 2.46: Corrida no Hipódromo Moinhos de Vento.
Corrida de cavalos no Hipódromo dos Moinhos de Vento, ao fundo a Rua Mostardeiro. Data não especificada.
Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, pg.51, em Agosto de 2018, atual Jockey Club no Bairro Cristal.

Os recursos advindos das apostas nos cavalos eram tão grandes que mantiveram a pujança do Jockey Club do Rio Grande do Sul durante décadas. Além disso, os jornais dedicavam uma página diária ao Turfe, e as rádios Gaúcha e Difusora transmitiam os páreos – o que realimentava o interesse no assunto¹⁴².

A Protetora do Turfe havia sido comprada pelo Jockey Club ainda nos anos 1940, e este passou a administrar e coordenar as atividades do único hipódromo ainda existente na cidade. Segundo Bissón¹⁴³:

O público era tão grande no Prado que o número de bondes estacionados na rua 24 de Outubro fazia uma fila de 300 metros de comprimento, em que somente um número considerável de carros da Cia. Carris conseguiria carregar sem transtornos à multidão de aficionados que saía dos pavilhões de madeira pintados de branco e vermelho do Jockey Clube após o final das corridas.

¹⁴² BISSÓN, 2009, p. 127.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 128.



Fig 2.47: Linha do Bonde na Rua 24 de Outubro, década de 1950.
Fonte: Acervo Digital da Fototeca Sioma Breitman.



Fig 2. 48: Hipódromo dos Moinhos de Vento, década de 1950.
Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 50, em Agosto de 2018, atual Jockey Club no Bairro Cristal.



Fig 2.49: Hipódromo dos Moinhos de Vento, década de 1950.
Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 54, em Agosto de 2018, atual Jockey Club no Bairro Cristal.



Fig 2.50: Hipódromo dos Moinhos de Vento, década de 1950. Ao fundo o pavilhão na margem com a Rua 24 de Outubro e posteriores construções.

Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 55, em Agosto de 2018, atual Jockey Club no Bairro Cristal.



Fig 2.51: Hipódromo dos Moinhos de Vento, década de 1950.

Ao fundo, o pavilhão na margem com a Rua 24 de Outubro.

Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 60, em Agosto de 2018, Jockey Club no Bairro Cristal.

Após a década de 1940 os efeitos do pós-guerra e a evolução das tecnologias de construção acentuaram as rígidas mudanças no padrão de conceito de cidade, oriundas ainda da segunda metade do século XIX, com a transformação do espaço público e a verticalização¹⁴⁴. A disseminação da construção em concreto armado altera significativamente a configuração do ambiente urbano e o entendimento do mesmo enquanto cidade.

Com o impulsionado crescimento urbano, as instalações do velho Prado viam-se acanhadas para atender às necessidades dos turfistas e o esporte deixou de estar inserido em local adequado. Outro fator relevante é que a Saúde Pública impugnava a presença de cocheiras em meio a bairros

¹⁴⁴ Entende-se por verticalização o processo de construção em altura – o edifício alto, ou seja, a multiplicação do solo urbano permitida pelo avanço tecnológico da segunda metade do século XIX, pelo desenvolvimento das técnicas construtivas das estruturas de aço e de concreto armado e pelo aparecimento do elevador. (ALMEIDA, 2004. Tese de Doutorado pela FAU/USP).

residenciais cada vez mais populosos, forçando a transferência da sede existente.



Fig 2.52: Cocheiras do Hipódromo dos Moinhos de Vento. Singela construção que abrigava as cocheiras, por onde atualmente passa a Rua Comendador Caminha.
Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 48, em Agosto de 2018, atual Jockey Club no Bairro Cristal.



Fig 2.53: Cocheiras do Hipódromo dos Moinhos de Vento.
Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 46, em Agosto de 2018, em visita ao atual Jockey Club no Bairro Cristal.

Além das questões sanitárias, especialmente na década de 1930, com o Prefeito José Loureiro da Silva no poder, o incentivo à requalificação de espaços e remodelação da malha urbana da cidade, levou-o à contratação do arquiteto Arnaldo Gladosch para elaborar, a partir de 1937, o que seria o primeiro Plano Diretor de Porto Alegre, onde ilustrava pela primeira vez, uma área verde pública no terreno que até então seguia atendendo às instalações do Jockey Club.

O Plano Gladosch¹⁴⁵ propunha também a realocação do Hipódromo para o novo bairro que estaria na região dos grandes aterros previstos, a nova promessa de um eixo urbano qualitativo para a zona sul da cidade: o Cristal.

¹⁴⁵ Plano Gladosch: O arq. Arnaldo Gladosch elaborou quatro etapas de um projeto que seria considerado o primeiro Plano Diretor da cidade de Porto Alegre. Dentre estas quatro etapas propunha o deslocamento do



Fig 2.54: Plano Gladosch, 1943.
 Anteprojeto do Plano Diretor da Cidade de Porto Alegre, por Arnaldo Gladosch, elaborado entre 1938 e 1943.
 Fonte: Um Plano de Urbanização, de Loureiro da Silva, Publicado em 1943.

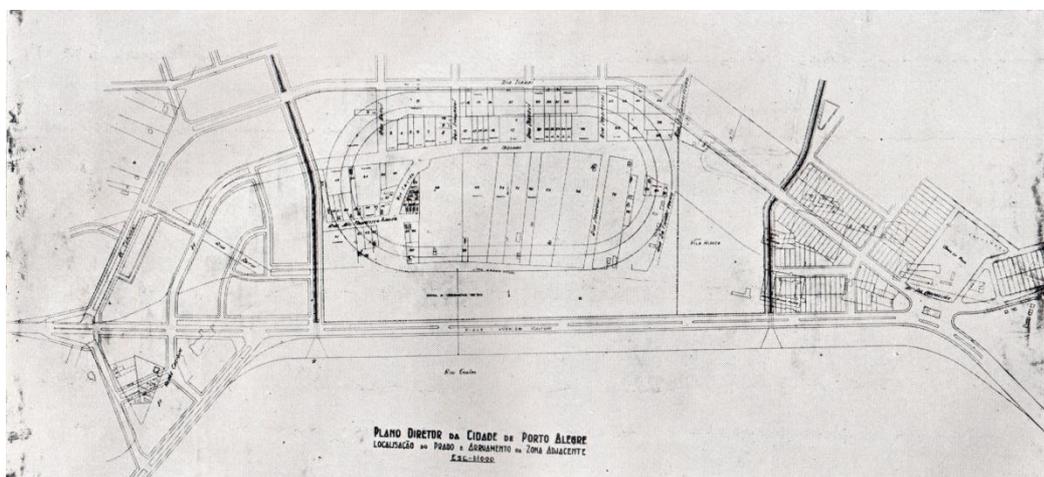


Fig 2. 55: Plano Gladosch, 1943.
 Anteprojeto do Plano Diretor da Cidade de Porto Alegre, por Arnaldo Gladosch, elaborado entre 1938 e 1943. Projeto de realocação do Hipódromo dos Moinhos de Vento par a zona sul da cidade.
 Fonte: Um Plano de Urbanização, de Loureiro da Silva, Publicado em 1943.

Antigo Prado para uma nova área a qual propunha aterrar às margens do Guaíba, na zona sul da cidade de Porto Alegre (CANEZ, Ana Paula Moura. *Arnaldo Gladosch: o Edifício e a Metrópole*. 2006. 594 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006).

Tendo em vista a evolução urbana da cidade, os proprietários do Jockey Club do Rio Grande do Sul, preocupados com a inadequada localização do hipódromo, lançam um edital de concorrência internacional no ano de 1950 para todos os interessados em construir suas novas instalações. A vencedora foi a construtora Azevedo, Moura e Gertum que concorreu representando o anteprojeto do arquiteto uruguaio Román Fresnedo Siri, onde as novas arquibancadas eram dispostas em três pavilhões cobertos por imensas lajes de concreto aparente, sustentadas por tirantes metálicos. O modernismo arquitetônico encontrava naquela década seu momento de auge no Brasil, e Fresnedo consegue transcrever o purismo da materialidade em linhas modernistas com os acentuados balances das coberturas do Jockey.

O hipódromo se manteve no Moinhos de Vento até 15 de Novembro de 1959, quando suas atividades no bairro foram oficialmente encerradas. Seis dias depois, o Jockey Clube do Rio Grande do Sul reiniciava as competições turfísticas na sua nova sede, um exemplar da arquitetura modernista localizada nos novos aterros feitos na orla do Guaíba. A obra modernista fazia parte de um planejamento estratégico para a região sul, com a promessa de urbanização e a intenção de preparar esta zona da cidade para a instalação de classes mais abastadas.

A diversificação das ofertas de jogos de azar e das formas de lazer e entretenimento, que se tornou crescente ao longo das décadas, juntamente com o afastamento do hipódromo da área central da cidade fizeram com que as corridas de cavalo passassem a perder paulatinamente, muito de seu apelo popular. Pode-se dizer que a fase de ouro do Jockey Club do Rio Grande do Sul aconteceu enquanto o seu espaço físico estava localizado no central e acessível Bairro Moinhos de Vento¹⁴⁶.

Embora o anteprojeto de Gladosch tenha constituído a primeira representação oficial de que se tem conhecimento de um hipódromo na região dos aterros, a intenção de instalar as dependências do turfe no Cristal já vinha sendo discutida desde 1922, quando o então presidente do Jockey Club Rio Grande do Sul [...] *pensou na mudança para outro local, que já estava acanhado aqui já.* (depoimento de Nestor Cavalcanti de Magalhães no livro Memórias de Bairros – Cristal) e enfim, o novo projeto teve sua pedra fundamental lançada somente 23 anos depois, o que seguiu a sede do Jockey no Moinhos de Vento em função das grandes obras da cidade, que entre outros tramites legislativos e também por questões formais, adiavam a construção dos novos pavilhões de Roman Siri, projetados e calculados nas formas puras e bem delineadas da arquitetura modernista, representando para a cidade um símbolo deste movimento de vanguarda. Seus pavilhões tornaram-se referência arquitetônica, sendo considerada uma importante obra da arquitetura moderna de Porto Alegre, e seus edifícios foram tombados pelo Patrimônio Histórico e Arquitetônico do município no ano de 2005.

¹⁴⁶ BISSÓN, 2009, p. 122.

O centro turfístico da cidade logo tornando-se acanhado, obrigou o Jockey Club do Rio Grande do Sul a procurar novas instalações. Por empenho da imprensa, principalmente do jornalista Alberto André, do Rotary Clube de Porto Alegre Norte, dos vereadores Dr. Germano Petersen Filho, Marino dos Santos e Say Marques¹⁴⁷.

Na década de 1940, os inconvenientes sanitários começaram a se acentuar, e a Hípica não era mais bem vinda naquele sítio que durante a primeira gestão de Loureiro da Silva – 1937 a 1943 – havia recebido diversos melhoramentos como a pavimentação da Rua 24 de Outubro, de parte da Rua Mostardeiro, da travessa que hoje é a Rua Florêncio Ygartua e do trecho da Coronel Bordini que delimita o bairro. Além disso, Loureiro da Silva havia tratado de arborizar a Rua Mostardeir por completa e o trecho da Quintino Bocaiúva que ladeava a Hípica, bem como iluminar a enxuta Comendador Caminha e instalar a rede cloacal do bairro inteiro, deixando de fora apenas o terreno do hipódromo.

Enquanto perdia-se o controle do crescimento urbano e a acelerada verticalização seguia contínua no eixo retilíneo originário do centro histórico, a insalubridade da hípica em meio a um bairro recém-requalificado passou a ser preocupação da população. A falta de jardins públicos na zona norte da capital também começa a ser apontada com mais frequência, especialmente para as populações de baixa e média renda, que se instalavam em crescente número no grande Bairro Floresta, o qual faz divisa com o pequeno Moinhos de Vento. O 3º distrito estava em progresso e as instalações industriais em terrenos afastados do centro arrastavam consigo a população de trabalhadores que buscavam preços acessíveis e a proximidade do trabalho, ocasionando ao mapa de Porto Alegre uma nova mancha cinza, carente de pontos verdes.

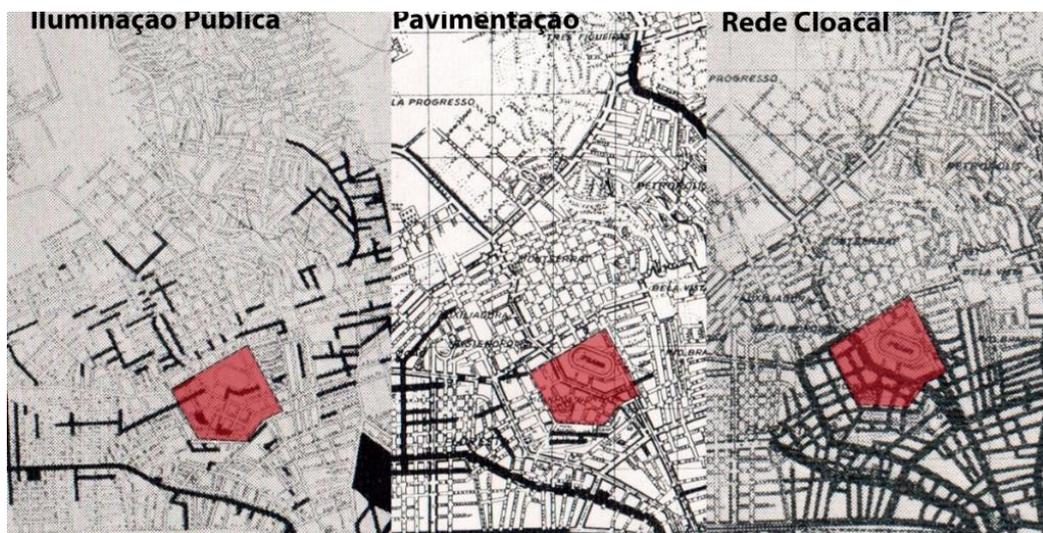


Fig 2.56: Imagens de Um Plano de Urbanização, 1943.

Graficação da autora sobre mapas das melhorias da cidade durante o governo Loureiro da Silva – 1937 – 1943, publicado em Um Plano de Urbanização. Em vermelho, os limites do que é o atual Bairro Moinhos de Vento.

Fonte: Um Plano de Urbanização, de Loureiro da Silva, Publicado em 1943.

¹⁴⁷ TELLINI, Maria Angélica. *Moinhos de Vento: os 10 anos de um parque na história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A, 1982, p. 31.

A falta de áreas verdes públicas disponíveis para o uso coletivo da população começava, assim, a ser discutida pelo poder público e a região do Bairro Moinhos de Vento passou a ser uma opção de escape. A elite ali estava instalada, e com ela seus clubes e salões privativos, o bairro era novo, belo e higienizado, porém não havia onde se pudesse recrear livremente. A alta demanda de moradores no Bairro Floresta, trabalhadores das fábricas do 4º distrito, impulsionava a imprensa local à divulgação da carência do verde no mapa de Porto Alegre, pois a construção em massa impediu que ali houvesse mais espaço livre para a criação de praças ou parques. Os outros bairros adjacentes ao Moinhos de Vento estavam agora em fase de gentrificação¹⁴⁸, com a valorização imobiliária gerada pela proximidade às mansões milionárias e ao comércio de alto padrão já estabelecido. As populações afrodescendentes e de renda mais baixa que habitavam a região do Mon't Serrat já estavam sendo empurradas pela linha de segregação urbana que se expandia na direção da terceira perimetral, trazendo às redondezas do hipódromo uma nova classe média, que também desejava um parque nesta zona.

Após a implementação no novo plano diretor, no ano de 1959¹⁴⁹, o local passou a sofrer alterações significativas na malha urbana, uma vez que o novo limite territorial da cidade estava estabelecido às margens da Terceira Perimetral. Neste momento, a região do Moinhos de Vento passa a estar oficialmente no interior da cidade, e agora os limites do bairro estavam estabelecidos pela formalidade da lei. Localizado a leste do centro da cidade, possuía inicialmente 92 hectares e tinha como limites as mesmas ruas que tem atualmente: Mostardeiro, Coronel Bordini, Marquês do Pombal, Dr. Vale e a Travessa Carmen.

Nos primeiros anos da década de 1960, as transformações territoriais emergentes contavam com o desaparecimento do antigo depósito de bondes da Carris, situado na Rua 24 de Outubro esquina com a Rua Dr. Timóteo. O bairro já era conhecido pela tradição de pioneirismo em inovações urbanas quando foi erguida no local a primeira galeria comercial de Porto Alegre situada fora do centro da cidade, que recebeu a inédita denominação de Shopping Center, escolhido em função de ser o local de mais alta renda da cidade¹⁵⁰.

Até a metade dos anos 1970, o bairro Moinhos de Vento ainda era essencialmente residencial, com alguns edifícios comerciais, que apesar de poucos, já estavam em pleno funcionamento. Escritórios de advocacia, arquitetura e consultórios médicos eram os serviços que predominavam nestas novas instalações. O crescimento do comércio diferenciado expandiu-se na região, trazendo uma tendência que seria dominante no futuro, com base em sofisticação.

¹⁴⁸ Gentrificação: o conceito cunhado pelo inglês David Harvey, e se deriva das palavras Gentry, o qual é um processo de transformação de centros urbanos através da mudança dos grupos sociais ali existentes, onde sai a comunidade de baixa renda e entram moradores das camadas mais ricas (HARVEY, 2013).

¹⁴⁹ Plano Diretor de 1959: Primeiro plano diretor oficial da cidade de Porto Alegre, fixado pela Lei Ordinária 2.046.

¹⁵⁰ BISSÓN, 2009, p. 157.

3. CONTEXTUALIZANDO: PORTO ALEGRE NO SÉCULO XX

3.1. A SITUAÇÃO POLÍTICA E O CONTEXTO SOCIAL

*O urbanismo ganha vida no Rio Grande do Sul, assim como em outras regiões do Brasil, próximo às datas que marcaram sua afirmação na Europa Ocidental e nos Estados Unidos*¹⁵¹. A partir de meados do século XIX, ainda sob o efeito das transformações consequentes da Revolução Industrial, os problemas das cidades do território rio-grandense ganham evidência e estas passam a se tornar objetos de constante estudo e formulação teórica. Inicialmente, o interesse é em solucionar questões relativas ao transporte urbano da população e o tráfego de veículos, que ganham força após o início do período Republicano no Brasil, deslocando o olhar das elites econômicas, políticas e culturais brasileiras para o comércio, a indústria e o modo de vida em padrões semelhantes aos vividos pelas burguesias europeias.

Ao longo do século XIX a região de Porto Alegre recebeu um grande contingente de imigrantes europeus, na primeira metade do século os alemães (1824), seguidos dos Italianos na segunda metade (1875). Esta população, cuja maior parte vivia até as primeiras décadas do século XX em condições consideradas precárias, somada aos descendentes dos colonizadores portugueses do período anterior, e outras descendências resultantes da miscigenação entre forasteiros e nativos, era a população porto alegreense¹⁵².

Nas primeiras décadas do século XX, a preocupação trazida inicialmente pelos pesquisadores e filósofos da Escola de Chicago entra em destaque, com os fenômenos sociais urbanos que emergiam nesta época, levando-os a afirmar que a cidade é, sobretudo, um estado de espírito, um conjunto de costumes e tradições, de atitudes e sentimentos organizados, inerentes a esses costumes e que são transmitidos com essas tradições¹⁵³. As evoluções tecnológicas oriundas desta época trazem maior facilidade de comunicação a nível global, e com isto os padrões de construção e circulação já estabelecidos em alguns países do hemisfério norte passam a ser vistos como um novo modelo de qualidade de vida, desejado pela classe alta, estimulando a segregação social por diferenças econômicas.

Por volta dos anos 1900, emergia o crescimento de uma burguesia estabelecida na cidade de Porto Alegre, e esta classe em ascendência, ostentava o estilo de vida das burguesias europeias¹⁵⁴. O interesse em melhorar as condições físicas da cidade começa a aparecer nas famílias da elite, quando os que ocupavam cargos altos na indústria e no comércio

¹⁵¹ SOUZA, Célia Ferraz de. *Trajetórias do Urbanismo em Porto Alegre 1900-1945, em: Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Editora FUPAM, 1999, p. 83.

¹⁵² *Ibidem*, p. 84.

¹⁵³ PARK, R.; BURGESS, E. W. *The City: suggestions for investigation of human behavior in the urban environment*; 1925. Chicago: The University of Chicago, 1967, p. 25.

¹⁵⁴ SOUZA; MULLER, 1997, p. 83-84.

manifestam seu desejo pelo melhoramento das ruas e avenidas, protelando um cenário urbano mais belo e acessível, especialmente através da modernização das vias de circulação e dos meios de transporte. Estas solicitações alertaram o poder municipal e a partir da década de 1910 começam a ser propostos planos para o melhoramento da cidade. Cidade esta que ainda não contemplava a zona do Moinhos de Vento em sua área urbanizada, pois este se encontrava distante do núcleo central.

A intenção era em princípio afastar as classes menos abastadas da área central ocupada pela elite, por meio da reformulação do layout da cidade, onde se impunham a beleza e a higiene como símbolos de sofisticação. As famílias mais abastadas já começavam a construir suas mansões na região da Av. Independência, onde os terrenos ocupados ainda eram poucos, o que desprende a atenção para esta zona, concentrando as propostas de melhorias especificamente para a região da península. Os primeiros planos para melhoramentos da cidade eram obras de engenheiros sanitaristas, uma vez que nesta época a insalubridade reinava, tornando-se um problema de urgência para a saúde da população.

As primeiras propostas apresentadas para a reforma urbana de Porto Alegre estavam ligadas à transformação que a cidade de Paris recebera no século XIX, com as intervenções do barão Haussman, o qual estabeleceu uma referência no planejamento e requalificação de áreas urbanas durante o período do urbanismo moderno. A nova burguesia buscava uma melhor relação da pessoa com o espaço e clamava pelo que se entendia por qualidade de vida, evidenciando sua vontade de estabelecer limites territoriais das demais classes sociais.

No Brasil, os planos para melhoramentos das cidades originavam-se de decisões políticas, onde as tentativas de adaptar a malha urbana estavam sujeitas a interesses contraditórios e que não seguiam uma diretriz pré-determinada, modificando constantemente as orientações de ocupação do solo. Os planos para remodelar a cidade entravam num processo de degradação e recebiam constantes e necessárias revisões¹⁵⁵. Weimer¹⁵⁶ aponta que “a elaboração dos primeiros planos ocorreu num período crítico da história do mundo ocidental, quando estava em preparação a I Guerra Mundial.” Nesta época, no Rio Grande do Sul, a exportação de cereais gerava uma disputa internacional em torno da aquisição destes produtos com a finalidade de abastecer os armazéns que deveriam suprir as tropas, fazendo seus preços adquirirem níveis muito compensadores e estimulando o investimento na industrialização local.

Num período em que ascendia a economia da capital gaúcha, pensar no alargamento do gabarito das ruas, no embelezamento da orla com novos espaços ajardinados e na construção de um porto moderno constituíam as

¹⁵⁵ WEIMER, Gunter. O Plano de Melhoramento de Moreira Maciel. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS*, Porto Alegre, n. 148, 2014, p. 53.

¹⁵⁶ WEIMER, loc. cit.

principais diretrizes desde o Plano de Melhoramentos – elaborado e apresentado em 1914, por João Moreira Maciel. Inspirado na Paris moderna, esta proposta de recuperação do espaço urbano consistia principalmente no lema de “melhorar conservando”. Este plano trouxe três temas centrais para o urbanismo de seu tempo: saneamento, circulação e embelezamento, e permaneceu como norma de orientação para os trabalhos de reforma urbana, na intendência do município por 23 anos - de 1914 a 1937 - no setor responsável pelas modificações na malha estrutural do perímetro urbano. Seu objetivo era uma reforma completa da cidade, abandonando a ideia de um centro colonial, alargando várias ruas e ligando o centro comercial tanto com o exterior da cidade, quanto com as áreas ainda consideradas distantes, onde se localizava o Bairro Moinhos de Vento.

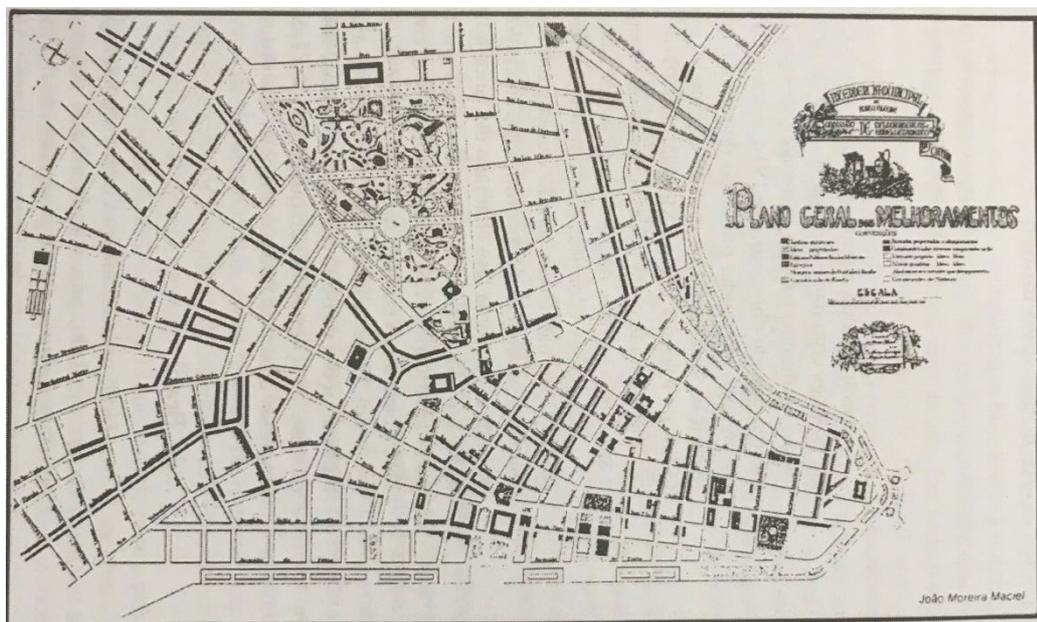


Fig. 3.1: Plano de Melhoramentos por Moreira Maciel, de 1914.
Fonte: Um Plano de Urbanização, de Loureiro da Silva, Publicado em 1943.

No contexto político e econômico, a participação do Estado no planejamento territorial teve notoriedade no final dos anos 1930, com o surgimento de um novo modelo de planos urbanísticos, demonstrando preocupações com a infraestrutura e com as possibilidades de coordenação do processo de industrialização. Esta década vê instalada a Era Vargas, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a conseqüente divisão da oligarquia gaúcha¹⁵⁷. Nos anos seguintes, a crescente preocupação com os acessos levou à criação de novas avenidas com o intuito de “aproximar” as diversas partes da cidade.

As grandes enchentes dos rios atingiam tanto a zona comercial do centro quanto a área industrial, e as regiões mais danificadas eram as dos vales, principalmente as próximas às fábricas, nos bairros de São João e Navegantes, vizinhos do crescente Bairro Floresta. A classe proletária e a pequena burguesia viviam em condições bastante difíceis, onde até a década

¹⁵⁷ALMEIDA, 2004, p. 49.

de 1940 cerca de 70% das moradias destas classes não alcançavam um grau mínimo de conforto¹⁵⁸. Era urgente a necessidade de reformular a cidade para proporcionar as condições mínimas de qualidade de vida a toda a população, mas vivia-se um período onde as vontades da alta burguesia ainda se eram vistas como prioridade por parte das frentes governamentais, e a efetiva preocupação era embelezar e higienizar as áreas onde os mais abastados residiam e circulavam fazia-se urgente.

Até o ano de 1937 os problemas urbanos não haviam sido completamente solucionados, mesmo após a atuação administrativa de Otávio Rocha, seguido de Alberto Bins frente à prefeitura de Porto Alegre nos anos anteriores. Foram estes dois os executores da maior parte do que Maciel havia proposto desde 1914, com poucas e pequenas modificações. O acelerado aumento dos núcleos residenciais passa a afetar significativamente o fluxo de acesso ao centro nas décadas de 1920 e 1930, e a preocupação passa a ser em resolver os problemas não somente da “cidade antiga” – aquela que ficava nos limites das antigas fortificações, como de todo o conjunto urbano. *Não se tratava mais de soluções esporádicas, era preciso abandonar as árvores para ter uma visão da floresta inteira*¹⁵⁹.

Segundo o recenseamento federal de 1940, Porto Alegre tinha cerca de 300.000 habitantes, e encontrava-se em um ritmo de crescimento bastante variável com boa parte da população ativa trabalhando em casas comerciais da região central e nas mais de 700 fábricas instaladas na região dos terceiro e quarto distritos, no setor norte. A cidade expandia-se muito rápido, arrastando consigo o peso de dívidas - algumas ainda originárias do século anterior - e a má organização de serviços públicos e do setor administrativo, contando ainda com a carência de infraestrutura para uma população que Loureiro da Silva¹⁶⁰ descrevia como “uma aglomeração humana em crescimento vertiginoso”. *Todos os erros e falhas do passado se acumulavam, como espessas muralhas, à nossa frente.*

Em meio à era Vargas a União investia na infraestrutura econômica e o capital privado era injetado diretamente na industrialização¹⁶¹. Por outro lado, na esteira das Reformas de Modernização do Estado nos anos 30, emergem concepções de planejamento que na década posterior chegariam ao nível municipal como função do governo. *O termo “planejamento” vai sendo paulatinamente introduzido na administração pública, e começa a substituir gradativamente o termo “urbanismo”*¹⁶², tendendo a ampliar de modo significativo o escopo dos “Planos” que se tinha para a cidade, passando estes

¹⁵⁸ SOUZA; MULLER, 1997, p. 34.

¹⁵⁹ SILVA, Loureiro da. *Um Plano de Urbanização*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Editora Globo, 1943, p. 66.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 67.

¹⁶¹ CARGNIN, Antonio Paulo. A dimensão territorial do planejamento governamental: políticas de desenvolvimento regional no Estado do Rio Grande do Sul. *Inc. Soc.*, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p.13-32, jul./dez. 2012, p. 22.

¹⁶² FARIA, R; SCHVARBERG, B. *Políticas Urbanas e Regionais no Brasil*. 1. ed. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAU-UNB, 2011, p. 19-20.

a abranger todos os setores da vida urbana, podendo agora ser concebidos e operados em escala maior.

Durante este período, na gestão de José Loureiro da Silva, os planos para melhoramentos na capital gaúcha eram o principal foco. Como já mencionado neste trabalho, é desenvolvido neste momento o Plano Diretor de Urbanização, de autoria do arquiteto Arnaldo Gladosh, executado parcialmente ainda na primeira atuação de Loureiro como prefeito (1937-1943). Com o objetivo de descentralizar a via comercial, Gladosh planejava desviar o tráfego de veículos para longe do centro e distribuir a circulação pelas ruas secundárias. O Plano de Avenidas já havia sido elaborado desde o ano de 1938, com um esquema teórico que consistia em apor vias coletoras ao sistema de radiais que partiam do centro da cidade em direção aos bairros¹⁶³. A preocupação em integrar os setores isolados era grande no plano e o autor enfatizava a ideia de desafogar o trânsito, preocupado com os problemas oriundos do crescimento espontâneo da cidade, com um foco diferente do plano higienista elaborado por Maciel.

O plano de Gladosh foi elaborado e apresentado em quatro etapas, entre os anos de 1939 e 1945. A fase mais importante desta proposta, o Anteprojeto, contemplou a área da cidade até os limites do que viria a ser a Segunda Perimetral – atual Av. Goethe -, propondo a extensão dessa via, a partir do prolongamento do pequeno trecho existente, que levaria como tema as Parkways norte-americanas. A proposta de avenidas-parque já era executada nos Estados Unidos desde o início do século, servindo seus feitos de inspiração ao intendente Loureiro da Silva na inserção de mais verde na cidade, especialmente pela influência da atuação de Robert Moses na região do estado de New York. Essa nova avenida, nos moldes de uma Parkway, daria maior vazão ao escoamento do tráfego de automóveis, que havia se tornado grande demais para as proporções da cidade, e ao mesmo tempo seria dotada de canteiros centrais arborizados e cercada por vegetações ornamentais, a fim de melhorar a imagem do bairro por onde passava.

¹⁶³ ALMEIDA, 2004, p. 81.



Fig. 3.2: Plano Gladosch, 1943.

Graficação da autora sobre mapa do Anteprojeto de Gladosch. Destaque da proposta da nova via e do ajardinamento do terreno do Hipódromo dos Moinhos de Vento e relação com o eixo de expansão urbana citado neste trabalho.

Fonte: Imagem de Um Plano de Urbanização, publicado em 1943. Scanner da autora.

A ideia de organizar, sob um mesmo conceito, todas as áreas de recreação de uma grande cidade incluía uma série de intervenções sucessivas e planejadas criando uma melhor relação entre os espaços verdes e os passeios de conexão entre eles. O chamado "Parkway de Olmsted", cunhou o conceito paisagístico para as avenidas-parques, responsáveis pela interligação dos parques no desenho urbano da cidade, e este modelo havia inspirado o prefeito à modificações na malha urbana que atendessem ao padrão de avenidas embelezadas. Loureiro da Silva deixa isto claro quando cita, em Um Plano de Urbanização, as melhorias referentes ao "segundo perímetro", que *em certos trechos [...] deverá ter características de "parkway" e incluirá o trecho já construído na Av. Goethe.*¹⁶⁴ Este trecho corresponde à área vizinha ao então Hipódromo Moinhos de Vento, para o qual Silva¹⁶⁵ tinha planos de transformar em um campo para desfiles e outras ocupações.

Robert Moses é o nome do homem que amplificou o sistema das parkways da área metropolitana de Nova York durante a década de 1930, para

¹⁶⁴ SILVA, 1943, p. 43.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 44.

criar e acessar parques estaduais, especialmente para habitantes da cidade¹⁶⁶. Estas elegantes avenidas eram dotadas de um amplo gabarito, ladeado por uma composição paisagística que tinha como intenção inicial segregar pedestres, ciclistas, equestres e carruagens para cavalos na sua proposta de ligar parques urbanos e suburbanos com "estradas de prazer". É notável que esta caracterização inspirasse os planejadores urbanos do governo Loureiro da Silva, bem como o mesmo, ao embelezamento das novas vias de circulação propostas pelo plano de Gladosch.



Fig. 3. 3: Moinhos de Vento, década de 1950.

Foto aérea da área em estudo, anterior à abertura da av. Goethe, década de 1950.

Fonte: Fonte: Acervo Digital da Fototeca Sioma Breitman, autoria atribuída a Léo Gurerreiro e Pedro Flores, doação de desconhecido.

Nos anos 1920 e 1930, o automóvel e os filmes norte-americanos podem ser lembrados como indicadores de influência no cotidiano das pessoas. É possível também vislumbrá-la no processo de verticalização das cidades Brasileiras¹⁶⁷.

A presença da influência cultural norte-americana em Porto Alegre é dada através das referências identificáveis na imprensa da cidade nesta época, onde identifica-se um grande número de publicidades de toda espécie de produtos norte-americanos, muitas utilizando como pano de fundo, edifícios em altura formando os sky-lines americanos. Sinaliza assim, os inícios de uma crescente influência cultural norte-americana em Porto Alegre já nos inícios dos anos 20, inclusive através da presença de imagens que valorizam a verticalização das edificações¹⁶⁸.

¹⁶⁶ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Ed. Shwarcz S.A., 2007, p. 338.

¹⁶⁷ CAPPARELLI, L. de C.; MACHADO, N. H. N. *Verticalização em Porto Alegre: uma influência norte-americana?* Porto Alegre: Departamento de Teoria e História, FAU-PUCRS, 2011, p. 11.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 14.

Os problemas remanescentes ainda eram de caráter essencialmente viário, quando o sistema existente em estrutura radial não comportava o tráfego crescente de veículos, deixando inapropriados o traçado urbano e suas vias, que congestionavam pela falta de organização das pistas de rolamento e do espaço específico para o estacionamento dos veículos. As ligações entre o núcleo urbano central e seu exterior haviam se tornado obsoletas, e a falta de vias de caráter perimetral e carência de pavimentação na maioria das ruas da periferia tornava-se evidente. A proposta de Gladosch prometia a resolução destes problemas, onde o novo traçado esboçado para a Av. Goethe solucionava a maior parte dos inconvenientes.

A recorrente falta de espaços verdes abertos passa a ser pensada como um dos problemas urbanos, ganhando lugar dentro dos projetos de remodelação da cidade. Aqui começa a aparecer o parque estudado nesta pesquisa, em singelos esboços, pela primeira vez visto como um espaço verde na cidade de Porto Alegre. O extenso terreno do antigo chapadão ainda era ocupado pelas pomposas, porém já ultrapassadas, instalações do Jockey Club com seu renomado Hipódromo Moinhos de Vento. O Anteprojeto de Gladosch ilustra este terreno como uma mancha verde no mapa, o ponto em que seria apresentado - em uma etapa posterior do plano - o esboço inicial de um projeto paisagístico, ainda em dimensões reduzidas em relação ao que temos hoje.



Fig. 3.4: Plano Gladosch, 1943.

Graficação da autora sobre setor de mapa do Anteprojeto de Gladosch. Destaque da proposta da nova via e do ajardinamento do terreno do Hipódromo dos Moinhos de Vento e relação com o eixo de expansão urbana citado neste trabalho.

Fonte: Imagem de Um Plano de Urbanização, publicado em 1943.

O eixo de expansão industrial e o centro de comércio ainda ficavam expostos ao impacto direto das enchentes periódicas. Próximo ao centro haviam áreas enormes não saneadas, que inundavam anualmente, deixando as vias em más condições e tornando o local exíguo de áreas verdes. Era

visível a necessidade de uma reforma dos órgãos administrativos, que haviam sido concebidos há cerca de três décadas, numa Porto Alegre com três vezes menos área de extensão e população. As proporções dos equipamentos de serviços que se instalavam na área pediam a racionalização da forma de taxação dos imóveis e das atividades urbanas, bem como o equilíbrio dos mesmos com áreas abertas, impedindo que a cidade se transformasse em uma “selva de pedras”.

O plano elaborado por Gladosch trazia no papel a ideia de uma solução total, pela primeira vez era visto um plano geral, que servisse de norma orientadora para todas as atividades urbanas. Em 1939 o prefeito Loureiro da Silva cria o Conselho do Plano Diretor, um grupo de homens de responsabilidades sociais, formado com a intenção de falar em nome de toda a coletividade, sem parcialidades e sem preferências, uma vez que o prefeito almejava a cidade como um patrimônio público¹⁶⁹. Dezesesseis membros compunham o conselho, dentre eles representantes de organizações públicas e particulares, com as atribuições de *examinar, propor alterações e votar os projetos de reforma urbana, retocar ou ampliar os projetos no plano diretor, bem como fiscalizar a execução dos projetos aprovados*¹⁷⁰. Estas atividades foram compiladas em um volume único, que teve início através da realização do Expediente urbano - um levantamento geral das condições físicas da cidade elaborado sob as ordens de Loureiro da Silva para a edição da obra que seria publicada ao final de seu mandato - a fim de catalogar seus feitos frente à direção da cidade e, como já citado neste trabalho, seria intitulada *Um Plano de Urbanização*.

A preocupação com a definição de um plano diretor era direta: Loureiro da Silva o descreve conforme a definição do uruguaio Maurício Cravotto¹⁷¹, como *uma orientação ordenadora das atividades de várias espécies que se processam no espaço ocupado por esse núcleo*. A partir disto, inicia a elaboração do Expediente Urbano, um levantamento sobre o estado atual da cidade de Porto Alegre em aspectos urbanos e sanitários, entre outras perspectivas.

Vivia-se uma época de abandono às antigas teorias que limitavam os planos de remodelação urbana à solução de problemas viários e a enfeitar as cidades. Com o advento do reformismo, passa-se a considerar as cidades como órgãos de vida complexa, com problemas amplos, atingindo todas as faces da vida no espaço coletivo. Os trabalhos de reforma urbana passam a ser ordenados pelo aspecto econômico das aglomerações, na tentativa de transformar os núcleos coletivos em organismo sociais harmônicos, implementando mais praças e parques no contexto da cidade.

¹⁶⁹ SILVA, 1943, p. 33.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 28.

¹⁷¹ Citação de Maurício Cravotto em seu trabalho: Preplano Para a Cidade de Mendonza (CRAVOTTO, A.; CRAVOTTO, M. *Montevideo*: Editorial Dos Puntos. Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, Intendencia Municipal de Montevideo, 1995, p. 21).

As diversas reportagens periodicamente publicadas pela imprensa local, especialmente a partir da década de 1940, deixavam claro desde seus títulos a carência de locais para o lazer da população em geral começa a aparecer dentre as preocupações e manifestações públicas. O terceiro distrito recebera muitas indústrias e consigo a instalação massiva da classe de trabalhadores ao seu redor. O problema começa a ganhar proporções cada vez maiores em meados do século XX, ocasionando a indignação de uma parcela mais numerosa da população, que clamava por mais áreas recreativas em suas proximidades.

Em meio aos conflitos políticos e econômicos que o Brasil enfrentava após o final do período em que constou Getúlio Vargas no poder nacional (1930-1945), Porto Alegre sofria os efeitos do processo de modernização – na época, crescendo exponencialmente, concretizava o território com abertura de vias monumentais e a construção de edifícios gradativamente mais altos a cada ano que se passava. Desde as primeiras décadas do século XX, a população das regiões mais antigas da cidade já vinha manifestando o sentimento da efetiva falta de áreas abertas para seu lazer. Apesar de as classes mais abastadas terem acesso a clubes e estabelecimentos pagos de outras variedades, torna-se visível uma maior conscientização dessas classes em relação à salubridade do ambiente urbano e a necessidade de mais verde dentro das cidades.

Era recorrente o desejo por espaços maiores para o uso coletivo, e um dos locais visionados no plano era o terreno pertencente à hípica. Para a inserção de um parque na área então ocupada pelo Jockey Club, era necessária a sua realocação - a qual conforme já mencionado era planejada desde a elaboração dos trabalhos de Gladosch para Porto Alegre. Em seu plano viário, na primeira etapa apresentada pelo autor, ele já propusera uma ligação da zona da Azenha – que na época estava em crescimento populacional e já se encontrava com tendências de congestionamento – com o bairro Cristal, por meio de uma avenida de talvegue, partindo do entroncamento das avenidas Glória e Teresópolis, para desembocar no que Loureiro da Silva já descrevia como às *proximidades do futuro Hipódromo, na praia do Cristal*¹⁷².

O aparecimento dos espaços verdes para uso coletivo na cidade era recente, das últimas décadas do século XIX, quando surgem as primeiras praças arborizadas, dando sequência aos antigos largos não pavimentados, apenas com bebedouros centrais. Estes largos passaram a ser ajardinados e urbanizados apenas na administração de José Montauray – a qual se estendeu de 1897 a 1924. Numa época em que nem a margem do Guaíba era utilizada para passeio, fazia-se urgente a implantação de praças e parques compondo a paisagem e trazendo a trama verde para dentro de um núcleo urbano em

¹⁷² SILVA, 1943, p. 45.

crecente expansão, considerava-se um *extraordinário aumento do número das edificações na zona urbana da capital*¹⁷³.

Havia um único grande espaço reservado para parque, era a chamada Várzea, ou Campo da Redenção. O primeiro governo de Loureiro da Silva visava à criação de um sistema orgânico de praças e parques, onde a intenção era formar um conjunto homogêneo, favorecendo com equivalência, todas as zonas que seriam ligadas por avenidas-parques – as já citadas parkways - ou por faixas de vegetação. O conjunto interior da cidade deveria ser ligado ao exterior por meio de eixos verdes lineares, que penetrassem na zona urbana com a beleza e o frescor de sua vegetação.

A cidade de Porto Alegre não tirava proveito de sua privilegiada situação geográfica, com extensas orlas ribeirinhas, preenchendo a margem ao norte com o porto e seus trapiches particulares, e abandonando o lado sul, sem avenidas arborizadas ou espaços públicos atraentes para passeios ou descansos. Em Um Plano de Urbanização, Loureiro da Silva aponta como ponto de partida para a solução destes déficits, o aproveitamento do saneamento do Vale do Riacho para a criação de faixas verdes com dimensões extensas, apoiando um dos extremos no sistema verde proposto para a área da Praia de Belas, e seguindo um futuro canal que com ligações laterais no Parque Farroupilha, ligaria a cidade às zonas de bosque, incluindo os mais variados espaços de lazer¹⁷⁴.

Dentre as realizações que envolviam a criação de espaços verdes abertos na cidade, junto à feira de amostras e a Cidade Universitária, dirigia-se a atenção para o deslocamento do Hipódromo Moinhos de Vento – aqui prendemos mais uma vez a atenção, pois é o assunto principal desta pesquisa – para a extensão de terras fronteiriças à praia do Cristal. As luxuosas instalações pertencentes ao Jockey Club do Rio Grande do Sul haviam se tornado um entrave para a evolução racional do espaço urbano onde estavam localizadas: o Bairro Moinhos de Vento. A extensão necessária para a intervenção que levaria o hipódromo para o Cristal iria requerer um considerável aterro, e o seu acesso mais rápido seria a futura Avenida Beira-Rio.

Nesta época, Loureiro da Silva anunciava que as terras remanescentes da saída do hipódromo iriam ser ocupadas por um parque, porém a ideia de implantar este novo equipamento ainda não recebia atenções suficientes para a elaboração de um projeto mais detalhado do que o singelo esboço do Plano Gladosch. Junto ao parque era pretendido um campo de desfiles¹⁷⁵, criando um novo e remodelado espaço verde, cuja intenção era enquadrar o local às características do bairro que já havia se expandido para todas as direções. Esta era a intenção do prefeito Loureiro da Silva para a área do Moinhos de Vento em seu primeiro governo.

¹⁷³ ALMEIDA, 2004, p. 139.

¹⁷⁴ SILVA, 1943, p. 45.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 66.

O livro *Um Plano de Urbanização* apresenta detalhadamente a maior parte dos projetos criados e desenhados durante o primeiro governo de José Loureiro da Silva. Pensava-se com prioridade na extensão do Porto existente, diretriz mestre para o planejamento do verde na nova malha urbana proposta por Gladosch, uma vez que se priorizava o transporte de mercadorias via fluvial por ser o mais favorável em termos econômicos.

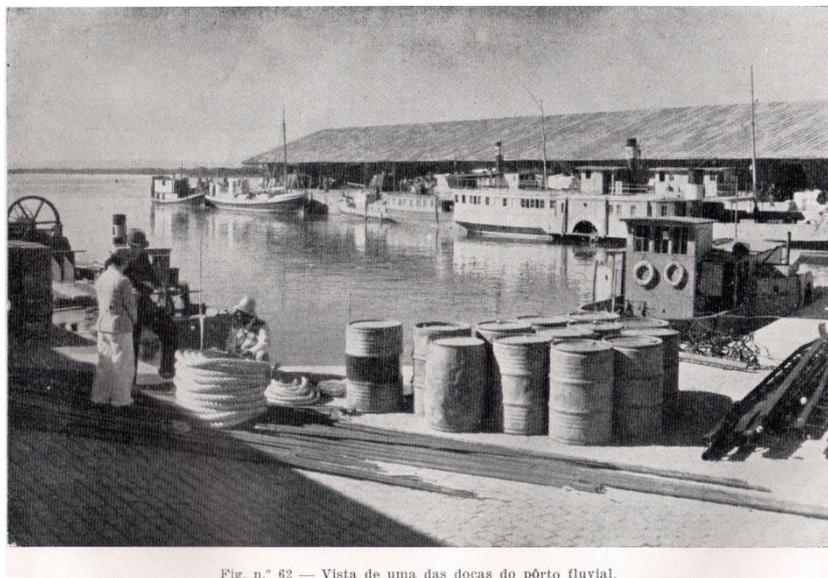


Fig. n.º 62 — Vista de uma das docas do pôrto fluvial.

Fig. 3. 5: Ampliação do Porto com novas docas, 1943.

Fonte: Imagem de *Um Plano de Urbanização*, publicado em 1943. Scanner da autora.

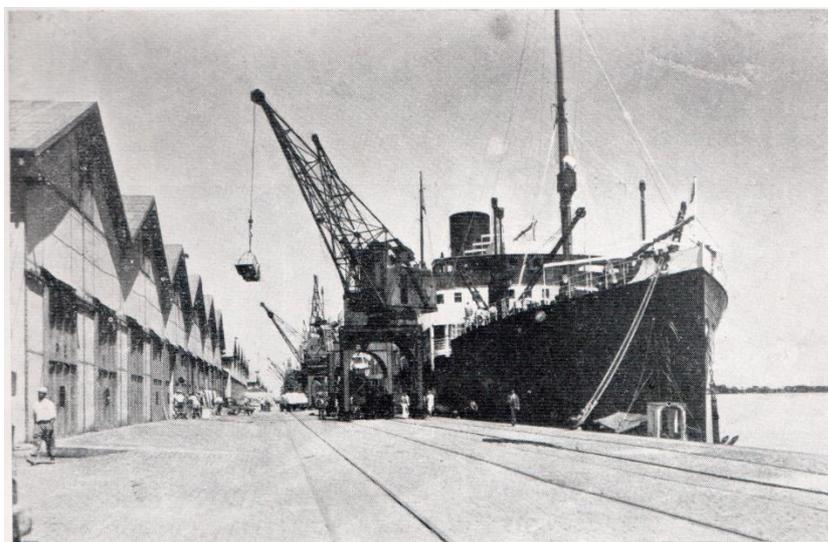


Fig. n.º 60 — Trecho do Pôrto de cabotagem e longo curso.

Fig. 3. 6: Ampliação do Porto com novas docas, 1943.

Fonte: Imagem de *Um Plano de Urbanização*, publicado em 1943. Scanner da autora.

Durante os anos 1930, entra em voga a importância de um conceito de Urbanismo Moderno, onde a preocupação é em estabelecer metas, traçando diretrizes e fórmulas que ganham espaço e tornam-se protagonistas na

imposição de um modelo de cidade. A Carta de Atenas¹⁷⁶, regida por Le Corbusier, no ano de 1933, considerava a cidade como um organismo a ser concebido de modo funcional, na qual as necessidades do homem devem ser supridas. Cresce então, a preocupação em satisfazer ao usuário, preconizando a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, propondo - em lugar do caráter denso e compacto das cidades que cresciam na época - um novo padrão de cidade, na qual os edifícios se desenvolvem em altura e as áreas verdes ganham menor densidade.

Em meados da década de 1940, as teorias originárias do movimento modernista idealizam cidades com edifícios altos, espaçados entre si e soltos em áreas públicas fartamente arborizadas onde a intenção é o aproveitamento máximo da utilização coletiva, rompendo com os princípios urbanísticos tradicionais e, conseqüentemente, com a morfologia urbana até então existente¹⁷⁷. Na prática, a homogeneização das funções altera as estruturas viárias, com a criação de grandes avenidas onde o pedestre é paulatinamente substituído pelo automóvel, e o crescimento imobiliário em disparate ofusca a presença de manchas verdes nas áreas urbanizadas das grandes cidades.

O planejamento não mais se tem voltado para projetos de cidade completas, mas, para o desenho de uma estrutura de lugares que marcam o desenrolar da existência humana nessa cidade mais complexa. Em consequência do quê, a cidade adquire uma estruturação policêntrica, com uma diversidade de eventos simultaneamente ofertados em lugares igualmente diversificados¹⁷⁸.

Porto Alegre passou por este processo. A verticalização sem planejamento ocorrida nos principais eixos de expansão territorial, partindo do centro da cidade, transforma a paisagem urbana, tornando-a mais seca e mais densa, onde raramente aparecem as áreas vegetadas. Esse novo padrão urbano determina a tendência à retirada do uso efetivo do pavimento térreo em favor dos grandes espaços abertos, para o bom circular e traz consigo a configuração de um novo espaço, tendencioso ao esvaziamento, não somente no sentido da utilização para atividades laborais, mas também no sentido do isolamento em relação ao espaço exterior¹⁷⁹.

¹⁷⁶ Carta de Atenas: Carta de Atenas foi o manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933.

¹⁷⁷ CASTELLO, 2007, p.142.

¹⁷⁸ CASTELLO, loc. cit.

¹⁷⁹ BALDISSERA, Dóris. *Apropriação de espaços públicos em centros urbanos: Caxias do Sul: 1910-2010*. 2011. 240 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 24.

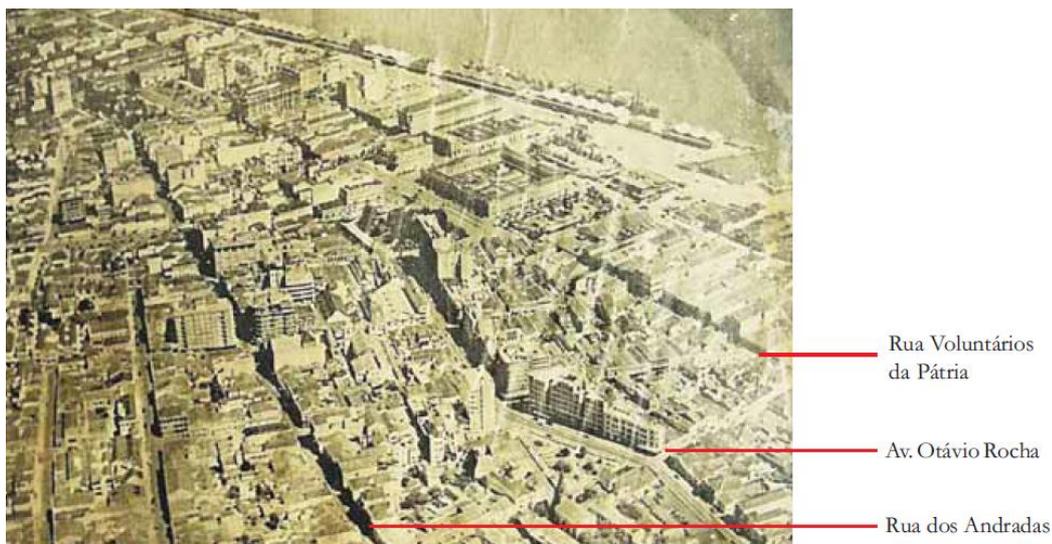


Fig. 3. 7: Verticalização em Porto Alegre na década de 1940. Graficação sobre fotografia por Maria Soares de Almeida, em tese publicada em 2004. Fonte: Tese de Doutorado “Transformações Urbanas: Atos, Normas, Decretos, Leis na Administração da Cidade” – Porto Alegre 1937 – 1961. Autoria de Maria Soares de Almeida (USP – 2004).

As relações do pedestre com o entorno edificado e com a rede viária são enfraquecidas em favor do bom circular e da destinação de espaços aos veículos. Estas transformações geraram posteriores efeitos colaterais, e a população passa a sofrer as consequências da escassez de áreas verdes e de efetivo contato com o meio ambiente natural. É neste momento que a situação torna-se alarmante, causando revolta na população e polêmica na imprensa local, por meio de reportagens onde alguns jornais da época dão ênfase à pobreza das áreas verdes existentes e sua ausência em determinados setores da cidade.

Ao decorrer dos anos 1950, sob os efeitos do Plano de Metas, estabelecido pelo presidente Juscelino Kubitschek, a forte indução à industrialização compartilhando papéis entre Estado e capital privado nacional e internacional, tinham como objetivo criar condições para que, na década seguinte a estrutura industrial estivesse bem diversificada¹⁸⁰. A criação de novos instrumentos urbanísticos, como o BNDE, visava assim planejar e financiar projetos de desenvolvimento para o país, afetando diretamente a malha urbana das capitais estaduais¹⁸¹. Era uma época de se investir nas cidades e em sua infraestrutura, criando espaços específicos para cada função da vida urbana.

Na segunda metade do século XX, o processo de centralização começa a perder a importância de algumas décadas atrás, pelos seguintes aspectos: tratava-se da área da cidade de uso mais intensivo, com maior concentração de atividades econômicas, o núcleo central. Resultante de uma gradativa industrialização, a malha urbana das grandes cidades - como Porto Alegre -

¹⁸⁰ CRUZ, Bruno O. *Economia Regional e Urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: Editora IPEA, 2011, p. 88.

¹⁸¹ BAER, Werner. *A Economia Brasileira*. São Paulo: Editora Nobel, 1996, p. 54.

sofreu os efeitos de um crescimento acelerado na construção e então passou a se expandir sem controle do território.

Os anos do pós-guerra, para alguns autores, compreendem uma *fase de mudança do padrão de desenvolvimento*¹⁸². Nesta Fase, considerada Nacional-Desenvolvimentista, prevaleceu o entendimento de que o Estado deveria intervir na economia e que o investimento público era necessário para ampliar a demanda nos períodos de desaquecimento econômico e, assim então garantir o equilíbrio do sistema capitalista.¹⁸³ Na visão dos autores desenvolvimentistas, o processo de crescimento econômico ocorre espacialmente de maneira desigual e desequilibrada, acarretando a concentração de população e riqueza em determinadas regiões, acentuando ainda mais as diferenças econômicas e sociais, que vinham se destacando desde o início do século.

No caso da cidade de Porto Alegre, a expansão na linha leste corresponde justamente à parcela do território que se entende, até os dias de hoje, como uma das áreas mais elitizadas da cidade, divergente das demais regiões que correspondem ao território Porto-Alegrense. A desvalorização de áreas verdes proveniente da ostentação modernista - que acompanhava o acelerado processo de crescimento da indústria - havia se desencadeado entre as décadas de 1930 e 1960. A população desta região começa a despertar, aos finais dos anos 1950, para a necessidade de áreas de lazer e uso público acessíveis na sua região. A falta de um local de convívio social, ou mesmo da presença significativa de vegetação no bairro chegou a extremos, levando ao clamor de uma parcela significativa da população de Porto Alegre por uma área verde pública na região do bairro Moinhos de Vento, onde andava em vias de desocupação o terreno pertencente ao Jockey Club do Rio Grande de Sul.

No bojo de uma nova reforma administrativa, José Loureiro da Silva volta a ser prefeito da cidade de Porto Alegre, agora eleito por meio do voto direto, no ano de 1961. Segundo Almeida, é aprovada por ele a lei 2.330, que promove a revisão do plano diretor que havia sido instaurado em 1959, o qual se limitava a planejar a cidade somente na área que abrangia a Terceira Perimetral¹⁸⁴. Essa legislação é um marco de referência da nova fase que se estabelecia no planejamento da cidade.

Com a revisão do plano diretor, ficou ainda mais evidente a carência de espaços públicos verdes de uso coletivo, provavelmente resultados das tendências modernistas que Porto Alegre teria absorvido, onde se valorizava primeiramente o crescimento vertical e o privilégio do automóvel, esquecendo-se das áreas de lazer. O prefeito Loureiro da Silva exerceu importante papel no tocante à criação, projeto e implementação do Parque Moinhos de Vento que,

¹⁸² CARVALHO, P. G. M.; FEIJÓ, C. A. Produtividade industrial no Brasil: o debate recente. *Revista Eletrônica de Indicadores Econômicos – FEE*, v. 28, n. 3, p. 631-646, 2000, p. 640.

¹⁸³ FARIA; SCHVARBERG, 2011, p. 32.

¹⁸⁴ *Transformações Urbanas: Atos, Normas, Decretos, Leis na Administração da Cidade – Porto Alegre 1937/1961*. 2004. 301 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação – Estruturas Ambientais e Urbanas), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 240

reivindicado pela população aos finais da década de 1950, teve sua instalação após mais de dez anos, na gleba remanescente do antigo prado.

A transformação urbana em questão, que compreende o surgimento de um parque dentro do perímetro urbano de Porto Alegre, leva em conta que embora a intenção inicial para o terreno fosse mesmo a criação de um parque, alguns empecilhos, como o provisório loteamento dos terrenos remanescentes, por conta dos ainda proprietários do Jockey Club e o de o terreno não possuir condições geográficas de um parque natural, o Parque Moinhos de Vento fez longa caminhada até sair do papel. A introdução de novos processos de controle para a organização do espaço urbano marcava o período, bem como a construção de novos instrumentos urbanísticos referentes aos limites, especialmente ao excesso de altura das edificações e ainda à inédita introdução do *zoneamento*¹⁸⁵, caracterizado pela aplicação de um sistema legislativo em nível municipal, que procura regular o uso do solo e sua ocupação, como instrumento principal de controle do espaço urbano.

Observa-se através dos mapas de diferentes épocas da cidade, que o surgimento da via sinuosa configurada pela Av. Goethe ocorre na época em que, sob o governo de José Loureiro da Silva, a frente governamental do município toma preocupação em atender às solicitações das classes mais abastadas da sociedade. A influência de uma via pública de acesso no espaço urbano e as questões políticas que levaram o governo da época a concordar com a implantação de um logradouro cujo gabarito fugia do padrão de desenho urbano até então mapeado, assemelha-se muito ao que Berman¹⁸⁶ descreve, ao relatar a intervenção de Robert Moses no incontrolável desejo de ostentar a modernidade nas ruas. A av. Goethe, implementada nos anos finais da década de 1950, enquanto planejava-se o loteamento dos terrenos que hoje pertencem ao parque, exibe em seu desenho propositalmente sinuoso, canteiros centrais e a intensa arborização ao longo de sua breve extensão, a semelhança direta com o que se pretendia nas Parkways norte-americanas.

Os condomínios residenciais que se pretendia instalar nesta região seriam comercializados para a mesma classe social a quem se destinava o desfrute das instalações do antigo prado, e a intenção seria a de manter o bairro utilizado. Para estes, as ruas curvilíneas e ajardinadas, de extensos gabaritos, comportariam um grande número de veículos, não apenas melhorando o trânsito, mas simbolizando a imponência da via na cidade de Porto Alegre, uma vez que Souza¹⁸⁷ afirma que a cidade passa a ser olhada com novos olhos, e agora era tido como um dever do estado conduzir a sociedade ao progresso.

¹⁸⁵ ALMEIDA, 2004, p. 28.

¹⁸⁶ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Ed. Shwarcz S.A., 2007. P.323

¹⁸⁷ SOUZA, 1999, p. 44



Fig. 3. 8: Planta Baixa da Cidade de Porto Alegre de 1954.
 Fotografia sobre mapa de Porto Alegre impresso no ano de 1954, onde ainda há a pista do Hipódromo dos Moinhos de Vento.
 Fonte: Mapoteca GEDURB – PROPUR/UFRGS.



Fig. 3. 9: Planta Baixa da Cidade de Porto Alegre de 1977.
 Planta Baixa da Cidade de Porto Alegre de 1977 com marcação da nova via sinuosa da Av. Goethe e sua continuidade, a Segunda Perimetral.
 Fonte: Mapoteca GEDURB – PROPUR/UFRGS.



Fig. 3.10: Moinhos de Vento, 1967.

Foto do Terreno antes da Implantação do Parque, logo após a abertura da Avenida Goethe no ano de 1967.

Fonte: Fórum digital Skyscraper City – acessado pela autora em Maio de 2017.



Fig. 3.11: Moinhos de Vento, 1972.

Foto da Av. Goethe no ano de 1972, quando inaugurado o Parque Moinhos de Vento.

Fonte: Acervo digital de www.prati.com.br – fotos antigas de Porto Alegre, acessado em Abril de 2019.

4. O PARQUE MOINHOS DE VENTO

4.1. A SAÍDA DO HIPÓDROMO E O INÍCIO DA TRANSFORMAÇÃO

Como já visto, antes da instalação do Parque Moinhos de Vento, outros equipamentos urbanos de alta relevância para a cidade já haviam ocupado o terreno estudado neste trabalho. Inicialmente utilizado para o plantio do trigo por conta dos imigrantes açorianos, o antigo chapadão foi ocupado pelas instalações turfísticas do Prado Independência após o fim do período imperial. Contudo, até a empresa Jockey Club tornar-se o proprietário deste equipamento, o hipódromo passou pelas mãos do Turf Club, do Derby Club e da Protetora do Turfe, sendo este local, um dos maiores prados que a cidade de Porto Alegre viu funcionar durante seis décadas.

Tendo em vista que até hoje, a ocupação responsável pelas maiores mudanças e transformações da área tenha sido a da hípica, faz-se importante entender um pouco da trajetória do turfe em Porto Alegre. O objetivo deste capítulo é a compreensão da importância que o hipódromo teve para a manutenção do terreno do parque como um espaço aberto e público, uma vez que este foi o grande atrativo de pessoas para a região do Moinhos de Vento durante mais de meio século, movimentando as ruas do bairro e possivelmente estimulando a vinda de famílias com grande poder aquisitivo na região.

A importância do turfe em terras porto-alegrenses provavelmente ganhou ênfase porque, como descreve Ary Sanhudo¹⁸⁸: *O cavalo sempre foi a fatalidade do gaúcho*. Porto Alegre, Crônicas da Minha Cidade, é o nome do livro que traz esta e outras afirmações, como a de que pode-se dizer que o Rio Grande do Sul “monta a cavalo desde o dia em que começou a firmar-se como aglomerado humano”. Provavelmente foi este estimado apego o qual estimulou a tradição das corridas de cavalos, que se multiplicou em todo o pampa rio-grandense. Datam de meados do século XIX, os primeiros registros em jornais sobre corridas de cavalos realizadas em Porto Alegre com a finalidade lucrativa por meio de apostas. Por volta dos anos 1850, surgiam as primeiras instalações adequadas para receber os equinos e acomodar uma plateia de médio porte. Aquiles Porto Alegre escreveu: *Antigamente, quando não tínhamos hipódromos, as corridas de cavalos eram realizadas num trecho de estrada ou ali na várzea, nas imediações do colégio Militar. Esta era a cancha preferida*¹⁸⁹.

Foi no ano de 1872 que o equitador Luís Jácome de Abreu e Souza introduziu oficialmente no Rio Grande do Sul as corridas de cavalo. Neste ano o apaixonado pela equitação transitou por Porto Alegre como comissário do governo imperial, e em sua passagem pela capital, organizou uma corrida de

¹⁸⁸ SANHUDO, 1961, p. 238.

¹⁸⁹ FRANCO, Sérgio da Costa apud Aquiles Porto Alegre. *Porto Alegre: guia histórico*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1988, p. 203.

cavalos dentro dos limites do atual Parque Farroupilha. Despertou assim, no porto-alegrense, o gosto pelas competições hípicas, que alcançaram o pleno apogeu nas décadas seguintes, entre os anos de 1892 e 1894.

Com a disseminação da prática do turfe, rapidamente surgiram outras instalações destinadas ao esporte, e um dos mais expoentes locais onde era praticado - atraindo a elite e, posteriormente outras classes de renda mais baixa a assistirem e apostarem nos equinos - levou inicialmente o nome de Prado Independência. Algumas décadas mais tarde intitulado Hipódromo dos Moinhos de Vento, este foi provavelmente o mais duradouro de todos os prados que a cidade de Porto Alegre acomodou.

Quando o turfe começa a ganhar evidência em Porto Alegre, o equitador e também professor de equitação, agora então Capitão Luís Jácome de Abreu e Souza, começa a incentivar o interesse pela criação do cavalo puro sangue inglês e pelo próprio esporte. Este seguiu promovendo algumas corridas ainda no Campo da Redenção, que havia sido momentaneamente transformado em um hipódromo¹⁹⁰. Ainda nesta década, em 1877, fala-se também na criação de um hipódromo que levaria o nome de Porto-Alegrense, este teria funcionado por um curto período de tempo, e estaria localizado no trecho inicial da Estrada do Mato Grosso, onde hoje é a Av. Bento Gonçalves. Após, foram criados os prados Boa Vista – localizado no atual Bairro Partenon, Menino Deus e Navegantes – localizados nos bairros de mesmos nomes -, e por fim, aquele que ocupava o terreno do antigo chapadão no atual Bairro Moinhos de Vento, chamado de Prado Independência.

O Prado Independência abriu suas portas no dia 25 de março de 1894, poucos anos após a implantação da linha de bondes “Independência”, criada pela empresa Carris Urbanos a fim de melhorar o acesso dos moradores da região do Moinhos de Vento e da baixada do Mon’t Serrat ao centro da cidade. A criação desta linha de bondes, que atravessava em linha reta a então elitizada Av. Independência, data do ano de 1891 e facilitou significativamente o acesso às corridas do hipódromo por parte de quem vinha da região do atual Centro Histórico. Um programa com 12 páreos em uma pista de 1.000 metros foi organizado para a inauguração do prado, o qual era dotado de espaços luxuosos e modernizados e em pouco tempo eliminou a concorrência de seus antecessores, tornando-se o grande prado de Porto Alegre.

¹⁹⁰ FRANCO, 2006, p. 203.



Fig.4.1: Prado Independência, 1904.

Vista do Prado Independência dos altos da atual Rua Mostardeiro no ano de 1904, sob a direção do Derby Club.

Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.



Fig.4.2: Prado Independência, 1922.

Óleo sobre de vista do Prado Independência dos altos da atual Rua Mostardeiro no ano de 1922, sob a direção da Protetora do Turf, autoria de Pedro Weingärtner.

Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman, doação de desconhecido.

Além da enorme pista em formato circular, o projeto do prado continha um único pavilhão, que com espaçosas arquibancadas, podia dar acomodações confortáveis para um numeroso público. De qualquer posição dentro do recinto do prado se podia apreciar perfeitamente as corridas, pois a cancha havia sido construída sobre o belo chapadão e em seu planejamento houve o cuidado da abertura de largos escoadouros para as águas, pois já se conhecia esta área como um terreno alagadiço¹⁹¹.

¹⁹¹ Publicado em Jornal do Comércio, impressão de 25.03.1894 em Franco (2006).



Fig.4.3: Prado Independência, década de 1900.
Pavilhão do Prado Independência no primeiro quartel do século XX.
Fonte: Acervo pessoal de Virgílio Callegari, disponível em acervo digital da Fototeca Sioma Breitman, doação de desconhecido.



Fig.4.4: Prado Independência, década de 1920.
Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 59, em Agosto de 2018, atual Jockey Club no Bairro Cristal.



Fig.4.5: Prado Independência, década de 1920.
Carros estacionados no Prado com o Pavilhão ao Fundo.
Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 59, em Agosto de 2018, atual Jockey Club no Bairro Cristal.



Fig.4.6: Prado Independência, década de 1920.
Corrida de cavalos no Prado Independência, ao fundo a subida da Rua Mostardeiro, no primeiro quartel do século XX.
Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p.48, em Agosto de 2018, atual Jockey Club no Bairro Cristal.



Fig.4.7: Prado Independência, década de 1930.
O pavilhão do Prado Independência no ano de 1930.
Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 52, em Agosto de 2018, atual Jockey Club no Bairro Cristal.

Nesta época, era habitual a formação de sociedades turfísticas, a fim de promover a prática do turfe como esporte, organizando corridas e concursos de apostas, podendo acontecer em um ou outro hipódromo dos existentes. O Derby Club foi uma dessas entidades, fundado em 1899 como a primeira associação oficialmente registrada com objetivos de disseminar a prática da aposta em corridas de cavalo, tendo não somente fins lucrativos, e passando a operar o Prado Independência a partir do mesmo ano de sua criação. Esta associação sofreu os efeitos de um contingente de turfistas descontentes, e comandado pelos /Srs. José Joaquim da Silva Azevedo e Edmundo de Carvalho a organização chega ao fim com poucos anos de existência, fundindo-se com uma nova entidade, maior e mais estruturada, a Protetora do Turfe. Ainda no ano de 1907, antes da fusão das duas associações, o Derby Club muda para Turf Club, na intenção de promover-se através da publicidade por meio de um novo nome. Esta havia sido outra tentativa malsucedida de constituir uma administração mais organizada para as atividades hípcas instaladas no Moinhos de Vento.

Com a fundação da Associação Protetora do Turfe, no ano de 1907 e a aquisição de mais um terreno da família Mostardeiro, o Prado Independência

sofre grandes reformas e passa a ser conhecido com outro nome, inicialmente jornalistas que visitaram o local durante as obras de reforma, chegam a se referir ao Prado com o novo nome de Derby Club. Sua reinauguração foi marcada pelo Jornal do Comércio de 29.09.1899 como *uma festa soberba, sem igual na história do nosso Turf, [...] Tudo quanto Porto Alegre tem de chique ali compareceu, enchendo-se arquibancadas e todas as dependências do Prado de uma multidão nunca vista*¹⁹².

A Protetora do Turfe chegou a promover corridas em outros prados como o Prado Rio-Grandense e o Prado Navegantes, porém a partir do ano de 1909, o Prado Independência elimina pela concorrência todos os demais, em função de possuir o maior dos capitais de apostas, e passa a ser o considerado o hipódromo da Protetora do Turfe. Segundo Franco¹⁹³, o Prado Independência surgiu *destinado a tornar-se o único durante muito tempo, e a centralizar decisivamente as atividades turfísticas da cidade.*



Fig.4. 8: Prado Independência, década de 1930. Visita de Getúlio Vargas ao Prado Moinhos de Vento, década de 1930, sob a direção da Protetora do Turf.

Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.

¹⁹² Publicado em Jornal do Comércio, impressão de 29.09.1899 em Franco (2006).

¹⁹³ FRANCO, 2006, p. 205.

Com o passar dos anos, as atividades turfísticas no Moinhos de Vento ganharam maior ênfase e a Protetora do Turfe foi comprada ainda nos anos 1940 pelo grupo Jockey Club, que passou a administrar e coordenar as atividades do então único hipódromo ainda existente na cidade. A área ainda era ocupada por outros equipamentos em suas redondezas próximas. Além das instalações do Jockey Club, alguns terrenos da antiga chácara da família Mostardeiro haviam sido vendidos para um grupo de imigrantes alemães, onde foram construídos os primeiros equipamentos do Grêmio FootBall Porto-alegrense, criado em 1903 e instalado no local no ano seguinte.



Fig.4.9: Chácara da família Mostardeiro, 1900.

Chácara da família Mostardeiro no ano de 1900, terreno adquirido pelo Grêmio-Football Porto-Alegrense em 1903.

Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman, doação de Eneida Serrano.

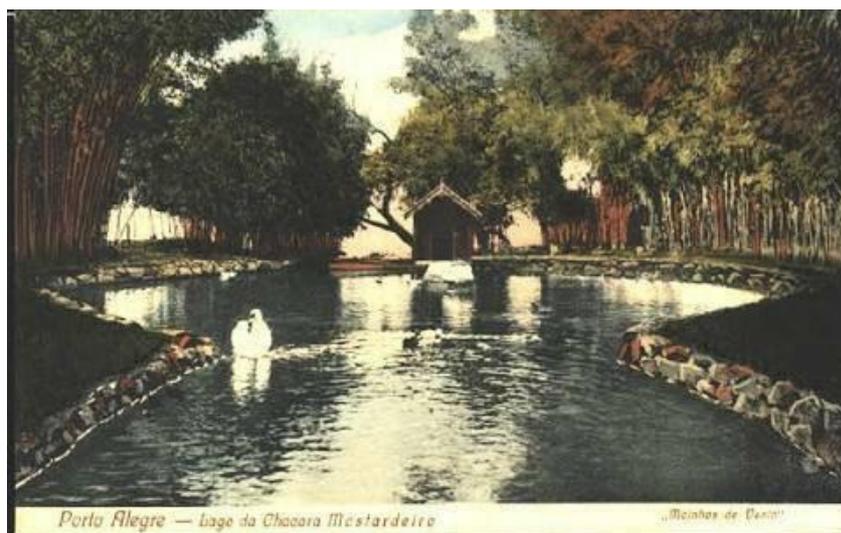


Fig.4.10: Chácara da família Mostardeiro, 1900.

Pintura do lago da Chácara Mostardeiro, atribuído à década de 1900.

Fonte: Acervo pessoal de Ricardo Eckert, digitalizado e disponível na rede em Amigos do Patrimônio Histórico – Porto Alegre.



Fig.4.11: Rua Mostardeiro, década de 1920.
A Rua Mostardeiro após a venda dos terrenos da antiga Chácara da família Mostardeiro.

Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman, doação de desconhecido.

Nas décadas posteriores, as atividades do clube futebolístico começam a tomar dimensões que o local onde estavam instalados não conseguia mais comportar. O primeiro pavilhão, que havia sido inaugurado em 1912 com capacidade inicial para 600 pessoas, havia sido ampliado no ano de 1918, e com a crescente torcida e popularização do futebol ainda houve a construção de um segundo pavilhão, em 1944. O desenvolvimento do esporte exigiu do Grêmio, mais espaço e melhorias, e com a impossibilidade de expansão na área existente, a baixada ficara cada vez mais contida na malha urbana que se consolidava ao seu redor. O clube ocupou a Baixada dos Moinhos de Vento por exatos 50 anos, quando em 1954 migrou para o estádio Olímpico Monumental, no bairro Azenha.



Fig.4.12: Planta baixa da cidade de Porto Alegre, 1929.
Gráficação da autora sobre setor de mapa da Comissão Especial de Obras novas, 1929.

Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.



Fig.4.13: Baixada do Grêmio, década de 1910.
A Baixada do Grêmio e o Clube Alemão de Tiros vistos da Rua Mostardeiro, na década de 1910.
Fonte: Memorial Hermínio Bittencourt, localizado nas dependências da Arena do Grêmio.

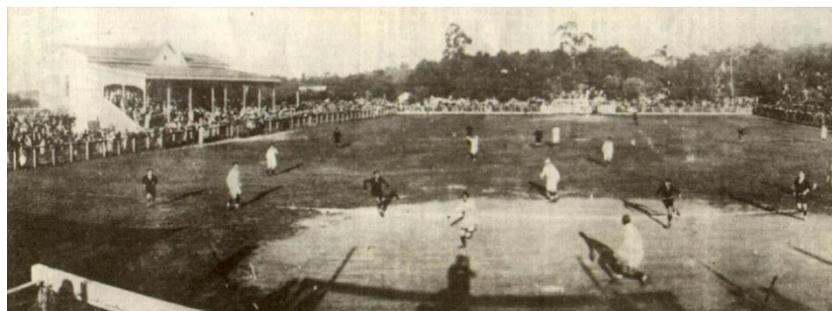


Fig.4.14: Baixada do Grêmio, década de 1910. Jogo na Baixada do Grêmio na década de 1910.
Fonte: Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.

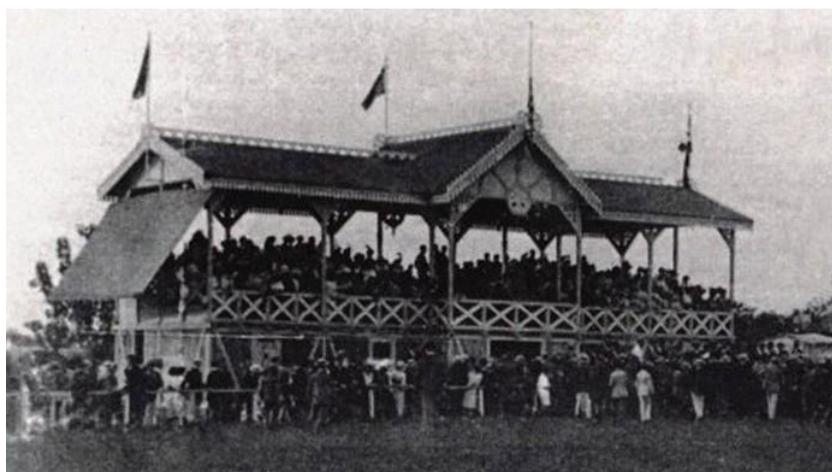


Fig.4.15: Baixada do Grêmio, década de 1910.
Primeira ampliação do pavilhão da Baixada do Grêmio, 1918.
Fonte: Memorial Hermínio Bittencourt, localizado nas dependências da Arena do Grêmio.

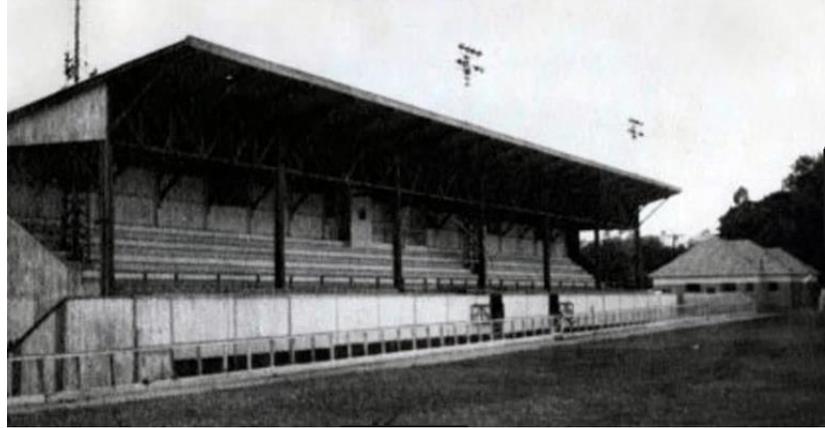


Fig.4.16: Baixada do Grêmio, década de 1940.

Segundo pavilhão da Baixada do Grêmio, construído em 1944 ao lado do existente.

Fonte: Memorial Hermínio Bittencourt, localizado nas dependências da Arena do Grêmio.

Após a década de 1940 os efeitos do pós-guerra e a evolução das tecnologias de construção acentuaram as rígidas mudanças no padrão de conceito de cidade, oriundas ainda da segunda metade do século XIX, com a transformação do espaço público e a verticalização. A disseminação da construção em concreto armado alterou significativamente a configuração do ambiente urbano e deixou a cidade mais densa, com necessidades maiores de saneamento e infraestrutura para atender elevado número de pessoas morando na mesma área, em função da compactidade que o edifício em altura proporciona.

Com o impulsionado crescimento urbano, as instalações do velho Prado viam-se acanhadas para atender às necessidades dos turfistas e o esporte deixou de estar inserido em local adequado. Outro fator relevante é que a Saúde Pública impugnava a presença de cocheiras em meio a bairros residenciais cada vez mais populosos, forçando a transferência da sede existente. Como já visto nesta pesquisa, é importante aqui lembrar que além das questões sanitárias, assunto emergente na década de 1930, com o Prefeito José Loureiro da Silva no poder, entra em pauta o incentivo à requalificação de espaços e remodelação da malha urbana da cidade. A contratação do arquiteto Arnaldo Gladosch, a partir de 1937, ilustrava pela primeira vez, uma área verde pública no terreno que até então seguia atendendo às instalações do Jockey Club. É importante lembrar que embora o Plano Gladosch propunha a realocação do Hipódromo para o Bairro Cristal ainda nos anos 1930, este continuou instalado em meio ao Bairro Moinhos de Vento por mais duas décadas.

Embora desde os anos 1920 já houvesse a intenção da Protetora do Turfe em transferir as instalações do Prado, até os anos 1940 não foi tomada nenhuma medida para tanto. Com a situação urbana da cidade nos anos 1930 e 1940, o *Prado Independência*, a partir de certo momento, começou a ser

*visto como um trambolho*¹⁹⁴. Foi a partir deste momento que começou a ser pensada e planejada a saída do hipódromo, onde o Decreto de Lei Municipal de nº 140, datado de 20 de Novembro de 1942, autoriza o poder municipal a entrar em negociações com a Protetora do Turf para promover a transferência do hipódromo para outro local. Franco¹⁹⁵ descreve esta lei como *medida de higiene e urbanismo*, e durante este processo, que se estendeu ainda por dezessete anos, a empresa é comprada pelo Jockey Club, no ano de 1944.



Fig.4.17: Moinhos de Vento, década de 1950.

Vista aérea do Jockey Club na década de 1950, autoria atribuída a Léo Guerreiro e Pedro Flores.

Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman, doação de desconhecido.



Fig.4.18: Moinhos de Vento, década de 1950.

Vista aérea do Jockey Club no contexto do urbanizado Bairro Moinhos de Vento. Década de 1950, autoria atribuída a Léo Guerreiro e Pedro Flores.

Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman, doação de desconhecido.

¹⁹⁴ FRANCO, 2006, p. 206.

¹⁹⁵ FRANCO, 2006, p. 206.

A última década do Hipódromo dos Moinhos de Vento foi provavelmente a mais gratificante do turfe como entretenimento neste bairro. Nos finais de semana dos anos 50, *acontecia uma enorme e incomum circulação de pessoas pelo bairro, muitas delas chegando de carro ou de bonde e dirigindo-se apressadamente para a 24 de Outubro*¹⁹⁶. O motivo dessa agitação eram as corridas de cavalos no antigo prado. Todo esse interesse popular, porém, não era motivado por questões puramente esportivas, e sim pelo almejo ao ganho de dinheiro fácil e na base da sorte. Segundo Bisson¹⁹⁷, esta era uma situação compreensível, já que as alternativas ao turfe eram as loterias federal e estadual.

[...] os recursos advindos das apostas nos cavalos eram tão grandes que mantiveram a pujança do Jockey Club do Rio Grande do Sul durante décadas. Além disso, os jornais dedicavam uma página diária ao Turfe, e as rádios Gaúcha e Difusora transmitiam os páreos – o que realimentava o interesse no assunto¹⁹⁸.



Fig.4.19: Hipódromo dos Moinhos de Vento, década de 1950. Pavilhão do Jockey Club no ano de 1959.

Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman, doação de desconhecido.

Conscientes da necessidade de mudança, a providência então é tomada pelos proprietários do Jockey Club do Rio Grande do Sul, quando lançam um edital de concorrência internacional no ano de 1950 para todos os interessados em construir suas novas instalações. A vencedora foi a construtora Azevedo, Moura e Gertum com o anteprojeto do arquiteto Román Siri, porém só se concretiza nove anos depois, mantendo o hipódromo no Moinhos de Vento até 5 de Novembro de 1959, quando suas atividades no bairro foram oficialmente encerradas. Dezesesseis dias depois, o Jockey Clube do Rio Grande do Sul reiniciava as competições turfísticas na sua nova sede, um primor da arquitetura modernista localizada nos novos aterros feitos na orla do Guaíba, com a promessa de crescimento e expansão da zona sul da cidade.

¹⁹⁶ BISSÓN, 2009, p. 126.

¹⁹⁷ BISSÓN, loc. cit.

¹⁹⁸ BISSÓN, 2009, p. 127.



Fig.4.20: Cristal, década de 1950.

Vista aérea da fase final de obra do novo Jockey Club no bairro Cristal, 1958.

Fonte: Acervo Digital da Fototeca Sioma Breitman, autoria atribuída a Léo Gurerreiro e Pedro Flores, doação de desconhecido.



Fig.4.21: Cristal, década de 1950.

Vista aérea das novas instalações do Jockey Club no bairro Cristal, 1959.

Fonte: Acervo Digital da Fototeca Sioma Breitman, autoria atribuída a Léo Gurerreiro e Pedro Flores, doação de desconhecido.

As discussões sobre a criação de novas áreas verdes seguiram até finalmente a mudança do hipódromo para o bairro Cristal aos finais dos anos 1950, acompanhado da transferência da sede do Grêmio Football Porto-Alegrense – que ocupava desde 1904 o terreno ao lado - por necessidade de expansão, para o bairro Azenha. O terreno do antigo chapadão estava então liberado, abrindo caminho para novas instalações, pois este agora abrigava apenas o edifício pertencente ao Grupo Escolar Uruguai, que havia sido acolhido em um prédio de madeira substituindo o antigo pavilhão da Baixada do Grêmio.

A partir do momento em que se viu aquele grande chapadão desocupado, a discussão sobre uma nova área verde no local ganha maior importância, tanto na imprensa, quanto nos comentários gerais da população local. Germano Petersen Filho, em seu livro *Porto Alegre: História e Urbanização* (1982) dedica alguns capítulos à transformação urbana do antigo Hipódromo no Parque Moinhos de Vento, e discorre sobre os argumentos que levaram a esta tomada de decisão. Para ele, *ninguém pode negar o direito de ser útil, no que diz respeito aos pulmões da cidade, tratando-se sempre com carinho e amor de proporcionar à nossa gente lugares de lazer e de repouso*¹⁹⁹. O autor lista boa parte das conquistas de áreas verdes na cidade, que foram aprovadas através de votações na Câmara dos Vereadores, dentre elas está a proposta de urbanização da área do liberada pelo Jockey Club em 1959, uma das o autor se intitula um dos responsáveis quando afirma:

Em 21 de Maio de 1962, da tribuna da Câmara Municipal, propusemos a urbanização do Parque Moinhos de Vento, antigo Prado, já que em 1960, em Projeto-de-Lei pedimos fosse declarado de utilidade pública. [...] Tivemos naquela oportunidade a palavra decisiva e formal do ilustre vereador Say Marques, que dizia do certo de nossa parte em defender aquela área, que pretendia relotear, perdendo a cidade, já pobre em áreas verdes, aquele lindo logradouro²⁰⁰.

Na década de 1960, o tecido urbano da região do bairro Moinhos de Vento encontrava-se parcialmente estruturado, contando com uma malha viária principal contínua, e articuladas a seu entorno, pequenas praças de bairro que, apesar de estarem estrategicamente localizadas, não comportavam a demanda populacional que o local já recebia. Os quarteirões do bairro, em sua maioria bem definidos e os lotes densamente ocupados por residências familiares e estabelecimentos comerciais, não se mostravam suficientes como infraestrutura urbana para atender à população ali já instalada, deixando o bairro carente de uma área verde mais expressiva e despertando o desejo por parte da população local, de que aquele terreno extenso e livre, permanecesse aberto.

Este não foi um processo simples. A saída do Jockey Club não havia sido apenas a troca de sede de uma empresa, existindo por trás da mudança de terreno, uma série de razões políticas que chegaram a pautar discussões em órgãos governamentais. Inadimplente com taxas e impostos devidos ao governo, o Jockey Club, entrou em acordo com o município para a sua mudança, porém, por ainda alguns anos continuava sendo o proprietário oficial das terras do antigo prado, deixando o local impedido de ser ocupado durante este período.

No ano de 1959, com a mudança da hípica para a zona sul, desencadearam-se importantes ações ligadas ao processo de legalização da

¹⁹⁹ PETERSEN FILHO, 1982, p. 257.

²⁰⁰ PETERSEN FILHO, loc. cit.

área como um terreno oficialmente de propriedade do município. Embora a empresa do turfe houvesse acordado com a prefeitura - que tinha novamente no comando, agora eleito por voto direto, José Loureiro da Silva - a mudança das instalações do antigo Prado para um terreno no novo bairro, ainda estava indefinida a questão da posse da gleba recentemente desocupada, pois a pesar de decretada a desapropriação, oficialmente o terreno ainda pertencia ao Jockey Club. Enquanto isso, a ação da especulação imobiliária agia de imediato, e as grandes empresas da construção civil já planejavam *lotear os terrenos para a comercialização de alguns condomínios de luxo*²⁰¹.

Nas palavras de alguns autores, o Bairro Moinhos de Vento era então considerado *o berço da aristocracia Porto-Alegrense*²⁰², e esta situação originava maior preocupação por parte de uma população de empresários e comerciantes, os quais Bisson²⁰³ define como os *capitalistas*, que entendiam como uma obrigação da prefeitura, instalar novos equipamentos na vizinhança abastada. A necessidade de disponibilidade de áreas públicas para a população era ainda mais evidente atentando para a potencialidade da gleba, que então se encontrava abandonada. Três anos se passaram, e com estes muitas discussões até o prefeito conseguir decretar a área como um “Jardim de Uso Público”. A partir da desapropriação do antigo Prado, o Moinhos de Vento passou a possuir extensa área de domínio público e não edificada, tornando viável a inserção de um parque.



Fig.4.22: Planta baixa da cidade de Porto Alegre, 1954.

Graficação da autora em setor de Planta Baixa da Cidade de Porto Alegre de 1954.

Fonte: Mapoteca GEDURB – PROPUR/UFRGS fotografado pela autora em Junho de 2017.

Com a consolidação do tecido urbano através do plano diretor de 1959 e a implantação de novos equipamentos, rapidamente as ações da especulação imobiliária provocaram efeitos consideráveis, e em poucas

²⁰¹ BISSÓN, 2009, p. 150.

²⁰² SANHUDO, 1961, p. 257.

²⁰³ BISSÓN, op. cit., p. 24.

semanas já estavam sendo estudados novos lotes do terreno para condomínios residenciais. Apesar das pretensões da ação imobiliária, vereadores como Germano Petersen Filho, dispunham-se na época a fortes argumentações para que o terreno fosse destinado ao uso coletivo de um parque. No ano de 1962, Petersen²⁰⁴ afirma que o *Parque dos Moinhos de Vento* já seria propriedade do município e já teria seu projeto aprovado pelos órgãos técnicos da municipalidade, porém cita que o projeto estaria *sendo atacado em partes, mas que ninguém pode duvidar do que representará para o embelezamento da cidade com sua urbanização, dando ao povo, mais uma bela área verde.*

No ano de 1960, Porto Alegre possuía, em toda sua área construída, apenas o Parque Farroupilha e, segundo Sanhudo²⁰⁵, *mesmo este já havia sido submetido a administrações falhas que o reduziram consideravelmente.* Sua difícil acessibilidade por moradores de bairros mais distantes tornava-o não suficiente para o suprimento da população geral como área verde de integração social e lazer, pois era considerado situado em *ponto assimétrico em relação ao desenvolvimento urbano* pela população.



Fig.4.23: Vista aérea do Parque Farroupilha.
Fonte: Fórum digital Skyscraper City.

²⁰⁴ PETERSEN FILHO, 1982, p. 258.

²⁰⁵ SANHUDO, 1961, p. 259.

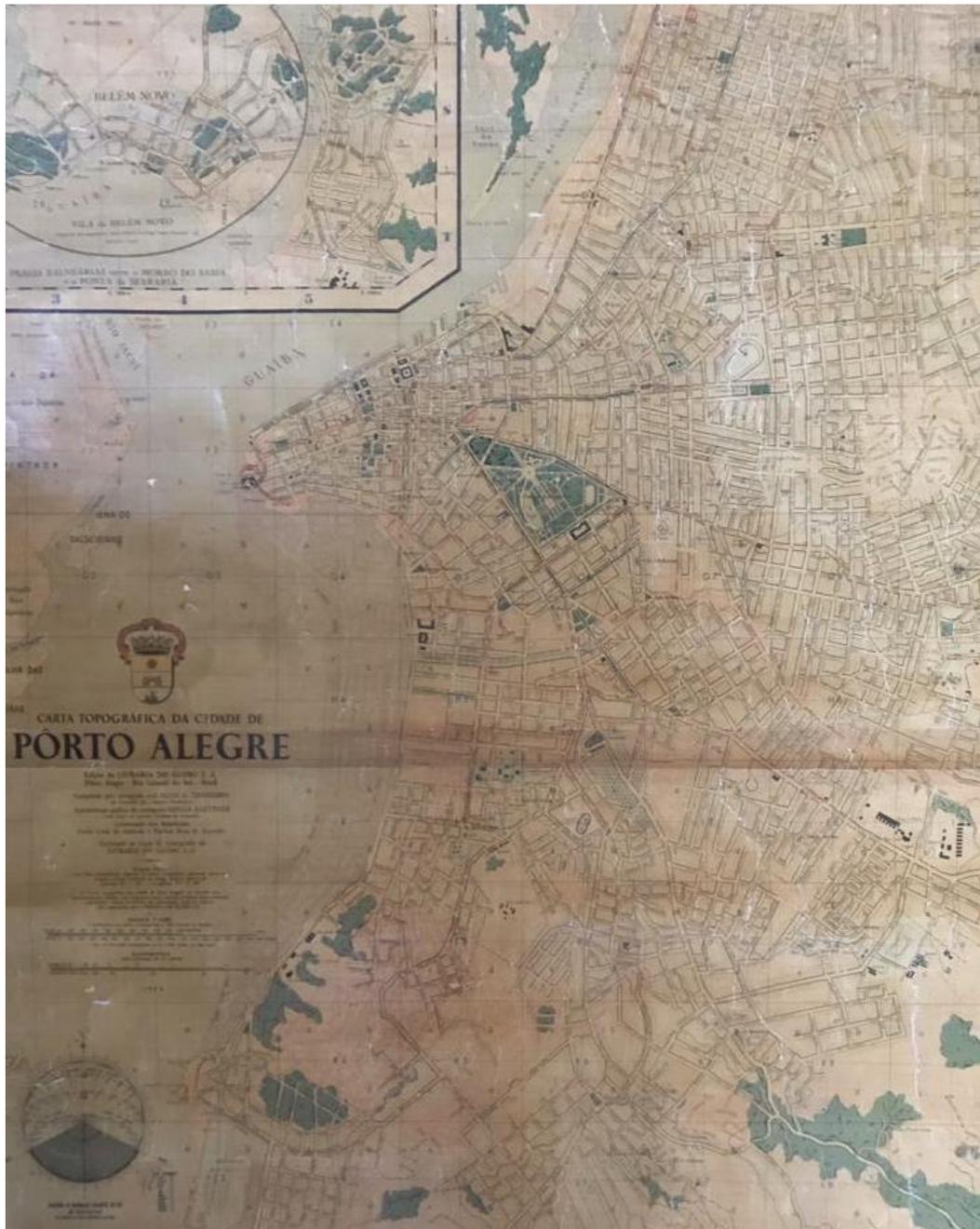


Fig.4.24: Planta baixa da cidade de Porto Alegre, 1954.

Fotografia da Planta Baixa da Cidade de Porto Alegre de 1954 demonstrando a singularidade do Parque Farroupilha como única área verde aberta para uso coletivo na extensa área que a cidade já ocupava.

Fonte: Mapoteca GEDURB – PROPUR/UFRGS.

Iniciou-se então, acirrada disputa entre a população dos bairros próximos, das elites porto-alegrenses que desejavam o embelezamento de sua área, do proletariado instalado nos bairros vizinhos da baixada e de boa parte da população geral da cidade contra a força da especulação imobiliária que para ali, já idealizava um enorme complexo residencial. A discussão foi levada para a Câmara Municipal depois de um abaixo assinado reunir os nomes de mais de expressivo número de habitantes. O assunto entrou em pauta no dia 08.03.1960 com o pedido de um parque para o local, mas apenas em 21.05.1962, a Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou um segundo projeto

de lei, que apenas proibia a comercialização da área, que foi argumentado pela exposição de motivos narrada pelo jornalista Say Marques:

Para loteamento privado, para a construção de mais 100, 200 ou 300 moradias não faltam áreas maravilhosas em todo o perímetro urbano; mas para um parque, um jardim, um Prado destinado a higienização de uma população superior a 200.000 almas, faltam isso sim e dramaticamente, os espaços disponíveis. A cidade com as negligências do passado, não disporá mais de outra oportunidade, se permitir que lhe fuja essa, de reter, para o fim proposto, o antigo prado dos Moinhos de Vento²⁰⁶.

O decreto de Lei nº 2419 que desapropriou a área foi assinado em 10 de setembro de 1962, e *declara de utilidade pública a gleba do antigo prado dos Moinhos de Vento, para ser desapropriada e convertida em jardim público*²⁰⁷. Este decreto determinou oficialmente que a prefeitura pagaria pelo terreno pertencente ao Jockey Club com uma parte em dinheiro, outra com o resgate de taxas de assistência em nome do Jockey Club do Rio Grande do Sul e ainda uma terceira parte com a quitação de taxas e impostos futuros em suas novas instalações, e oficialmente proibia o loteamento da área.



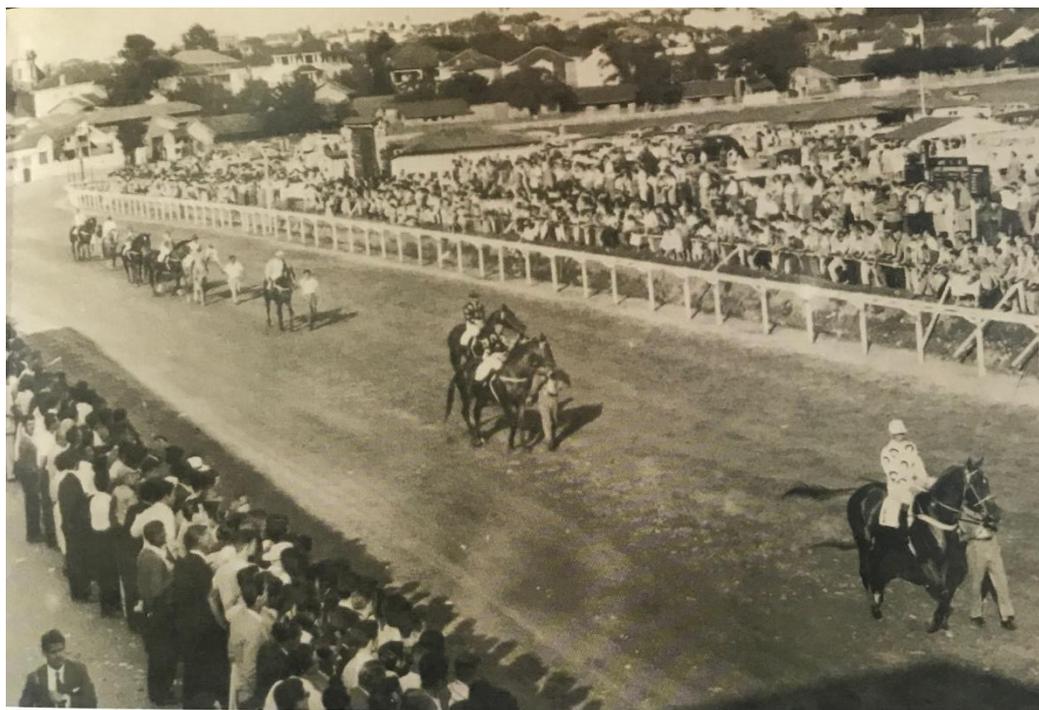
Fig.4.25: Hipódromo dos Moinhos de Vento, década de 1950. Instalações do Prado Moinhos de Vento na década de 1950.

Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 66.

Após esta declaração, inicia-se um período em que o terreno em questão passa a não receber sequer alguma atenção seja por parte do governo ou mesmo por iniciativa da população. Enquanto o conflito vinha a público, revoltando os cidadãos, nada acontecia oficialmente e o antigo chapadão caía em desuso e pleno abandono.

²⁰⁶ Say Marques em Reunião na Câmara Municipal de Vereadores: Exposição de Motivos em 21.05.1962. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal.

²⁰⁷ Declaração oficial do Decreto de Lei 2.419, de 10 de setembro de 1962. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal, 2013.



no "Parcão"...
...houve algo
mais que uma
simples praça
de esportes.

DESPELIDA DO PRADINHO

O dia 15 de novembro de 1959 representou não apenas a despedida do Hipódromo do Moinhos de Vento, mas também o fim de uma época de "glamour" no turfê do Rio Grande do Sul. O prado mais charmoso do Brasil encerrava um período que marcou todos os turfistas e a população de Porto Alegre. Cinco décadas de convívio com um bairro, uma região da cidade que ajudou a desenvolver com suas concorridas e elegantes reuniões. Hoje, até mesmo quem não havia nascido na época do "Pradinho" sabe que ali no "Parcão" (como é conhecido o atual Parque Moinhos de Vento, erguido no local) houve algo mais que uma simples praça de esportes. Os moradores mais antigos do bairro, mesmo com todos os inconvenientes causados pela infra-estrutura precária do prado, sentem imensa saudade e gostariam de com ele conviver nos dias atuais.

A memória também registra o dezembro de 1958, quando os concorrentes do último GP Bento Gonçalves desceram a pista para o tradicional *canter* regulamentar, tendo à frente "Estensoro", seu vencedor e um dos maiores cavalos dos Moinhos de Vento em todos os tempos. O Grande Prêmio Bento Gonçalves confunde-se com a história do Pradinho, porém o último clássico disputado no local foi o prêmio J. A. Flores da Cunha, coincidentemente em homenagem a uma das personalidades que mais prestigiou as corridas em Porto Alegre, incentivador do turfê como interventor e governador do Estado. Kadina, uma potranca castanha de três anos, de propriedade de Celso Cruz Carvalho, venceu o clássico de despedida.

Fig.4.26: Hipódromo dos Moinhos de Vento, 1959.

Capítulo do livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre sobre a despedida do Prado Moinhos de Vento.

Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 65.

4.2. UMA DÉCADA DE ABANDONO

Após a transferência do hipódromo para o Cristal, o terreno – objeto empírico desta pesquisa - passou a representar um vazio urbano, pois rapidamente caiu em situação de desuso. Situação a qual inicialmente pode-se definir como um aparente descaso por parte do governo e da população. Com as tramitações legais ocorrendo entre a prefeitura e a empresa Jockey Club, a

antiga pista de corridas de cavalo tornou-se uma área residual durante um período de quase dez anos.

O Hipódromo dos Moinhos de Vento havia encerrado as suas atividades em Dezembro de 1959, deixando o terreno desocupado, o que inicialmente ocasionou na utilização espontânea por parte de pedestres, apenas como travessia no Bairro Moinhos de Vento. Este espaço evacuado não se encontrava realmente vazio, pois ainda abrigava a antiga estrutura do pavilhão que acomodava os espectadores das competições de hipismo, bem como as marcações das pistas e alguns restos do que eram as cocheiras e os guichês de vendas de ingressos e bilhetes de apostas.



Fig.4.27: Moinhos de Vento, década de 1960.

As dependências do Antigo Prado deixadas no Moinhos de Vento na década de 1960.

Fonte: Acervo digital do site www.prati.com.br em Prado Independência na década de 1960, foto de autor desconhecido.

No ano de 1960, iniciou-se uma fase de protelação com o destino que a área tomaria, mesmo com alguns apelos na Câmara Municipal inicialmente por parte do jornalista e vereador Say Marques - que serão abordados mais profundamente no capítulo seguinte – este processo se estendeu por pelo menos oito anos. Dentre o material encontrado, aparentemente foi o jornal Diário de Notícias quem fez os primeiros anúncios sobre a área, datando de 24 de Junho de 1960 a publicação da notícia que anunciava que o prefeito Loureiro da Silva *havia exposto o ponto de vista da Municipalidade*, exaltando a necessidade de se preservar o terreno como local aberto e solicitado a *criação imediata de uma Comissão Mista*²⁰⁸. Esta comissão seria *composta por membros do Legislativo e Executivo da cidade e altos poderes da atual administração do Jockey Club*²⁰⁹, onde estes poderiam entrar em acordo amigável para definir o novo uso daquela área. Logo após a criação da

²⁰⁸ Diário de Notícias – Edição 00094, impressa em 24 de Junho de 1960, página 3. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

²⁰⁹ Diário de Notícias – Edição 00094, impressa em 24 de Junho de 1960, página 3. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

comissão, em 8 de Julho de 1960 a notícia intitulada *Unanimidade dos Debates Realizados em Torno da Utilização da Área do Antigo Hipódromo dos Moinhos de Vento*²¹⁰, constava que na manhã do dia anterior havia sido realizada uma reunião na nova sede do Jockey Club – Cristal - onde havia estado presente a Comissão Mista e havia ocorrido o debate sobre o problema da *utilização da área do antigo Hipódromo dos Moinhos de Vento*²¹¹. Segundo o jornal, a reunião havia sido bem sucedida, resultando no encontro de um *denominador comum, conciliatório dos interesses da cidade e da empresa*²¹², porém, este denominador não foi divulgado pelo jornal, apenas publicou-se que o prefeito José Loureiro da Silva receberia um comunicado sobre a decisão tomada naquele dia.



Fig.4.28: Diário de Notícias, 1960.

Reportagem do Jornal Diário de Notícias sobre a reunião da Comissão Mista sobre o destino do terreno do antigo Hipódromo dos Moinhos de Vento em Junho de 1960.

Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Diário de Notícias – Edição 00094, impressa em 24 de Junho de 1960, página 3.

Ainda no mês de Julho de 1960, a área é anunciada à venda pelo Diário de Notícias, datando do dia 25 a notícia intitulada “Venda da Área do Antigo Hipódromo dos Moinhos de Vento”, onde se descrevia o local como a *zona residencial mais aristocrática de Porto Alegre*²¹³. A propaganda de que o Moinhos de Vento seria um bairro aristocrático, certamente se fazia favorável ao recebimento de boas ofertas para a compra do terreno, pois neste anúncio, pago pelo Jockey Club ao jornal, não havia um valor pedido pelo local, mas sim uma chamada para a manifestação dos interessados em realizarem alguma proposta.

²¹⁰ Diário de Notícias – Edição 00103, impressa em 8 de Julho de 1960, página 3. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

²¹¹ Diário de Notícias – Edição 00103, impressa em 8 de Julho de 1960, página 3. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

²¹² Diário de Notícias – Edição 00103, impressa em 8 de Julho de 1960, página 3. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

²¹³ Diário de Notícias – Edição 00103, impressa em 8 de Julho de 1960, página 3. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Durante os anos de 1961 e 1962, enquanto o terreno encontrava-se em total abandono e descaso, o Jockey Club seguia anunciando no Diário de Notícias, a venda da área dos Moinhos de Vento. O título era quase sempre o mesmo: Venda da Área do Antigo Hipódromo dos Moinhos de Vento, e enquanto a empresa investia em colocar à venda o terreno, vereadores como Say Marques, Alberto André e Germano Petersen Filho tomavam a frente da causa na Câmara dos Vereadores, onde apresentavam documentos em reuniões expondo motivos dos mais diversos para que o local se transformasse em um parque ao invés de ser vendido, conforme o proprietário tentava fazer.

A luta na Câmara só teve algum resultado em 1962, culminando no Decreto de Lei 2.419, que determinava a desapropriação da área – que mesmo assim ainda pertencia ao Jockey Club – tornando proibida a sua venda. A partir de então o aparente descaso pela área causou inconvenientes, que levaram a população ao manifesto através de reclamações as quais despertaram a atenção dos jornais locais para a situação. Nos circulares da época, títulos como “Crianças Não Têm Parque na Metrópole Asfixiada”²¹⁴, “Abandonada a Área do Velho Prado”²¹⁵ e “Falta Jardim Público na Floresta”²¹⁶ estampavam as páginas do Diário de Notícias e de outros jornais locais indagando a falta de atenção a qual o terreno do Hipódromo Moinhos de Vento estava sujeita, denominando este como um dos poucos locais ainda disponíveis no meio urbano já consolidado.

É propício, neste momento do trabalho, o questionamento sobre o que teria a ver a escassez de áreas verdes no Bairro Floresta com a criação deste parque. Primeiramente, cabe aqui exaltar que o Bairro Floresta faz divisa com o Moinhos de Vento, e sendo o Moinhos um bairro consideravelmente pequeno, torna-se viável o acesso do morador da floresta ao terreno do parque. Sendo assim, é muito provável que por esta razão, as notícias encontradas sobre a falta de praças no Bairro Floresta tenham quase sempre contido em seus textos, afirmações de que o terreno do antigo hipódromo poderia suprir esta necessidade, caso viesse a se tornar um parque.

Era nítida a situação de crescimento espontâneo e acelerado em que o Bairro Floresta se encontrava, pois as indústrias ali instaladas tornaram-se um chamariz para boa parte de seu proletariado, que passou a desejar residir nas terras da baixada do morro que contornava a borda norte do Moinhos de Vento – terrenos na baixada não eram alvo da especulação imobiliária e por esta razão estavam acessíveis às classes de poder aquisitivo mais baixo.

O crescimento populacional da região e a falta de planejamento do bairro faziam com que o processo edificação em massa acontecesse rapidamente, ocupando todos os terrenos, sem que a prefeitura conseguisse – ou mesmo quisesse – reservar áreas para permanecerem livres. Em sua

²¹⁴ Diário de Notícias – Edição 00051 impressa em 30 de Abril de 1966, página 8. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

²¹⁵ Jornal do Dia – Edição 00283 impressa em 6 de Fevereiro de 1964, página 4. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

²¹⁶ Jornal do Dia – Edição 00791 impressa em 10 de Setembro de 1949, página 4. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

vizinhança, o bairro mais próximo, de fácil acesso e ainda o mais belo e convidativo seria então o Moinhos de Vento, que além dessas vantagens, ainda continha agora extensa área livre, o que levou o público de boa parte do terceiro distrito à afirmação que os jornais costumavam divulgar: de que a população do Floresta também queria um parque no terreno do Velho Prado.

Embora os jornais já estivessem se referindo à área abandonada como um parque – mesmo em desuso e sem infraestrutura nenhuma – as notícias sobre o local passaram a ser em sua maioria ruins, quase todas relatando *reclamações de moradores das proximidades do parque instalado no antigo prado*²¹⁷ com a falta de higiene a insalubridade que assolava o local. Mesmo assim, uma das poucas vezes em que o terreno fora utilizado, recebeu a Feira de Diversões, a qual era anunciada pelos jornais como um evento destinado a toda a população, *um mundo de atrações para adultos e crianças*²¹⁸. O evento era itinerante, e instalou a estrutura móvel de um parque de diversões que permaneceu no local durante parte do ano de 1964 – há notícias sobre a feira no Diário de Notícias dos meses de Maio, Julho, Setembro e Outubro - e após seu encerramento, não deixou melhoria alguma no local.

No decorrer da década de 1960, enquanto a cidade ao seu redor se desenvolvia, o terreno do parque recebeu poucas e pequenas atenções por parte da prefeitura, além da já citada Feira de Diversões, o terreno acabou por ser utilizado também para a instalação de um tobogã temporário, equipamento que aparentemente estava em moda naquela década. Segundo Bisson²¹⁹, não foi sequer uma inovação para a cidade, quanto menos teve uma permanência significativa no local. O autor não cita a data em que o tobogã ficou ali instalado.

Quando praticamente toda a criança de classe média da cidade já tinha andado pelo menos uma vez no tobogã, o Moinhos de Vento ganhou o seu. A estrutura totalmente pintada de amarelo estava situada no terreno baldio do antigo Hipódromo, de frente para a 24 de Outubro. Durou 2 meses.

Finalmente, no ano de 1967 os jornais passaram a trazer boas notícias sobre o destino da área do Velho Prado. Sob o título “Loteamento ou Jardim, Eis a Questão: Está chegando ao Fim a Agonia do Velho Prado”, a notícia, que data de 9 de Abril de 1967, especula que a solução estaria próxima, porém expõe a situação na qual o terreno se encontrava:

Os onze hectares do Prado Velho estão hoje num estado deplorável. O mato cresce livremente na área, onde também se concentram trechos de lodo e água estagnada. À noite o local é frequentado por marginais e “mariposas” que fazem seu “trottoir” nos arredores. E de dia, o panorama não é menos desolador, pois as antigas bilheterias

²¹⁷ Diário de Notícias – Edição 00004 impressa em 5 de Março de 1964, página 5. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

²¹⁸ Diário de Notícias – Edição 00098 impressa em 28 de Junho de 1964, página 7. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

²¹⁹ BISSÓN, 2009, p. 166.

do Prado foram transformadas em “malocas” que são ocupadas por diversas famílias²²⁰.

O acúmulo de descartes orgânicos, dejetos e água das chuvas – que ali se juntava facilmente por ser um terreno alagadiço – provocava também a frequência de mosquitos transmissores de doenças, o que começou a preocupar a população e a imprensa por prejudicar a saúde pública. Embora o Diário de Notícias não tenha divulgado o nome do colunista que escrevera a notícia, este deixou claro em seu texto que:

Não cabe ao Jockey Club coibir tal estado de coisas, pois não é de sua alçada exercer funções de policiamento, embora o imóvel ainda lhe pertença, de vez que a Prefeitura ainda não efetuou o pagamento da desapropriação²²¹.

Esta polêmica notícia ainda exaltava que a decisão sobre o destino do terreno estava nas mãos da prefeitura, onde havia duas opções: pagar pela desapropriação do terreno e criar o parque, ou deixar que o Jockey Club definisse o destino. Segundo a lei, o prazo de vigência do decreto que declarou a área pública iria caducar ao completar 5 anos, e isto ocorreria em Setembro próximo – ou seja, restavam apenas 5 meses para o pagamento ser efetuado. A imprensa especulava que o montante da desapropriação *andaria em torno de 2 bilhões de cruzeiros velhos*²²², o que era anunciado como um valor expressivamente alto, e por esta razão, a notícia julgava pouco provável que a prefeitura conseguisse regularizar a situação.

Caso o montante de desapropriação não fosse pago, o terreno voltaria à disponibilidade do antigo proprietário, e assim o Jockey Club teria o período mínimo de um ano para fazer o uso que desejasse ou vender as terras – se nada ocorresse neste meio tempo, a prefeitura poderia dar baixa em uma nova Lei Desapropriatória, caso assim julgasse necessário. O conhecimento da imprensa era de que o Jockey Club já tinha pronto um projeto de loteamento da área, o qual previa a abertura de uma rua e a construção de uma praça²²³.

Ainda segundo a reportagem, havia sido levantada a tese de que a gleba do Prado teria sido trocada pela área do Cristal, e assim a prefeitura nada estaria devendo pela desapropriação, porém a afirmação era de que a entidade turfística alegava que não fora jamais cogitada tal troca, e que a prefeitura teria lhe doado apenas 4 dos 70 hectares que o novo hipódromo ocupava no Bairro Cristal. A indagação do jornal era a de que *em sã*

²²⁰ Diário de Notícias – Edição 00033 impressa em 9 de Abril de 1967, página 8. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

²²¹ Diário de Notícias – Edição 00033 impressa em 9 de Abril de 1967, página 8. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

²²² Diário de Notícias – Edição 00033 impressa em 9 de Abril de 1967, página 8. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

²²³ Diário de Notícias – Edição 00033 impressa em 9 de Abril de 1967, página 8. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

*consciência, quem trocaria 4 hectares no Cristal por 11 no Moinhos de Vento?*²²⁴ E assim o texto se encerrava com a seguinte afirmação:

A verdade é que ainda êste ano, para regozijo dos porto-alegrenses, e especialmente dos moradores do Moinhos de Vento, a situação deverá ganhar contornos definidos. Ou a Prefeitura regulariza a situação da gleba do Prado velho, ou o Jockey Club faz o seu loteamento, abre a sua rua e constrói a sua praça. Esperamos que em qualquer das hipóteses, a cidade é que saia ganhando²²⁵.

Sobre as terras terem ou não sido permutadas entre o Jockey Club e a prefeitura, há divergentes afirmações por parte dos autores que publicaram livros sobre o bairro ou sobre o parque, provavelmente por escassez de informações referentes ao processo burocrático da transformação. Bisson²²⁶ afirma que *quando a prefeitura ofereceu terrenos no bairro Cristal para o Jockey Clube em troca da sede do antigo hipódromo, houve quem defendesse o loteamento do local e a construção de condomínios de luxo*. Embora a troca de terrenos não tenha realmente ocorrido, ou provavelmente nem mesmo tenha sido cogitada, houveram autores fazendo afirmações sobre isto, levando o presente trabalho, a confirmar o pressuposto inicial: de que as poucas publicações sobre a área, certas vezes contêm informações sem confirmação oficial ou fontes consideradas confiáveis, podendo assim, serem errôneas.

Embora o Diário de Notícias tenha notificado em nome do Jockey Club um ganho de apenas 4 hectares na zona sul da cidade, Say Marques, em sua Exposição de Motivos²²⁷ já havia esclarecido os fatos em reunião na Câmara dos Vereadores, em reunião datada de 21 de Maio de 1962. Segundo ele, o município havia acordado com a empresa *que primeiro o desapropriasse a área correspondente no Cristal, para onde pretendia transferir Raias de Corrida, e em troca receberia a Gleba dos Moinhos de Vento*²²⁸. Assim foi feito, durante a primeira e a segunda atuação do prefeito Loureiro da Silva, a desapropriação por parte da prefeitura, dos imóveis necessários ao atual Hipódromo do Cristal e, na época, era a Protetora do Turfe, quem os adquiria, de acordo com valores ajustados²²⁹.

Estas negociações não deram ao Jockey Club espaço suficiente para instalar o Hipódromo, e conforme o documento de Marques para a Câmara, foi então que o Interventor Ernesto Dornelles doou ao Jockey Club do Rio Grande do Sul 17 hectares de terra pertencentes ao estado, terras que na época estavam sob o domínio do antigo quartel da Brigada Militar do cristal. Ainda assim, não foi o suficiente, e o Governo Federal, *por inspiração e iniciativa de deputados e senadores gaúchos, doou àquela entidade privada toda a área*

²²⁴ Diário de Notícias – Edição 00033 impressa em 9 de Abril de 1967, página 8. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

²²⁵ Diário de Notícias – Edição 00033 impressa em 9 de Abril de 1967, página 8. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

²²⁶ BISSÓN, 2009, p. 166.

²²⁷ Exposição de Motivos: dossiê apresentado por Say Marques em reunião na Câmara de Vereadores, Sala das Sessões, 21 de Maio de 1962.

²²⁸ Exposição de Motivos de Say Marques para a Câmara Municipal, Sala das Sessões, 21 de Maio de 1962.

²²⁹ Exposição de Motivos de Say Marques para a Câmara Municipal, Sala das Sessões, 21 de Maio de 1962.

*aterrada sobre o Guaíba*²³⁰. Assim havia se resolvido apenas a realocação do hipódromo para o Cristal, porém a empresa seguia sendo oficialmente proprietária da gleba do Moinhos de Vento.

De qualquer modo, os protestos da comunidade contra a proposição de loteamento da área chegaram até a Câmara Municipal onde alguns parlamentares como Alberto André, Say Marques e Marino dos Santos defendiam que aquele espaço público fosse transformado em um parque. Em maio de 1962 havia sido proposta pelo vereador Germano Petersen Filho, a urbanização da área através da criação do Parque Moinhos de Vento, e o prefeito José Loureiro da Silva havia assinado o decreto de desapropriação da área em setembro deste mesmo ano. Como o prazo de 5 anos estava prestes a expirar e nada havia sido feito por parte da prefeitura, foi tomada a decisão pelo pagamento do montante devido ao Jockey Club. Este valor, segundo Tellini²³¹, foi pago parcialmente em dinheiro, juntamente com o abono de taxas em nome do Jockey Club e ainda com a quitação das dívidas que a empresa tinha com a prefeitura por inadimplência de impostos.

Aos finais da década de 1960 foram iniciadas as obras do projeto do parque, após a compra oficial do terreno por parte da prefeitura. Após este período, que ao todo somou treze anos, o então prefeito Telmo Thompson Flores, na intendência desde 1969, assina o Decreto de Lei nº 3.703, em 9 de novembro de 1972, onde é denominado oficialmente com o nome Parque Moinhos de Vento, aquele logradouro Público. O projeto e a inserção do parque tomaram formas rapidamente após a sua consolidação, e toda a vegetação foi colocada nova, sendo que na antiga gleba não havia nada além de alguns matungos e uma pista de chão batido.

4.3. A CONSOLIDAÇÃO DA ÁREA VERDE

O processo evolutivo do terreno estudado, até a recente consolidação da área verde – considerado recente, pois tem menos de 50 anos – incluiu diferentes fases até tornar-se o Parque Moinhos de Vento. O tecido urbano e os limites do bairro já estavam bem consolidados, porém a escassez de praças continuava a afetar a vida do cidadão local. A Praça Dr. Maurício Cardoso, inaugurada ainda na primeira gestão de Loureiro da Silva – na década de 1930 – era praticamente a única praça de bairro que contemplava o Moinhos de Vento e, apesar de seus espaços bem projetados, suas pequenas dimensões impediam que a mesma acomodasse um número significativos de pessoas, e esta já estava cercada por residências de famílias ricas e nenhum comércio ou serviço instalado até então em seu entorno imediato.

²³⁰ Exposição de Motivos de Say Marques para a Câmara Municipal, Sala das Sessões, 21 de Maio de 1962.

²³¹ TELLINI, 1982, p. 30.



Fig.4.29: Moinhos de Vento, década de 1940.
Praça Maurício Cardoso na década de 1940.
Fonte: Um Plano de Urbanização, de Loureiro da Silva, Publicado em 1943, página 161. Scanner da autora.



Fig.4.30: Moinhos de Vento, década de 1940.
Praça Maurício Cardoso na década de 1940.
Fonte: Um Plano de Urbanização, de Loureiro da Silva, Publicado em 1943, página 161. Scanner da autora.

No território rio-grandense, a implementação do Parque Moinhos de Vento é fato excepcional, visto que foi conquistado com a participação do apelo popular em busca do apoio dos cidadãos e argumentado através das afirmações públicas dos vereadores Say Marques e Germano Petersen Filho, onde estes, com pouco apoio dentro da Câmara, trazem a público um documento de abaixo assinado no qual afirmam constar mais de 200.000 nomes*, os quais foram coletados dentre os anos de 1960 e 1962. Este número representava expressiva parcela da população - mais de 30% dos habitantes do território porto-alegrense, já que segundo dados do IBGE a população de Porto Alegre foi computada em 641.173 habitantes no censo demográfico realizado no ano de 1960²³². Junto do abaixo assinado, Say Marques apresentou o dossiê já citado, chamado Exposição de Motivos, e seu

²³² Dados oficiais retirados do site do IBGE conforme o Censo Demográfico de 1960.

discurso era de que o terreno em questão teria sido absorvido por loteamento especulativo, e representaria a única área restante que possibilitaria a conquista de um espaço verde em meio à construção maciça decorrente do processo de urbanização da cidade²³³, falando assim, em nome de todos os que haviam assinado a petição.

A negociação de compra e venda de terras entre o Jockey Club e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre durou pelo menos 5 anos, tendo seu desfecho em 1967, quando a prefeitura oficializou a quitação do terreno com o Jockey Club e finalmente em 1972, o local é denominado Parque Moinhos de Vento. Como já descrito, no período que decorre entre a transferência do Hipódromo em 1959, o decreto da área como Jardim de Uso Público em 1962, e sua oficialização como Parque em 1972, o terreno ficou em situação de abandono até o início das obras, em 1968.

O arquiteto José Morbini era funcionário da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e foi o autor do projeto paisagístico do parque, cuja primeira versão não saiu do papel. O serviço de execução do projeto, para o qual foi contratado empreiteiro Ercy Martins Barela, teve início em 1968 e sofreu complicações contratuais, culminando na rescisão do contrato dois anos mais tarde e a contratação de outra empreiteira, a Irmãos Garcia & Cia, a qual deu seguimento à obra a partir de 1971. Este inconveniente obstruiu o andamento da construção do parque, deixando o terreno ainda sem condições de uso até sua inauguração.

Depois de passar quase uma década em situação indefinida, o terreno em estudo ganhou efetivamente a tão esperada “utilidade pública”. O Parque Moinhos de Vento foi oficialmente inaugurado a 11 de Novembro de 1972 ocupando uma extensão de aproximadamente 11,5 hectares, propício a se tornar um dos locais de lazer mais estimados da cidade, e posteriormente ganhando da população o apelido de Parcão.

Entretanto, o projeto do parque não surgiu logo após a determinação de que a área seria um jardim de uso público. Determinação esta que segundo a Exposição de Motivos de Say Marques, já havia sido tomada desde a primeira atuação de Loureiro da Silva como prefeito, ainda no final da década de 1930. O vereador afirmava que teria o prefeito Loureiro da Silva se esforçado neste ideal, quando:

Em sua primeira gestão, ao mandar planificar a cidade pelo grande urbanista Arnaldo Gladosch, fê-lo concluir no seu Plano Diretor, para Pôrto Alegre um jardim público ocupando toda a atual área do Prado Moinhos de Vento²³⁴.

²³³ Say Marques em Reunião na Câmara Municipal de Vereadores: Exposição de Motivos em 08.03.1960. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal.

* Este dado foi coletado na documentação Exposição de Motivos, apresentada por Say Marques à câmara de Vereadores em Maio de 1962, e encontra-se anexa a cópia deste documento ao final deste trabalho.

²³⁴ Exposição de Motivos de Say Marques para a Câmara Municipal, Sala das Sessões, 21 de Maio de 1962.

Nesta época a aprovação do projeto de lei que estabelecia o parque ainda estava em um lento processo de aceitação, pois o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) era majoritário na Câmara Municipal e obstruía a liberação da verba para o pagamento pela desapropriação do terreno e para a construção do parque, alegando que *o dinheiro público não deveria ser aplicado num bairro de elite*²³⁵. Mesmo após a tomada militar em 1964, este impasse continuou em discussão dentro da Câmara tendo ainda os trabalhistas em maioria, porém agora na legenda do MDB²³⁶.

A Câmara de Vereadores já havia dado atenção à primeira manifestação de Say Marques em Março de 1960 - considera-se aqui, que Marques teve agilidade, uma vez que o Jockey Club havia desocupado o local em Dezembro de 1959. Data do dia 8 de Março de 1960, a ata da reunião dos vereadores intitulada “Parque Moinhos de Vento”, onde foi apresentada a proposta de um novo projeto – que Say Marques descreveu como *uma alternativa ao loteamento da área* - e encaminhado o pedido de providência para que as Comissões Técnica e do Plenário discutissem para aprovar ou reprovar a ideia. Outros três vereadores já haviam assinado em apoio ao projeto de Say Marques, eram eles Marino dos Santos, Alpheu Barcellos e Osório da Rosa.

Estes três vereadores consideravam a proposta do parque como *um empreendimento de vulto, mas necessário à cidade de Porto Alegre*²³⁷ onde a preocupação relativa ao aproveitamento da área pertencente ao Jockey Club, no Moinhos de Vento, era solicitada a atenção do Poder Executivo para que estudasse uma possibilidade de *permuta, de compra, ou de troca*²³⁸, enfim, uma modalidade para que a Prefeitura pudesse pagar pelo terreno, impedindo que a cidade de Porto Alegre perdesse *aquela magnífica área, para ali formar um novo espaço livre, uma nova área verde para a cidade*²³⁹.

Dizer das vantagens e influência das áreas verdes na vida de sociedade moderna, tão discutida e reivindicada pelos mais eminentes urbanistas e higienistas, demonstrando o que representam para a cidade na ordenação dos seus espaços, como fatores de embelezamento provendo as necessidades humanas, em jardins de recreio, play-grouns, repouso, e na purificação de atmosfera. É matéria que hoje figura no conceito de igualdade que a própria democracia deve traduzir, com características que a consolide para o bem-estar geral da população, sem privilégio e, sim em caráter de coordenar e harmonizar as próprias atividades da coletividade²⁴⁰.

Nesta mesma discussão na Câmara, foi abordada a questão das melhorias que um parque iria trazer para o meio urbano, onde Say Marques argumentou que as áreas verdes, os parques e os jardins *não serviriam*

²³⁵ BISSÓN, 2009, p. 167.

²³⁶ BISSÓN, loc. cit.

²³⁷ Say Marques em fala para a Câmara Municipal. Sala das Sessões, 8 de Março de 1960.

²³⁸ Say Marques em fala para a Câmara Municipal. Sala das Sessões, 8 de Março de 1960.

²³⁹ Say Marques em fala para a Câmara Municipal. Sala das Sessões, 8 de Março de 1960.

²⁴⁰ Say Marques em fala para a Câmara Municipal. Sala das Sessões, 8 de Março de 1960.

*apenas para revitalizar o organismo, mas também para lazer e recreio da juventude, para o encantamento das almas, prazer e inspirações para os poetas e cientistas, verdadeiro oásis para a velhice*²⁴¹. O vereador ainda colocava que a vida “mais em contato com a natureza” deveria ser estimulada, citando termos como “ar mais purificado” e “alegria de viver”, trazendo o pensamento de que espaços paisagísticos bem projetados dariam *no colorido das plantas e das flores, asas ao pensamento e tranquilidade aos espíritos*²⁴².

Outro ponto levantado por Marques, ainda em 1960, foi uma breve crítica às transformações que a era moderna havia causado no meio urbano, em especial nas capitais e grandes cidades. O vereador e jornalista descrevia a situação da cidade desta época como *formada por um progresso trepidante sem organização urbanística e racional, com todos os malefícios da promiscuidade e da miséria*²⁴³, condenando assim a correlação entre habitação e saúde que na visão dele, fora estabelecida durante o período que compreendia a primeira metade do século XX, e havia se acentuado nas duas últimas décadas. Sua afirmação final sobre a cidade nos moldes do movimento moderno – projetada priorizando a moradia, o trabalho e a circulação e isolando os espaços de lazer das demais funções – era a de que a estatística dos doentes, alcoólatras e desordens mentais haveria aumentado drasticamente.

Neste sentido, chegou a fazer alusão indireta ao documento de maior importância do movimento modernista, a Carta de Atenas. Mesmo sem citar este nome, Say Marques afirma, ainda nesta mesma reunião da câmara, que:

É de caráter urbanístico que as cidades em suas quatro funções urbanas, como residência, trabalho, recreio e circulação, devem guardar perfeito equilíbrio e harmonias, e entre estas, se situa uma grande expressão, que são as áreas destinadas aos prazeres lícitos e morais de seu povo [...].

Afirmava então que o que defendia não era novidade alguma, e sim um imperativo da própria vida humana. Mesmo não sendo Arquiteto ou Urbanista em sua formação, claramente Say Marques sabia o quanto a questão da divisão da cidade em quatro funções já havia sido discutida nas décadas anteriores.

A afirmação mais relevante e mais enfatizada no decorrer da fala de Marques era a de que o equipamento urbano reivindicado seria de valia para toda a coletividade. Repetia que as áreas verdes encaixavam-se no objetivo fundamental da conceituação moderna de bem viver, e o parque viria para no mínimo melhorar as condições de vida de seu povo.²⁴⁴ Coletividade foi um termo muito utilizado pelo vereador nesta importante narrativa, onde dizia que:

²⁴¹ Say Marques em fala para a Câmara Municipal. Sala das Sessões, 8 de Março de 1960.

²⁴² Say Marques em fala para a Câmara Municipal. Sala das Sessões, 8 de Março de 1960.

²⁴³ Say Marques em fala para a Câmara Municipal. Sala das Sessões, 8 de Março de 1960.

²⁴⁴ Say Marques em fala para a Câmara Municipal. Sala das Sessões, 8 de Março de 1960.

O drama da vida social moderna em que entram em jogo os mais variados interesses humanos, exige um elevado espírito de solidariedade, e a deterioração sociológica das massas advém em geral de zonas onde o indivíduo vive só e isolado, daí a razão de que nas cidades planejadas, de acordo com os modernos princípios de urbanização, se procure ampliar e difundir, por todos os recantos, as áreas verdes, com motivos de reunir e recriar a todos, favorecendo a própria estabilidade social²⁴⁵.

Marques ainda frisou que nos espaços de vida ao ar livre, onde a natureza trabalha pela mão do homem, sua beleza e alegria nivelariam a todos, sem privilégios por castas ou por bens de fortuna. Cita as palavras de quem definiu como um grande urbanista – sem fazer menção ao nome do autor – afirmando que o problema das cidades não seria somente técnico, mas acima de tudo um problema humano. Para ele, as oportunidades de viver melhor e de gozar dos ambientes de lazer e de repouso eram apontadas como um direito comum a todos. Estes ambientes eram tão bem descritos e caracterizados por parques e jardins, elementos que segundo Marques poderiam dar expansão à alegria e descanso ao espírito de seus frequentadores.

Após o rico embasamento teórico e crítico que deu abertura à proposta de projeto de lei na Câmara Municipal, Marques passou a discorrer sobre o que desejava para o local. Descreveu o terreno como um magnífico local, com área bastante interessante e pertencente à prefeitura, que ainda possuía o terreno ao lado, anteriormente ocupado pelo Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, propondo a junção das duas áreas, que se prestariam a:

Um belo, sugestivo e atraente logradouro público, cortado pela Avenida Goethe a fim de obter o que definia como mais um pulmão verde de regular extensão, o qual resultaria no que chamou de uma urbanização tecnicamente delineada²⁴⁶.

O discurso argumentava com ênfase a escassez de áreas verdes na cidade, apontando como exemplos, notícias que haviam sido publicadas nos jornais da época, como o Correio do Povo, que pouco antes da reunião, havia notificado em título a necessidade de ambientes recreativos para crianças. “Milhares de Crianças sem Praças” era a frase que ilustrava a capa do jornal Correio do Povo em Fevereiro de 1960, onde nas palavras do vereador Alberto André, era discutida a precariedade de nosso mapa urbano enquanto já em 1956 havia entrado em pauta na Câmara Municipal um projeto de lei, que fora aprovado por unanimidade, onde se decretava proibida a *cessão de um metro sequer do Parque Farroupilha, o qual já havia sido mutilado, perdendo grande parte de sua extensão de terras, bem como desvirtuado em sua função específica*²⁴⁷. Este fato foi utilizado como apoio para a argumentação de que mais parques eram necessários na cidade.

²⁴⁵ Say Marques em fala para a Câmara Municipal. Sala das Sessões, 8 de Março de 1960.

²⁴⁶ Say Marques em fala para a Câmara Municipal. Sala das Sessões, 8 de Março de 1960.

²⁴⁷ Say Marques em fala para a Câmara Municipal. Sala das Sessões, 8 de Março de 1960.

É assunto pacífico que os espaços verdes é função das áreas das cidades e do número de seus habitantes, e neste sentido somos paupérrimos, conforme o declararam as próprias autoridades na matéria com as estatísticas publicadas, e admitiremos que nenhuma despesa, mesmo vultuosa no momento, seria mal empregada, pois se bem exija sacrifícios do erário público, não podem deixar de assinalar o grande benefício que representam para uma coletividade inteira e para a própria cidade, que se colocará entre aquelas cujo índice de civilização, e de defesa do bem estar comum, terá um nível humano mais de acordo com as próprias necessidades de sua gente²⁴⁸.

O plano diretor de 1959 entrara em vigor havia ainda menos de um ano, e em seu discurso Marques o classificava como um dispositivo proposto para *corrigir, atenuar e melhorar o padrão de vida*²⁴⁹ do cidadão na Porto Alegre dos anos 1960. Em seu entendimento, o vereador via o Plano Diretor como um instrumento urbanístico disponível para facilitar a inserção de áreas verdes na cidade, implicando que essas possuíam *um papel predominante, porquanto seu uso e gozo é para os velhos, moços e crianças, ricos ou pobres, para toda a coletividade indistintamente como um bem que a sociedade lhe propicia*. Ainda estava em pauta a questão de que a área deveria ser negociada entre a Prefeitura Municipal e a empresa Jockey Club do Rio Grande do Sul, quando Say Marques encerrou seu discurso solicitando que as duas partes encontrassem *um divisor comum na solução de um grande problema*²⁵⁰.

Esta reunião não trouxe resultados significativos, silenciando o assunto por mais de dois anos. Foi então que em 21 de Maio de 1962, a pauta “Parque Moinhos de Vento” volta a ser discutida em reunião da Câmara Municipal, onde o então vereador Germano Petersen Filho expõe novamente a questão da preocupação por parte do governo local com a demanda de áreas verdes na organização do Plano Diretor, que neste momento já estava em exercício havia três anos. Nesta sessão, a urbanização da área do Antigo Prado foi focalizada como um dos problemas de alta relevância na questão urbana da cidade, no momento em que se retomou a discussão ocorrida em 1960, onde Petersen afirma que o projeto de lei apresentado levou grande entusiasmo pela imprensa local, *já que todas as rodas eram favoráveis a essa execução, realização*²⁵¹. Nesta sessão, ele ainda apresenta o dossiê elaborado por Say Marques juntamente com o abaixo assinado havia circulado pelas ruas de Porto Alegre nos últimos meses.

Petersen afirmou que a ideia do parque ainda não havia se concretizado na prática apenas por falta de meios do município, citando ainda que no decorrer destes dois anos havia o Eng. Clóvis Pestana, então Ministro da Viação, tentado maneiras de *conseguir verba para que fosse desapropriada*

²⁴⁸ PETERSEN FILHO, 1982, p. 264.

²⁴⁹ Say Marques em fala para a Câmara Municipal. Sala das Sessões, 8 de Março de 1960.

²⁵⁰ Say Marques em fala para a Câmara Municipal. Sala das Sessões, 8 de Março de 1960.

²⁵¹ Germano Petersen Filho em fala para a Câmara Municipal de Vereadores: Parque Moinhos de Vento em 21.05.1960. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal.

*aquela bela área*²⁵². No mesmo discurso, o vereador ainda afirma que a área estaria à venda, sendo ainda propriedade do Jockey Club do Rio Grande do Sul, lamentando que *seria mesmo criminoso por parte do poder público, se ele tivesse os meios necessários e não procurasse adquirir, já que está à venda aquela área para bens públicos*²⁵³. Say Marques, que auxiliou Germano Petersen Filho em seu discurso, afirmou que o proprietário Jockey Club havia exposto a ideia de um loteamento que pretendia para a área e nesta daria apenas dois dos onze hectares para áreas verdes, o que não iria agregar significativamente na cidade, pois a falta de praças e parques em Porto Alegre, neste momento, era gritante. Inicia a lista com o seguinte item:

Este projeto de lei é o clamor de 200.000 habitantes de Pôrto Alegre, moradores dos bairros da Floresta, São João, Moinhos de Vento, Auxiliadora, Mon't Serrat, Higienópolis, Morro da Bela Vista, Independência e Rio Branco, que não se conformam ver desaparecer, absorvido por loteamento especulativo, a única área ainda restante que lhes possibilitará a conquista do espaço verde que lhes foi negado na construção maciça desta vasta zona urbana. Esses bairros reunidos constituem uma cidade do porte de Pelotas. Imagine-se, pois, se aquela encantadora metrópole da Zona Sul não dispusesse de uma só praça, de um só parque, de um só jardim! Pois é o que ocorre no coração, nas zonas mais valorizadas da capital riograndense²⁵⁴.

No documento Exposição de Motivos, Marques afirmava que os Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal haviam cumprido à risca o benefício ao Jockey Club, dotando-o de terras suficientes para a construção do grande empreendimento arquitetônico e turfístico. Considerava que o povo representava os doadores das terras e repudiava a situação onde a empresa teria sido a única beneficiada, investindo assim em seu patrimônio privado e voltando a tempos de prosperidade no esporte. Ainda utilizava do argumento de que o Jockey Club tinha débitos com o Município, devendo à Fazenda Municipal somente em impostos, o valor de \$ 16.937.695,00 acumulados desde o ano de 1957, contando ainda com a inadimplência de taxas que somava \$ 54.639.547,40 não pagos desde 1953. Estes valores somavam 71.577.242,40 em cruzeiros, valor considerado altíssimo pelo autor do dossiê, onde afirmava que por causa desta dívida, a decisão pela aprovação do Projeto de Lei se tornaria fácil.

Após esta segunda discussão na Câmara, que resultou na declaração da área como Jardim de Utilidade Pública, não houveram ações efetivas de imediato na área. A situação só se modificou a favor da implantação do parque ainda cinco anos mais tarde, com a efetiva aquisição do terreno por parte da prefeitura, *parte em dinheiro pelas verbas orçamentárias, parte em obras de*

²⁵² Germano Petersen Filho em fala para a Câmara Municipal de Vereadores: Parque Moinhos de Vento em 21.05.1960. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal.

²⁵³ Germano Petersen Filho em fala para a Câmara Municipal de Vereadores: Parque Moinhos de Vento em 21.05.1960. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal.

²⁵⁴ Exposição de Motivos de Say Marques para a Câmara Municipal, Sala das Sessões, 21 de Maio de 1962.

*urbanização no Hipódromo do Cristal, parte em terrenos, parte em encontro de contas por impostos e taxas devidas à Fazenda Municipal*²⁵⁵.

Mesmo com a posse oficial do terreno pelo município, a construção do parque só começou a se tornar realidade quando dois clubes - o Rotary e o Lions - se engajaram em defesa da causa, e em Abril de 1968, foi formada a Assembleia Comunitária Pró-Parque, a qual se reuniu no Grêmio Náutico União para discutir o assunto com o prefeito Célio Marques Fernandes e os vereadores do MDB Alceu Collares, João Satte e José Aloísio Filho – o então presidente da Câmara Municipal. Bissón²⁵⁶ afirma que *foi por pressão da comunidade que o projeto, finalmente, tornou-se realidade*, o que confirma a eficiência e repercussão do abaixo assinado promovido pelos vereadores no início da década. Nove dias após a assembleia, o setor legislativo aprovou os recursos necessários para a construção do parque, e para o prolongamento da Avenida Goethe até a Rua 24 de Outubro.

Embora o processo de aprovação dos projetos e obras tenha sido apurado logo após a reunião da Assembleia Comunitária, as transformações territoriais envolvendo a execução do projeto do parque e a abertura da Av. Goethe não foram processos rápidos, e nem concomitantes. Entre a contratação de um arquiteto paisagista, o desenvolvimento do projeto e sua implementação, as obras do parque - por parte da prefeitura - foram concluídas somente no ano de 1974, dois anos após a inauguração oficial do local como Parque Moinhos de Vento, e sete anos após o início dos tramites com a aprovação da quitação do terreno para o Jockey Club. *Quando inaugurado, o espaço era basicamente uma grande extensão de areia, possuindo gramado em algumas áreas e poucas árvores*²⁵⁷.

Logicamente, o Parque Moinhos de Vento não é um parque de origem natural, e assim como outros, foi projetado e inserido artificialmente, em uma área que não possuía as características ideais de solo ou vegetação, implicando na necessidade de procedimentos externos para seu bom funcionamento como área verde pública no meio urbano. A capital gaúcha caminhava para a urbanização de seu território, acompanhando o processo de desindustrialização que ocorria a nível mundial, o qual, segundo Neil Smith, levava significativa parte de sua população de classe média e alta ao trabalho em equipamentos de serviço nas áreas centrais das cidades. O projeto do parque Moinhos de Vento se tornou realidade por razões semelhantes às que fizeram necessária a revitalização do Central Park, fundado cerca de um século antes, num terreno abandonado por uma massa populacional de renda baixa que o cercava. Localizado na área norte de Manhattan, New York, o terreno foi revitalizado para atender aos pedidos, com expressão de revolta,

²⁵⁵ Exposição de Motivos de Say Marques para a Câmara Municipal, Sala das Sessões, 21 de Maio de 1962.

²⁵⁶ BISSÓN, 2009, p. 166.

²⁵⁷ Ibidem, p. 167.

das populações de renda mais alta que ali se instalavam em grandes proporções, forçando a saída de seus ocupantes anteriores²⁵⁸.

4.4. O PROJETO DO PARQUE

Após a parceria entre os clubes Rotary e Lions, no ano de 1967, a ideia do parque passou a ser planejada efetivamente, e um projeto paisagístico foi desenvolvido para o local. Em uma época em que técnicos concursados na prefeitura ainda projetavam, o arquiteto e urbanista José Morbini elaborou os primeiros esboços – os quais não saíram do papel – e posteriormente, o projeto original do Parque Moinhos de Vento, o qual teve a extensão do terreno cortada verticalmente em sua área central, dividida em duas partes pela linha sinuosa da imponente Av. Goethe, que também estava em projeto nesta época. As obras tiveram início no ano de 1970 e nesta divisão, um dos lados seria dedicado às atividades esportivas e o outro à recreação para todas as idades. Morbini priorizou o desenho e execução da parte recreativa, criando espaços de estar e equipando o local com o mobiliário urbano necessário para atrair a população.



Fig.4.31: Área do Parque Moinhos de Vento. Graficação da autora sobre mapa de Google Maps demarcando a área que o parque ocupa desde a execução do projeto. Fonte: Download de Google Maps, com filtro de demarcação dos logradouros.

²⁵⁸ Rui Correia: A História de Nova York, 2013, disponível em: <<https://visitarnovayork.com/historia-de-central-park/>>.

Na divisão do terreno, visualizando pelo mapa, nota-se uma linha sinuosa na vertical, onde considerando o norte para cima, tem-se o que se pode chamar de parte leste e parte oeste. A parte leste ficou consideravelmente diminuta em relação à outra, além de esta receber junto a construção do novo prédio da Escola Estadual de Ensino Fundamental do Grupo Uruguai, o que deixou a área de uso público ainda menor. Esta parte recebeu também instalações que Tellini²⁵⁹ descreve como:

Equipamentos esportivos que em sua maioria, ainda permanecem ativos, como pista de patinação, quadra de basquete ao ar livre, duas pequenas canchas de futebol para crianças e adolescentes e uma quadra polivalente, que em algumas situações é utilizada para eventos abertos a todo o público, como shows e concertos musicais gratuitos.

Bisson²⁶⁰ descreve a “quadra polivalente” de maneira mais minuciosa:

Um campo de futebol cujas medidas são um pouco menores - seis metros na extensão e cinco na largura - do que o gramado oficial dos clubes profissionais, com infraestrutura de vestiários e chuveiros no local. As arquibancadas para a plateia são de 7 degraus, comportando 2.000 pessoas. Para os adultos que gostam de jogar xadrez, há dois tabuleiros de pedra na área próxima a Goethe.

Foram ajardinados no total 115.000 metros quadrados de área, recebendo gramados, recantos para a recreação e lazer de todas as faixas etárias. Na parte maior do terreno, o paisagismo foi pensado com um pouco mais de conceito nas formas, os canteiros arredondados trazem a organicidade para o local e na parte central do terreno alagadiço, foi posteriormente projetado um lago artificial, o qual funciona como escoadouro para as possíveis cheias, e para efeito estético, é apenas um espelho d'água.

²⁵⁹ TELLINI, 1982, p. 31.

²⁶⁰ BISSÓN, 2009, p. 167.



Fig.4.32: Croqui do Parque Moinhos de Vento. Imagem do livro Parques Urbanos no Brasil, desenho de Macedo & Sakata, publicado em 2003, p. 131, digitalizado pela autora. Fonte: MACEDO, S. S; SAKATA F. G. Parques Urbanos no Brasil. São Paulo: Edusp. 2003. Scanner da autora.

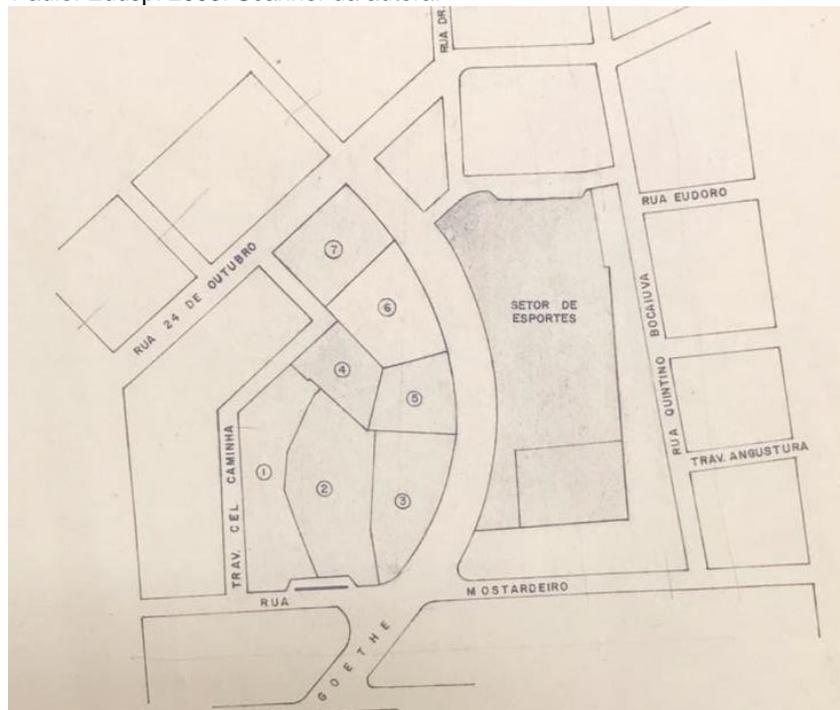


Fig.4.33: Planta de Situação do Projeto do Parque Moinhos de Vento, 1971.

Fotografia de planta baixa do projeto do Parque Moinhos de Vento, de autoria do arquiteto José Morbini, registrada no ano de 1971.

Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, fotografado pela autora em visita no ano de 2019.

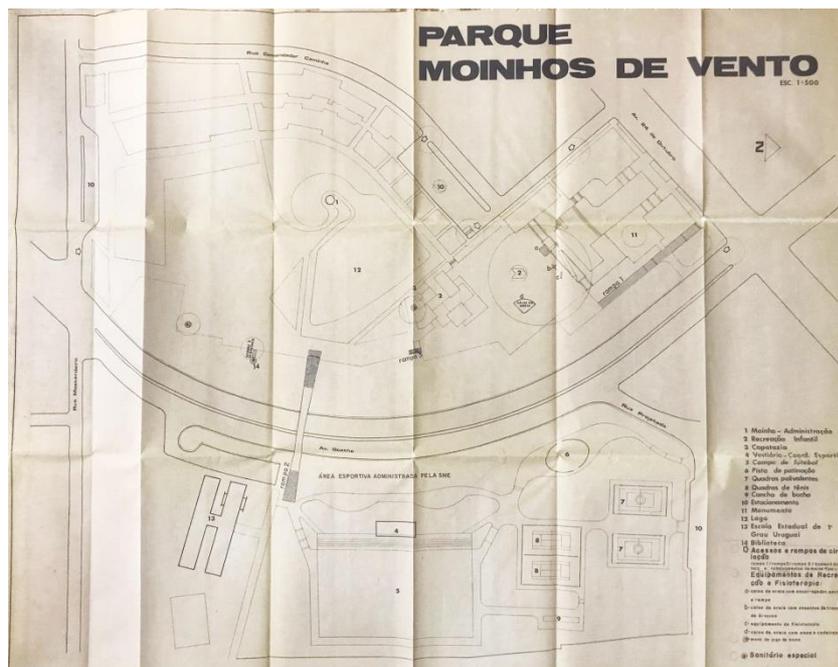


Fig.4.34: Planta Baixa do Projeto do Parque Moinhos de Vento, 1971. Fotografia de planta baixa do projeto do Parque Moinhos de Vento, de autoria do arquiteto José Morbini, registrada no ano de 1971. Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, fotografado pela autoria em visita no ano de 2019.

Ainda no terreno maior, foi construído um recanto infantil dotado de diversos equipamentos como pequenas mesas de jardim, que inicialmente recebiam guarda-sóis coloridos e uma pequena pista de patinação – que hoje em dia não estão mais lá – e ainda floresiras, bancos e os brinquedos de madeira do playground. O projeto tratava mais do ajardinamento geral da área, com foco na escolha de vegetação, sem contar com monumentos e outros equipamentos que o parque recebeu ao longo do tempo.

No ano de 1975, a Prefeitura Municipal deu entrada ao que seria:

Uma bela réplica de um moinho açoriano próximo a essas águas, embora haja quem diga que as estruturas de moagem de trigo utilizadas por aqueles habitantes de Porto Alegre no século XVIII seguissem o modelo espanhol²⁶¹.

Ali funcionou durante algumas décadas a biblioteca infantil ecológica Maria Dinorah - com mais de 800 obras em seu acervo – que posteriormente foi transferida para uma nova construção dentro do parque, onde se localiza até hoje.

²⁶¹ TELLINI, 1982, p. 29.



Fig.4.35: Planta Baixa de Localização do Moinho, 1982.

Graficação da autora sobre fotografia de planta baixa do projeto do moinho, originalmente desenhado em nanquim no papel vegetal por Ana Maria Germani em 1982.

Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, fotografado pela autoria em visita no ano de 2013.

A construção do moinho permanece no local até a atualidade, fica próxima ao lago e é, provavelmente, o monumento mais significativo que o parque recebeu como forma de simbolizar e homenagear a história do local. De autoria do arq. Antônio Carlos Maineri, a execução da obra se deu por parte da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e as referências de projeto utilizadas pelo autor basearam-se, segundo Tellini²⁶², em pesquisas na bibliografia local disponível como também na orientação técnica solicitada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre a Portugal. A autora descreve que essa assistência foi fornecida pelo Gabinete da Presidência do Governo Municipal dos Açores, através do Consulado de Portugal e também da Casa dos Açores do Rio de Janeiro.

²⁶² TELLINI, 1982, p. 30.



Fig.4.36: Croqui do projeto do moinho, 1971.
Fotografia de perspectiva do projeto do moinho, desenhado por Antônio Carlos Maineri, em 1971.
Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, fotografado pela autoria em visita no ano de 2019.

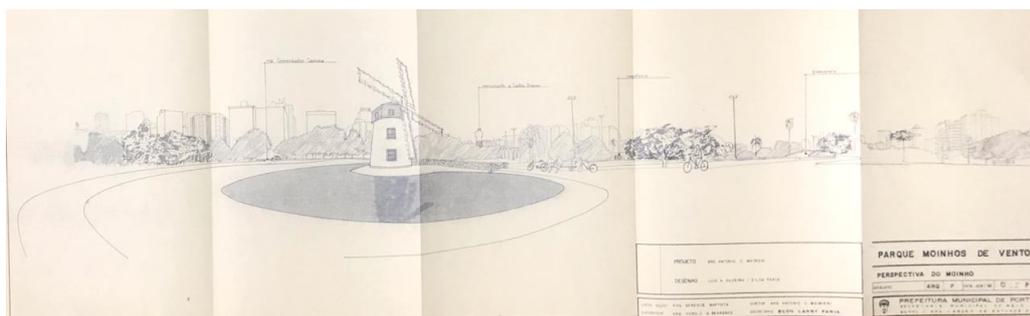


Fig.4.37: Croqui do projeto do moinho, 1971.
Fotografia de perspectiva do projeto do moinho, desenhado por Antônio Carlos Maineri, em 1971.
Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, fotografado pela autoria em visita no ano de 2019.

O parque foi presenteado com este monumento em no ano de 1982, em homenagem aos 10 anos desde sua inauguração. Tellini²⁶³ ainda define o moinho como uma *belíssima construção, que passará a representar mais uma homenagem à força de trabalho e à cultura emprestada à cidade de Porto Alegre, pelos nossos irmãos açorianos*. A construção possuía três pavimentos, onde o térreo seria aproveitado para uma sala de exposições, palestras e uma pequena biblioteca infantil, o primeiro pavimento abrigaria o gabinete da administração e o segundo daria lugar aos sanitários e copa.

No projeto do moinho, uma cúpula de madeira oitavada daria estrutura ao prédio, levando também um setor terminal ou galdeira elevada. Originalmente a cúpula do moinho seria giratória, rodando

²⁶³ TELLINI, 1982, p. 30.

em busca da orientação conveniente para as velas e seria acionada por um rabo de três galhas, porém a fim de simplificar as instalações mecânicas, de construção e de custo do moinho, foi adotada uma solução de cúpula fixa, onde a figura do moinho em si, torna-se meramente ilustrativa na composição da paisagem do parque²⁶⁴.

Naturalmente este moinho não recebeu equipamento de moagem, não apenas em função do aproveitamento do prédio para os serviços do parque, mas também por esta construção ser apenas um símbolo de uma cultura que na época de sua construção já não funcionava mais com esta técnica, nem neste lugar. Sua forma externa, é fiel ao modelo original de um moinho dos açores, e segundo Tellini²⁶⁵:

Talvez evoque uma paisagem semelhante àquela perdida ao longo da história de Porto Alegre, quando esta cidade chegou a ser o maior centro produtor de trigo do país, no fim do século XVIII, usando seus moinhos para a moagem deste cereal.

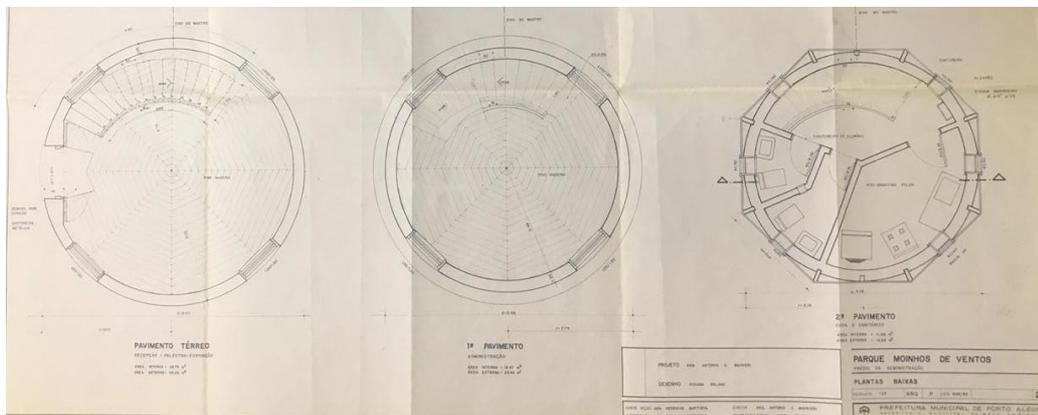


Fig.4.38: Planta Baixa do projeto do moinho, 1971.

Fotografia de perspectiva do projeto do moinho, desenhado por Antônio Carlos Maineri, em 1971.

Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, fotografado pela autoria em visita no ano de 2019.

²⁶⁴ Ibidem, p. 31.

²⁶⁵ TELLINI, 1982, p. 31.



Fig.4.39: Estado atual do moinho, 2019.

Fonte: Fotografado pela autora em Dezembro de 2017.

Assim como a construção do moinho, o projeto original do parque recebeu outros monumentos e outras melhorias ao longo dos anos, modificando sua composição geral, porém sem descaracterizar a ideia inicialmente executada. Até os dias de hoje, já foram alteradas as materialidades das pistas de caminhada e corrida, bem como já foram acrescentados novos equipamentos urbanos – sinalização de metragem para exercícios físicos, novos bancos, novas lixeiras, melhorias na iluminação, entre outros.

Ainda na década de 1970, o parque recebeu um monumento de autoria do artista Tenius, o qual presta homenagem ao ex-presidente Castello Branco e foi inaugurado em 1979. A estrutura foi construída em aço, cobre e ferro, com 28 metros de altura e foi a Prefeitura Municipal quem custeou e implantou a obra no local. Este monumento foi inserido na parte próxima a Rua 24 de Outubro, zona mais elevada do terreno, e nesta localização permanece até hoje. No ano de 2009 o monumento foi restaurado pela Prefeitura.



Fig.4.40: Monumento ao ex-presidente da república Castello Branco
Fonte: Fotografado pela autora em Outubro de 2018.

Na década de 1980, com o aumento de veículos nas cidades, as facilidades de acesso ao carro individual por uma parcela maior da população e o conseqüente aumento do tráfego no trânsito começavam a dificultar a travessia de pedestres de um lado para outro do parque. Em função deste fato, a prefeitura solicitou projeto para a criação de passarelas aproveitando a topografia do terreno. Foram projetadas duas elevadas, e apenas uma delas, denominada CORPA, foi construída e inaugurada em 1988.



Fig.4.41: Parque Moinhos de Vento, década de 1980.
Vista da Av. Goethe e da passarela do parque no final dos anos 1980.
Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.



Fig.4.42: Parque Moinhos de Vento, década de 1980.
Carros estacionados no parque e vista da Av. Goethe nos anos 1980.
Fonte: Acervo digital da www.prati.com – Fotos Antigas de Porto Alegre, p. 84.

No ano de 2001, o Parque Moinhos de Vento foi o primeiro parque de Porto Alegre a ser adotado através do programa Adote uma Praça, criado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM). Segundo a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a parceria de empresas na adoção do parque foi oficializada pela primeira vez em Julho de 2004, onde o primeiro adotante, o Hospital Moinhos de Vento, passou a ter como parceira a Cia Zaffari. No dia 07 de Abril de 2017 a empresa de construção civil Melnik Even adotou o parque em parceria com o Hospital Moinhos de Vento, a Cia. Zaffari Bourbon e a Panvel, onde a construtora lidera as obras de manutenção e melhorias do espaço, uma vez que esta já adota outras oito praças na cidade, tendo assim

um maior *know-how* na área e contando com o apoio financeiro das outras três empresas parceiras.

Na parte mais baixa do terreno, próximo ao encontro da Av. Goethe com a Rua Mostardeiro há um Busto em material metálico em homenagem à Artigas, obra que foi colocada no parque no ano de 1984. O monumento não tem grandes dimensões, sendo apenas uma estátua metálica que continua no local, sem destaque algum no contexto do parque, pois atualmente não há nem pavimentação ao seu redor.

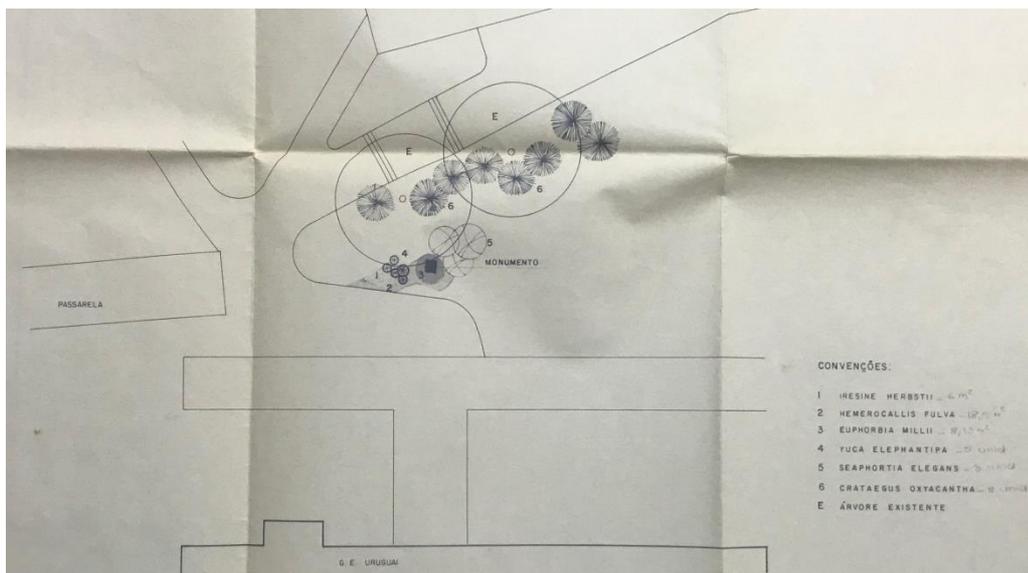


Fig.4.43: Planta de localização do Monumento a Artigas.

Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, fotografado pela autoria em visita no ano de 2019.

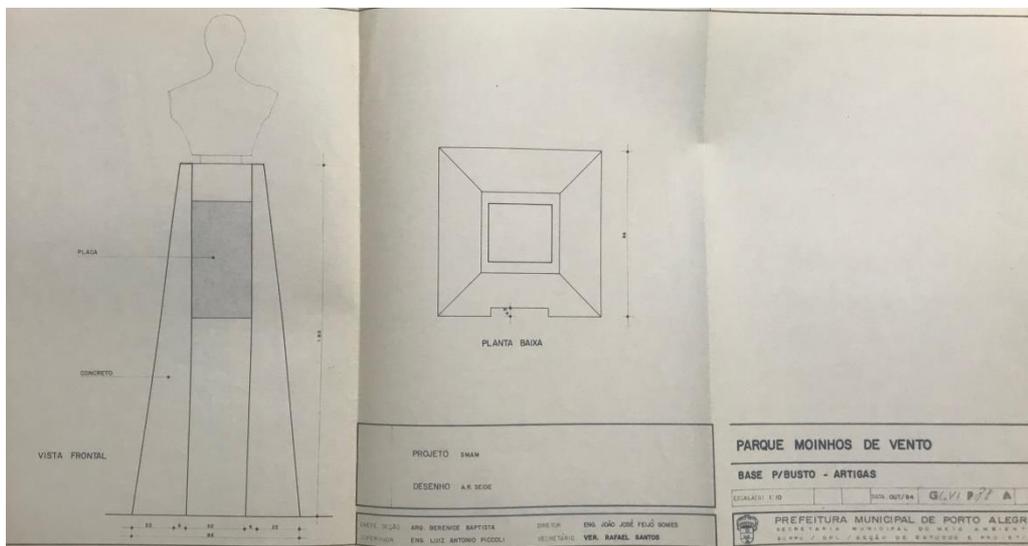


Fig.4.44: Esquema de estrutura para o Monumento à Artigas.

Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, fotografado pela autoria em visita no ano de 2019.



Fig.4.45: Intervenções na área esportiva do parque, 2001.

Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, fotografado pela autoria em visita no ano de 2019.

A partir do ano de 2003 vários parques da cidade receberam marcações de metragem, dentre eles o Parque Moinhos de Vento, estimulando assim a prática de esportes. Há ali em três opções de trajetos sinalizados e demarcados de 400, 650 e 1.100 metros, os quais receberam nova sinalização no ano de 2018, juntamente com a obra que executou a pavimentação na nova pista de caminhada e corrida.

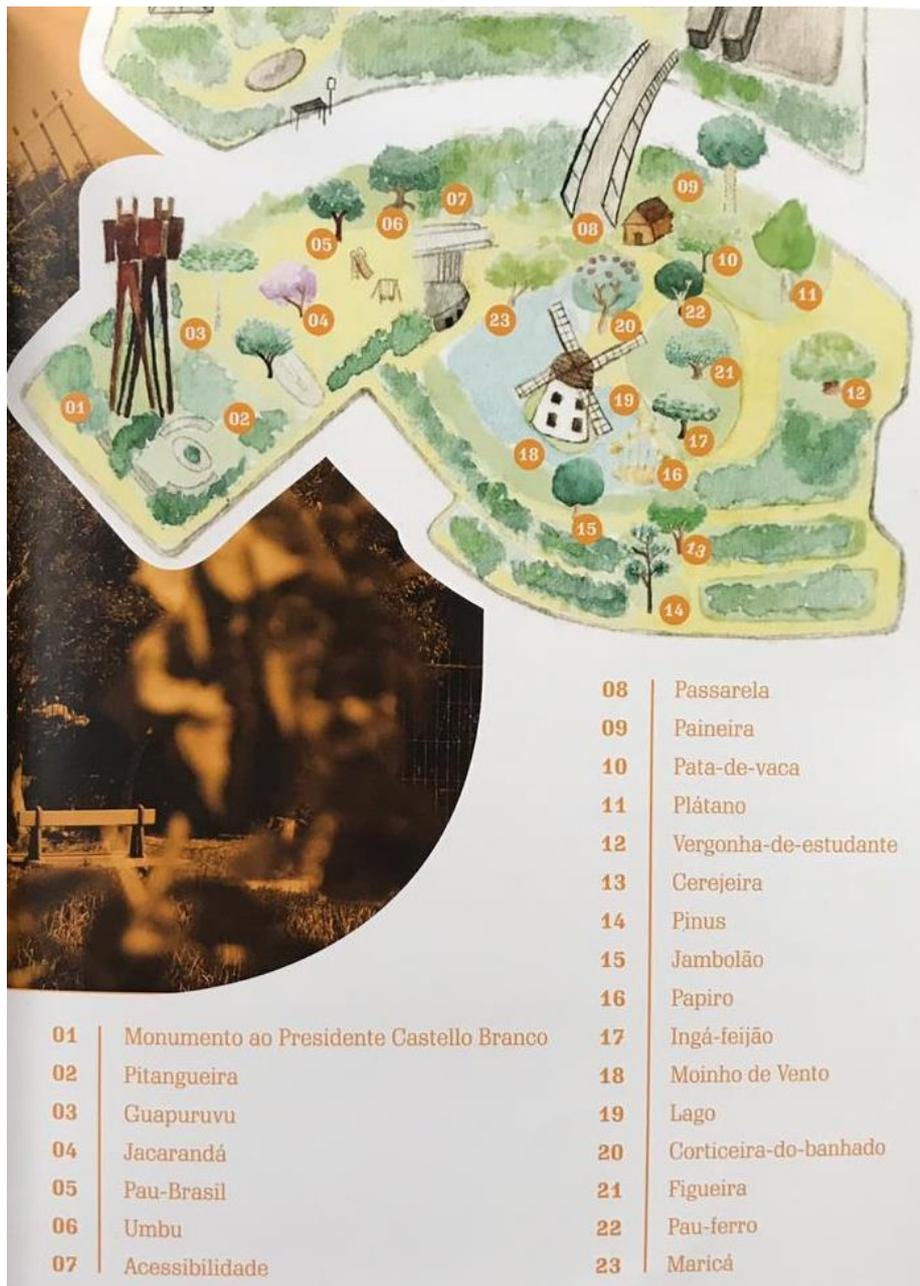


Fig.4.46: Legenda da vegetação do parque.

Fotografia do livro *Trilhando os Parques de Porto Alegre. Educação Ambiental: Interpretar e Sensibilizar para Transformar*, 2014.

Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, fotografado pela autoria em visita no ano de 2019.

4.5. O PARQUE HOJE

Contornada pelas ruas Mostardeiro, Comendador Caminha, 24 de Outubro e Avenida Goethe, a parte maior do Parcão, segundo Bissón²⁶⁶, é a *mais frequentada pelo público em geral para passear, conversar, namorar e*

²⁶⁶ BISSÓN, 2009, p. 221.

tomar chimarrão. Este espaço é muito utilizado para exercícios físicos, já que dezenas de pessoas caminham, correm ou praticam outras atividades físicas por ali todos os dias.



Fig.4.47: Parque Moinhos de Vento, década de 2010. Vista aérea do lado maior do Parque Moinhos de Vento. Fonte: Acervo digital da PROCENPA, acessado pela autora em Outubro de 2013.

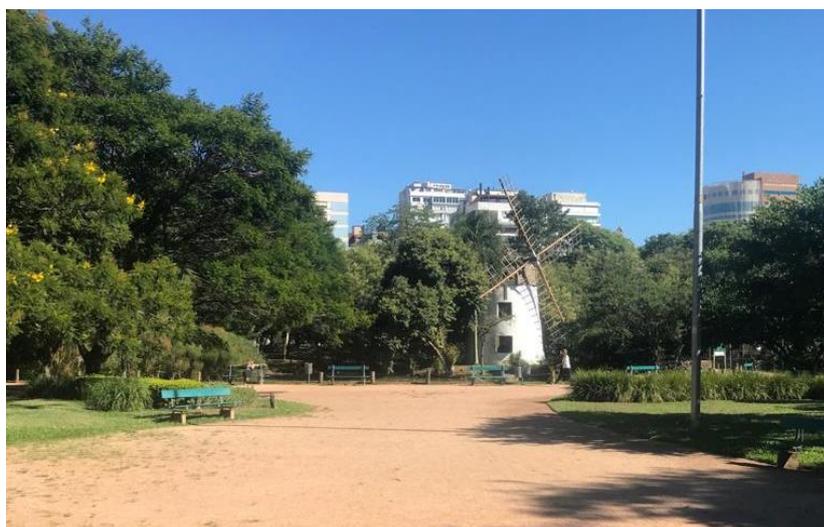


Fig.4.48: O Parque Moinhos de Vento Atualmente. Fonte: Fotografado pela autora em Abril de 2019.

A grande afluência de pessoas se deve também aos brinquedos disponíveis para as crianças e à abundância das áreas verdes. Além do gramado no qual as pessoas se aglomeram em busca do sol, há uma *enorme diversidade de árvores: plátano, paineira, guapuruvu, salso-chorão, pau-ferro, etc. um lago repleto de patos, marrecos e tartarugas compõe uma paisagem pictórica*²⁶⁷. Essas árvores são, em sua maioria, de grande porte, o que facilita

²⁶⁷ TELLINI, 1982, p. 32.

a localização do usuário no interior do parque, uma vez que as copas estão acima do campo de visão do observador, não criando barreiras visuais. O restante da vegetação é composto de arbustivas de pequeno porte e forrações, dispostas em grandes canteiros, os quais recebem constante manutenção.



Fig.4.49: O Parque Moinhos de Vento Atualmente.
Árvores de grande porte em área de playground.
Fonte: Fotografado pela autora em Junho de 2017.



Fig.4.50: O Parque Moinhos de Vento Atualmente.
Árvores de grande porte em área de playground.
Fonte: Fotografado pela autora em 15 de Julho de 2017.



Fig.4.51: O Parque Moinhos de Vento Atualmente.
Fonte: Fotografado pela autora em Junho de 2018.



Fig.4.52: O Parque Moinhos de Vento Atualmente.
Fonte: Fotografado pela autora em Junho de 2018.

Embora a prática de esportes seja o principal atrativo do local, além de áreas de lazer que recebem manutenção constante das quatro empresas adotantes do parque, o local ainda sedia eventos abertos e promovidos com a

autorização da Prefeitura Municipal. A maioria dos eventos ocorrem nos estacionamentos pertencente ao parque, os quais se localizam nas margens das ruas Mostardeiro e Comendador Caminha, neste caso, os eventos ocorrem também com a permissão da EPTC.



Fig.4.53: Localização dos estacionamentos do parque.
Fonte: Graficação da autora sobre mapa extraído de GoogleMaps.

Os eventos realizados no parque normalmente ocorrem aos domingos, e trata-se de feiras dos mais variados estilos: artesanato, microempreendedores, cervejas artesanais, gastronomia de rua, entre outros. Datas comemorativas a nível nacional como São João e Oktoberfest também são motivos para eventos sediados nos estacionamentos do parque, com a participação de diversos estabelecimentos.

No interior do parque também são realizados diversos tipos de eventos de cunho cultural e religioso, como por exemplo aulas gratuitas de yoga e tai-chi-chuan, ginástica para a terceira idade, apresentações de danças variadas e distribuição de brindes por parte de várias empresas. Além disso, algumas empresas se instalam para efetuar venda e consultoria de planos de seguro de vida, imóveis e etc.

Do outro lado da passarela há uma área específica para os moradores locais tomarem chimarrão enquanto cuidam de seus pets, é o famoso Cachorródromo do Parcão, inaugurado no ano de 2016 e situado em frente às dependências de Escola Estadual de Ensino Fundamental do Grupo Uruguai. Este local ainda comporta eventos específicos para cachorros e fica ao lado da cancha esportiva, a qual também é usada para shows e os tradicionais concertos de Natal do Parcão, promovidos pela Cia Zaffari.



Fig.4.54: Evento no interior do parque, Abril de 2017.
Fonte: Fotografado pela autora em Abril de 2017.



Fig.4.55: Evento no Estacionamento da Rua Mostardeiro, 2017.
Fonte: Fotografado pela autora em Junho de 2017.



Fig.4.56: Feira Artesanal no Estacionamento da Rua Comendador Caminha, 2018.

Fonte: Fotografado pela autora em Setembro de 2018.

Em 2018 o parque recebeu melhorias como uma pista pavimentada que contorna mais de 50% de seu perímetro, com piso tátil e rampas acessíveis, além de uma nova sinalização com contagem de metros nos percursos para corridas e caminhadas. A partir deste ano duas empresas que disponibilizam equipamentos urbanos como bicicletas e patinetes elétricos instalaram-se com pontos fixos no parque, além do paraciclo da bikePoa, patrocinado pelo Banco Itaú, que já consta no local desde 2014.



Fig.4.57: O Parque Moinhos de Vento Atualmente.

Nova pista de caminhadas que contorna a borda do parque nos limites da Rua Comendador Caminha.

Fonte: Fotografado pela autora em 14 de Maio de 2019.



Fig.4.58: Parque Moinhos de Vento, década de 2010.
Vista aérea da passarela do Parque Moinhos de Vento, ano de 2010.
Fonte: Acervo digital da PROCEMPA, acessado pela autora em Outubro de 2013.



Fig.4.59: Evento no Parque Moinhos de Vento, 2018.
Fonte: Fotografado pela autora em Maio de 2018.

5. CONCLUSÃO

A decisão de que o terreno do antigo Prado daria origem a um novo parque na cidade foi tomada em 1962, após forte esforço por parte de vereadores, do prefeito da época e de uma parcela aparentemente significativa da população portoalegrense. Desde então, o uso do terreno passou a ser público, por meio de decreto oficial do prefeito Loureiro da Silva, obstruindo as possibilidades de ação da especulação imobiliária no local e tornando-o propriedade do governo municipal. Quatro anos mais tarde, duas instituições privadas – os clubes Rotary e Lions - se unem e conseguem dar início ao processo de realização do Parque Moinhos de Vento, tirando o projeto do papel e dando início às obras no final do ano de 1968, o que já era aguardado por muitos havia quase uma década. Em 1972 o parque é inaugurado mesmo com as obras ainda em andamento, e a partir daí passa a ser utilizado pela população para lazer e esportes. O local passou a receber constantes melhorias em equipamentos, mobiliário urbano, monumentos, construções e acessibilidade.

Durante todo este processo, o Bairro Moinhos de Vento já poderia ser considerado como uma área consolidada na cidade, recebendo cada vez mais moradores e equipamentos urbanos de comércio e serviço, como lojas, restaurantes, cinema e bares ou casas noturnas. A partir de 1972, com o parque instalado, o Moinhos de Vento e seus vizinhos – Rio Branco, Mon't Serrat, Independência, Floresta – passam a receber maior movimento, com mais vitalidade nas ruas e maior fluxo de pessoas se locomovendo para lá em função do parque e de outros equipamentos que o bairro vinha recebendo concomitantemente ao processo de consolidação da área verde.

O Parque Moinhos de Vento existe até a atualidade e vem recebendo crescente público frequentador e diversos tipos de melhorias. A cada ano instalam-se mais equipamentos comerciais ao seu redor, em especial na Rua Comendador Caminha, a qual tem toda a sua extensão contornando o parque, onde existem casas noturnas, restaurantes e bares, os quais recebem público diurno e noturno. Apenas por meio da observação é possível identificar que além de frequentadores dos serviços que rodeiam o parque, o fluxo de usuários é expressivo, mesmo nos dias de semana, quando há uso da pista de corridas e caminhadas, como também nos finais de semana – maior fluxo – quando é usado para exercícios, lazer e recreação adulta e infantil.

Este lugar tem certamente o apego de numerosa população, que o frequenta diariamente, em especial aos finais de semana. Após extensa pesquisa, incluindo levantamento fotográfico em diversos eventos e dias comuns, pode-se aqui dizer que a relação entre o Parcão e seus usuários é nitidamente afetuosa, dando a este local o significado de lugar estudado neste trabalho de dissertação.

5.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central o conhecimento dos fatos que levaram o terreno ocupado pelo atual Parque Moinhos de Vento a chegar nesta finalidade, partindo da premissa de que o parque tem fundamental importância para a população da região onde está localizado, e possivelmente, para a população de toda a cidade de Porto Alegre, e por essa razão, é tema relevante para uma pesquisa deste gabarito. O entendimento dos motivos que conduziram a prefeitura a aprovar o projeto de lei que deu origem ao parque foi de fundamental importância na tentativa de responder as questões levantadas na proposta de pesquisa que ingressou este trabalho no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/ UFRGS).

Durante a realização deste trabalho, foram observadas algumas questões que envolvem diretamente o objeto empírico deste estudo e não devem passar despercebidas, embora não tenham relação direta com o objetivo aqui almejado. Estas abordagens ficam, pois, para reflexões que possam ser aprofundadas em trabalhos futuros.

Uma vez que a história do Bairro Moinhos de Vento foi de importante papel nesta pesquisa, ficou claro através da leitura e estudo da evolução urbana da cidade, que o mesmo está inserido em meio ao eixo de segregação urbana, que segundo Villaça²⁶⁸, nas metrópoles brasileiras tem *um misto de círculos concêntricos e de setores de círculos, a pesar de os últimos predominarem sobre os primeiros e apresentarem maior material explicativo*. Sendo assim, surge a hipótese de o parque ter sido implementado por estar em um bairro que foi ocupado por uma classe de alto poder aquisitivo, elevando assim o poder da reivindicação da população e de alguns vereadores e influenciando na decisão da prefeitura.

Outra indagação que aparece ao longo do processo de pesquisa é a de que o parque age como elemento de inclusão social em meio a um bairro que ainda carrega o estigma de ser elitizado, embora a população atual, em sua maioria, aparentemente não seja mais composta por famílias tão ricas quanto em épocas anteriores. Pode o Parque Moinhos de Vento, enquanto área verde aberta, de uso comum e permitido a todo e qualquer cidadão, ser elemento integrador da população do bairro com a dos bairros vizinhos, da população da cidade como um todo ou mesmo, em efeito contrário, fazer parte de um conjunto de agentes de segregação social que foram observados durante os estudos realizados para este trabalho. Fica a questão para uma próxima pesquisa.

Em última abordagem, aparece a questão de cunho ideológico sobre a relevância dos espaços verdes dentro da cidade e sua saliência no conjunto urbanizado. A pergunta é como as autoridades tratam as questões de

²⁶⁸ VILLAÇA, 2001, p. 53.

necessidade do contato com a natureza no espaço intra-urbano, e de qual a ênfase que é dada pelas frentes governamentais a disponibilizar estas áreas a todas as camadas da população. Pois o Parque Moinhos de Vento foi reivindicado por muitos anos até sair do papel, enquanto era condenado por alguns no argumento de que um bairro elitizado não precisaria receber projetos que implicariam o gasto de verba pública, enquanto na mesma década houve a instalação do Parque Marinha do Brasil, com aproximadamente 7 vezes a extensão do Parcão, e locado em outra área consideravelmente nobre da cidade, e de mais difícil acesso naquela época, nos aterros da borda oeste da cidade, o Guaíba.

Por enquanto, bastou aqui a compreensão do apelo por falta de áreas verdes manifestado na Câmara dos Vereadores através de alguns importantes nomes da época em que a pauta foi aberta, como Say Marques, Germano Petersen Filho e Alberto André. Sabe-se também que houve um abaixo assinado, onde foi a público o clamor de uma população significativa – mais de 200.000 nomes no papel – pedindo pela manutenção da área como espaço verde público. Fica claro assim que houve um papel por parte da população neste episódio decisivo para a criação do parque, porém, qual teria sido este papel não foi uma questão aqui abordada, em função de esta pesquisa estar mais ligada diretamente a documentações e registros históricos do que à questão social.

Esta pesquisa conduziu, em sua maior parte, o leitor a passear no tempo e no Bairro Moinhos de Vento até entender como o terreno do Parque Moinhos de Vento chegou a sua ocupação atual. Após este passeio por mais de dois séculos, retoma-se a pergunta inicial: - Como se deu o processo de transformação urbana que ocasionou a consolidação e incorporação do Parque Moinhos de Vento como área verde pública?

Conforme os estudos realizados, o bairro que abriga o parque já estava consolidado quando da sua inauguração em 1972. Com o abandono do terreno desocupado pelo Jockey Club desde 1959 - quando a área tornou-se insalubre - a preocupação com qual seria a nova ocupação para o terreno tornou-se pública. Em 1962 o processo de conquista se iniciou, com a assinatura do Decreto de Lei 2.419, intitulando a área um jardim público, porém a gleba continuou em desuso até que se efetivasse o pagamento do terreno para o Jockey Club, assim podendo prosseguir com a contratação de um profissional para desenvolver o projeto e a liberação de verba para a execução da obra. As discussões dentro da Câmara de Vereadores foram extensas e as figuras representativas apresentaram belo e filosófico discurso sobre a importância de ter áreas verdes dentro das cidades. Neste ponto, infere-se à premissa desta pesquisa: a importância de um lugar dentro do meio urbano, os valores emotivos, físicos e cognitivos que um espaço aberto pode ter para uma determinada população, recebendo assim a importância de ser denominado, de fato, um lugar na cidade.

Para maior esclarecimento do significado que este parque ganhou e ainda vem ganhando, fato este que dá base à premissa de pesquisa, é

interessante supor algumas hipóteses contrárias, ou seja, caso o terreno não tivesse sido desapropriado.

E se a ação da especulação imobiliária tivesse agido tão rápido a ponto de comprar as terras do Jockey Club antes que a prefeitura as adquirisse e o prefeito pudesse decretar a gleba como Jardim de Uso Público? Ou ainda, e se a prefeitura não tivesse pagado o montante de desapropriação ao Jockey Club e o mesmo tivesse posto em prática seu projeto de loteamento? Afinal, a doação de terras que ocasionou saída hipódromo para a zona sul da cidade não deu automaticamente a posse do terreno do Antigo Prado à prefeitura, apenas atendeu a necessidade de higienização de uma área já em processo de consolidação urbana. A permuta de terras à qual alguns autores se referem não ocorreu efetivamente, uma vez que o Jockey Club não passou o terreno do Moinhos para a posse do município, pois a entidade turfística, até onde se sabe, apenas recebeu como doação da prefeitura 4 dos 70 hectares que ocupa até hoje no Bairro Cristal. Esta situação implicou na necessidade de negociação das terras entre a prefeitura e a empresa Jockey Club do Rio Grande de Sul.

A partir desta pesquisa, sabe-se que o Jockey Club no mínimo havia anunciado a elaboração de um projeto de loteamento para condomínios de luxo nesta valiosa área, o qual as notícias da época encontradas evidenciam que por pouco não saiu do papel. Entende-se que a escassez de áreas verdes levou alguns vereadores a agirem como representantes de uma população que clamava por mais parques na cidade. Sendo assim, caso o terreno tivesse sido loteado, certamente ali hoje não teríamos o que a partir da revisão bibliográfica, considera-se um lugar, não haveria a relação de afeto e apropriação por parte do usuário, não haveria nem mesmo o usuário. Existiriam moradores, proprietários de apartamentos com alto valor imobiliário, condôminos de edifícios de luxo, possivelmente arranha-céus os quais afetariam drasticamente a paisagem urbana local. Não existiria a massa verde que recebe todos os dias um alto número de pessoas, estejam estas de passagem ou contemplando o local. Provavelmente existiria ali um aglomerado de edifícios, uma pequena praça e o bairro teria mais uma rua local. A quantidade e o nível dos equipamentos de serviços instalados nos limites do parque provavelmente não seriam da mesma expressividade existente, ou mesmo talvez nem existissem.

Considerando os documentos encontrados, faz-se razoável supor que o fato de, justamente no ano em que a pauta Parque Moinhos de Vento entra na Câmara Municipal, tinha a prefeitura como líder um apaixonado pelas questões urbanas, José Loureiro da Silva. Seria falho aqui, deixar de levantar a importância do interesse particular de Loureiro em prover mais áreas verdes na cidade, uma vez que o mesmo fez possível, em Setembro de 1962, a proibição da venda dos terrenos. Não se pode afirmar que o mesmo ato teria sido efetuado por qualquer outro nome que constasse na liderança do governo municipal da época. Pode-se chegar a esta conclusão em virtude dos fatos verificados nas atas da Câmara Municipal, onde o nome do prefeito fora citado pelos vereadores como um amante do urbanismo, e sabe-se também que o

partido que se opunha à construção do parque estava em maioria na Câmara, o que implicou na obstrução da verba para este fim durante mais alguns anos.

Outra hipótese a ser levantada é a de que mesmo com a aquisição do terreno pela Prefeitura, o parque jamais ter saído do papel, o que, aliás, pode não ter ocorrido apenas pela manifestação de dois clubes particulares – Rotary e Lions – os quais se uniram para ganhar força e pressionar o governo até conseguirem resultados. Na situação de abandono a qual o terreno se encontrava já havia 8 anos, quando em 1967 estas instituições particulares conseguiram provocar uma manifestação por parte da prefeitura, indica que o terreno em estado insalubre poderia ter continuado nesta situação até levar outros fins em décadas posteriores. Dentro deste trabalho não se pode afirmar com garantia, que apenas por ter sido desapropriado o terreno seria obrigatoriamente transformado em parque mais cedo ou mais tarde, levando em conta que em 1967 a prefeitura então havia finalmente pagado o preço pela sua posse, e poderia manter o “jardim de uso público” sem infraestrutura por muito mais tempo, até o local cair novamente no abandono e acabar por ser destinado a alguma outra finalidade.

A situação de desuso poderia se estender por curto ou vasto período, as leis poderiam sofrer modificações – questão que este trabalho não abordou – poderia ocorrer um novo acordo posteriormente entre prefeitura e algum novo comprador para a gleba, assim como poderia a prefeitura executar algum outro tipo de construção no local. Qualquer destas opções, ou ainda outra, poderia ter ocorrido se a questão do espaço verde discutida na Câmara não estivesse tão em foco das preocupações de certos vereadores e se não tivessem estes, mobilizado um abaixo assinado tão bem sucedido pelo apoio da população. O terreno poderia ter ficado em desuso por tanto tempo, até que a prefeitura decidisse destiná-lo a outro proprietário que pudesse ali, em outra época, injetar dinheiro.

Neste momento, cabe um parêntese. O decreto de lei assinado por Loureiro da Silva em 1962 determinava o local como “Jardim de Uso Público”, onde o próprio nome já insinuava a necessidade de uma infraestrutura que transformasse uma pista de corridas para cavalo efetivamente em um jardim. Jardins são vegetados, compostos por árvores, arbustos, flores das mais diversas, não se faz um jardim sem um bom paisagismo. O jardim é paisagem, é natureza, é onde nos sentimos próximos dela. Locais para uso público possuem equipamentos mínimos de mobiliário urbano, para que se diga que possam efetivamente ser usados. A ideia de uma mancha verde no local deste terreno já aparecia desde o Plano Gladosch, assim como a abertura da avenida que corta o parque (etapas apresentadas entre 1938 e 1943) e mesmo durante os anos 1960, o projeto do parque já havia sido elaborado pelo arquiteto Morbini.

Analisando a lógica do processo, a estrutura mínima para configurar as palavras “jardim” e “uso público” deveria ter ocorrido de imediato, porém, com os percalços que apareceram, e a oposição de alguns, o andamento da situação foi interrompido, e o terreno se tornou um vazio urbano. O Parque

Moinhos de Vento correu sim certo risco de ficar somente no papel, uma vez que entre os anos de 1962 e 1967, apesar de sancionada por lei a proibição da venda do terreno, o mesmo ainda pertencia ao Jockey Club, que já havia tentado vender a área com certa insistência nos três anos que antecederam a esta desapropriação, demonstrando assim, total desinteresse em investir no “Jardim de Uso Público”, mas como ainda proprietário oficial, teria poder sobre o que iria acontecer no local.

Analisando ainda as questões específicas de pesquisa, voltamos a dois importantes pontos, sendo o primeiro deles o seguinte: - Quais foram os principais agentes nas decisões que levaram as frentes públicas a optar pela implementação do parque?

Com a análise do material coletado, especialmente o material textual relativo às atas da Câmara Municipal dos anos de 1960 e 1962, é provável que a figura que Loureiro da Silva representava na prefeitura tenha sido de essencial papel neste processo, uma vez que um “apaixonado por urbanismo”, como o descreveram os vereadores em reuniões da Câmara Municipal, faria gosto de ver surgir mais uma mancha verde no mapa de uma cidade já tão urbanizada. Como já descrito nas hipóteses levantadas acima, existe a possibilidade de que com outro nome na direção da cidade, o parque nem sequer teria saído da sala de reuniões da Câmara Municipal.

Ainda assim existiram outros nomes importantes na conquista deste parque. Os vereadores Say Marques e Germano Petersen Filho tiveram papel fundamental para a aprovação dos projetos de leis que trouxeram à área um novo espaço público, dedicados à elaboração de documentos que reivindicavam a existência de um novo parque na região.

Ainda como questão a ser respondida neste trabalho, temos: - Como se deu o desenvolvimento do Bairro Moinhos de Vento no contexto urbano, ocasionando na formação da gleba que deu origem ao parque?

Enfim, analisando a revisão bibliográfica e as hipóteses acima, os indicativos são de que o Bairro Moinhos de Vento, por sua boa localização e também por ter recebido público de alto poder aquisitivo, seria por si só, um atrativo para hospedar um parque, onde haveria segurança, beleza no entorno e certamente este seria bem frequentado levando em conta a população local. A malha urbana já estruturada seria outro ponto considerável nesta questão, pois a gleba liberada pela saída do Hipódromo já configurava um espaço aberto havia décadas, um espaço que por muitos anos teve sucesso e recebeu grande número de pessoas vindas de todas as partes da cidade.

Este espaço já havia conquistado um significado na cidade, e certamente influenciou na configuração do bairro ao seu redor, bem como foi nomeado em homenagem à primeira ocupação do antigo chapadão: a monocultura do trigo por meio de moinhos movidos pelo vento.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício. *A Produção do Espaço Urbano*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

ALMEIDA, M. S. de. Gestores da Cidade e Seus Regulamentos Urbanísticos. In: LEME, M. C. *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. FAUUSP, 1999. p. 102-118.

_____. *Transformações Urbanas: Atos, Normas, Decretos, Leis na Administração da Cidade – Porto Alegre 1937/1961*. 2004. 301 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação – Estruturas Ambientais e Urbanas), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BAER, Werner. *A Economia Brasileira*. São Paulo: Editora Nobel, 1996.

BALDISSERA, Dóris. *Apropriação de espaços públicos em centros urbanos: Caxias do Sul: 1910-2010*. 2011. 240 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Ed. Shwarcz S.A., 2007.

BISSÓN, Carlos Augusto. *Moinhos de Vento: histórias de bairro de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2009.

CABRAL, Gilberto Flores. *Distribuição espacial dos usos residenciais do solo : o caso de Porto Alegre*. 1982, 255 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1982.

CÂMARA MUNICIPAL. Porto Alegre, Ata do dia 8 de Março de 1960.

_____. Ata do dia 21 de Maio de 1962.

CANEZ, Ana Paula Moura. *Arnaldo Gladosch: o Edifício e a Metrópole*. 2006. 594 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CAPPARELLI, L. de C. MACHADO, N. H. N. *Verticalização em Porto Alegre: uma influência norte americana?* Porto Alegre: Departamento de Teoria e História, FAU-PUCRS, 2011.

CARGNIN, Antonio Paulo. A dimensão territorial do planejamento governamental: políticas de desenvolvimento regional no Estado do Rio Grande do Sul. *Inc. Soc.*, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p.13-32, jul./dez. 2012.

CARVALHO, P. G. M.; FEIJÓ, C. A. Produtividade industrial no Brasil: o debate recente. *Revista Eletrônica de Indicadores Econômicos – FEE*, v. 28, n. 3, p. 631-646, 2000.

CASTELLO, Lineu. *A Percepção de Lugar: repensando o conceito de lugar em Arquitetura-Urbanismo*. 2007. 435 f. Tese de Doutorado (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CD-ROM. *Porto Alegre - Um Século em Fotografia*. Porto Alegre: Editora da ULBRA, 1997. Copyright © 1997- 2007 Ronaldo Marcos Bastos - Todos os direitos reservados.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

_____. *O Espaço Urbano*. Cidade: Editora Ática, Série Princípios, n. 174, 1995.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, Almanaque. AHPAMV.

_____. Porto Alegre, 3 de Fevereiro de 1960.

CRAVOTTO, A.; CRAVOTTO, M. *Montevideo: Editorial Dos Puntos*. Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, Intendencia Municipal de Montevideo, 1995.

CRUZ, Bruno O. *Economia Regional e Urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: Editora IPEA, 2011.

CULLEN, Gordon. *Paisagem Urbana*. Lisboa / Portugal. Architectural Press, 1971.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 24 de Junho de 1960.

_____. 8 de Julho de 1960.

_____. 25 de Julho de 1960.

_____. 5 de Março de 1964.

_____. 28 de Junho de 1964.

_____. 30 de Abril de 1966.

_____. 9 de Abril de 1967.

FARIA, R; SCHVARBERG, B. *Políticas Urbanas e Regionais no Brasil*. 1. ed. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAU-UNB, 2011.

FERREIRA, G. da S.; MENEZES, D. B. *Relatório de análise socioeconômica da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: FEE, 2017.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1988.

GEHL, Jan. *Cidade para pessoas*. 2. ed. Tradução Anita Di Marco. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

GOULART, Jorge Salis. *A Formação do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford University Press. 2013

HUYER, André. *A Ferrovia do Riacho: um caminho para a urbanização da zona sul de Porto Alegre*. 2010. 242 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. 3. ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2011. Originalmente publicado em 1961.

JORNAL DO COMÉRCIO. Porto Alegre, 25 de Março de 1894.

_____. 29 de Setembro de 1899.

JORNAL O DIA. Porto Alegre, 10 de Setembro de 1949.

_____. 6 de Fevereiro de 1964.

LAYTANO, Dante de. *Moinhos de Vento: os 10 anos de um parque na história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A, 1982.

LEFEBVRE, Henry. *A produção do espaço*. 4. ed. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*). Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., 1997.

_____. *The image of the city*. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

_____. *Porto Alegre: História e Vida da Cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1973.

MACEDO, S. S; SAKATA F. G. *Parques Urbanos no Brasil*. São Paulo: Edusp. 2003.

MACIEL, Jaqueline Lessa. *Trilhando os Parques de Porto Alegre*. Educação Ambiental: Interpretar e Sensibilizar para Transformar. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2016.

MARX, Murilo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Livraria Nobel S.A., 1991.

MARX, Karl. *O Capital: a critique of political economy*. NY International Publishers, New York, v. 1, p. 71-76 e 146-154, 1887.

MAUNIER, René. Introduction à la sociologie. *Revue néo-scholastique de philosophie*, v. 31, n. 23, p. 385-387, 1929.

_____. Source for American. *Journal of Sociology*, v. 15, n. 4, p. 536-548, jan. 1910. Published by: The University of Chicago Press.

PARK, R.; BURGESS, E. W. *The City: suggestions for investigation of human behavior in the urban environment*; Chicago: The University of Chicago, 1967.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Imaginando o Imaginário*. Artigo disponível em acervo digital da ANPUH – Associação Nacional de História. São Paulo, 1995.

PETERSEN FILHO, Germano. *Porto Alegre: história e urbanização*. 1. ed. Porto Alegre: Editora La Salle, 1982.

PORTO ALEGRE. Decreto de Lei 2.419. Porto Alegre, 10 de Setembro de 1962.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Meio Ambiente – 10 Anos do Parque Moinhos de Vento, 1982.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Cultura – Memórias dos Bairros, Cristal. Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2003.

RATZEL, Friedrich. Anthropogeographie. Topics Human Geography Publisher Stuttgart, *J. Engelhorn*, Toronto, Canadá, v. 1, p. 382-386, 1909-1912.

REIS, A. T. da L.; LAY, M. C. D. *Avaliação da Qualidade de Projetos: uma abordagem perceptiva e cognitiva*. Porto Alegre. Editora da Universidade, 2006.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

RELPH, Edward. *Placeness and Placelessness*. Londres: Ed. Pion, 1976.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do RS, Porto Alegre, Edição 148, 2014.

REVISTA História Ilustrada do Grêmio, número 2, Edição Especial, 1910/1918.

ROSANO, M.; FONSECA, R. F. da. *Jockey Club: Histórias de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora Nova Prova, 2005.

SANHUDO, Ary. *Porto Alegre: crônicas da minha cidade*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Livraria Sulina, 1961.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

_____. *O Lugar: encontrando o futuro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

SERPA, Angelo. *A Produção do Espaço Urbano*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

_____. *O Espaço Público na Cidade Contemporânea*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

SILVA, Loureiro da. *Um Plano de Urbanização*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Editora Globo, 1943.

SMITH, N.; WILLIAMS, P.. *Alternatives to orthodoxy: invitation to a debate*. Londres. Allen and Unwin, 1986.

_____. *Gentrification of the city*. Londres, Allen e Unwin. 1989

SOUZA, Célia Ferraz de. *Contrastes Regionais e Formações Urbanas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. *Trajetórias do Urbanismo em Porto Alegre 1900-1945, em: Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Editora FUPAM, 1999.

_____. In: LEME, Maria Cristina. *Urbanismo no Brasil: 1895 – 1965 – Trajetórias do Urbanismo em Porto Alegre – 1900 – 1945*. São Paulo: FUPAM/FAUUSP, 1999.

SOUZA, C. F. de; MULLER, D. M. *Porto Alegre e Sua Evolução Urbana*. 1. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997.

TELLINI, Maria Angélica. *Moinhos de Vento: os 10 anos de um parque na história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A, 1982.

_____. *Parque Moinhos de Vento: equipamento urbano de lazer*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1985.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

_____. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

_____. *Topophilia: a study of environmental perceptions, attitudes, and values*. New Jersey: Ed. Prentice-Hal, 1974.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Estúdio Nobel, FAPESP, Lincoln Inst, 2001.

WEIMER, Gunter. O Plano de Melhoramento de Moreira Maciel. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS*, Porto Alegre, n. 148, 2014.

WERNER, Gilberto Domingues. *Moinhos de Vento: Memória e Reconhecimento*. Porto Alegre: Editora do Autor, 2014.

ZANCHETI, S. M. *Conservação integrada e novas estratégias de gestão*. 4º Encontro do SIRCHAL, Salvador, 2000.

SÍTIOS

Acervo digital da Família Prati - www.prati.com.br

Acervo pessoal PROKOS - www.andrewprokos.com

Blog Forma Grupo Kuhn – www.formainc.com.br

Blog Grêmio Esportivo Olímpico – www.geolimpico.com.br

Blog Guasca Tur, Museu do Grêmio – www.guascatur.com.br

Fórum digital Skyscraper City – www.skyscrapercity.com/forumdisplay

Hemeroteca BNDigital – www.bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital

Site do IBGE – www.ibge.gov.br

Rui Correia: A História de Nova York - <https://visitarnovayork.com>

ARQUIVOS HISTÓRICOS, BIBLIOTECAS, MAPOTECAS E MUSEUS

Arquivo Histórico Estadual do Rio Grande de Sul

Arquivo Histórico Moysés Vellinho

Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Biblioteca da Câmara Municipal de Vereadores

Biblioteca da Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fototeca Sioma Breitman

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira

IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Jockey Club do Rio Grande do Sul

Mapoteca GDURB – PROPUR/UFRGS

Museu de Porto Alegre

Memorial Hermínio Bittencourt – Arena do Grêmio

Secretaria Municipal do Meio Ambiente

ACERVOS PARTICULARES

Condessa Gisela Bastian

Pinto Ribeiro

Ricardo Eckert

Virgílio Callegari

ANEXO A – Exposição de Motivos de Say Marques:

F. L. LEG. Nº 7620

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

I - Este projeto de lei é o clamor de 200.000 habitantes de Porto Alegre, moradores dos Bairros da Floresta, São João, Moinhos de Vento, Auxiliadora, Mont'Serrat, Higienópolis, Morro da Bela Vista, Independência e Rio Branco, que não se conformam ver desaparecer, absorvido por um loteamento especulativo, a única área ainda restante que lhes possibilitará a conquista do espaço verde que lhes foi negado na construção maciça dessa vasta zona urbana. Esses bairros reunidos constituem uma cidade do porte de Pelotas. Imagine-se, pois, se aquela encantadora metrópole da Zona Sul não dispusesse de uma só praça, de um só parque, de um só jardim! Pois é o que ocorre, no coração, nas zonas mais valorizadas da capital riograndense.

A Situação é dramática. Quem o diz é o próprio Prefeito, Sr. José Loureiro da Silva, em sua mensagem remetida à Câmara em 30 de março de 1960, há dois anos portanto, afirmando: "A cidade de Porto Alegre tem um hectare de área verde para cada seis mil habitantes, o que corresponde a 1,1% da área do Município tratada como verde público".

Essa mensagem pedia à Câmara que a aprovou, pelo Substituto Say Marques, que se premiasse a construção de jardins privados aertos para rua e na paisagem urbana destas integrados, como meio de compensarem a falta de praças e parques, que - segundo afirmava o Prefeito - "têm (como os jardins privados) a importância de cumprirem a função higiênica, isto é, de higienização do ar, pelas trocas gasosas que o vegetal propicia e, além disso, contribuem para o embelezamento das nossas ruas e avenidas".

Estava, o Prefeito Loureiro da Silva impressionado com o baixo índice de jardins públicos e, o que é mais terrível, sua péssima distribuição pelos bairros da Cidade. Não se conformava o grande Prefeito com essa deplorável situação e, estimulando a formação de jardins privados abertos, tentava corrigir o índice quase estérilizador da vida urbana.

Porto Alegre tem apenas, em toda a área construída, um parque: o Farroupilha; e assim mesmo este, como se pode constatar melancolicamente, foi reduzido a uma praça vulgar pelas mutilações sucessivas que a incúria, a disídia e a cumplicidade de outras administrações o submeteram. Por outro lado, situa-se em ponto assintótico em relação ao desenvolvimento urbano, de sorte a ficar inutilizado, pela distância, para a frequência dos habitantes de São João

.....
e Navegantes, da Floresta, do Mont'Serrat e demais bairros referidos de início.

II - Tem o Prefeito Loureiro da Silva se esforçado nesse - seu perseverante ideal. Em sua administração atual já inaugurou cêrca de dez praças, aproveitando nesgas de espaço deixadas esquecidas pelos loteamentos ou reservados, especificamente, por essa finalidade. Em sua primeira gestão, ao mandar planificar a Cidade pelo grande urbanista Arnaldo Gladosch, fê-lo incluir no seu Plano Diretor, para Pôrto Alegre um jardim público ocupando tôda a atual área do Prado dos Moinhos de Vento. Em seu notável livro a respeito o menciona, com o entusiasmo e o amor que o fêz o maior de todos os urbanizado - res do sul do Brasil. Lamentavelmente os Prefeitos que o sucederam - nesse lapso de 20 anos, relaxaram o grande ideal da Cidade e se a - cumplciaram com o desvirtuamento do magestoso plano Gladosch.

III - A operação para retenção do Prado dos Moinhos de Ven - to, patrimônio da Cidade, como parque, era das mais lógicas e inteli - gentes, para ambas as partes. A antiga Protetora do Turfe entendia - ser exígua a gleba para seu desenvolvimento e para o atendimento de suas atividades. A Saúde Pública, há muito impugnava a presença de - cocheiras em meio de bairros residenciais densamente povoados. Acer - taram, por isso, (e que pena não exista ainda notável, o grande, o - saudoso Engenheiro Paulo de Aragão Bozano, diretor da Diretoria de - Obras e Viação daquele tempo, para tê-lo em nossa luta), o Município e a proprietária, que o primeiro desapropriasse a área correspondente no Cristal, para onde pretendia transferir Raias de Corrida, e, em troca, receberia a gleba dos Moinhos de Vento para o jardim que a Ci - dade reclama, e destinado à redenção de suas crianças e o bem estar de sua população laboriosa. Assim foi feito, durante e depois da pri - meira administração Loureiro da Silva. A Prefeitura decretava a desa - propriação dos imóveis necessários ao atual Hipódromo do Cristal e a Protetora os pagava, de acôrdo com os preços ajustados.

Para reforçar êste plano e auxiliando a Prefeitura no seu ob - jetivo, o Interventor Ernesto Dornelles (veja-se que jamais um legis - lativo municipal, estadual ou federal legislou sôbre o turfe ou sô - bre estas transações) doou ao Jockey Club do Rio Grande do Sul 17 - (dezessete) hectares de terra, pertencentes ao Estado e então sob o domínio do antigo quartel da Brigada Militar do Cristal.

O Governo Federal, associando-se ao empreendimento da cidade e do Jockey, da cidade, nos Moinhos de Vento e do Jockey Club no Cris - tal, por inspiração e iniciativa de Deputados e Senadores gaúchos,



- 3 -

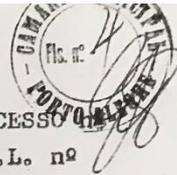
...
doou aquela entidade privada toda a área aterrada sobre o Guaíba e ali levantou o dique de proteção contra as cheias, antecipando-se mesmo à Praia de Belas, que ainda é, por sorte, patrimônio de Porto Alegre, como consta do Convênio em execução. Essas obras, generosamente realizadas pelo Poder Público, estiveram a cargo do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, responsável como se sabe, pela urbanização e retificação do Riacho e Avenida Ipiranga e o Caes dos Navegantes, tudo dentro do Plano Federal de Defesa de Porto Alegre contra a invasão das águas do Guaíba.

IV - Cumpriram, à risca, os Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal, o benefício ao Jockey, o que lho permitiu construir o grande empreendimento arquitetônico e turfístico do Cristal. Não seria exagero afirmar que o povo brasileiro, nele incluído o Portogalense, pela Prefeitura, o riograndense pelo Estado e os dos demais Estados pelo Governo Federal, doou ao Jockey Club do Rio Grande do Sul mais de trezentos milhões de cruzeiros, valor que se encontra hoje, sem outra compensação, incorporado a seu patrimônio privado e resultando em uso exclusivo dos seus associados e a funcionários do jogo denominado Turf.

V - Ainda agora, com a queda do governo Jânio Quadros, todos os Poderes da Republica se conjugaram para a revogação das limitações e restrições impostas, por Decreto daquele primeiro magistrado da Nação às atividades, fóra do Hipódromo, do Jockey Club do Rio Grande do Sul e de seu filiado em Canoas.

Com isso, as atividades turfísticas retomaram um incremento jamais assinalado em nosso Estado em favor, como se póde concluir, da prosperidade e do desenvolvimento daquela entidade. Tão acelerada essa prosperidade tem sido, nos últimos meses e o será mais daqui para frente, que a entidade começou a resgatar francamente seus débitos, - inclusive para com o Município - que vinha atrasando há anos sem ser molestada - e a consolidar o seu patrimônio, bem como a completar suas luxuosas e modernas instalações internas e externas, no Cristal.

VI - Não seria pois, justo que nesta altura, o Jockey Club do Rio Grande do Sul persistisse, como o está fazendo, em vender a terceiros a gleba que ainda retém - por milagre, para a cidade - nos Moinhos de Vento e se negasse a um acôrdo fiscal razoável e honesto, mediante o qual a Prefeitura se lhe pagasse o preço correto pela desapropriação daquela área, para ali perpetuar o nome de "Prado dos Moinhos de Vento", como jardim público.



PROCESSO
P. L. L. nº

- 4 -

Temos absoluta certeza que basta, no caso, uma diligência do Sr. Prefeito Loureiro da Silva e desta Câmara e tudo se conser-
tará, em favor e para a glória da cidade, sem prejuízo para a en-
tidade desapropriada, que não tem, neste momento, culpa pela bôa
fé ou desídia dos passados administradores que tudo deram do Poder
Público ao Jockey Club (mais de trezentos milhões de cruzeiros, co-
mo demonstramos) e não asseguraram, por escritura pública, a rese-
va do antigo Prado para as finalidades solenemente prometidas no
Plano Diretor Loureiro da Silva e em sua recente e vitoriosa campa-
nha eleitoral.

VII - Para um loteamento privado, para a construção de ma-
is 100, 200 ou 300 moradias não faltam áreas maravilhosas em todo
o perímetro urbano; mas para um parque, um jardim, um prado destina-
do à higienização de uma população superior a 200.000 almas, fal-
tam isso sim e dramaticamente, os espaços disponíveis. A cidade -
com as negligências do passado, não disporá mais de outra oportu-
nidade, se permitir lhe fuja essa, de reter, para o fim proposto,
o antigo Prado dos Moinhos de Vento.

VIII - É fácil se tornará a transação nos termos do proje-
to de Lei que estas considerações justificam de sobejo. No momen-
to, o Jockey Club do Rio Grande do Sul deve à Fazenda Municipal,
por lançamentos desde 1957 e sómente de impostos, R\$ 16.937.695,00,
tendo-se em vista a generosa lotação com que sempre o favoreceram
os Executivos locais; e sómente de taxas (taxas de saúde pública,
que nunca pagou desde 1953, de instalações domiciliárias e de -
água) no montante de R\$ 54.639.547,40, o que perfaz na soma, a
vultosa importância de R\$ 71.577.242,40 até o exercício de 1961,
excluído portanto, o devido no corrente ano.

O Sr. Prefeito Municipal poderia oferecer, imediatamente,
como sinal do pagamento da gleba, essa importância, para assegu-
rar-se a transação, e o restante do preço ficaria inteiramente ao
alcance da Fazenda Municipal. parte em dinheiro pelas verbas or-
çamentárias, parte em obras de urbanização no Hipódromo do Cris-
tal, parte em terrenos, parte em encontro de contas por impostos
e taxas que deva ou venha a dever à Fazenda Municipal, em tantos
exercícios quantos bastarem para a completa indenização a ser -
ajustada.

Sala das sessões, 21 de maio de 1962

Say Marques

Integral da criança nas grandes clareiras da psicologia cristã e da moral, irá sondar as tendências artísticas e culturais das almas jovens, procurando-lhe a higiénia mental, irá despertar na criança os encantos do mundo, a manifestação de seus pensadores, avivar-lhe os sentimentos altruísticos e estéticos, adquirir as noções de uma educação social e humana, enfim constituir uma unidade útil à coletividade. Com uma vontade bem dirigida, no sentido de viver moral e socialmente naquele pedaço de seu lar, que o habilitará para vencer os problemas da vida, conquistará a felicidade que merece, e então poderá distribuí-la a mãos cheias com os ensinamentos que recebeu. A literatura sã e moral pode mesmo moderar os estímulos psíquicos das crianças, uma vez acompanhada de um critério religioso e cristão, freando suas tendências pessoais, às vezes adormecidas, e despertando-lhes uma vida mais contemplativa cheia de pureza e das mais nobres ações, para que as virtudes ainda nascentes se formem à luz de uma psicologia, preenche de idealismo e de amor ao próximo, de compreensão e de fraternidade.

A instrução e a educação são inseparáveis, indivisíveis, constituem um só problema, e o senhor Prefeito completará sua admirável obra de recuperação social organizando racionalmente pequenas bibliotecas infantis, anexas aos grupos escolares, com a criação de um órgão central, que será a "Biblioteca Infantil Municipal", cujos frutos de um patriótico civismo revertirão favoravelmente para o fortalecimento de nossa juventude, para a grandeza moral e cultural de nossa gente, beleza dos costumes, glorificação das virtudes, conquistando para nossa sociedade um lugar de destaque e de respeito e a benemerência pública para sua administração*.

«PARQUE MOINHOS DE VENTO»

I

Câmara Municipal — Sessão do dia 8.3.1960

O SR. PRESIDENTE: O orador seguinte é o Vereador Germano Petersen Filho, que está com a palavra pelo tempo regimental.

O SR. PETERSEN FILHO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores.

Na tarde de hoje submetemos à decisão da Mesa um Pedido de Providências daqueles que nós consideramos, que não se enquadraram neste terreno pelo vulto do empreendimento, por se tratar de um problema de certa envergadura. Mas é o que determina-nos o Regimento Interno. Apresentamos novo Projeto alterando essa solução, e temos que aguardar que seja modificada, para que então possamos voltar não

ao regime antigo, mas modificá-lo para que certos assuntos mereçam a discussão e aprovação não apenas de um Vereador, que é o que encaminha o Pedido de Providência, mas dos demais Vereadores, inclusive das Comissões Técnicas e do Plenário para discutir e aprovar ou reprovar. Este assunto que hoje vamos apresentar à decisão desta Casa, tivemos a honra de receber a assinatura do nobre Vereador Marino dos Santos, com quem várias vezes conversamos sobre o problema, e também dos não menos ilustres Vereadores Alpheu Barcellos e Osório da Rosa. Nós vamos ler a justificação que fazemos sobre esta matéria, e pediríamos encarecidamente aos Srs. Vereadores, àqueles que estiverem de acordo com o nosso ponto de vista na exposição que vamos fazer, de nos honrarem, então, com as suas assinaturas, para que este pedido que nós consideramos, como dissemos de início, um empreendimento de vulto, mas necessário à cidade de Porto Alegre, e que possa ir a S. Exa. o Sr. Prefeito, não com o pensamento de um Vereador, mas com o pensamento de todos os Vereadores ou quase todos. O pedido que fizemos é relativo ao aproveitamento da área pertencente ao Jockey Club, nos Moinhos de Vento, no qual pedimos a atenção do nobre Poder Executivo para que estude uma possibilidade de permuta, de compra, troca, enfim uma modalidade para que a cidade de Porto Alegre não perca aquela magnífica área, para ali formar um novo espaço livre, uma nova área verde para a cidade.

É a seguinte a justificação, que passaremos a ler:

(Lendo):

"Dizer das vantagens e influência das áreas verdes na vida da sociedade moderna, tão discutida e reivindicada pelos mais eminentes urbanistas e higienistas, demonstrando o que representam para as cidades na ordenação dos seus espaços, como fatores de embelezamento provendo às necessidades humanas, em jardins de recreio, play-grounds, repouso, e na purificação de atmosfera. É matéria que hoje figura no conceito de igualdade que a própria democracia deve traduzir, com características que a consolide para o bem-estar geral da população, sem privilégios e, sim em caráter de coordenar e harmonizar as próprias atividades da coletividade.

"As áreas verdes, os parques, os jardins, não servem apenas para revitalizar o organismo, mas sim para o lazer e o recreio da juventude, para o encantamento das almas, prazer e inspirações para os filósofos, poetas e cientistas, verdadeiros oásis para velhice, para a vida mais em contato com a natureza, ar mais purificado, alegria de viver, espaços paisagísticos que no colorido das plantas e das flores, dão asas ao pensamento e tranqüilidade aos espiritos.

"Como são lindas as manhãs, quando o orvalho espargiu seus benefícios e, as límpidas gotas d'água brilham nos dias ensolarados, e a brisa perfumada e filtrada serpenteia por entre as árvores e as flores,

e a alegria infantil, inocente e musicada, invade o ambiente, contagiando a todos, para a luta pela vida.

"Os espaços verdes são bálsamos para as almas sofredoras, são lenitivos para os organismos que carecem de ar puro, reanimando-os e vitalizando-os com sua magia repousante e tranqüila.

"As cidades modernas, formadas por um progresso trepidante, sem ordenação urbanística e racional, com todos os malefícios da promiscuidade e da miséria, resultante da íntima correlação entre habitação e saúde, física e espiritual, reforçam as estatísticas dos doentes, alcoólatras e das desordens mentais.

"A falta de grandes áreas verdes que possam congregar a todos, afastados das zonas condenadas pela higiene e a própria dignidade humana, tem uma função altamente social e de grande sentido de recuperação. É de caráter urbanístico que as cidades em suas quatro funções urbanas, como residência, trabalho, recreio e comunicações, devem guardar perfeito equilíbrio e harmonia, e entre estas se situa uma de grande expressão, que são as áreas destinadas aos prazeres lícitos e morais de seu povo, portanto o que defendemos não é nenhuma novidade, é um imperativo da própria vida humana.

"Não podemos pretender o ideal, quando os aglomerados humanos se formarem de uma forma irregular e desordenada, como seria o desejo de todos que trabalhem para o bem comum, mas é uma imposição para todos, que possuem uma parcela de responsabilidade, na convivência pacífica de um povo.

"Remediar as faltas por ventura existentes em Porto Alegre, neste terreno social, requer um pouco de sacrifício e de heroísmo, para pelo menos melhorar as condições de vida de seu povo, e as áreas verdes, cujo objetivo é fundamental na conceituação moderna de bem viver, exigem que se faça algo em seu favor, e cujos resultados serão de valia sem par para toda a coletividade.

"O drama da vida social moderna em que entram em jogo os mais variados interesses humanos, exigem um elevado espírito de solidariedade, e a deterioração sociológica das massas advém em geral de zonas onde o indivíduo vive só e isolado, daí a razão de que nas cidades planejadas, de acordo com os modernos princípios de urbanização, se procure ampliar e difundir, por todos os recantos as áreas verdes, com motivos de reunir e recriar a todos, favorecendo a própria estabilidade social. Se equacionarmos os benefícios que resultam da vida ao ar livre, onde a natureza trabalhada pela mão do homem em toda a sua beleza e alegria nivela a todos, sem privilégios, de castas ou de bens de fortuna. Já um grande urbanista disse que o problema das cidades não é somente técnico, é acima de tudo humano, é assim que o encaramos e também o defendemos por entendermos que o homem que trabalha e produz para todos, deve merecer do Poder Público um

respeito todo especial, sendo uma das suas funções primordiais dar-lhes possibilidades que condigam com a própria existência, isto é, dar-lhe a oportunidade de melhor viver e de gozar dos ambientes de lazer e de repouso, tão bem caracterizados nos parques e jardins, onde pode procurar dar expansão à sua alegria e descanso ao espírito e aos seus familiares.

"Se ainda considerarmos o urbanismo como arte social por excelência, valorizando o homem no seu verdadeiro sentido, são os espaços livres, abertos e verdes, uma das prerrogativas mais sentidas pelo povo e qualquer despesa neste campo das atividades é sempre de grande recuperação, se jogarmos no tablado todos os benefícios sócio-higiênicos, deles resultantes. Além daquele magnífico local, com área bastante interessante, possui a Prefeitura Municipal o antigo campo do Grêmio Foot-Ball P. Alegrense, que uma vez reunidas, se prestariam a um belo, sugestivo e atraente logradouro público, cortado pela Avenida Goethe, já figurando no Plano Diretor da cidade e então obteríamos mais um pulmão verde de regular extensão, que se prestaria a uma urbanização tecnicamente delineada, de grande beleza e de iniludível função social para o nosso povo, formando com o Parque Farrroupilha, que está merecendo especial atenção da municipalidade dos grandes centros de reunião pública para a cidade, criando uma fisionomia toda nova e a altura de nosso futuro, urbanização moderna e progressista.

"Recentemente, em brilhante artigo publicado no conceituado órgão "Correio do Povo", sob o título de "milhares de crianças sem praças", estudioso dos problemas urbanos, o Vereador Alberto André mais robusteceu nosso ponto de vista, de que carecemos de áreas verdes e assim nos encorajamos em apresentar este pedido, ora submetido à aprovação desta colenda Câmara.

"Já em 8 de setembro de 1956, apresentamos à deliberação dos senhores Vereadores, um Projeto-de-Lei, aprovado por unanimidade, proibindo a cessão de um metro sequer, do "Parque Farrroupilha", já mutilado em grande parte e que havia sido desvirtuado em sua função específica, que motivara sua doação pela extraordinária visão do então Governador Paulo José da Silva Gama, em 21 de outubro de 1807".

Neste ponto, eu pretendo trazer ao conhecimento da Casa um esclarecimento muito interessante. O Parque Farrroupilha, quando foi doado à cidade de Porto Alegre, pelo então Governador Paulo José da Silva Gama, em 21 de outubro de 1807, portanto há mais de século e meio, possuía ali uma área de 72 hectares, cujo perímetro era um pernoite para os andantes que vinham à cidade e que era compreendido entre as atuais avenidas João Pessoa, Venâncio Aires e Osvaldo Aranha. Esta maravilha, esta visão extraordinária daquele governo, era também um potreiro, o lugar de repouso para os estrangeiros; isto é, para os que vinham do interior e se dirigiam para a nossa cidade.

Todo o viandante que vinha do interior ou de outros Estados, tinha de pernoitar por ali, no parque.

Vejam V. Exas. Srs. Vereadores, a visão urbanística que tinha esse homem, quando ainda naquela época não se falava em urbanismo. Porque urbanismo é uma ciência moderna. Vemos que, naquela época, Porto Alegre possuía ali uma área verde de 72 hectares, e que hoje ela está completamente mutilada, reduzida a menos de 40 hectares.

Vejam V. Exas. o empenho de dar a Porto Alegre um parque, destinando-lhe uma área de 72 hectares como espaço verde. Entretanto, o que vemos hoje ali nesta área é posto de gasolina, campo de futebol, mercado público e outras coisas que não condizem com a finalidade de um parque, que foi destinado para o embelezamento e o bem-estar da cidade de Porto Alegre.

(Continua a leitura):

"É assunto pacífico que os espaços verdes é função das áreas das cidades e do número de seus habitantes, e neste sentido somos pauperimos, conforme o declararam as próprias autoridades na matéria com as estatísticas publicadas, e admitiremos que nenhuma despesa, mesmo vultuosa no momento, seria mal empregada, pois se bem exija sacrifício do erário público, não podem deixar de assinalar o grande benefício que representam para uma coletividade inteira e para a própria cidade, que se colocará entre aquelas cujo índice de civilização, e de defesa do bem-estar comum, terá um nível humano mais de acordo com as próprias necessidades de sua gente.

"Já alguém declarou que a excelência das cidades não se mede pelo número de seus habitantes, mas pelo "standard" de vida da totalidade desses habitantes, e se bem que o Plano Diretor da cidade procure corrigir, atenuar e melhorar o padrão de vida, seja nas condições, sistema viário, na locomoção do povo, por meio de transportes seguros e eficientes, não é menos verdade de que as áreas verdes possuem um papel predominante, porquanto seu uso e gozo é para velhos, moços e crianças, ricos ou pobres, quer dizer para toda a coletividade indistintamente como um bem que a sociedade lhe propicia.

"Entendemos que o nobre Poder Público, por meio de seu ilustre Prefeito, Dr. José Loureiro da Silva, grande apaixonado das áreas verdes, pois bem conhece o seu valor na vida da sociedade moderna, como os ilustres dirigentes do Jockey Club do Rio Grande do Sul, constituído de elementos de escol da nossa sociedade, e possuídos do mais elevado espírito público e patriótico, encontrarão um divisor comum na solução de um grande problema, que os tornará beneméritos da cidade de Porto Alegre.

"Ao finalizarmos nossa despretenciosa dissertação, sem maior mérito ou qualquer valia, mas que sabemos representa o pensamento unânime dos Senhores Vereadores, que como nós sentem e aspiram a

realização desta grande obra, pois reconhecem seu indiscutível valor na vida social do povo, nos emprestem seu valioso apoio e aprovação, na certeza de que estarão colaborando para a grandeza e saúde de nossa gente e de sua cidade".

De maneira, Sr. Presidente, esta a proposição que nós apresentamos em caráter de Pedido de Providências e que, como já dissemos, nos fere até os nossos sentimentos, e pediríamos, para dar mais valor a este pedido, em vez de representar o pensamento de um Vereador, que represente o pensamento da maioria desta casa...

O SR. SAY MARQUES: V. Exa. permite?

(Assentimento do orador). Antes de V. Exa. terminar, se ainda tiver tempo, talvez fosse possível, juntamente com o Sr. Prefeito, de se examinar a possibilidade de uma permuta da área com uma área da Praia de Belas, que assim talvez venha resolver os interesses da cidade e conciliar os interesses do próprio povo.

O SR. PRESTES FILHO: Esta parte eu deixei fora, é também meu pensamento, mas deixei isto ao critério do Sr. Prefeito, que encontrará, estou certo, o que de melhor condiz com os próprios interesses da cidade e da Prefeitura Municipal.

II

Câmara Municipal — Sessão do dia 21.5.1962

O SR. PRESIDENTE: Em Comunicação de Bancada, a palavra com a Bancada do Partido Social Democrático, pelo tempo regimental.

O SR. PETERSEN FILHO: Sr. Presidente e Srs. Vereadores. Como um dos grandes entusiastas e apaixonado da urbanização, e estudioso dos problemas de urbanização, em que figura como uma das três partes essenciais à organização de qualquer plano diretor, as áreas verdes, nós sempre temos demonstrado desde 52, quando pela primeira vez assumimos aqui, como suplente da Bancada do P.S.D. o nosso interesse por esse assunto.

Hoje foram focalizados com tanto calor por dois ilustres Vereadores, um dos problemas de alta relevância, como seja, a urbanização da área do antigo Prado dos Moinhos de Vento. Esta Casa nas últimas Legislativas, assistiu à defesa que fizemos com verdadeiro entusiasmo, da construção da Praça Tamandaré. Hoje está completamente pronta, inaugurada no ano passado, servindo grande parte da população de

Petrópolis. Nós pedimos a Praça Araribóia, e está no momento recebendo sua recuperação tanto que já foram colocados 300 caminhões de escória de carvão para sua terraplenagem. A Casa deve estar lembrada que, já em 1954, entrávamos com um pedido para que fosse devolvido ao povo de Porto Alegre a Praça da Harmonia. Quanto ao Parque dos Moinhos de Vento, faz parte de trabalho nosso, tanto que nesta Casa em 1960, apresentamos um Projeto-de-Lei neste sentido, que levantou grande entusiasmo pela imprensa local, já que todas as rodas eram favoráveis a esta execução, realização. Não se concretizou por falta de meios do município. Houve até intenção do então Ministro da Viação, Eng^o Clóvis Pestana, de conseguir verba para que fosse desapropriada aquela bela área, chamada de Parque dos Moinhos de Vento. Nós, em certa ocasião, tivemos oportunidade de dizer que a sua própria condição topográfica enseja oportunidade de dizer que a sua ali um parque belo.

O SR. SAY MARQUES: Somos testemunhas do trabalho de V. Exa. em defesa destas áreas verdes de Porto Alegre, que precisam ser defendidas, porque são tidas por muitos como terrenos devolutos. V. Exa. que tem, dentro desta Casa, tomado atitudes desassombradas, não poderia falhar e podemos dizer que somos, como representantes do povo, mediadores da Prefeitura e do proprietário da área que é de impercível valor para a cidade.

O SR. PETERSEN FILHO: Recebo as palavras de V. Exa., como um verdadeiro conforto à minha iniciativa. Já anteriormente se tornou meu velho sonho, de ver urbanizado aquele Parque dos Moinhos de Vento. Creio que seria mesmo criminoso por parte do Poder Público, se ele tivesse os meios necessários e não procurasse adquirir, já que está à venda aquela área para bens públicos, porque, se Porto Alegre é uma cidade tão pobre em áreas verdes, sendo que apenas 0,5% das áreas construídas é constituído de áreas verdes, nós teríamos oportunidade de crescer aquele velho recanto dos Moinhos de Vento, ao nosso sistema de áreas da cidade.

O SR. SAY MARQUES: V. Exa. permite um aparte?

O SR. PETERSEN FILHO: Pois não. Com muito prazer, V. Exa. sempre ilustra minha intervenção.

O SR. SAY MARQUES: Queria apenas ajudar V. Exa. na excelente exposição que está desenvolvendo. Ali há onze hectares de terra aproximadamente. O loteamento que o proprietário pretende, daria para sistema viário de dois hectares, aproximadamente. E, para praças, para verdes, dois hectares. Restariam apenas sete hectares. Mas por sete hectares, a cidade de Porto Alegre, tão despojada de áreas verdes, como V. Exa. acabou de confirmar, não há de se ausentar de suas responsabilidades, de seu dever para com as futuras gerações que vão viver aqui. Certamente que não. Precisa só o nosso impulso para este passo.

O SR. PETERSEN FILHO: Agradeço a V. Exa. a intervenção. E creio que, dentro desta Casa, não haverá uma voz discordante, no sentido de se adquirir aquela área e dar oportunidade para que a cidade de Porto Alegre tenha mais espaços verdes. Mas, o objetivo fundamental de minha intervenção na tarde de hoje, como o assunto preferencial era de áreas verdes, eu não queria deixar sem consignar em Ata, a satisfação que desfrutamos, como Representantes desta Casa, em verificar que a cidade foi enriquecida de mais uma área verde. Mais uma área verde, e que teve como um dos objetivos fundamentais, uma homenagem a um cidadão que foi um dos mais brilhantes jornalistas de nossa época, considerado como o cronista número um da cidade de Porto Alegre. Desejo referir-me à inauguração da Praça João Bergman. Moço, tão cheio de esperança, roubado tão jovem quando tanto ainda a cidade poderia merecer da sua inteligência, da sua cultura, do seu estilo todo próprio, dando às suas crônicas uma linguagem de ironia que não mereciam sequer resposta, tal a finura com que usava suas palavras, quando desejava fazer uma crítica a qualquer ato ou a qualquer cidadão. João Bergman, indiscutivelmente, foi um moço que deixou um rastro luminoso por sua brilhante inteligência. Foi um cronista que não havia pessoa em Porto Alegre que, avidamente todos os dias, não abrisse "Folha da Tarde", para procurar suas crônicas, que eram tão lindas, tão desejadas por todos. Eu disse, no início, que foi por um lado um prazer ver que se prestava esta homenagem a este grande crítico; e de tristeza, por outro lado, por ver que esta homenagem era a uma pessoa que havia desaparecido tão breve do nosso convívio, onde ele mostrou por vários anos na "Folha da Tarde", aquela sua linguagem tão bela, tão sedutora, tão aprazível, quando fazia suas crônicas. A praça "João Bergman" é digna do nome que merecia. E uma praça de uma área bastante grande, com mais de um hectare e meio, localizada num dos bairros mais populosos da nossa cidade, a Vila Assunção. Nós verificamos a enormidade de pessoas, famílias e crianças, que acorriam ao parque infantil para ali dar expansão à sua alegria, ao seu contentamento, e creio que naquela sua inocência, talvez não pudéssemos ver que a cidade estava prestando era uma homenagem àquele moço tão cheio de ideal, tão cheio de inteligência, tão cheio de desejos de servir à sua cidade e tão repentinamente roubado deste convívio, mas que dedicou seu trabalho tão interessante, tão notável em benefício do povo de Porto Alegre. Nós ouvimos, na ocasião, a saudação feita pelo Dr. Luiz Carlos Ely; depois, em nome da ARL, falou o jornalista, não menos brilhante, Orlando Loureiro, que também tem um estilo especial de redigir suas crônicas, principalmente da Assembléia Legislativa, tão de gosto de nossa população.

Ouvimos também Arlindo Pasqualini. Foi um dos discursos que mais nos prendeu, porque vimos ali, em seus lábios, brotar as palavras que lhe saíam do seu sentimento, de sua alma, de seu coração, para

dizer da saudade que tinha daquele velho companheiro de lutas, daquele companheiro que tantos anos o acompanhou na "Folha da Tarde".

A Mesa da Câmara se fez representar e, em nome desta Mesa é que estou neste momento, usando da palavra, para dizer do nosso sentimento, ao constatarmos que a Prefeitura de Porto Alegre, ao dar o nome de João Bergman àquele belo recanto da Vila Assunção, que servirá para perpetuar o nome desse jovem jornalista, fez um ato de inteira justiça. Tanto é que esta Casa aprovou, sem restrições, o nome desse jornalista para a praça.

Creio meus companheiros e meus colegas, que se há um ato que nos tocou fundo no coração, foi assistirmos à inauguração daquela praça, pois que conhecemos João Bergman desde menino, já que somos velhos amigos de sua família.

Se, por um lado, como disse, foi com alegria que vimos prestar uma homenagem a um moço tão cheio de idealismo, e que fazia daquela sua pena brilhante tantas coisas lindas, tantas coisas serenas, tantas coisas que agradavam ao coração de Porto Alegre, por outro lado, era com tristeza, porque víamos que se fosse prestada uma homenagem a João Bergman ainda em vida, seria mais interessante. Mas a vida assim é. De maneira que João Bergman ficou recebendo, desde sábado, as homenagens da população de Porto Alegre, pois que todos os que forem àquele recanto da Vila Assunção, belo, rodeado de pequenas cercanias, num ambiente tão agradável, tão atraente, lembrar-se-ão sempre de João Bergman.

III

Câmara Municipal — Sessão do dia 4.6.1960

O SR. PRESIDENTE: A seguir a palavra com o nobre Vereador Milton Krause, do PDC. Ausente. A palavra, por permuta de tempo com o Vereador Otávio Germano e o Vereador Germano Petersen Filho, pelo tempo regimental.

O SR. PETERSEN FILHO: Sr. Presidente e Srs. Vereadores.

(Lê):

"Segundo notícia publicada na imprensa, deverão reunir-se em jantar, quarta-feira, na admirável sede do Jockey Clube do Rio Grande do Sul, sua ilustre Diretoria, o Sr. Prefeito, seu Secretário, Presidente e Líderes da Câmara de Vereadores, para resolverem sobre os destinos definitivos da área do velho hipódromo dos Moinhos de Vento.

Sentimos em nossa alma uma dúvida e, para que os nobres Vereadores não possam nem de que pensar, sermos um noviço em assuntos correlatos, vamos inicialmente ler, para conhecimento de S. Exas. um artigo publicado em 3 de julho de 1929, no importante órgão local "Diário de Notícias", portanto há mais de 30 anos, tempo superior à idade de alguns de nossos nobres colegas:

ANEXO C - Autorização da Passarela CORPA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PÔRTO ALEGRE

S.M.O.V. - DIVISÃO DE PLANEJAMENTO - SEÇÃO DE PROJETOS

PASSAGEM ELEVADA PARA PEDESTRES

PARQUE MOINHOS DE VENTO

O presente estudo refere-se à passarela mais próxima ao colégio da SMEC no Parque, tendo em vista solucionar a passagem de pedestres sôbre a 2ª. Perimetral.

Na solução plástica adotada procurou-se um resultado que proporcionasse a maior esbeltez possível, diminuindo ao máximo a seção de concreto. Acreditamos que o concreto protendido seja inevitável, dadas as dimensões de vão e a intensão de suprimir qualquer apoio intermediário.

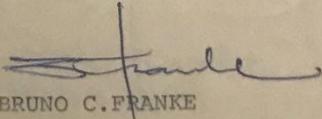
Em função ainda da esbeltez desejada optou-se por um guarda-corpo metálico (em forma de grade), solucionando visualmente a massa construtiva exagerada que ocasionaria um parapeito de concreto.

A declividade das rampas está condicionada à altura máxima desejada no vão da Avenida, qual seja 4,50 m, não devendo exceder a declividade de 8%.

É desejável que nas extremidades a passarela tenha um desnível de um degrau (15-18 cm), favorecendo a declividade das rampas.

O acabamento final deverá ser em concreto aparente. A grade metálica não deverá ser colocada em tôda a extensão da passarela, mas apenas a partir dos pontos onde o desnível passarela-terreno atinja 60 cm.

Na oportunidade do cálculo estrutural, o calculista deverá fazer contato com a Seção de Projetos da Divisão de Planejamento a fim de acertar solução final.


Arq. BRUNO C. FRANKE

Pôrto Alegre, 10 de maio de 1972

Mod. E - 1

ANEXO D – Projeto de Lei Declaração de Utilidade Pública:

PROCESSO Nº

P. L. L. Nº



PROJETO DE LEI

Declara de utilidade pública a gleba do antigo Prado Moinhos de Vento, para ser desapropriado e convertido em jardim público com o mesmo nome.

Art. 1º - É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a gleba de propriedade da Sociedade Jockey Club do Rio Grande do Sul, com frente para as ruas 24 de Outubro, Mos tardeiro, Comendador Caminha e prolongamento da Dr. Timóteo.

Parágrafo único - A área a ser desapropriada destina-se, integralmente, ressalvado o sistema viário local compulsoriamente traçado pelo Plano Diretor, a um jardim público com a mesma denominação de "Prado dos Moinhos de Vento".

Art. 2º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a ajustar, com o proprietário, o montante do preço a ser pago como indenização pelo imóvel desapropriado, nas seguintes condições:

- a) - parte em dinheiro, usando-se para esse fim os créditos orçamentários legais do atual e dos futuros exercícios;
- b) - encontro de contas para resgate da dívida ativa por impostos e taxa de assistência, inscrita em nome do Jockey Club do Rio Grande do Sul, nesta data montando em Cr\$ 71.577.242,40 (setenta e um milhões, quinhentos e setenta e sete mil duzentos e quarenta e dois cruzeiros e quarenta centavos);
- c) - encontro de contas para quitação dos impostos e taxas lançadas em nome da entidade proprietária da gleba desapropriada, no presente exercício e nos futuros, quantos forem necessários ao integral resgate do preço ajustado.

Parágrafo único - O preço da desapropriação será ajustado em processo normal de avaliação, no qual se levará em conta o valor venal, para fins de tributação registrado no cadastro do imóvel desapropriado na Fazenda Municipal.

PROCESSO Nº
P. L. L. Nº



- 2 -

Art. 3º - O Prefeito enviará à Câmara, no prazo de 90 (noventa) dias, o processo desapropriatório, com o preço ajustado, as condições de pagamento e o projeto de lei que o autorize e operação-financeira com base no procedimento fiscal e orçamentário que vier a ser fixado, nos termos da lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ÂMRB.

ANEXO E – Declaração de Utilidade Pública da Gleba:



COMISSÃO DE COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

PARECER Nº 52/62

PROCESSO Nº 276/62
P.L.L. Nº 16/62

Declara de utilidade pública a gleba de antigo Prado dos Moinhos de Vento, para ser desapropriada e convertida em jardim público.

O nobre vereador Say Marques, através do Projeto de Lei, que leva o número 16/62, pede que seja declarada de utilidade pública, a gleba de antigo Prado Moinhos de Vento, para ser desapropriada e convertida em jardim público com o mesmo nome.

Trata-se de matéria de alto interesse para os portalesenses, que realmente sentem a necessidade da manutenção das áreas verdes e quando possível, devemos lutar por isso - um aumento das citadas áreas.-

O nosso parecer é inteiramente favorável ao presente projeto, porém aconselhamos o nobre autor, para que o nome que pretende dar á essa gleba, seja tratado posteriormente.

Sala da Comissão, 18 de junho de 1962.

Larry Faria
Relator

Aprovado pela Comissão, em 20 /6/62

Lúcio Marques

GP

Presidente

Petersen Filho



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

REQUERIMENTO

APROVADO em 22 de Abril de 1962
1.º Voto em Urub

Senhor Presidente:

O Vereador abaixo assinado solicita a Vossa Excelência que, após a tramitação regimental, seja o (a).....

P.L.L. n.º 116/62, processo n.º 276/62,
que declara de utilidade pública o terreno do antigo Prado

ADIADA POR..... DIAS

CONSIDERADO (A) EM REGIME DE URGÊNCIA

SUBMETIDO (A) A AUDIÊNCIA DA COMISSÃO DE.....

- RETIRADO (A) DE URGENCIA
- DISPENSADO (A) DO INTERSTÍCIO REGIMENTAL
- VOTADO NOMINALMENTE
- VOTADO COM DESTAQUE DAS EMENDAS N.º :
- VOTADO COM DESTAQUE DE **TODAS** AS EMENDAS
- RETIRADO DE PAUTA
- INCLUÍDO NA ORDEM DO DIA, POR FORÇA DO ARTIGO 41 DA LEI ORGÂNICA

Sala Otávio Rocha, 201, 8 /196.2

M. Santos

Registrado:...../...../196...



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER Nº 63/62

Proc. 276/62
P.L.L. 16/62

Declara de utilidade pública a gleba do antigo Prado dos Moinhos de Vento, para ser desapropriada e convertida em jardim público.

Creemos ser desnecessário insistir na constatação de que Porto Alegre é extremamente pobre em espaços verdes. Este fato faz recair sobre seus atuais administradores a enorme responsabilidade de tudo fazerem tendo em vista preservar áreas que se adaptem a esta destinação específica. É este o caso da gleba do antigo Prado Moinhos de Vento. Sua existência cria para esta casa a feliz oportunidade de emprestar valiosa contribuição ao futuro de nossa cidade e a vida de seu povo.

Não cremos mesmo que possa existir um único colega que a este respeito tenha opinião divergente. Voltados como estamos, todos, para os interesses de toda a comunidade portoalegrense, não há como vacilar entre um empreendimento imobiliário particular ou sua transformação em um parque de imenso significado para vasta região de nossa capital. Não se trata apenas dos bairros da Floresta, Moinhos de Vento e 4º Distrito, mas também a nova zona industrial que se desenvolve a partir do I.A.P.I. onde proliferam os loteamentos e as grandes áreas destinadas às indústrias sem que a lei de loteamentos crie condições para a instalação de parques com alguma significação.

A exposição feita pelo nobre autor do projeto abrange todos os aspectos importantes da questão. É omissa, no entanto, no que se refere a áreas que foram absorvidas pelo Jockey no Cristal, como leitões de rua e serviços de urbanização realizados pela Prefeitura. Não se sabe mesmo da existência de indenizações e quem as promoveu. Mais recentemente foram absorvidos os últimos leitões de rua na parte que antigamente era fronteira ao quartel da Brigada Militar. O Jockey, ao que sabemos, apenas tomou posse destas áreas integrando-as, pura e simplesmente ao seu patrimônio. São áreas e serviços cujos valores devem ser estimados para efeito de um encontro de contas entre o Poder Público Municipal e o Jockey. Daí oferecermos uma outra redação à letra C do art. 2º, nos termos da emenda anexa (EMENDA Nº 1).

Pensamos ainda que na letra b do mesmo art. 2º, seria prudente não fazer referência ao montante da dívida que poderia sofrer reajustamento dos órgãos de lançamento da Prefeitura. Daí, oferecermos a EMENDA Nº 2.

Somos, pois, favorável ao projeto com as emendas propostas. Pela aprovação.

Sala da Comissão, 23 de agosto de 1962

Alberto Schroeter
RELATOR

aprovado pela Comissão, em 23/8/62

Say Marques
Presidente



701/62
Proc. 276/62

29

agosto

62

Senhor Prefeito:

Tenho a honra de encaminhar à apreciação de Vossa Excelência, cópia do Projeto de Lei de origem Legislativa, de nº 16/62, que "declara de utilidade pública a gleba do antigo Prado dos Moinhos de Vento, para ser desapropriada e convertida em Jardim - Público", cuja Redação Final foi aprovada em Sessão de 28 do mês em curso.

Envio-lhe, outrossim, cópia da respectiva - Exposição de Motivos, juntamente com cópias dos Pareceres nºs. 52 e 63/62, respectivamente das Comissões de Comunicações e Obras Públicas e de Finanças e Orçamento.

Valho-me da oportunidade para renovar-lhe - os protestos de meu elevado apreço e distinta consideração.

Alberto André
(Alberto André)
Presidente

A Sua Excelência o Sr. Dr. José Loureiro da Silva,
DD. Prefeito Municipal.

ANEXO F – Projeto de Lei Parque Moinhos de Vento:

PROC. Nº 737/72

PLL. Nº 75/72

COMISSÃO DE JUSTIÇA

PARECER Nº 306/72

Denomina Parque Moinhos
de Vento a área do antigo "Jockey Club"

Através de muitas e muitas gerações, a referida área é conhecida como "Moinhos de Vento", portanto, nada mais justo que se conserve o nome, mesmo quando este logradouro se tornou um Parque. O Projeto de Lei é legal e regimental.

Pela tramitação.

Sala da Comissão, 22 de setembro de 1972.

MARTIM ARANHA

Relator

Aprovado pela Comissão em 26.9.72

CLOVIS GRIVOT - Presidente

JOÃO DIB - Impedido

WILSON ARRUDA

SEC

COMISSÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

PARECER Nº 248/72

PROG. Nº 737/72

PLL Nº 75/72

Denomina Parque Moinhos de
Vento a área do antigo Jockey Club.

A expressão denominativa "Moinhos de Vento", largamente consagrada pelo uso popular - como muito bem salienta o autor da matéria - necessita, agora, tão somente, de sua própria solidificação legal. A iniciativa está sendo tomada através do presente Projeto de Lei. Logo, a Proposição tem merecimento, cabendo, portanto, a aprovação.

Sala da Comissão, 23 de setembro de 1972.

PESSOA DE BRUM

Relator

Aprovado pela Comissão, em 28 / 9 / 1972.

IVAN CASTRO

PAULO SOUZA

GLÊNIO PERES

MÓSES DO CARMO

WILSON ARRUDA - contra.



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
RIO GRANDE DO SUL

PROC. Nº 735/72
PLL. nº 75/72

PROJETO DE LEI

Denomina Parque Molinhos de Vento a
área do antigo Jockey Club.

Art. 1º - É denominada PARQUE MOLINHOS DE VENTO a área do antigo Jockey Club, atualmente em urbanização.

Parágrafo único - O trecho da 2ª. perimetral a partir da rua Marizante, passando pelo interior do Parque até a rua 24 de Outubro é denominada Avda. Goethe.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

br